IGUATEMI S.A.

Formulário de Referência

Ano: 2026 Versão: 5

Sumário

IGUATEMI S.A.

1. Atividades do emissor 03

2. Comentário dos diretores 04

3. Projeções 05

4. Fatores de risco 06

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos 07

6. Controle e grupo econômico 08

7. Assembleia geral e administração 09

8. Remuneração dos administradores 10

9. Auditores 12

10. Recursos humanos 13

11. Transações com partes relacionadas 14

12. Capital social e Valores mobiliários 15

13. Responsáveis pelo formulário 16

Índice

1. Atividades do emissor

1.1 Histórico do emissor 17

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 24

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 36

1.4 Produção/Comercialização/Mercados 37

1.5 Principais clientes 55

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 56

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 75

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 76

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 77

1.10 Informações de sociedade de economia mista 81

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 82

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 83

1.13 Acordos de acionistas 84

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 85

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 86

1.16 Outras informações relevantes 87

Índice

2. Comentário dos diretores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais 88

2.2 Resultados operacional e financeiro 106

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 109

2.4 Efeitos relevantes nas DFs 110

2.5 Medições não contábeis 111

2.6 Eventos subsequentes as DFs 114

2.7 Destinação de resultados 115

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 117

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 118

2.10 Planos de negócios 119

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 122

Índice

3. Projeções

3.1 Projeções divulgadas e premissas 123

3.2 Acompanhamento das projeções 126

Índice

4. Fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco 129

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 163

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 164

4.4 Processos não sigilosos relevantes 168

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 178

4.6 Processos sigilosos relevantes 179

4.7 Outras contingências relevantes 180

Índice

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 181

5.2 Descrição dos controles internos 190

5.3 Programa de integridade 194

5.4 Alterações significativas 199

5.5 Outras informações relevantes 200

Índice

6. Controle e grupo econômico

6.1/2 Posição acionária 202

6.3 Distribuição de capital 273

6.4 Participação em sociedades 274

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 278

6.6 Outras informações relevantes 279

Índice

7. Assembleia geral e administração

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 280

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 294

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 295

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 297

7.4 Composição dos comitês 320

7.5 Relações familiares 326

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 328

7.7 Acordos/seguros de administradores 333

7.8 Outras informações relevantes 334

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.1 Política ou prática de remuneração 340

8.2 Remuneração total por órgão 345

8.3 Remuneração variável 349

8.4 Plano de remuneração baseado em ações 351

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 355

8.6 Outorga de opções de compra de ações 356

8.7 Opções em aberto 357

8.8 Opções exercidas e ações entregues 358

8.9 Diluição potencial por outorga de ações 359

8.10 Outorga de ações 360

8.11 Ações entregues 362

8.12 Precificação das ações/opções 363

8.13 Participações detidas por órgão 364

8.14 Planos de previdência 365

8.15 Remuneração mínima, média e máxima 366

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 367

Índice

8. Remuneração dos administradores

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 368

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 369

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado) 370

8.20 Outras informações relevantes 372

Índice

9. Auditores

9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 373

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 374

9.4 Outras informações relevantes 375

Índice

10. Recursos humanos

10.1A Descrição dos recursos humanos 376

10.1 Descrição dos recursos humanos 378

10.2 Alterações relevantes 382

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 383

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 385

10.4 Relações entre emissor e sindicatos 386

10.5 Outras informações relevantes 387

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 388

11.2 Transações com partes relacionadas 392

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 393

11.3 Outras informações relevantes 394

Índice

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 395

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 396

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 397

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 398

12.5 Mercados de negociação no Brasil 399

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 400

12.7 Títulos emitidos no exterior 401

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 402

12.9 Outras informações relevantes 403

Índice

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 404

13.1 Declaração do diretor presidente 405

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 407

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a 409

1. Atividades do emissor

1.1 – Descrição do histórico do emissor

A Iguatemi S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada Jereissati Participações S.A. ("Grupo Jereissati"), é uma companhia aberta, registrada na CVM sob o nº 00867-2 e com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob forma de ações ordinárias, ações preferencias e Units (composto por uma ação ordinária e duas ações preferencias), cujas principais receitas advêm de participações societárias no capital de outras sociedades e da prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária.

A Iguatemi S.A., cujas origens remontam ao início do século no Estado do Ceará com atividades no comércio têxtil, diversificou suas atividades através da criação da Companhia Imobiliária Jereissati em 12 de março de 1946 e da compra da Metalúrgica La Fonte, em 19 de setembro de 1960. A partir de então, a Companhia expandiu sua participação em outros setores da economia, sendo hoje um dos maiores grupos privados do país, com expressiva participação no setor de shoppings centers.

Eventos relevantes no desenvolvimento das atividades da Iguatemi S.A.:

Em 1960, as empresas do Grupo Jereissati adquiriram o controle acionário da Metalúrgica La Fonte S.A., tradicional fabricante de fechaduras e líder no setor de ferragens de alta qualidade, cujo negócio de fechaduras e ferragens foi vendido, posteriormente, no ano de 1995.

Em 1984, com a reestruturação societária da Metalúrgica La Fonte S.A., foi constituída a La Fonte Fechaduras S.A., sob a forma de subsidiária integral, que iniciou suas atividades operacionais em novembro do mesmo ano ao assumir o acervo industrial e comercial da própria Metalúrgica La Fonte S.A.

Neste mesmo ano, a Metalúrgica La Fonte S.A. teve sua razão social alterada para La Fonte Indústria e Comércio S.A., transformando-se em empresa holding, transferindo suas atividades industriais e comerciais para sua controlada La Fonte Fechaduras S.A. Em assembleia realizada em 11 de dezembro de 1984, os acionistas de La Fonte Fechaduras S.A. autorizaram a abertura do capital social da Companhia, passando suas ações a serem negociadas nas bolsas de valores em 30 de abril de 1985, após processo de abertura de capital. Em 2 de abril de 1987, a La Fonte Fechaduras S.A. passou a denominar-se Jereissati Participações S.A.

Em 1996, a então Jereissati Participações S.A. adicionou ao seu objeto social as atividades de exploração comercial e planejamento de shoppings centers e empreendimentos de uso misto e a compra e venda de imóveis, através de sua controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC"), conforme contextualizado abaixo.

A Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (anteriormente denominada La Fonte Empresa de Shopping Centers S.A.) foi constituída em 23 de maio de 1979 como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo sido transformada em sociedade por ações em 11 de agosto de 1983.

Fundada por Carlos Francisco Ribeiro Jereissati, a IESC iniciou suas atividades no setor de shoppings centers com a aquisição, em 1979, de todos os ativos da Construtora Alfredo Matias S.A., que incluíam uma participação no Iguatemi São Paulo, o primeiro shopping center do Brasil, construído em 1966.

Nos anos que se seguiram, a IESC inaugurou diversos projetos *greenfield*, como parte de sua estratégia de crescimento, destacando-se os seguintes: (i) inauguração, em maio de 1980 do Iguatemi Campinas (70,0% de participação); (ii) inauguração, em abril de 1983, do primeiro empreendimento na região Sul do Brasil, o Iguatemi Porto Alegre (32,2% de participação); (iii) inauguração, em outubro de 1991, do Praia de Belas, outro importante shopping center na região Sul do Brasil (37,55% de participação); (iv) inauguração, em setembro de 1995, do Market Place, seu segundo shopping center na cidade de São Paulo e seu primeiro empreendimento imobiliário de uso misto – shopping com torres comerciais (32% de participação); (v) ingresso, em setembro de 1996, no mercado de consumo do Rio de Janeiro, com a inauguração do Iguatemi Rio (27,7% de participação); (vi) inauguração, ainda em 1996, do Iguatemi Caxias do Sul, seu terceiro empreendimento na região Sul do Brasil (8,5% de participação); e (vii) inauguração em 1997 do Iguatemi São Carlos, seu segundo shopping center no interior do Estado de São Paulo (45% de participação).

Em fevereiro de 2007, a IESC abriu seu capital na bolsa de valores de São Paulo, captando aproximadamente R$550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais) e tornando-se a primeira companhia de shoppings centers a ser listada no Brasil. Em abril do mesmo ano, foi inaugurado o Iguatemi Florianópolis, consolidando definitivamente sua presença na região Sul do país (30% de participação, sendo 20,0% adquiridos enquanto este ainda estava em construção e 10,0% após sua inauguração). Ainda em 2007, a IESC adquiriu dois novos empreendimentos, o Shopping Center Galleria, na cidade de Campinas (50% de participação) e o Esplanada Shopping Center, na cidade de Sorocaba (38% de participação), consolidando assim a sua presença no interior de São Paulo. Por fim, ainda naquele ano, a IESC realizou três operações para aumento de participação nos seus shoppings existentes: (i) aumentou a sua participação em 3% no Iguatemi Rio (atingindo 60,7%), (ii) em 3,78% no Iguatemi Porto Alegre (atingindo 36%), e (iii) em 11% no Iguatemi São Paulo (atingindo 50,12%).

Em 2008, a IESC aumentou a sua participação no complexo do Market Place em 68% (atingindo 100%), comprando 100% das duas torres comerciais acopladas ao shopping.

Em 27 de novembro de 2009, a IESC emitiu novas ações através de uma oferta pública de distribuição de ações 100% primária (*follow-on*), na qual captou aproximadamente R$410.000.000,00 (quatrocentos e dez milhões de reais). Antes da oferta, o controlador detinha 54,46% do total de ações da IESC e, após a oferta, passou a deter 53,91%.

No final de março de 2010, a IESC inaugurou o Iguatemi Brasília (64% de participação), primeiro shopping center da IESC na região e primeiro shopping center a carregar marcas internacionais fora do eixo Rio-São Paulo.

Em 14 de maio, a IESC vendeu sua participação no Iguatemi Rio, pelo valor de R$196.900.000,00 (cento e noventa e seis milhões e novecentos mil reais). Em junho, foi inaugurado o JK Iguatemi (50% de participação), em setembro foi inaugurada a expansão do Shopping Center Galleria (50% de participação) e, em dezembro, a IESC adquiriu 5% do Shopping Center Iguatemi São Carlos, elevando sua participação neste shopping para 50%.

Em 2 de julho a IESC concluiu a oferta pública de distribuição primária de ações (*follow-on*) no valor aproximado de R$425.400.000,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões e quatrocentos mil reais). Em 24 de setembro, a IESC inaugurou o I Fashion Outlet localizado em Novo Hamburgo (RS), com 20.087 m² de ABL. Em 30 de setembro, a IESC inaugurou o Iguatemi Ribeirão Preto no interior do estado de São Paulo, com 44.100 m² de ABL. A IESC concluiu no dia 13 de novembro a aquisição dos 50% restantes do Shopping Center Galleria, passando a deter 100% deste shopping. Em 14 de novembro a IESC inaugurou a expansão do Iguatemi Esplanada, adicionando 39.550 m² de ABL ao empreendimento (55,37% de participação). Finalmente, em 25 de novembro a IESC inaugurou a expansão do shopping Praia de Belas, adicionando ao todo mais de 17 mil m² de ABL ao shopping.

Em 14 de fevereiro de 2014, a IESC comprou 14% do Shopping JK Iguatemi, elevando sua participação para 64%. Em 26 de abril a IESC inaugurou o Iguatemi São José do Rio Preto, no interior do estado de São Paulo com 42.125 m² de ABL.

Em 30 de abril de 2015, a IESC concluiu a expansão do Iguatemi Campinas, que acrescentou 19 mil m² de ABL total à IESC. Naquele momento, o complexo do Iguatemi Campinas passa a ter 105,9 mil m² de ABL e se consolida como o maior shopping da IESC (73.492 m² de ABL se não for considerado o Boulevard Iguatemi, anexo ao empreendimento). Em 31 de julho a IESC adquiriu indiretamente, 3,75% de participação no Shopping Pátio Higienópolis I (o Shopping Pátio Higienópolis é composto de duas partes, o Shopping I é a parte original do ativo, com 25,8 mil m² de ABL, e o Shopping II é a parte do ativo relacionada à expansão realizada em 2010, com 8,3 mil m² de ABL). Logo em seguida, em 1º de outubro, a IESC adquiriu uma participação adicional de 8,4% do Shopping Pátio Higienópolis da Fundação Conrado Wessel, passando a deter uma participação total de 11,2% no empreendimento. Ainda este ano, em setembro, a IESC concluiu a expansão do Iguatemi São Paulo, adicionando 1.188 m² de ABL total ao empreendimento.

Em 27 de abril de 2016, a IESC inaugurou a expansão do Iguatemi Porto Alegre, adicionando 20.376 m² de ABL total ao empreendimento (com esta expansão o shopping passa a ter um ABL total de 59.302 m²); e em junho concluiu a torre comercial adjacente ao Shopping Iguatemi Porto Alegre, com 10.692 m2 de ABL total.

No dia 12 de dezembro de 2018, o I Fashion Outlet Santa Catarina foi inaugurado com um total de 20 mil m2 de ABL.

Em maio de 2019, a IESC comunicou a assinatura de uma parceria com o iFood para uma solução completa de organização da atividade de *food delivery* em seus shoppings centers, com o objetivo de melhorar a experiência em todas as pontas da cadeia com (i) o aumento do faturamento das operações de *food service* em nossos empreendimentos; (ii) a implementação de uma solução eficiente de *takeout* para as praças de alimentação, restaurantes e supermercados através da criação de uma área única para expedição; (iii) a melhoria nos níveis de serviço das operações de *food delivery* para os consumidores finais dos nossos empreendimentos; e (iv) a maior praticidade e ganho de tempo para entregadores, que não terão que se deslocar pelo shopping. Em 30 de julho a IESC vendeu sua participação de 8,4% no Shopping Iguatemi Caxias por R$27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais) e, em 9 de outubro, vendeu sua participação de 30% no Shopping Iguatemi Florianópolis por R$110.300.000,00 (cento e dez milhões e trezentos mil reais), reforçando o comprometimento da Administração em priorizar ativos que possuíssem mais sinergia com a estratégia de negócio da Companhia. Em agosto, a IESC lançou seu novo programa de relacionamento, o Iguatemi ONE, mais um passo da Iguatemi no aprimoramento da jornada phygital (físico + digital) do consumidor e no fortalecimento da fidelização.

Ainda em 2019, a IESC lançou sua plataforma de *marketplace*, o Iguatemi 365, e-commerce no formato de marketplace, reunindo, na data do lançamento, mais de 90 marcas em um só lugar. Trata-se de um e-commerce premium, com a curadoria da marca Iguatemi, que hoje é sinônimo de moda e estilo de vida, oferecendo para o cliente de todo o Brasil a experiência Iguatemi 24 horas por dia, 365 dias por ano e, em 2020, de qualquer lugar. Este meio digital fortalecerá o físico (*off-line*), aproveitando a estrutura da loja, integrando estoque e respeitando a precificação. Com isso, a Iguatemi estará presente a todo momento na jornada do consumidor, além de ampliarem o acesso a clientes atuais e a novos clientes.

Em janeiro de 2020, a IESC realizou a aquisição de 20% do Praia de Belas Shopping Center e 15% do Shopping Center Esplanada. Neste mesmo mês adquiriu uma participação minoritária na Maiojama Participações, com objetivo de alavancar oportunidades de desenvolvimento imobiliário na região sul do país. IESC e Maiojama já desenvolveram, em conjunto, os shoppings Praia de Belas, Iguatemi Porto Alegre e Iguatemi Caxias, além de inúmeros empreendimentos comerciais e residenciais na cidade de Porto Alegre. Entre os seus principais ativos, a Maiojama detém participação de 14% no Iguatemi Porto Alegre.

Em 1˚ e 13 de outubro de 2021, a Companhia e a IESC, respectivamente, aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação das ações de emissão da IESC de titularidade dos acionistas não controladores pela Companhia ("Operação"). A Operação, que foi homologada pelos Conselhos de Administração da Companhia e da IESC em 18 de novembro de 2021, criou a Iguatemi S.A., em substituição à denominação Jereissati Participações S.A., que reuniu as bases acionárias da Companhia e da IESC em uma única companhia aberta, que tem ações negociadas, na B3 sob a forma de certificados

de depósito de ações ("Units"), no segmento de listagem Nível 1 da B3, porém com direitos de acionista e práticas de governança substancialmente similares àqueles exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, exceção feita à existência de apenas ações ordinárias.

No que se refere à estrutura interna de governança corporativa da Companhia, buscando melhorias na governança com a reestruturação e sucessão do CEO, foram criados, em 2022, quatro comitês estatutários que contam com membros independentes em sua composição, sendo eles:

(i) Comitê de Finanças e Alocação de Capital;
(ii) Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas (100% independente);
(iii) Comitê de Pessoas, Cultura e ESG; e
(iv) Comitê de Riscos e *Compliance.*

Além disso, também foram criados dois comitês não estatuários:

(i) Comitê de Desenvolvimento e Institucional; e
(ii) Comitês de Negócios Digitais.

Em paralelo à reorganização societária do Grupo, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a sucessão do CEO Carlos Jereissati Filho, que ocupava o cargo desde 2005, por Cristina Betts, que passou a ocupar a posição a partir de 1º de janeiro de 2022.

Em setembro de 2022, a Iguatemi, executou mais um passo importante da sua estratégia e concluiu a aquisição de 36% do JK Iguatemi por R$667.000.000,00 (seiscentos e sessenta e sete milhões de reais), com isso a Companhia passou a deter 100% do empreendimento. A aquisição foi ratificada pelos acionistas da Iguatemi em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de abril de 2023.

Também em setembro de 2022, a Iguatemi realizou uma oferta pública de ações (*follow-on*) que, ao final do processo, arrecadou R$720.000.000,00 (setecentos e vinte milhões de reais). A operação teve uma demanda de 4,5 vezes a oferta base e teve como objetivo reforço da estrutura de capital da Companhia.

Em março de 2023, a Iguatemi anunciou seu novo empreendimento: o bairro Casa Figueira, um bairro com 1 milhão de m², no entorno do shopping Iguatemi Campinas. O novo empreendimento contará com 66 lotes urbanizados, gerando mais de 100 torres entre comerciais e residenciais com um VGV (Valor Geral de Venda) estimado em R$10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais). O CAPEX de infraestrutura urbana para o projeto será de aproximadamente R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) (R$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) a R$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para a Iguatemi). A receita projetada de acordo com o valor presente em março de 2023 foi de R$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) a R$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na venda dos lotes, assumindo que a última comercialização será em 2038.

Adicionalmente, em julho de 2023, a Companhia divulgou seu primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade referente ao exercício de 2022. O relatório apresenta informações acerca das iniciativas e aspectos ambientais, sociais e de governança implementados pela Companhia e foi desenvolvido seguindo as metodologias da *Sustainability Accounting Standards Board* ("SASB") e os indicadores das metodologias foram correlacionadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Em janeiro de 2024, a Iguatemi foi selecionada, pela primeira vez, para compor a 19ª carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), índice que reconhece as empresas com as melhores práticas de sustentabilidade do mercado.

Além disso, a Companhia também fez aquisições e desinvestimentos importantes ao longo do ano: em março de 2024, a Iguatemi divulgou a conclusão da aquisição de participação adicional de 10% no I Fashion Outlet Novo Hamburgo, elevando a participação na propriedade para 51%.

Adicionalmente, também em março de 2024, a BB Asset lançou, em parceria com a Iguatemi, a oferta pública primária do FII BB Premium Malls (BBIG11), que tem como objetivo a geração de renda e distribuição de resultados por meio da compra de ativos imobiliários no segmento de shopping centers. A oferta do fundo em sua primeira emissão, gerou uma captação de R$991.000.000,00 (novecentos e noventa e um milhões de reais), exercendo a totalidade do lote adicional da oferta.

Com a parceria, a Iguatemi passou a prestar o serviço de Consultor Imobiliário ao fundo e está aportando sua experiência e conhecimento do setor de shopping center na prospecção de novos investimentos e administração dos ativos na carteira do fundo.

Em setembro do mesmo ano, a Iguatemi S.A. concluiu o desinvestimento total de 50% do Iguatemi São Carlos e desinvestimento parcial de 18% do Iguatemi Alphaville, mantendo 60% de participação neste empreendimento. Ainda em setembro, a Companhia também concluiu a aquisição de 16,6% do RioSul Shopping Center, assumindo a administração do shopping e retornando à cidade com terceiro maior PIB per capita do país. Essa aquisição também marcou a estreia da parceria com o FII BB Premium Malls mencionada anteriormente, em que além da participação mencionada adquirida pela Iguatemi, também foi adquirido pelo BBIG11 a participação de 33,3% do empreendimento. Essa parceria tem possibilitado que a Iguatemi persiga sua estratégia de adquirir ativos dominantes sem onerar seu balanço.

Já em 2025, no dia 21 de fevereiro, foi anunciada pela Companhia uma nova transição de CEO, em que o Ciro Neto, que antes ocupava o cargo de Vice-Presidente Comercial, passou a ocupar o cargo de CEO da Iguatemi S.A. a partir de 14 de março de 2025.

No dia 15 de abril do mesmo ano, a Iguatemi S.A. anunciou a conclusão da aquisição de participações nos shoppings Pátio Paulista e Pátio Higienópolis, consolidando sua entrada no primeiro e ampliando sua

presença no segundo.

Para viabilizar o investimento de R$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscentos milhões de reais), a Iguatemi estruturou um consórcio estratégico de investidores e coproprietários. O investimento direto da Iguatemi na aquisição dos shoppings deverá ser de aproximadamente R$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais).

Em 30 de junho de 2025 a Iguatemi concluiu a venda para a Genesis de 49% do Shopping Market Place, Edifício Market Place Towers e Galleria shopping bem como a promessa de cessão de fração de 24% em um empreendimento a ser construído no Complexo Market Place, e 16,7% da participação no futuro empreendimento comercial a ser construído no Complexo Galleria, ambos com expectativa de conclusão em 2029. O valor total da transação foi de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais). Com a conclusão da operação, a Iguatemi mantém 51% de participação e a administração dos empreendimentos.

Em 13 de março de 2026 a Iguatemi concluiu a venda ao XP MALLS FII (XPML11) de participações minoritárias em 4 ativos do portfólio. Sendo eles: 9,00% do Shopping Iguatemi Alphaville; 23,96% no Shopping Iguatemi Ribeirão Preto; 18,00% no Shopping Iguatemi São José do Rio Preto; e 7,00% no Shopping Praia de Belas. O valor total da Transação foi de R$372.000.000,00 (trezentos e setenta e dois milhões de reais).

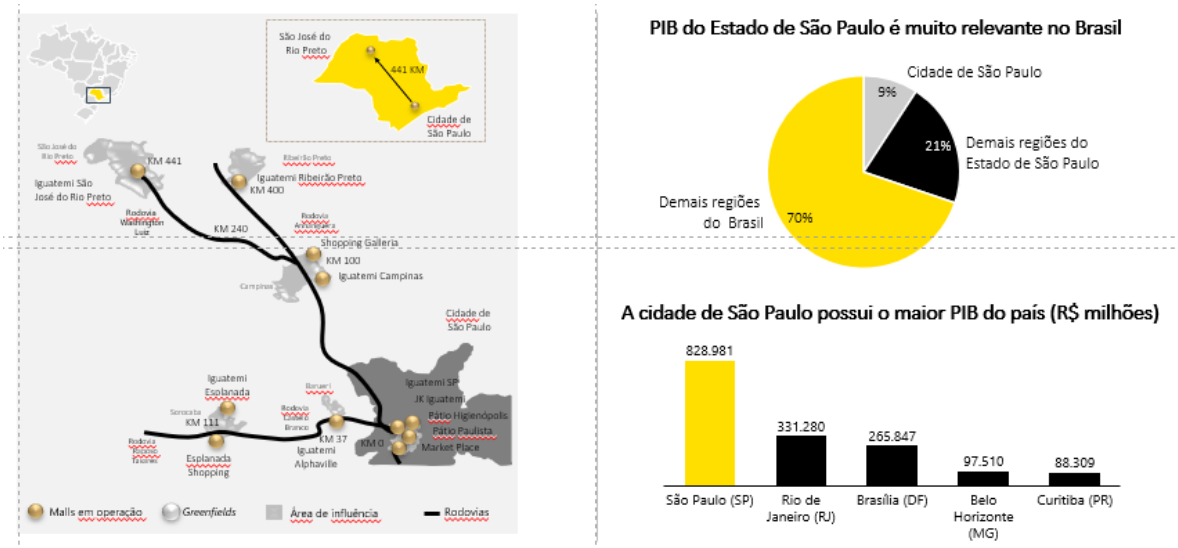
Em 9 de abril de 2026 a Iguatemi concluiu a aquisição de 3% do Shopping Pátio Paulista por R$75.600.000,00 (setenta e cinco milhões e seiscentos mil reais).

1.2. – Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Somos uma empresa full-service de shopping centers, com área bruta locável (ABL) relevante e detentora da marca “Iguatemi”, com reconhecimento no setor. Atualmente, possuímos participação em 15 shoppings centers (todos sob nossa administração), além de participações em 2 premium outlets e em 4 torres comerciais, que juntos totalizam aproximadamente 751,1mil metros quadrados de ABL total média, com faturamento (receita bruta de aluguéis e serviços) de R$1.728.738.000,00 (um bilhão, setecentos e oito milhões, setecentos e trinta e oito mil reais) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nossos shoppings estão voltados para o público de classes “A” e “B” e estão inseridos nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.



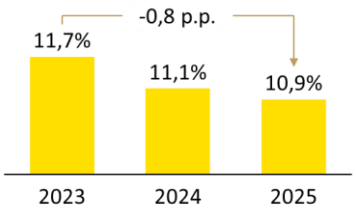
Fonte: IBGE, Sistema de Constas Regionais – SCR, 2021

A Companhia possui, ainda, histórico de lançamentos de empreendimentos imobiliários e desenvolvimento de projetos multiuso no entorno de nossos shoppings, a fim de capturar as sinergias entre nossos ativos. Tais iniciativas proporcionam um aumento no tráfego de indivíduos e clientes nos shoppings, impulsionando as vendas totais dos ativos.

Ativo	Data do Anúncio	Transação	Tipo de Torre	Área Privativa (mil m²)	Valor Total da Transação (R$ mi)¹	Inauguração	% IGTI	CAPEX IGTI (R$ mi)
Shopping Market Place	4T24	Venda de Fração Ideal	1 Torre Multifamily	11,4	35,0	-	-	-
Iguatemi Campinas	4T23	Venda de Fração Ideal	1 Torre Corporativa	16,4	37,0	-	-	-
Iguatemi S. J. Rio Preto	3T23	Permuta de VGV	1 Torre Comercial 1 Torre Residencial	26,0	7,3	-	-	-
Iguatemi Ribeirão Preto	4T22	Venda de Fração Ideal	1 Torre Corporativa	16,3	13,0	-	-	-
Iguatemi Esplanada	4T22	Venda de Fração Ideal	1 Torre Residencial	12,4	12,4	-	-	-
Iguatemi Ribeirão Preto	4T21	Venda de Fração Ideal	1 Torre Residencial	8,8	8,0	-	-	-
Iguatemi Esplanada	3T21	Venda de fração ideal	1 Torre Residencial	21,4	20,1	-	-	-
Galleria	4T20	Venda de fração ideal	1 Torre Multifamily	8,0	11,2	-	-	-
Iguatemi Esplanada	4T20	Venda de fração ideal	1 Torre Comercial	15,2	8,5	-	-	-
Iguatemi Esplanada	3T19	Venda de fração ideal	1 Torre Residencial	17,4	13,2	-	-	-
Iguatemi S. J. Rio Preto	3T19	Venda de fração ideal	1 Torre Residencial	13	9	-	-	-
Galleria	4T18	Venda de fração ideal	1 Torre Comercial	14,2	14,8	out/22	55,00%	74
Iguatemi S. J. Rio Preto	1T14	Permuta de VGV	3 Torres Residenciais	17,4	8,5	mai/17	-	-
Iguatemi S. J. Rio Preto	4T13	Venda de fração ideal	Hotel	4,3	8,5	ago/16	-	-
Iguatemi S. J. Rio Preto	1T13	Permuta de VGV	1 Torre Comercial	10,9	9,3	jun/16	-	-
Iguatemi Esplanada	2T12	Permuta de VGV	1 Torre Comercial	16	11,5	jun/15	-	-
Iguatemi Porto Alegre	2T12	Desenv. imobiliário para locação	1 Torre Comercial	10,7	-	jun/16	36,0%	56,9
Iguatemi Ribeirão Preto	2T11	Permuta de VGV	2 Torres Comerciais	25,8	19,2	nov/13 & mai/18	-	-
Praia de Belas	2T10	Permuta de VGV	1 Torre Comercial	-	25,7	jun/15	-	-
Praia de Belas	4T09	Permuta de VGV	Complexo	38,6	11	jul/15	-	-
Praia de Belas	1T07	Permuta de ABL	1 Torre Comercial	7,8	n/a	set/10	-	-
Total				300,5	248,1			

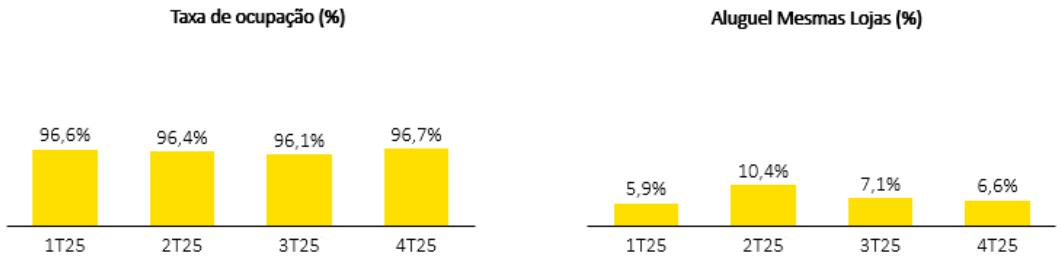
Fonte: Companhia

Com o aumento das vendas, a Companhia reduziu o seu custo de ocupação, diminuindo em 0,8 pontos percentuais entre 2023 e 2025:



Fonte: Companhia

Além do desempenho dos shoppings em vendas, o aluguel também aumentou em virtude do aumento de sua ocupação média, com forte avanço no ano de 2025:



Fonte: Companhia

Nossos principais shopping centers, Iguatemi São Paulo, JK Iguatemi, Shopping Pátio Higienópolis, Shopping Pátio Paulista e RIOSUL estão entre os dez maiores aluguéis por metro quadrado do Brasil, sendo

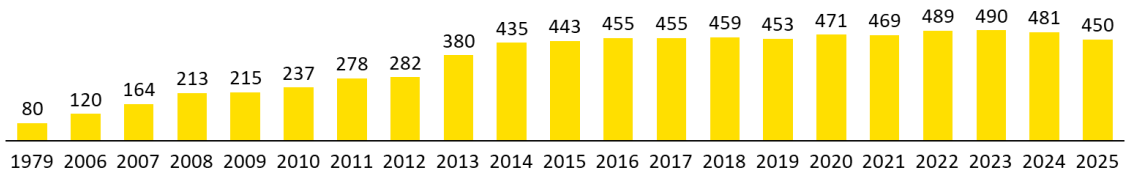
que o Iguatemi São Paulo possui o aluguel por metro quadrado mais elevado da América Latina, considerando os dados de companhias abertas do setor. Adicionalmente, tais ativos também se destacam pelos elevados níveis de vendas por metro quadrado, figurando entre os mais produtivos do setor, conforme estimativas de relatórios de instituições financeiras, incluindo estudo recente elaborado pelo J.P. Morgan. Esses ativos combinam elevados níveis de aluguel com custos de ocupação controlados, evidenciando a capacidade da Companhia de capturar valor por meio de seu portfólio de ativos premium.

A Companhia é titular da marca de shopping centers mais reconhecida do Brasil e uma das 50 marcas mais reconhecidas no mercado brasileiro segundo ranking InfoMoney de 2019.

Histórico consolidado

Desde nossa oferta pública inicial (IPO) em 2007, a Companhia apresenta capacidade de execução de sua estratégia de crescimento, tendo quase que triplicado sua ABL própria, partindo de aproximadamente 164 mil metros quadrados em 2007 para aproximadamente 450 mil metros quadrados, na data deste Formulário de Referência.

ABL Própria (000' m²)



Fonte: Companhia

Tal desempenho ocorreu por conta (i) da aquisição de cinco shoppings, um premium outlet e duas torres comerciais; (ii) de 23 operações de aumento de participação em nosso portfólio de shoppings existentes (excluindo as operações de compra de quotas do Shopping Iguatemi São Paulo); (iii) do desenvolvimento de sete projetos *greenfield* e de duas torres comerciais; e (iv) da implantação e entrega de sete projetos de expansão. A sólida operação e gestão da companhia é ratificada pelo longo *track-record* de projetos *greenfield* e *brownfield* da companhia:

Projetos *Greenfield*:

Ativos	Inauguração	Cidade	% Iguatemi	ABL Total (m²)	ABL Iguatemi (m²)
I Fashion Outlet Santa Catarina	2018	Tijucas	54,00%	19.838	10.713
Iguatemi São José do Rio Preto	2014	São José do Rio Preto	88,00%	43.550	38.324
Iguatemi Ribeirão Preto	2013	Ribeirão Preto	88,00%	43.288	38.093
I Fashion Outlet Novo Hamburgo	2013	Novo Hamburgo	41,00%	20.056	8.223
JK Iguatemi	2012	São Paulo	64,00%	34.358	21.989
Iguatemi Alphaville	2011	Barueri	78,00%	31.147	24.295
Iguatemi Brasília	2010	Brasília	64,00%	34.446	22.045
Total				**226.683**	

Fonte: Companhia

Projetos de Expansões Imobiliárias *(Brownfield)*:

Ativo	Inauguração da Expansão	Cidade	ABL Original (m²)	ABL da Expansão (m²)	ABL Final (m²)
Iguatemi Porto Alegre	abr/16	Porto Alegre	44.416	20.376	64.792
Iguatemi São Paulo	set/15	São Paulo	48.062	1.188	49.250
Iguatemi Campinas	abr/15	Campinas	53.593	19.797	73.390
Iguatemi São Carlos	jun/14	São Carlos	19.070	3.274	22.344
Iguatemi Esplanada(1)	nov/13	Sorocaba	25.257	39.550	64.807
Praia de Belas	nov/13	Porto Alegre	27.228	17.624	44.852
Total				**101.809**	

(1) Considera o complexo Iguatemi Esplanada, formado pelo Esplanada Shopping e o Iguatemi Esplanada.

Fonte: Companhia

Além destes shoppings, a companhia também possui o projeto da Torre Sky Galleria, que foi inaugurada em outubro de 2022 e conta com 14,5 mil metros quadrados de área bruta locável. A Iguatemi possui 52% do empreendimento, onde foram investidos um total de R$125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais). .

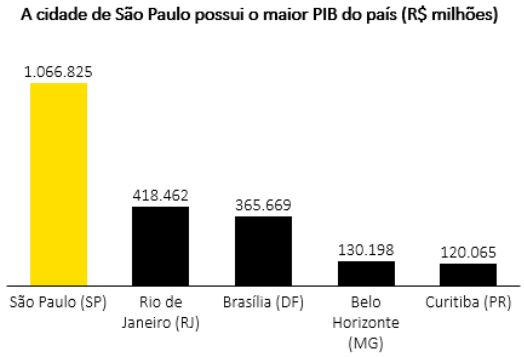
A Companhia possui, ainda, um relevante pipeline de expansão em andamento. O projeto de expansão do Iguatemi São Paulo, anunciado no Investor Day de 2025, tem como objetivo aprimorar e diferenciar ainda mais o empreendimento, por meio da construção de um rooftop com 4,9 mil metros quadrados de ABL, que incluirá restaurantes, bares, lojas e espaços exclusivos para eventos. A Iguatemi possui 60% do empreendimento, com investimento total estimado de R$222.200.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões e duzentos mil reais) e inauguração prevista para março de 2027.

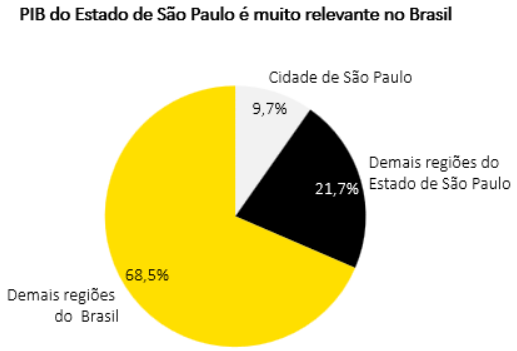
Adicionalmente, a Companhia anunciou, em março de 2024, o projeto de expansão do Iguatemi Brasília, que adicionará 15,5 mil m² à sua área atual, totalizando 50,1 mil m² de ABL. A expansão contempla a adição de mais de 90 novas lojas, incluindo marcas internacionais, restaurantes e operações de entretenimento. O investimento total estimado é de R$314.400.000,00 (trezentos e quatorze milhões e quatrocentos mil reais), sendo que a Iguatemi será responsável pelo investimento proporcional à sua participação no empreendimento (64%). A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2027.

A Iguatemi está presente no Distrito Federal, estado com maior renda per capita do Brasil, no Rio Grande do Sul, estado com a quarta maior renda per capita do Brasil, em Santa Catarina, estado com a quinta maior renda per capita do Brasil, em São Paulo, estado com o maior PIB do país, e no Rio de Janeiro, estado com a terceira maior renda per capita do Brasil.

Estado	# shoppings/outlets	# de torres	ABL própria (m²)
SP	11	3	352.108
RS	3	1	8.626

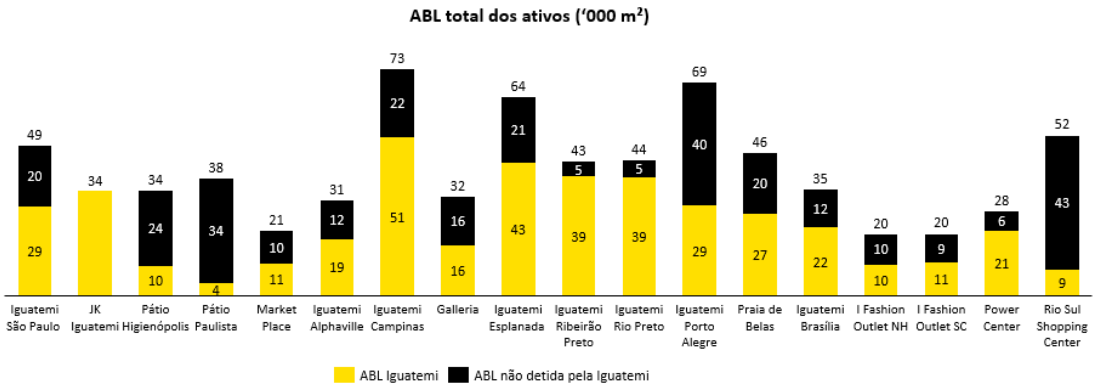
Estado	# shoppings/outlets	# de torres	ABL própria (m²)
DF	1	-	70.496
SC	1	-	22.207
RJ	1	-	10.865





Fonte: IBGE, Sistema de Constas Regionais – SCR, 2023

Dentro do seu portfólio atual, a Companhia ainda possui muitas oportunidades futuras para criar valor adicional, dado que possui participações minoritárias em ativos de alta qualidade que ainda podem ser adquiridos – 250 mil m² de ABL ainda não adquirido:



Fonte: Companhia

I-Retail e Iguatemi 365 (Varejo físico e online):

Desde 2009, a Iguatemi possui uma operação de I-Retail, oferecendo uma experiência multinacional no mercado de luxo. Atua de forma estratégica como uma incubadora de marcas internacionais, garantindo o desenvolvimento e gestão do negócio no Brasil em todas as áreas: Operações, Serviços Financeiros, Recursos Humanos, TI, Varejo, Marketing & RP e Merchandising. Para a Iguatemi, a I-Retail tem um papel extremamente estratégico de garantir o posicionamento dos nossos shoppings.

Visando continuar a trajetória de crescimento, em outubro de 2019, lançamos também o Iguatemi 365, e-commerce no formato de marketplace, reunindo diversas marcas exclusivas em um só lugar. Trata-se de um e-commerce premium, com a curadoria da marca Iguatemi, que hoje é sinônimo de moda e estilo de vida, oferecendo para o cliente de todo o Brasil a experiência e curadoria Iguatemi 24 horas por dia, 365 dias por ano.

Por meio de nossa plataforma digital esperamos fortalecer também a presença e venda de nossos shoppings, aproveitando a estrutura das lojas, integrando estoque e respeitando a precificação.

Dessa forma, a I-Retail atua como uma "incubadora" de marcas internacionais no Brasil, trazendo diferenciação para os empreendimentos através de marcas icônicas. Atualmente, as principais marcas são: Birkenstock, Comme des Garçons, Christian Louboutin, Dominique, Golden Goose, Goyard, Loewe, Missoni, Polo Ralph Lauren e Villebrequin, além das marcas disponíveis online pelo Iguatemi 365.

Iguatemi One:

Visando fidelizar ainda mais os seus clientes, o Iguatemi One é o programa de relacionamento do Iguatemi em que os membros recebem benefícios exclusivos em serviços e parceiros do Iguatemi, como convites para desfiles, acesso aos *lounges* do Iguatemi SP e JK Iguatemi, ingressos para eventos, estacionamento e *valet* gratuitos, entre outras vantagens.



Fonte: Companhia

Diferenciais estratégicos

Acreditamos que nossos principais diferenciais estratégicos são:

Portfólio de shopping centers que sãor referência de qualidade para nosso público-alvo, localizados em regiões de grande poder aquisitivo.

Nosso portfólio é composto por *shoppings centers* que (i) são referência de qualidade para nosso público-alvo, predominantemente as classes A e B, caracterizado por sua fidelidade e exigência de qualidade; e (ii) estão estrategicamente localizados nas áreas historicamente de maior poder aquisitivo e potencial de consumo *per capita* das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste de acordo com IBGE. Acreditamos ser a principal referência com atuação no público das classes A e B na capital e no interior de São Paulo, os dois principais polos de consumo do Estado, que por sua vez possui a maior participação na economia brasileira (31,5% do PIB nacional em 2023 segundo dados do IBGE). Além disso, estamos presentes em grandes capitais como Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis e Brasília, nas quais acreditamos ser referência de qualidade para os mesmos públicos em cada uma destas praças.

Histórico consistente de crescimento sustentável e rentável, decorrente da disciplina na execução de uma estratégia bem definida.

Ao longo de nossa história, e especialmente desde nossa oferta inicial em 2007, acreditamos que tivemos êxito em crescer de forma sustentável e rentável. Neste período, mais que triplicamos nossa ABL própria, de aproximadamente 121 mil metros quadrados para aproximadamente 450 mil metros quadrados em 2025, por meio (i) da aquisição de seis *shoppings,* um *premium outlet* e duas torres comerciais, de 23 operações de aumento de participação em nosso portfólio de *shoppings* existentes (excluindo as operações de compra de quotas do Shopping Iguatemi São Paulo); (ii) do desenvolvimento de sete projetos *greenfield* e desenvolvimento de duas torres comerciais, e (iii) da implantação e entrega de seis

projetos de expansão.

Tivemos disciplina, ao longo dos anos, em executar uma estratégia bem definida, focada em determinados aspectos, tais como:

- atuação em regiões bem definidas, ou *clusters*, escolhidas em função de seu potencial de consumo, da concentração de público das classes A e B residente nestas regiões, e da proximidade de nossos empreendimentos já existentes, visando alavancar a base de relacionamentos comerciais estabelecidos e alinharmos com a logística de distribuição de nossos lojistas;

- arquitetura diferenciada, com projetos desenvolvidos por arquitetos de renome internacional no campo de projetos comerciais;

- *mix* de lojas de alta qualidade, com lojistas de renome nacional e internacional; e

- manutenção de geração de caixa estável e forte, decorrente de nossos contratos de locação, que estabelecem pagamentos mensais de aluguel baseados em uma participação percentual nas vendas, aliada a um gerenciamento disciplinado de nossa dívida e estrutura de capital.

Marca altamente reconhecida, capaz de trazer proposição de valor diferenciada para donos de terreno, parceiros e lojistas nacionais e internacionais.

Criamos uma marca unificada, com prestígio, credibilidade e reputação e reconhecimento no mercado de varejo nacional e global. Em 2019 a Iguatemi foi a única empresa de shopping centers com marca reconhecida entre as 60 mais valiosas do Brasil pelo 11º ano consecutivo, segundo o ranking "As Marcas Mais Valiosas do Brasil" da revista Exame. Acreditamos que isso também é resultado direto da execução de nossa estratégia, que nos levou à formação de uma carteira de *shoppings centers*, com diversidade e qualidade de nosso *mix* de lojas e da consistência dos serviços que oferecemos. Nossa marca nos proporciona capacidade diferenciada de (i) atrair donos de terrenos e parceiros de investimento para a negociação de novos projetos de incorporação; (ii) conquistar os locatários mais atraentes, dentre os quais marcas internacionais interessadas em operar no País; e (iii) manter baixo índice de vacância em nossos *shopping centers.* Como resultado, conseguimos gerar fluxo incremental de pessoas nos shoppings e projetos, e com isso valorizar os demais imóveis de cada empreendimento, que estão em torno de nossos *shoppings centers*.

Pioneirismo e cultura inovadora.

Na nossa história realizamos ações pioneiras e inovadoras, no que diz respeito ao *mix* de lojas, à oferta de produtos e serviços para nossos consumidores, ao desenvolvimento de projetos imobiliários e aos aspectos institucionais e de governança corporativa. No que diz respeito ao *mix* de lojas e serviços,

acreditamos ter sido os primeiros a trazer marcas de renome internacional ao varejo brasileiro; os primeiros a contar com serviços de *valet parking* e salas de cinema com reserva antecipada de lugar em nossos *shopping centers*. No que tange ao aspecto de desenvolvimento de projetos imobiliários, acreditamos ter sido os primeiros a inaugurar um projeto de uso misto, o complexo Market Place, em 1995, bem como ter sido os primeiros a abrir um shopping no interior de São Paulo – o Iguatemi Campinas, em 1980 e os primeiros a abrir um shopping no Sul do Brasil – o Iguatemi Porto Alegre, em 1983. No aspecto institucional e de governança corporativa, fomos a primeira companhia do setor a fazer uma oferta pública de ações e listar nossas ações na BM&FBOVESPA, em 2007. Acreditamos que nosso pioneirismo e inovação no setor de *shopping centers* reforça nossa capacidade de fidelizar o consumidor e de construir parcerias duráveis e consolidadas com nossos lojistas, fornecedores e parceiros. Um exemplo de nosso pioneirismo é nosso Shopping JK Iguatemi. Inaugurado em junho de 2012, o Shopping JK Iguatemi conta com 23 lojas de marcas internacionais que até sua inauguração não tinham presença no Brasil e 21 marcas nacionais exclusivas em shopping.

Em 2019, a Iguatemi lançou sua plataforma de marketplace, o Iguatemi 365, e-commerce no formato de marketplace, reunindo diversas marcas exclusivas em um só lugar.

Sinergias entre shopping centers e incorporações imobiliárias.

Desenvolvemos nossos *shopping centers* visando buscar receitas incrementais e assim aproveitar ao máximo o potencial construtivo excedente de nossos imóveis. Fazemos isso por meio de desenvolvimento de projetos de uso misto, no qual o potencial construtivo excedente em nossos empreendimentos é vendido ou permutado para o desenvolvimento de imóveis comerciais e residenciais. Nosso primeiro projeto de uso misto foi o complexo Market Place, inaugurado em 1995. Atualmente, todos os nossos projetos *greenfield* estão sendo desenvolvidos para uso misto e todos os demais empreendimentos estão sendo convertidos para essa finalidade. Existe grande capacidade de aproveitamento de sinergias em projetos de uso misto, os quais trazem, entre outros benefícios, um maior potencial de valorização do próprio empreendimento e dos imóveis no entorno dos *shopping centers* e, também, aumento no tráfego de pessoas, o que consequentemente aumenta as vendas em nossos *shopping centers*.

Vantagem competitiva intrínseca em operar *Outlets Premium* no Brasil

De acordo com um estudo realizado pela Jones Lang Lasalle, acima de 50% dos consumidores brasileiros que frequentam shoppings centers no Brasil pertencem às classes A e B. No caso dos *Outlets Premium*, o consumo é quase que exclusivamente direcionado ao público A e B, e o principal motivador que leva este público ao *outlet* é a busca de marcas diferenciadas com desconto. Acreditamos que a Iguatemi tem uma vantagem competitiva intrínseca em operar *Outlets Premium* no Brasil, dado (i) nosso relacionamento com as principais marcas nacionais e internacionais, (ii) o posicionamento da marca Iguatemi e a (iii) forte presença regional da Iguatemi nas cidades mais adensadas das regiões Sul e Sudeste do país, com maior concentração do público A e B e, portanto, maior propensão à valorização das marcas diferenciadas.

Equipe de administração experiente e profissionais motivados

Dispomos de uma equipe motivada de executivos com comprovada experiência no setor de varejo e de *shopping centers*, que geraram crescimento e incrementaram nossa rentabilidade no passado, mesmo em períodos adversos da economia. Temos procurado, de forma consistente, alinhar os interesses de nossa administração e empregados com aqueles de nossos acionistas. Nossas políticas objetivam a retenção de profissionais qualificados, criação de ferramentas de gestão para melhorar sua eficiência, criação de oportunidades adicionais para promoção interna, programas de treinamento eficientes, avaliação de desempenho e remuneração adequada de nosso quadro de profissionais.

Obstáculos e Ameaças

A possibilidade de novos fechamentos de nossos shoppings em virtude do COVID-19 ou outros surtos de doenças, poderia afetar significativamente as receitas da Companhia. Acreditamos que esse potencial risco não impactaria nossa competitividade, uma vez que tais fechamentos atingiriam indistintamente todas as companhias do setor. Além disso, os outros pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações vide os itens “4.1 Descrições dos fatores de Risco” e “4.3 Descrição dos principais riscos de mercado, inclusive em relação a riscos cambiais e taxa de juros” deste Formulário de Referência.

Nossa Estratégia

Nossa estratégia é consolidar e expandir nossa posição de liderança no setor de *shopping centers* nas regiões em que atuamos. Nossa estratégia, para todos os nossos negócios, está orientada de forma que continuemos a ter os melhores ativos nas melhores localizações, a organizar nossa operação em regiões ou *clusters* bem definidos, bem como a fortalecer cada vez mais nossa marca. Acreditamos que desta forma prosseguiremos firmes em nossa trajetória de crescimento de forma sustentável e com rentabilidade, entregando valor para nossos acionistas dentro ou acima de nossas expectativas e previsões. Os elementos principais de nossa estratégia são:

<u>Manter a qualidade de nosso portfólio atual.</u>

Acreditamos que nosso portfólio atual nos proporciona uma sólida base para nossas operações e buscaremos assegurar que eles continuem a ser os melhores ativos em suas respectivas praças, de forma a melhor servir nosso público-alvo e manter nosso reconhecimento perante os segmentos de consumidores das classes A e B das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. Para tanto, buscaremos:

- *Manter atualizados todos os equipamentos de nosso portfólio***.** Para que continuemos a ter ativos de qualidade, promoveremos a atualização contínua de todos os equipamentos do nosso portfólio atual, de forma que os elementos de arquitetura e *mix* de lojas e

serviços continuem em alto padrão de qualidade e acompanhem as últimas tendências de consumo e de varejo;

- *Posicionar e fortalecer cada vez mais a nossa marca.* Trabalhamos nos últimos 30 anos no desenvolvimento de uma marca forte, e continuaremos a fazê-lo. Acreditamos que a marca "Iguatemi" simboliza alta qualidade e um *mix* diverso de produtos e serviços concebidos para os nossos consumidores alvo. Por meio de diversas ações de *marketing*, e do uso de nossa inteligência sobre tendências de varejo e consumo, buscaremos manter o posicionamento de nossa marca e sua associação aos padrões de qualidade e excelência demandados por nosso público-alvo; e
- *Expandir nossos shopping centers atuais*. Podemos expandir diversos de nossos *shopping centers* atualmente em operação. Expansões estão tipicamente sujeitas a menores riscos e oferecem maiores taxas de retorno, uma vez que reformas normalmente têm uma porcentagem maior de lojas satélites, fortalecendo o *shopping center* existente e geram tráfego adicional de consumidores, sustentando ou aumentando nossos resultados com a operação de nosso portfólio atual.

Crescer de forma sustentável e lucrativa

Nosso plano de investimentos busca crescimento rentável e sustentável a longo prazo, com foco principal na geração de valor aos nossos acionistas, que será implementado por meio das seguintes ações:

- *Realizar a concepção, incorporação e administração de novos shopping centers*. Acreditamos que o desenvolvimento de novos *shopping centers* nos permitirá criar instalações modernas que sejam consistentes com nossa marca e sejam projetadas especificamente para atender as necessidades de nosso público-alvo. Para tanto continuaremos a selecionar de forma criteriosa a localização de nossos novos empreendimentos; aplicando a eles arquitetura diferenciada; e proporcionando a eles *mix* de lojas de alta qualidade, com lojistas de renome nacional e internacional;
- *Realizar a concepção, incorporação e administração de novos Outlets Premium.* A atuação no setor de *Outlets Premium* está alinhada com nossos negócios, nossa expertise, e ao nosso público de classes A e B;
- *Continuar a implantar projetos de uso misto*. Continuaremos a aproveitar ao máximo o potencial de receita e rentabilidade de nossos *shopping centers* por meio da implementação de projetos complementares para uso misto, como torres comerciais e projetos residenciais próximos aos *shopping centers*. Esse tipo de ação, que também pode ser desenvolvida conjuntamente com parceiros estratégicos, cria sinergias recíprocas entre os *shopping centers* e os projetos de uso misto, aumentando a atratividade de ambos os empreendimentos. Buscaremos conceber nossos futuros empreendimentos sempre visando uso misto;

- *Adquirir maior participação em nossos shopping centers*. Acreditamos que a aquisição de participações adicionais em *shopping centers* nos quais já detemos uma participação nos possibilita melhorar nossos resultados sem incremento de riscos, visto que já administramos e temos pleno conhecimento dos mesmos; e
- *Adquirir seletivamente participações em shopping centers existentes e outras companhias que operam no setor de shopping centers.* O setor de *shopping centers* no Brasil é altamente fragmentado, e acreditamos que surgirão oportunidades interessantes à medida que o setor se consolidar, envolvendo novos empreendimentos e parceiros.

1.3 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia e suas controladas atuam no segmento de shopping centers, tendo como objetivo a exploração comercial e o planejamento de *shopping centers*, a prestação de serviços de administração de *shopping centers* e complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e *merchandising*, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Receita líquida de aluguéis e serviços (R$ mil)	1.486.833	1.236.345	1.157.163
Participação na receita líquida de aluguéis e serviços da Companhia	100%	100%	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Dados consolidados em	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023
Lucro líquido (R$ mil)	582.576	399.876	308.934
Participação no lucro líquido da Companhia	100%	100%	100%

1.4 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3

(a) Características do Processo de Produção

Exploração comercial e o planejamento de shopping centers

Buscamos um crescimento sólido, consistente com as oportunidades de mercado em cada região que atuamos ou pretendemos atuar, por meio do desenvolvimento de um planejamento detalhado e adequado a cada novo empreendimento visando a exploração comercial de novos *shopping centers* e/ou a expansão dos já existentes. Além disso, realizamos as revitalizações nos *shopping centers* existentes para que estes atraiam cada vez mais clientes e lojistas, aumentando a nossa receita.

Para isso, realizamos a contratação de profissionais especializados, como arquitetos, engenheiros, projetistas e gerenciadores. Uma equipe própria responsável pela elaboração do plano de negócio e do orçamento do projeto também é envolvida nessa fase dos trabalhos, o que inclui a determinação do tamanho, estilo e faixa de preço do metro quadrado de cada empreendimento.

Todas as nossas propriedades, incluindo máquinas, equipamentos e produtos, são asseguradas contra danos materiais sejam por eventos realizados por terceiros, quanto em razão de causas naturais, bem como lucros cessantes.

Administração de shopping centers

A atividade de administração de *shopping centers* compreende tanto a administração estratégica, quanto as atividades de rotina dos *shopping centers*, que incluem a gestão financeira, jurídica, comercial e operacional dos empreendimentos. Ademais, a atividade de administração de *shopping centers* também envolve o estudo, planejamento e recomendação de expansões. Nossas atividades de administração de *shopping centers* são realizadas por meio de nossas prestadoras de serviços de administração, que repassam a empresas especializadas uma parte substancial dos serviços, como limpeza, segurança, entre outros.

No âmbito de nossas atividades de administração de *shopping centers*, realizamos um planejamento estratégico para cada empreendimento que administramos, a fim de identificar o foco de atuação, por meio da análise da concorrência, pontos fortes e fracos, diversos perfis, localização e estágios de maturação, entre outros fatores internos e externos.

Compra e venda de imóveis

Buscamos oportunidades de venda de imóveis comerciais de nossa propriedade que, com base na nossa experiência e conhecimento do mercado imobiliário comercial e gerenciamento de propriedades, possam nos oferecer ganhos da valorização por meio de sua venda. Adicionalmente, buscamos oportunidades no

mercado imobiliário para aquisição e incorporação de novos imóveis comerciais. Adquirimos preferencialmente imóveis locados e que apresentem potencial de valorização no médio e longo prazo.

Exploração de estacionamentos rotativos

A cobrança de estacionamento é uma importante ferramenta comercial, pois representa receitas adicionais para nós, contribuindo para o aumento do tráfego de clientes e de nossos resultados comerciais. A receita dos estacionamentos é proveniente do aluguel do espaço, quando este é operado por terceiros, ou da própria receita da prestação de tal serviço, quando operado por nós.

Atividades de merchandising e intermediação na locação de espaços promocionais

Somos especializados na locação de espaços promocionais nas áreas comuns dos *shopping centers* (corredores) destinando-as para *stands*, *merchandising*, quiosques e similares.

As atividades de *merchandising* e de comercialização dos espaços promocionais são realizadas por meio de painéis publicitários internos e externos, quiosques e *stands*. Os espaços para merchandising, nos últimos anos, transformaram-se em uma poderosa ferramenta de comunicação, possibilitando várias e diferentes opções de publicidade, indoor e outdoor.

Buscamos oferecer aos *shopping centers* produtos e serviços complementares ao mix de lojas. Os clientes utilizam nossos shopping centers para lançamento e teste de novos produtos e serviços além de realizarem eventos nas áreas internas.

Nesse contexto, buscamos também identificar as lojas âncoras que melhor se adequam ao projeto, desde a fase de concepção do projeto, a fim de atraí-las para o empreendimento.

Atividades de comercialização eletrônica de mercadorias

Com base na estratégia *omnichannel*, buscamos oferecer aos clientes um novo canal à curadoria Iguatemi por meio de uma plataforma digital de e-commerce. Essa plataforma reúne, além de marcas presentes nos nossos shoppings, outras não pertencentes ao nosso ecossistema.

Fornecendo toda a infraestrutura de logística, meio de pagamento, curadoria e relacionamento junto a lojistas e clientes finais. Por esses serviços recebemos uma remuneração variável ao nível de vendas dos lojistas na plataforma.

Administração de lojas e comercialização de mercadorias

Com o intuito de entregar marcas e produtos diferenciados aos clientes locais, buscamos identificar marcas sem presença no Brasil e com potencial de crescimento dentro do mercado doméstico para prover os produtos mais recentes e exclusivos em nossos shoppings.

Essas operações são feitas em parceria com as marcas como forma de aprendizado das operações no mercado doméstico por meio de *joint ventures*, prestação de serviços ou franquias.

Portfólio da Companhia

Portfólio	Cidade	ABC Total Média (m^2)[1]	ABL Total Média (m^2)	Participação Iguatemi	ABL Iguatemi (m^2)
Iguatemi São Paulo	São Paulo	48.854	48.854	59,66%	29.146
JK Iguatemi	São Paulo	34.081	34.081	100,00%	34.081
Pátio Higienópolis	São Paulo	34.100	34.100	28,95%	9.872
Market Place	São Paulo	38.138	38.138	11,45%	4.367
Iguatemi Alphaville	Barueri	21.262	21.262	51,00%	10.844
Iguatemi Campinas	Campinas	30.958	30.958	60,00%	18.575
Galleria	Campinas	77.519	73.350	70,00%	51.345
Iguatemi Esplanada[2]	Sorocaba	32.153	32.153	51,00%	16.398
Iguatemi Esplanada - área proprietária[3]	Sorocaba	64.122	64.122	61,01%	39.123
Shopping Rio Sul	Rio de Janeiro	6.556	3.678	100,00%	3.678
Iguatemi Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	51.870	51.870	16,63%	8.626
Iguatemi Rio Preto	São José do Rio Preto	43.506	43.506	88,96%	38.703
Subtotal Sudeste		**526.928**	**519.881**	**58,34%**	**303.309**
Iguatemi Porto Alegre[4]	Porto Alegre	68.792	68.792	42,58%	29.291
Praia de Belas	Porto Alegre	46.165	46.165	57,55%	26.568
Subtotal Sul		**114.957**	**114.957**	**48,59%**	**55.860**
Iguatemi Brasília	Brasília	34.698	34.698	64,00%	22.207
Subtotal DF		**34.698**	**34.698**	**64,00%**	**22.207**
I Fashion Outlet Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	20.120	20.120	51,00%	10.261
I Fashion Outlet Santa Catarina	Tijucas	20.120	20.120	54,00%	10.865
Power Center Iguatemi Campinas[5]	Campinas	27.534	27.534	77,00%	21.201
Subtotal Outlet e Power Center		**67.773**	**67.773**	**62,45%**	**42.327**
Subtotal Shoppings		**744.356**	**737.309**	**57,47%**	**423.702**
Market Place Torre I	São Paulo	15.345	15.345	51,00%	7.826
Market Place Torre II	São Paulo	13.389	13.389	51,00%	6.828
Torre Iguatemi Porto Alegre[4]	Porto Alegre	10.276	10.276	42,58%	4.376
Torre Sky Galleria	Campinas	14.500	14.500	52,00%	7.540
Subtotal Torres		**53.510**	**53.510**	**49,65%**	**26.570**
Total		**797.866**	**790.819**	**56,94%**	**450.272**

1) Área Bruta Comercial (ABC) inclui, em alguns empreendimentos, áreas proprietárias que não pertencem a Iguatemi.
2) Considera o complexo Iguatemi Esplanada, formado pelo Esplanada Shopping e o Iguatemi Esplanada.
3) Área de propriedade da Iguatemi no Esplanada, detida através de subsidiária.
4) Considera a participação indireta de 6,58% detida através da Maiojama Participações.
Power Center localizado anexo ao Shopping Iguatemi Campinas.







Abaixo distribuição geográfica do portfólio da Companhia.



Riscos de paralisação das atividades

Eventuais sinistros não cobertos em nossas apólices podem gerar paralisação temporária de nossos empreendimentos sem que tenhamos cobertura. Para maiores informações, veja o fator de risco "*Nossas apólices de seguro podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, o que pode causar efeitos adversos para nós*" no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(b) Características do processo de distribuição

As atividades da Companhia e das suas controladas não envolvem métodos e nem processos de

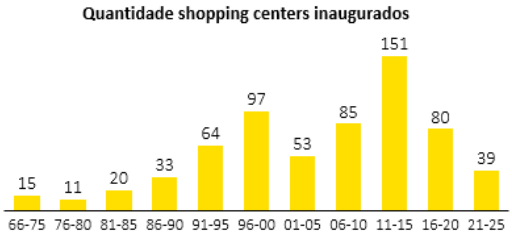
distribuição de serviços. Para maiores informações sobre as atividades prestadas pela Companhia, vide item 1.3.(a).

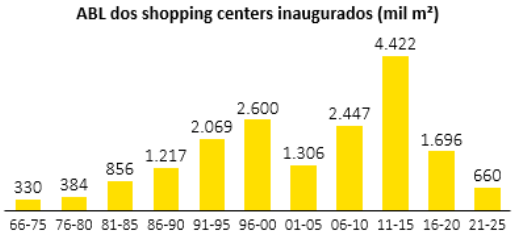
(c) Características dos mercados de atuação

Visão Geral do Setor de Atuação

O Mercado de Shopping Centers no Brasil

Ao longo das últimas décadas, o mercado de shopping centers no Brasil passou por um cenário de expansão, mantendo-se em estágio de crescimento. Os gráficos abaixo ilustram o crescimento do mercado de shopping centers no Brasil ao longo das últimas décadas:





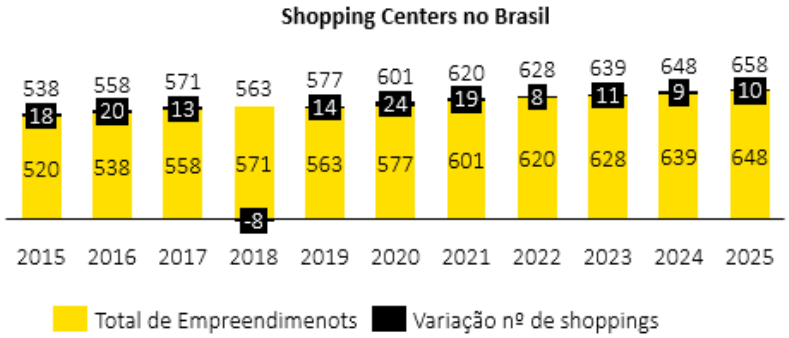
Fonte: Censo Brasileiro de Shopping Centers 2025/2026 - ABRASCE

Sua primeira fase de crescimento acentuado deu-se ao longo da década de 1980, com a inauguração de importantes *shopping centers* regionais, dentre eles, o Shopping Eldorado em São Paulo (1981) e o Shopping Center Iguatemi em Porto Alegre (1983).

A estabilidade econômica e política ao longo da segunda metade da década de 1990 propiciou uma segunda onda de crescimento acelerado no setor, que contou com 97 lançamentos e um aumento de 105% em ABL ao longo de dez anos.

Ao longo dos últimos anos, o setor passou por um novo período de crescimento, sustentado por um contexto de expansão da economia e aumento significativo no nível de renda da população brasileira, o que elevou o patamar de consumo na economia. Segundo a Associação Brasileira de Shopping Centers - ABRASCE, o volume de vendas da indústria de *shopping centers* saltou de R$23.000.000,00 (vinte e três bilhões de reais) em 2000 para R$200.900.000.000,00 (duzentos bilhões e novecentos milhões de reais) em 2025 (+1,2% em comparação a 2024). Em 2025 foram inaugurados 10 novos empreendimentos (versus 9 em 2024) e foi observada uma média de 471 milhões de visitas mensais (-1,0% versus 2024).

O gráfico abaixo ilustra o número de inaugurações e o total de shopping centers ao longo dos últimos anos.

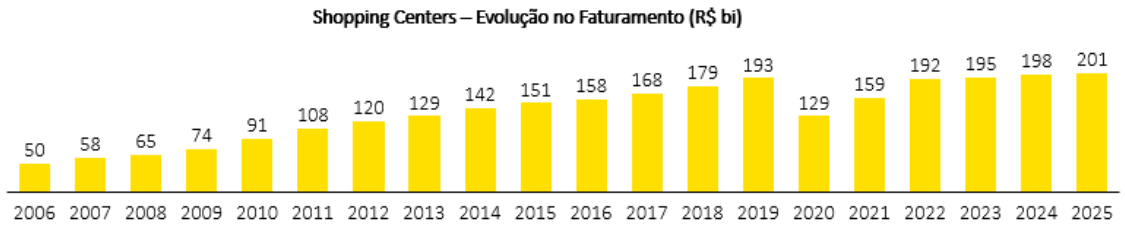


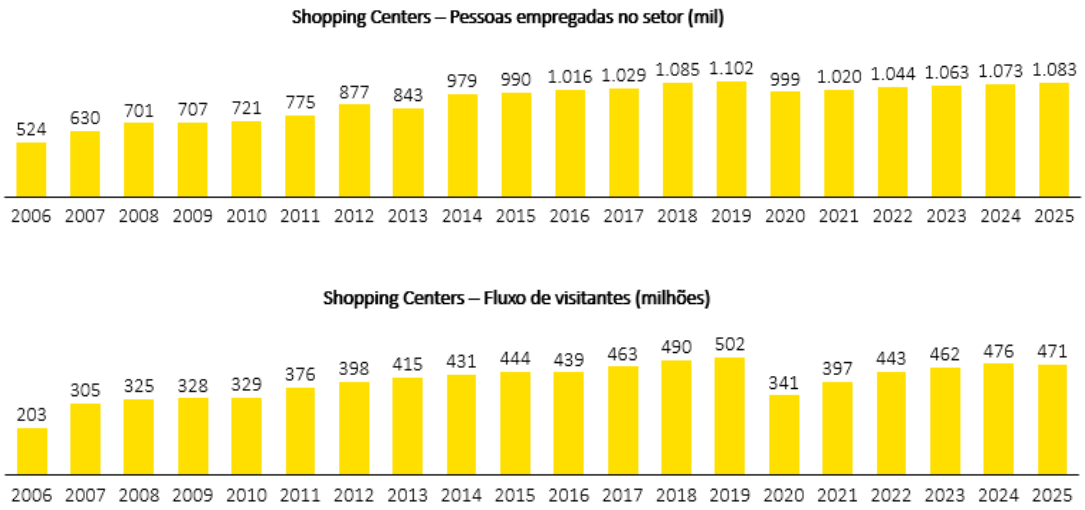
Fonte: Censo Brasileiro de Shopping Centers 2025/2026 - ABRASCE

Na última década, o setor passou por um processo de evolução de seus padrões de governança corporativa e profissionalização, como resultado direto da abertura de capital de seis empresas de shopping centers neste período.

O sucesso de vendas em *shopping centers* deve-se, principalmente, ao fato de que, no Brasil, os *shopping centers* apresentam outros atrativos além da concentração de lojas e serviços diversificados em local único, da disponibilidade de estacionamento e ambientes climatizados. Fatores como a sensação de segurança proporcionada e o abrigo contra as chuvas tropicais que irrompem justamente no período das festas natalinas, momento de maior concentração de vendas do ano, são fatores que levam as vendas de *shopping centers* a crescer em níveis superiores aos do varejo em geral. O segmento de *shopping centers* no país apresenta um nível de qualidade de especialização que se equipara aos melhores do mundo. De acordo com a Abrasce, em 2025 os empreendimentos em operação empregaram aproximadamente 1.083 mil pessoas, um aumento de 0,9% versus 2024.

Os gráficos abaixo retratam a evolução no faturamento, número de empregos gerados e no tráfego de pessoas em *shopping centers* no Brasil ao longo dos últimos anos.





Fonte: Censo Brasileiro de Shopping Centers 2025/2026 - ABRASCE

Classificação dos Shopping Centers

A ABRASCE define *shopping centers* como sendo os "empreendimentos com ABL superior a 5 mil m², formados por diversas unidades comerciais, com administração única e centralizada, que pratica aluguel fixo e percentual". Dentro do setor, a ABRASCE classifica os empreendimentos com base em suas ABLs, de acordo com os critérios expostos na tabela abaixo:

Classificação Abrasce por Tipo de Empreendimento		
Tipo	**Porte**	**ABL**
Tradicional	Mega	Acima de 60 mil m²
	Regional	De 30.000 a 59.999 m²
	Médios	De 20.000 a 29.999 m²
	Pequenos	Até 19.999 m²
Especializado (podem ser do tipo Outlet, Lifestyle ou Temáticos)	Grandes	Acima de 20.000 m²
	Médios	De 20.000 a 19.999 m²
	Pequenos	Até 9.999 m²

Fonte: ABRASCE

Potencial de Crescimento

Para 2026, de acordo com a ABRASCE, haverá a chegada de 11(onze) shoppings, 6 (seis) estão na região Sudeste, 3 (três) na região Nordeste, 1(um) na região Sul e 1 (um) na região Centro-Oeste.

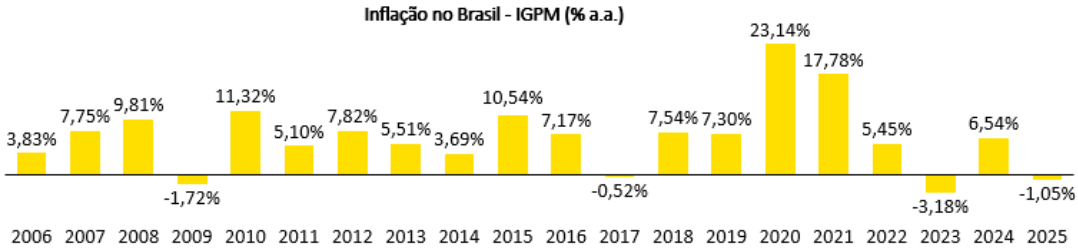
Fatores que Influenciam o Comportamento do Mercado de Shopping Centers

De modo geral, o mercado de *shopping centers* é influenciado diretamente pelo ritmo de crescimento do consumo no Brasil e, portanto, pelo crescimento econômico do país. Sendo assim, uma vez que contribuem para a expansão do consumo, a recente emergência de uma parcela relevante da população para a classe C e o aumento do nível de renda do consumidor são fatores que contribuem para a expansão do setor.

Além disso, o setor de *shopping centers* é exposto a flutuações nos preços do mercado imobiliário. Dessa forma, aumentos em preços no mercado imobiliário podem diminuir a rentabilidade do setor, desestimulando novos empreendimentos.

O mercado de *shopping centers* no Brasil também é diretamente afetado por variações na inflação, uma vez que comumente os aluguéis mínimos no setor são reajustados com base em índices de inflação. Dessa forma, devido à sua proteção intrínseca à inflação, um aumento nas expectativas de inflação pode tornar o setor mais atraente para investidores.

O gráfico abaixo indica o valor do IGP-M no Brasil nos últimos anos:



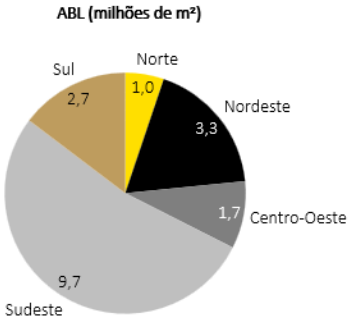
Fonte: FGV

Por último, tem-se observado nos últimos cinco anos uma tendência no setor de *shopping centers* pela busca de nichos de mercado com empreendimentos em formato de vizinhança e comunitários, de menor tamanho, e concentrados, principalmente nas cidades de médio porte, caracterizando uma tendência de ampliação. Observa-se também uma tendência recente de ampliar a função social e comunitária dos *shopping centers*, ofertando variados tipos de serviço, entretenimento, lazer e cultura.

(i) Participação em cada um dos mercados

O mercado brasileiro é muito pulverizado e diversificado no setor de shoppings centers. De acordo com a ABRASCE, em 31 de dezembro de 2025, o número total de shoppings centers no Brasil era de 658, totalizando uma ABL de aproximadamente 18,3 milhões de m² (este número de ABL considera as

inaugurações previstas para 2026). Entretanto, a distribuição da ABL ao longo das regiões brasileiras é significativamente heterogênea, como se pode verificar pelo gráfico abaixo.



O foco de atuação da Iguatemi são as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. Além da região geográfica, nossos *shopping centers* são direcionados a consumidores das classes A e B, caracterizados pela sua fidelidade e exigência de qualidade.

O conjunto das capitais das regiões em que atuamos representava, em 2023, último dado disponível, 17,9% da renda nacional segundo o IBGE, sendo Sudeste 13,6%; Sul 1%; e DF 3,3%. Já as capitais das demais regiões representavam 9,5%, sendo as capitais da região Norte responsáveis por 1,9%, as do Nordeste por 3,8% e as do Centro-Oeste por 1,4%.

A Região Sudeste apresentou os maiores indicadores ao longo da série. Em destaque, observou-se que, excluindo-se os Municípios de São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), o cálculo do indicador da região continuou alto, o maior entre todas as Grandes Regiões, evidenciando concentração do PIB na Região Sudeste. Na Região Centro-Oeste, ficou evidente a concentração devido a Brasília (DF).

(ii) Condições de competição nos mercados

O setor de *shopping centers* requer constantes pesquisas para definir novos formatos e estratégias de atuação. As mudanças na preferência do consumidor, o surgimento de sistemas alternativos de varejo e a construção de um número crescente de *shopping centers* nas regiões que atuamos têm levado a modificações nos shopping centers existentes para enfrentar a concorrência, geralmente por meio da combinação das compras ao lazer e à alimentação.

A disputa pelo consumidor e a busca de diferenciação estão estreitamente ligadas às medidas tomadas para revitalizar e redefinir do perfil dos *shopping centers*. Esses projetos abrangem: (i) gastos crescentes de marketing; (ii) seleção e/ou modificação da rede de lojistas; (iii) âncoras; (iv) promoção de eventos; (v) vagas de estacionamento; (vi) projeto arquitetônico; (vii) ampliação do número de centros de lazer e serviços; (viii) treinamento; e (ix) modernização e informatização de operações.

Os grupos que atuam no setor em que estamos inseridos, o fazem diretamente ou por meio de empresas

coligadas, como empreendedores ou administradores. É comum que um grupo se ligue a outro na realização de novos projetos, criando ou contratando empresas de administração, de locação e de obras e serviços.

Os principais concorrentes dos nossos ativos estão detalhados abaixo (fonte: ABRASCE e site dos concorrentes):

Iguatemi São Paulo

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi São Paulo	**1966**	**48.854**
Cidade Jardim	2008	47.080
JK Iguatemi (1)	2012	34.081
Morumbi Shopping	1982	54.847
Shopping Villa Lobos	2000	28.394
Shopping Eldorado	1981	75.460
Região da Rua Oscar Freire	N/A	N/A

(1) A Iguatemi detém 100% de participação neste shopping center.

De acordo com ABRASCE, o Iguatemi São Paulo foi o primeiro shopping center do Brasil e da América Latina, inaugurado em 1966. Começou a ser administrado pela Iguatemi em 1979, quando esta adquiriu a participação da Construtora Alfredo Matias S/A. A participação da Iguatemi no empreendimento é de 59,66%, participação esta que não está refletida na matrícula do imóvel. O Iguatemi São Paulo possui ABL total de 48.854 m², enquanto a ABL própria da Empresa é de 29.146 m².

JK Iguatemi

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
JK Iguatemi	**2012**	**34.081**
Iguatemi São Paulo (1)	1966	48.854
Cidade Jardim	2008	47.080
Morumbi Shopping	1982	54.847
Shopping Villa Lobos	2000	28.394
Shopping Ibirapuera	1976	51.773
Shopping Eldorado	1981	75.460
Região da Rua Oscar Freire	N/A	N/A

(1) A Iguatemi possui 59,66% de participação neste shopping center.

Com 34.081 m² de Área Bruta Locável, o Shopping JK Iguatemi, localizado na Cidade de São Paulo, trouxe em sua inauguração 23 marcas para o Brasil como Van Cleef&Arpels, Dolce&Gabbana, Goyard e Sephora.

São quatro pisos de lojas e três níveis de estacionamento. A Iguatemi possui 100% de participação no empreendimento, além de realizar sua administração.

Shopping Pátio Higienópolis

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Shopping Pátio Higienópolis	**1999**	**34.100**
Bourbon Shopping São Paulo	2008	57.384
Iguatemi São Paulo (1)	1966	48.854
JK Iguatemi (2)	2012	34.081
Shopping Villa Lobos	2000	28.394
Shopping Eldorado	1981	75.460
Região da Rua Oscar Freire	N/A	N/A

(1) A Iguatemi possui 59,66% de participação neste shopping center.

(2) A Iguatemi detém 100% de participação neste shopping center.

Em 2015, a Iguatemi adquiriu uma participação de 11,2% do Shopping Pátio Higienópolis. Em 2018, adquiriu adicionais 0,31% no empreendimento e em 15 de abril de 2025 anunciou a conclusão da aquisição de adicionais 17.5% totalizando 29,0% de participação. O Shopping Pátio Higienópolis foi inaugurado em outubro de 1999 e está localizado no bairro de Higienópolis que, ao longo dos anos, se tornou um dos mais importantes e tradicionais da cidade de São Paulo, ponto de encontro dos moradores e referência para o público classes A e B.

Market Place

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Market Place	**1995**	**21.262**
Morumbi Shopping	1982	54.847
Shopping Jardim Sul	1990	28.816
Shopping Ibirapuera	1976	51.773

Foi o segundo shopping center do grupo na capital paulista, porém o primeiro empreendimento imobiliário de uso misto, com duas torres comerciais. Acreditamos ser o primeiro empreendimento de uso misto do Brasil. A Iguatemi possui participação de 100%, sendo tanto a ABL total do empreendimento quanto a ABL própria da Iguatemi 21.262 m². O shopping foi inaugurando em 1995. Adicionalmente, a Iguatemi possui participação de 100% nas Torres Comerciais, com ABL total de 28.734 m². As torres também foram inauguradas em 1995.

Iguatemi Alphaville

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Alphaville	**2011**	**30.957**
Shopping Tamboré	1992	49.926

O Iguatemi Alphaville é um espaço de convivência que reúne lazer, compras, entretenimento, cultura, gastronomia e serviços seguindo os critérios mais recentes de sustentabilidade empresarial, inaugurado em abril de 2011. O shopping está localizado na entrada de Alphaville, condomínio de alto padrão pertencente à cidade de Barueri. A Iguatemi possui 51% do empreendimento, sendo a ABL total de 30.957 m².

Iguatemi Campinas

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Campinas	**1980**	**73.350**
Shopping Galleria (1)	1992	32.153
Parque D. Pedro	2002	126.267

(1) A Iguatemi detém 51% de participação neste shopping center.

O Iguatemi Campinas foi o primeiro shopping do interior do Brasil. O empreendimento atende aos moradores de Campinas (SP) e dos municípios vizinhos. A área abrange o próprio shopping center e o Power Center, área anexa com operações de hipermercado, móveis e eletroeletrônicos. A participação da Iguatemi no shopping é de 70%, e no Power Center, anexo ao shopping é de 77%. A ABL total do shopping é de 73.350 m², enquanto a ABL total do Power Center é de 27.534 m². Em termos de ABL própria, a ABL da empresa sobre o Iguatemi Campinas é de 51.345 m² e a ABL própria sobre o Power Center é de 21.201 m². O shopping Iguatemi Campinas foi inaugurado em 1980.

Shopping Galleria

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Shopping Galleria	**1992**	**32.153**
Iguatemi Campinas (1)	1980	73.350
Parque D. Pedro	2002	126.267

(1) A Iguatemi detém 70% de participação neste shopping center.

Localizado em Campinas (SP), o Galleria foi o segundo empreendimento da Iguatemi em Campinas. A Companhia comprou 50% do shopping em 2007 e os restantes 50% em 2013. Em 30 de junho de 2025 a Iguatemi anunciou a conclusão de venda de 49% detendo hoje 51% do empreendimento. A ABL total é de 32.153 m². O Shopping que foi inaugurado em 1992.

Iguatemi Esplanada + Esplanada Shopping

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Esplanada Shopping Centers	**1991**	**67.800**
Villagio[(1)]	2010	8.000

(1) Shopping Center fechado desde 2015.

Localizado em Sorocaba (SP) e inaugurado em 1991, atende os consumidores da cidade e dos municípios que formam a região. A Iguatemi adquiriu participação no Esplanada Shopping em 2007 e, em 2013, realizou a construção do Iguatemi Esplanada adjacente ao shopping center original, criando um complexo de 67.800 m² de ABL total. A participação da Iguatemi no complexo é de 60,93%.

Iguatemi Ribeirão Preto

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Ribeirão Preto	**2013**	**43.506**
Ribeirão Shopping	1981	74.881
Novo Shopping Center Ribeirão Preto	1999	126.489

O Iguatemi Ribeirão Preto possui 43.506 m² de ABL, em um terreno de 100 mil m², com alto potencial de expansão e verticalização, em um dos principais vetores de crescimento da cidade, a Vila do Golfe. O Iguatemi Ribeirão Preto fará parte de um empreendimento de alto padrão composto pelo shopping, além de 17 torres comerciais, 25 torres residenciais e hotéis. A Iguatemi possui 89% do empreendimento.

Iguatemi São José do Rio Preto

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Rio Preto	**2014**	**43.810**
Riopreto Shopping Center	1988	35.364
Plaza Avenida	2007	38.495

Em 26 de abril de 2014, a Iguatemi inaugurou o Iguatemi São José do Rio Preto, um marco para a cidade de São José do Rio Preto, com inúmeras marcas. O shopping possui 43.810 m² de ABL, em um terreno de 100 mil m², com alto potencial de expansão e verticalização. O Iguatemi São José do Rio Preto fará parte de um empreendimento de alto padrão composto pelo shopping, além de 2 (duas) torres comerciais, um hotel Hyatt Place e 3 (três) torres residenciais. A Iguatemi possui 88% do empreendimento.

Iguatemi Porto Alegre

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Porto Alegre	**1983**	**68.792**
Park Shopping Canoas	2017	49.058

Bourbon Shopping Wallig	2011	43.461

O Iguatemi Porto Alegre é o primeiro shopping na região Sul do Brasil. Seu projeto arquitetônico rendeu o "Merit Award" concedido pelo International Council of Shopping Centers. Neste empreendimento, a Companhia possui participação total (direta e indiretamente) de 42,58% sobre a ABL total de 68.792 m², conferindo à Iguatemi uma ABL própria de 29.291 m². O shopping foi inaugurado em 1983.

Praia de Belas

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Praia de Belas	**1991**	**46.165**
ParkShoppingCanoas	2017	49.058
Barra Shopping Sul	2008	72.102

É o segundo empreendimento da Iguatemi na cidade de Porto Alegre (RS) e na região sul do Brasil. A Iguatemi detém a maior participação individual no shopping, administrando-o desde sua concepção. A ABL total do Praia de Belas é de 46.165 m², sendo a sua participação de 57,55%. Sendo assim, a ABL própria da Empresa Iguatemi é de 26.568 m². O shopping foi inaugurado em 1991.

Iguatemi Brasília

Concorrente	Ano de Inauguração	ABL (m²)
Iguatemi Brasília	**2010**	**34.698**
Shopping Conjunto Nacional Brasília	1971	45.000
Pátio Brasil Shopping	1997	27.010
ParkShopping	1983	60.619
Brasília Shopping	1997	18.500

O Iguatemi Brasília foi o primeiro shopping da Companhia na região. O shopping que possui grifes internacionais de luxo foi inaugurado no final de março de 2010. Neste empreendimento, a empresa Iguatemi possui uma participação de 64%, sendo a ABL total 34.698 m². Já a ABL própria da Iguatemi é de 22.207 m².

I Fashion Outlet Novo Hamburgo

Em 24 de setembro de 2013, a Iguatemi inaugurou o seu primeiro *premium outlet*. Este é o primeiro outlet do Rio Grande do Sul e o terceiro do Brasil. O I Fashion Outlet Novo Hamburgo possui 20.120 m² de ABL e possui um potencial de expansão de aproximadamente 10.000 m² adicionais. A Iguatemi possui 51% do empreendimento e é administradora do shopping. O outlet possui um mix composto por marcas nacionais e internacionais, área de alimentação diferenciada e restaurantes com descontos de até 70% o ano todo. O Shopping está situado em Novo Hamburgo e a apenas 40 km de Porto Alegre – RS, passagem obrigatória

para quem visita a Serra Gaúcha e Rota Romântica, destinos turísticos que atraem milhares de visitantes por ano para esta região no Sul do país.

I Fashion Outlet Santa Catarina

Inaugurado em 12 de dezembro de 2018, o I Fashion Outlet Santa Catarina é o segundo *premium outlet* da Companhia, com 20.120 m² de ABL e um potencial de expansão de aproximadamente 10.000 m² adicionais. A Iguatemi possui 54% do empreendimento e é administradora do shopping. O Shopping está situado em Tijucas, região metropolitana de Florianópolis. O trecho da BR-101 compreendido entre Joinville e Florianópolis (145 km) é uma das áreas mais propícias à instalação de um outlet no Brasil. Além dos sólidos dados socioeconômicos, existe um intenso e qualificado apelo turístico na região (lazer e negócios) que abriga Blumenau (Oktoberfest), Itajaí e Porto Belo (porto para navios de cruzeiros), Beto Carrero World (1,5 milhão de visitantes/ano e construção de autódromo), Balneário Camboriú, Bombinhas, Pedra Branca (Palhoça), Florianópolis, além de todo fluxo direcionado às praias ao sul de Florianópolis.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Não é prática no mercado de atuação da Companhia a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que a Companhia não usufrui de nenhum benefício fiscal.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas não relacionadas com suas atividades operacionais.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Nossos resultados operacionais estão sujeitos às oscilações sazonais que afetam o setor de *shopping centers* e ao setor de varejo em geral. Observa-se incremento substancial das vendas dos lojistas nos meses nos quais há datas festivas, tais como: Natal, Dia das Mães, Dia dos Namorados etc.

Nossas receitas de locação da Iguatemi capturam esta sazonalidade através de maior participação do aluguel percentual e maior participação de locação de quiosques e *merchandising*.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025

% sobre a Receita Anual	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	2025
Total da Receita de Aluguéis	22%	27%	25%	26%	100%
Total da Receita de Estacionamento	23%	28%	23%	26%	100%
Total da Receita de Administração	22%	23%	27%	28%	100%
Total da Receita de Outros	28%	20%	26%	26%	100%
Total da Receita Varejo (i-Retail e Iguatemi 365)	15%	23%	25%	37%	100%

(e) Principais insumos e matérias primas

A Companhia, por ser uma empresa detentora de participação em outras companhias, não possui insumo ou matéria prima que individualmente seja relevante nas atividades do dia a dia, com exceção da utilização dos serviços públicos de água e energia elétrica.

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Os fornecedores incluem empresas de serviços públicos, como as de energia elétrica e abastecimento de água, entre outras, que estão sujeitas a regulamentações específicas das autoridades governamentais. Quando temos algum projeto de desenvolvimento imobiliário, a Companhia também mantém relacionamento com diferentes construtoras, sem relação de exclusividade. Como regra geral, mantemos com nossos fornecedores relacionamentos de longo prazo. Atualmente, não possuímos litígios pendentes com quaisquer fornecedores. Conforme prática corrente do mercado, não costumamos celebrar acordos que criam a obrigação de exclusividade para a Companhia, a fim de manter nossa liberdade de contratar o fornecedor mais adequado para cada função, com base nos preços, qualidade, termos e condições de entrega dos produtos e serviços. Quando temos algum projeto de desenvolvimento imobiliário, a Companhia também mantém relacionamento com diferentes construtoras, sem relação de exclusividade. Ressaltamos que todos os nossos fornecedores estão sujeitos a órgãos de fiscalização, e respectivas legislações aplicáveis.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Contamos com uma vasta lista de fornecedores, não apresentando risco de concentração ou dependência para a Companhia.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

A empresa pode enfrentar flutuações nos preços dos recursos necessários para a operação de *shopping centers*, como energia elétrica e água. A Companhia e suas subsidiárias buscam sempre novas alternativas de fornecimento para minimizar esta eventual volatilidade.

1.5 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As nossas atividades estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis, dentre outros, à construção, zoneamento, ao uso do solo e à proteção do patrimônio histórico, locação e condomínio, adaptações cartoriais para demarcação e aprovações do terreno, aprovação de projeto, aprovações para início de obra e formalização de término de obra, as quais afetam as nossas atividades. A Companhia, não enfrentou, nos últimos 10 anos, problemas intransponíveis na obtenção de tais autorizações junto à Administração Pública.

No Brasil, não há lei específica que regule a atividade de shopping center, motivo pelo qual a organização e a regulamentação do convívio entre os empreendedores, proprietários, lojistas e usuários dos shopping centers podem se dar, principalmente, por meio dos seguintes instrumentos: (i) convenção de condomínio edilício e/ou pro-indiviso; (ii) contratos de constituição de consórcio; (iii) as normas gerais ou complementares reguladoras das locações ajustadas por instrumento próprio; (iv) os contratos de locação com os lojistas do empreendimento; (v) cessão de direito de uso de infraestrutura técnica; (vi) regimento interno, complementando as normas gerais, de forma a dirimir, esclarecer e ratificar direitos, deveres e obrigações entre as partes citadas; (vii) estatuto da associação de lojistas; e (viii) os contratos de serviços com as empresas administradoras do shopping center.

Ainda, os nossos empreendimentos e atividades podem estar sujeitos ao licenciamento ambiental, conforme a legislação aplicável. A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixou as regras gerais para definição quanto à competência dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA para receber e processar os pedidos de licença ambiental e conduzir o licenciamento ambiental. Em regra, o licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores é realizado pelos órgãos ambientais estaduais, contudo, para os empreendimentos que podem gerar impacto ambiental em áreas de interesse ou domínio da União, ou que interfiram em mais de uma unidade da federação, a competência para licenciar é do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"). A referida lei previu, ainda, a possibilidade de os municípios promoverem o licenciamento ambiental de atividades de impacto local, desde que preenchidas as exigências pertinentes.

Neste sentido, ao adquirir terrenos para o desenvolvimento de projetos, procuramos considerar todos os aspectos ambientais necessários e aplicáveis, tais como a existência de áreas de preservação permanente no local. Nossos empreendimentos têm historicamente cumprido com tais normas.

Além disso, a implantação de alguns shopping centers acarreta a execução de terraplanagens, assim como, em muitos casos, a supressão ou poda de vegetação. Essas atividades dependem da prévia

autorização dos órgãos ambientais. Como condições para emissão de tais autorizações, os órgãos podem exigir medidas compensatórias como, por exemplo, o plantio de novas árvores.

Possuímos licenças para instalação, funcionamento e operação de nossos shopping centers, bem como para a realização de atividades suplementares como, por exemplo, unidades autônomas de geração de energia termoelétrica, e buscamos cumprir com as condicionantes previstas em nossas licenças. Ademais, caso sejam realizadas expansões nos atuais empreendimentos, o respectivo licenciamento ambiental, alvará de construção e atualização das licenças atualmente vigentes serão necessários.

Adicionalmente, é possível que nossos shopping centers estejam localizados em áreas contaminadas ou próximas de áreas onde exista contaminação, o que pode nos sujeitar a despesas e custos para a adoção das medidas necessárias para a reabilitação da área. As áreas adjacentes aos Shoppings Iguatemi São Paulo e Campinas foram classificadas pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") como áreas reabilitadas para uso comercial, pois no passado, nesses locais operaram postos de gasolina nos locais.

Regulamentação Relativa a Shopping Centers

Geral

A estruturação jurídica dos shopping centers pode se dar através de: (i) condomínio voluntário, ou condomínio "pro-indiviso", regulado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"), caso em que o empreendimento constitui um único imóvel, indivisível, e as relações entre os coproprietários são regidas pelo acordo de coproprietários (Convenção de Condomínio); (ii) sociedades de propósito específico, também reguladas pelo Código Civil ou pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"); (iii) consórcio de empresas, regulado pela Lei das Sociedades por Ações; ou (iv) fundos de investimento imobiliário, regulamentados pela Comissão de Valores Imobiliários ("CVM").

Condomínio Pro-Indiviso

Os condomínios "pro-indiviso" são, atualmente, regulamentados pelos artigos 1.314 e seguintes do Código Civil. Nesta modalidade de condomínio, dois ou mais coproprietários do imóvel exercem a propriedade por meio de uma quota parte de que são titulares, não existindo área privativa de qualquer um dos coproprietários. Todos são titulares do todo do imóvel, de forma proporcional à participação de cada um, sendo que a propriedade do imóvel é indivisível (Pro-Indiviso).

Sociedade de Propósito Específico ("SPE")

SPEs são sociedades constituídas com o objetivo específico de desenvolver, construir e explorar shopping centers, regulamentadas pelo Código Civil ou pela Lei das Sociedades por Ações.

Consórcio de Empresas

Regulados pelos artigos 278 e 279 da Lei das Sociedades por Ações, os consórcios não têm personalidade jurídica, e as empresas consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no contrato de constituição do consórcio, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade. Além disso, os consórcios deverão ter seus contratos de constituição e posteriores alterações registradas na Junta Comercial do endereço do consórcio. Os consórcios são, ainda, obrigados a inscrever-se no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/MF).

Fundo de Investimento Imobiliário ("FII")

O FII é regulado pela Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022 ("Resolução CVM 175") e definido como uma comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários. Além disso, os FIIs são constituídos sob a forma de condomínio fechado e podem ter prazo de duração indeterminado.

O patrimônio do FII é formado pelos bens e direitos adquiridos pelo administrador, em caráter fiduciário, e são mantidos sob a propriedade fiduciária do administrador, bem como seus frutos e rendimentos, e não se comunicam com o seu patrimônio geral.

Os FIIs, no Brasil, estão sujeitos à jurisdição e fiscalização pela CVM, por conta da natureza dos títulos representativos de seu patrimônio, e são regulados pela: (i) Resolução CVM 175; e (ii) Instrução CVM nº 516, de 29 de dezembro de 2011, que regula as normas contábeis para demonstrações financeiras dos FIIs. Também regulam os FIIs a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, que trata de aspectos da constituição dos FIIs, e a Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o regime tributário aplicável aos FIIs.

A administração de um FII deve ser realizada por instituição financeira ou pessoa jurídica, autorizada pela CVM a prestar esse serviço, que é responsável pelo funcionamento e pela manutenção do fundo e a quem incumbe as principais atividades administrativas e de gestão, como as obrigações legais e regulamentares, a escolha e aquisição dos bens e direitos que irão compor o seu patrimônio, a gestão dos ativos, a divulgação de informações aos cotistas (periódicas ou eventuais), a distribuição dos resultados, a organização e a realização das assembleias, entre outras. O administrador pode executar essas atividades diretamente ou, quando permitido pela regulamentação, pode contratar prestadores de serviço especializados, como, por exemplo, contratar companhia especialista em gestão imobiliária, responsável pela gestão dos ativos imobiliários do FII, assessorando o administrador na negociação dos instrumentos relativos à atividade de shopping centers, bem como indicando aos administradores as melhores oportunidades de retornos ajustados ao risco sobre capital, investindo no mercado imobiliário.

Vale ressaltar que os FIIs podem participar de shopping centers, como proprietários de 100% do ativo, ou detendo frações ideais menores, sendo parte de condomínios voluntários ou consórcios em um determinado Shopping. Caso um FII participe de um shopping center na qualidade de condômino, este deverá cumprir com as regras do condomínio. Caso um FII seja o único proprietário de um shopping

center, seu administrador deverá apenas observar as regras de seu regulamento.

Normas Gerais

As normas gerais podem ser estabelecidas por instrumento público ou particular com o objetivo de regular a organização e o funcionamento dos shopping centers, bem como os aspectos gerais da relação dos locatários com os empreendedores. O instrumento pode ser denominado, entre outros, como: Instrumento Declaratório das Normas Gerais Regedoras das Locações ou Escritura Instituidora das Normas Gerais das Locações ou, ainda, Instrumento Particular de Cláusulas Comuns das Locações.

Dentre as principais disposições contidas nas normas gerais, encontram-se:

- fiscalização, pelo locador, do faturamento do locatário, com a finalidade de verificar o pagamento correto do aluguel;
- definição da base de cálculo para o aluguel percentual;
- critérios de rateio de despesas; definição e medidas de proteção do Mix de Lojas; e
- penalidades para o descumprimento das obrigações.

O objeto das Normas Gerais é estabelecer os princípios que vigorarão nas operações das lojas que integram os shopping centers por força das locações contratadas, abrangendo inclusive alguns direitos e deveres para o funcionamento do shopping center.

Os lojistas aderem às normas gerais no momento da assinatura do contrato de locação, assumindo desde então o compromisso de cumprir seus termos e condições.

Contratos de Locação em Shopping Centers

As locações em shopping centers são regidas pela Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 ("Lei de Locação"), em especial em seu artigo 54. De acordo com a Lei de Locação, o locatário tem direito à renovação compulsória do contrato de locação, desde que preenchidos os seguintes requisitos cumulativamente: (i) o contrato seja formalizado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo mínimo do contrato a renovar ou a soma dos prazos ininterruptos dos contratos escritos seja de cinco anos; e (iii) o locatário esteja explorando seu comércio, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos. A ação renovatória deve ser proposta no período de um ano, no máximo, até seis meses, no mínimo, anteriores à data da finalização do prazo do contrato em vigor.

Vale ressaltar que a Lei nº 12.112/2009, que alterou a Lei de Locações, foi objeto de veto parcial por parte do Presidente da República, modificando, em parte o teor do texto aprovado. Um ponto importante introduzido pela Lei nº 12.112/2009 é que, no caso de locações garantidas por fiança, se a locação for prorrogada por prazo indeterminado, o fiador pode exonerar-se mediante notificação com 120 dias de

antecedência, caso em que locatário terá 30 dias para substituir a garantia, sob pena de rescisão do contrato.

A Lei de Locação prevê, ainda, o direito do locador e do locatário de, não havendo acordo, proporem ação revisional do aluguel, a fim de adequar o aluguel vigente ao valor de mercado, sendo que para que tal direito seja aplicável a ação deve ser proposta após três anos de vigência do contrato ou do acordo anteriormente realizado.

No que se refere às peculiaridades de contratos de locação em shopping centers, podem ser mencionadas as cláusulas de fixação de aluguel (aluguel mínimo ou aluguel percentual, o que for maior), aluguel dobrado em dezembro, impossibilidade de alteração do ramo do comércio, limitações à cessão da locação e a fiscalização das atividades dos lojistas.

O valor do aluguel é estipulado entre o mais alto dos valores: (i) mínimo reajustável, que é calculado com base na localização, nos ramos de atividade, na área e tamanho da fachada da loja ocupada pelo locatário; e (ii) um percentual do faturamento do locatário.

Em decorrência do aumento das vendas no mês de dezembro, quando ocorrem as festas de final de ano, é cobrado dos lojistas o pagamento em dobro do valor do aluguel mínimo reajustável, refletindo, inclusive, na aplicação do aluguel percentual, calculado sobre o faturamento do lojista do mês de dezembro, o que for maior.

O lojista está impedido de alterar o ramo de comércio em que atua ou os produtos que comercializa sem a prévia autorização do locador, tendo em vista a necessidade de o shopping center manter o seu *tenant mix* – Mix de Lojas – (ou mix de locatários, em tradução livre, referindo-se a estratégia para garantir que o shopping center tenha marcas distintas, complementares e harmônicas para que o empreendimento seja atraente, competitivo e rentável), que garante o sucesso do empreendimento. Pelo mesmo motivo, o lojista não pode ceder o contrato de locação sem a prévia autorização do locador, ocasião em que, caso concorde com a cessão ou transferência, fará ele, locador, jus a uma taxa de transferência estipulada no respectivo contrato de locação.

Como resultado da possibilidade de cobrança de aluguel sobre o faturamento dos lojistas, os contratos de locação podem estipular que o locador do shopping center tem o direito de fiscalizar a contabilidade do lojista, com acesso aos livros, documentos de controle e sistemas de contabilidade, desde que a fiscalização não cause nenhum constrangimento ao lojista ou a seus clientes.

Cessão de Direito de Uso de Infraestrutura Técnica

Ao desenvolver suas atividades no shopping center, o lojista se beneficia do Mix de Lojas e da infraestrutura tecnicamente planejada e implementada pelo empreendedor, possibilitando ao lojista adquirir um fundo de comércio diferenciado ao de lojas localizadas fora de shopping centers.

Em contrapartida pelos benefícios aproveitados pelos lojistas, o empreendedor cobra um preço pela cessão de direito de uso da infraestrutura técnica vinculada ao espaço do shopping center.

O valor e as condições de pagamento do preço pela cessão de direito de uso são fixados entre o empreendedor e o lojista no momento em que o lojista contrata a locação, o que lhe assegura o direito de participar do empreendimento enquanto vigente o seu contrato.

Ao longo da vigência do contrato de locação, o lojista poderá transferir a locação, juntamente com o direito de uso da infraestrutura técnica, a terceiros, desde que exista a anuência do empreendedor.

Associação de Lojistas

A Associação de Lojistas é uma associação, sem fins lucrativos, formada pelos lojistas, proprietários e administradoras de um mesmo shopping center, com personalidade jurídica própria, cujas finalidades são, dentre outras, amparar e representar os interesses de seus associados perante terceiros, cultivar a relação entre os associados locatários, estabelecer normas éticas e regulamentos disciplinadores das atividades de seus associados e, principalmente, promover a divulgação do shopping center. Referida estrutura jurídica nem sempre é presente nos shopping centers, sendo que, nesta hipótese, a atividade de divulgação do empreendimento é desenvolvida pela administradora.

Fundo de Promoção e Propaganda

O Fundo de Promoção e Propaganda é destinado à propaganda e à publicidade de forma permanente e continuada, ou ainda a campanhas de incentivo das vendas, bem como ao próprio desenvolvimento do shopping center, cuja finalidade principal é planejar e executar a publicidade e a promoção institucional do empreendimento. Os lojistas contribuem mensalmente com o Fundo de Promoção e Propaganda nos termos estabelecidos no contrato de locação ou no instrumento de Normas Gerais.

Regimento Interno

O empreendedor, diretamente ou por intermédio da administradora do shopping center é responsável pela elaboração e revisão do Regimento Interno, que regulará de forma detalhada e, subsidiariamente aos demais instrumentos e contratos, normas internas de convivência necessárias ao funcionamento do shopping center, devendo, não só os lojistas do shopping center, mas também seus frequentadores, de forma geral, respeitar o mencionado Regimento.

Contrato de Prestação de Serviços de Administração

A administração do shopping center poderá ser exercida por pessoa jurídica diversa do empreendedor, do FII ou do condômino, que poderão celebrar com a(s) empresa(s) administradora(s) escolhida(s) um contrato de administração, nele estipulando direitos e obrigações. Este contrato configura típico contrato de prestação de serviços e deverá prever a possibilidade de a administradora propor modificações no

projeto estrutural da edificação, fiscalizar as atividades dos lojistas, promover a manutenção das dependências de uso comum e apurar as despesas, comuns do empreendimento e específicas de cada loja.

Regulamentação Relativa à Atividade Imobiliária

A regulamentação da atividade imobiliária em matérias como obrigações do incorporador e as restrições impostas por leis de zoneamento ou por leis de proteção ao meio ambiente podem determinar o perfil dos produtos que oferecemos.

A matéria relativa à propriedade de bens imóveis é disciplinada pelo Código Civil. A transferência de propriedade de bens imóveis por ato *inter vivos*, depois de cumpridas determinadas formalidades legais, se opera com o registro do título de transferência perante o cartório do Registro de Imóveis competente, nos termos dos artigos 1.227 e 1.245 do Código Civil. O Código Civil, via de regra, exige que a alienação de bens imóveis, bem como a constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis, observe a forma de escritura pública, exceto nos casos de operação envolvendo o Sistema Financeiro Imobiliário e o Sistema Financeiro Habitacional, dentre outros previstos em lei.

Incorporação

As atividades de incorporação são disciplinadas pela Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 ("Lei de Condomínio e Incorporação"), que define a incorporação imobiliária como a atividade exercida com o intuito de promover e realizar a construção, para a alienação total ou parcial, de edificações ou conjunto de edificações compostas de unidades autônomas.

As principais obrigações do incorporador são: (i) obter todas as aprovações e autorizações dos órgãos competentes necessárias à implementação do empreendimento; (ii) registrar a incorporação no Registro de Imóveis competente, sem o que não poderá negociar as unidades autônomas; (iii) indicar, nos documentos preliminares, o prazo para que o incorporador desista da realização do empreendimento; (iv) indicar, no material publicitário e contratos celebrados com os adquirentes das unidades, o número do registro da incorporação; (v) providenciar a construção do edifício, dentro do prazo ajustado no contrato e de acordo com os projetos aprovados pelas autoridades competentes; (vi) entregar ao adquirente as unidades prontas e acabadas, de acordo com as especificações contratadas, e transferir ao adquirente a propriedade da unidade vendida, firmando a respectiva escritura definitiva de venda; e (vii) providenciar a averbação da construção e o registro da especificação e convenção do condomínio no cartório de Registro de Imóveis competente. A obrigação principal do adquirente, por sua vez, consiste no pagamento do preço relativo à fração ideal do terreno e à construção.

Condomínio Edilício

Quando o shopping center for constituído mediante incorporação, obrigatoriamente haverá a instituição

de condomínio edilício, regulado pela Lei de Condomínio e Incorporação e pelos artigos 1.331 e seguintes do Código Civil. Nesta modalidade de condomínio, há divisão de unidades autônomas, com matrículas imobiliárias próprias, havendo coexistência de áreas privativas (unidades autônomas), que podem ser de propriedade de um ou mais titulares, e áreas comuns, que são de propriedade comum de todos os proprietários das áreas privativas, segundo uma convenção de condomínio previamente estabelecida.

Se o Código Civil, a Lei de Condomínios e Incorporação ou a convenção de condomínio edilício não determinarem quórum superior, nos termos do artigo 1.352 do Código Civil, as deliberações condominiais serão aprovadas pelo voto da maioria dos condôminos presentes, que representem pelo menos a metade das frações ideais, sendo que o peso do voto de cada condômino é, em regra geral, calculado proporcionalmente à fração ideal da respectiva loja/unidade autônoma no respectivo condomínio. Se a unidade autônoma for detida por mais de um proprietário, o voto deve ser único.

Todavia, sem prejuízo das disposições condominiais, o Código Civil em seus artigos 1.331 e seguintes, especifica expressamente os seguintes quóruns para aprovação de deliberações do condomínio edilício:

- maioria dos condôminos para a realização de obras úteis;
- 2/3 dos condôminos para: (i) a realização de obras voluptuárias; (ii) a realização de obras em partes comuns em acréscimo às já existentes; (iii) a alteração da convenção ; e (iv) a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária; e
- a unanimidade dos condôminos para a realização de construção de outro pavimento ou, no solo comum, de outro edifício.

Vale ressaltar que o condômino, ou seja, aquele que for proprietário de uma unidade autônoma, não é obrigado a oferecer direito de preferência aos demais condôminos proprietários de outras unidades autônomas, podendo ser alienadas e gravadas livremente, exceto se previsto de outra forma em instrumentos particulares firmados entre proprietários.

A construção do empreendimento incorporado pode ser contratada e paga tanto pelo incorporador como pelos adquirentes finais das unidades. A Lei de Condomínio e Incorporação prevê dois regimes de construção dos edifícios objeto de incorporação: (i) a construção por empreitada; e (ii) a construção por administração.

A construção sob o regime de empreitada pode ser de duas espécies diferentes, a preço fixo, convencionado antes do início da construção ou a preço reajustável, por índices previamente determinados pelas partes contratantes.

Na construção por administração, os adquirentes dos imóveis em construção são responsáveis pelo pagamento do custo integral da obra, sob a forma de rateio dos gastos mensais feitos pelo incorporador ou pelo construtor, não havendo um preço previamente determinado para a construção, mas apenas

estimado.

Regulamentação Relativa à Política de Crédito Imobiliário

A Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, criou o sistema financeiro imobiliário ("SFI") e dispôs sobre a concessão, a aquisição e a securitização de créditos imobiliários. O sistema criado pela referida lei busca fomentar os mercados primário (concessão do crédito) e secundário (negociação de títulos lastreados em recebíveis) de financiamento imobiliário, por meio da criação de condições vantajosas de remuneração e de instrumentos especiais para a proteção dos direitos dos credores.

Estão compreendidas pelo SFI as operações de financiamento imobiliário em geral, realizadas por caixas econômicas, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos com carteira de crédito imobiliário, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias e outras entidades que vierem a ser habilitadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Licenças, Autorizações e Exigências Regulatórias Aplicáveis aos Empreendimentos Em nossas atividades de planejamento, desenvolvimento e administração de shopping centers e dos complexos multiúso, necessitamos de aprovações junto a prefeituras locais e órgãos ambientais para: (i) adaptações cartoriais para demarcação e aprovações do terreno; (ii) aprovação de projeto; (iii) aprovações para início de obra (expedição de alvará de construção) e formalização de término de obra (expedição de "habite-se"); e (iv) início do funcionamento e da operação do empreendimento. A Companhia não enfrenta problemas extraordinários na obtenção de tais autorizações junto à administração pública.

Nós dependemos de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e, também, de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros está em processo de obtenção ou de renovação. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em algumas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados periodicamente, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, podemos não ser capazes de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar na impossibilidade de abertura e operação de shopping centers da Companhia e até, conforme o caso, na interdição e fechamento dos shopping centers atualmente em operação. Nossa estratégia comercial pode ser afetada negativamente caso ocorra o fechamento, ainda que temporários, dos nossos shopping centers em decorrência da não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente nossos resultados operacionais.

Buscamos obter todas as licenças ambientais necessárias para a instalação e operação de nossos shopping centers, bem como para a realização de atividades suplementares como, por exemplo, unidades autônomas de geração de energia termoelétrica, e buscamos cumprir com as condicionantes previstas

em nossas licenças. Ademais, caso sejam realizadas expansões nos atuais empreendimentos, o respectivo licenciamento ambiental pode ser necessário.

Parte de nossos empreendimentos não está ligada à rede pública de abastecimento de água e tratamento de esgoto, razão pela qual, por exemplo, determinados shopping centers possuem licenças ambientais para instalação e operação de estações de tratamento de esgoto. Da mesma forma, alguns de nossos empreendimentos estão sujeitos à obtenção de outorga de direito de uso de recursos hídricos. Além disso, possuímos contratos para a terceirização dos serviços de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos gerados em parte de nossos empreendimentos, para os quais contratamos empresas que estejam em conformidade com a legislação ambiental.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Política de Sustentabilidade

A Companhia possui Política de Sustentabilidade que estabelece diretrizes para a gestão dos aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG), incluindo temas relacionados a clima, direitos humanos, integridade e anticorrupção. No âmbito ambiental, tais diretrizes orientam a condução de suas atividades, contribuindo para a observância da legislação e regulamentação aplicáveis, bem como para a adequada gestão dos requisitos necessários ao seu regular funcionamento.

Licenças e Autorizações Ambientais

Nos termos reportados no item (a) acima, as atividades relacionadas ao segmento de shopping center estão sujeitas a regulamentos e exigências de licenciamento e controle ambiental federais, estaduais e municipais. O procedimento de obtenção de licenciamento ambiental faz-se necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento como nas ampliações nele procedidas, sendo que as licenças concedidas precisam ser periodicamente renovadas.

A fiscalização ambiental é realizada por órgãos e agências governamentais que podem impor sanções administrativas em caso de inobservância da legislação aplicável. As sanções administrativas vão desde simples advertência até multas, embargos ou paralisação das atividades. Para os empreendimentos que podem gerar impacto ambiental em áreas de interesse ou domínio da União, ou que interfiram em mais de uma unidade da federação, a competência para licenciar é do IBAMA. Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais.

O processo de licenciamento ambiental, na maioria dos casos, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença resta condicionada à emissão de sua precedente: (i) Licença Prévia – LP; (ii) Licença de Instalação – LI; e (iii) Licença de Operação - LO. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do

cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

No processo de licenciamento dos empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental instalados a partir de julho de 2000, a Lei Federal nº 9.985/2000, que instituiu Sistema Nacional de Unidades de Conservação impõe, a título de compensação ambiental, o dever de destinar, no mínimo, 0,5% do custo total previsto para a implantação do empreendimento, conforme o impacto ambiental causado pelo empreendimento e identificado no Estudo de Impacto Ambiental ("EIA") e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente ("RIMA"), para a criação e manutenção de uma Unidade de Conservação.

Ademais, as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. No caso das licenças de operação, a Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 237/1997 ("Resolução CONAMA nº 237/1997") estabelece critérios e competências para o licenciamento ambiental, bem como relaciona os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento em âmbito federal e determina que sua renovação deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente acerca do pedido de revalidação. A Resolução CONAMA nº 237/1991 não prevê o licenciamento ambiental para construção e funcionamento de shopping centers. No âmbito da Legislação Estadual e Municipal, a Companhia realiza consulta junto às devidas secretarias ambientais sobre a necessidade do licenciamento, resultando em licença ou dispensa de licenciamento.

A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas e interdição de suas atividades. Quando obrigatória, a ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, sujeita o empreendedor a sanções administrativas que podem culminar em multas de R$500,00 (quinhentos reais) a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Independentemente das multas, devem ser consideradas, ainda, penalidades de embargo, suspensão total ou parcial das atividades, demolição, dentre outras. Note-se que essas penalidades também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas nas respectivas licenças ambientais.

Eventuais demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e manutenção regular desses empreendimentos.

Cada localidade em que nossas atividades são realizadas possui diferentes condicionantes para obtenção das licenças, conforme estabelecido pelo próprio órgão ambiental local. Ainda assim, a Iguatemi acredita que, na data deste Formulário de Referência, possuía todas as licenças ambientais relevantes e necessárias para a manutenção e realização de suas atividades, em cada uma destas localidades.

Resíduos Sólidos e Tratamento de Efluentes

Tendo em vista nosso ramo de atividade, nossos principais focos de controle ambiental estão na disposição final dos resíduos e no tratamento de efluentes. Para tanto, mantemos contratos com empresas privadas e públicas que, após a coleta seletiva de lixo, se responsabilizam pela disposição final dos resíduos sólidos gerados pelos empreendimentos em áreas indicadas pelo poder público. No caso dos efluentes líquidos, o tratamento pode ser feito em estações de tratamento de efluentes próprias ou pela concessionária pública local. A legislação ambiental brasileira estabelece regras para a disposição adequada de resíduos, incluindo aqueles oriundos da construção civil. A disposição inadequada dos resíduos ou a falta de tratamento dos efluentes líquidos que venham a causar quaisquer danos ao meio ambiente sujeita o infrator a penalidades.

Conforme sua composição e características, os resíduos sólidos podem ser classificados em: Classe I – perigosos; Classe II A – não inertes e Classe II B – inertes. A periculosidade de um resíduo definida em função de suas propriedades físicas, químicas ou infectocontagiosas, e da possibilidade de apresentar risco à saúde pública e/ou riscos ao meio ambiente, quando manuseado ou destinado de forma inadequada. Alguns resíduos potencialmente perigosos, ditos especiais, sofrem regulamentações específicas, tais como, pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, pneus, óleos lubrificantes, produtos eletroeletrônicos resíduos da construção civil.

O transporte, tratamento e destinação final adequados de um resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos nesse sentido estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental competente. Vale observar que a atividade de tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental, sob pena de, inclusive, o gerador de resíduos ser responsabilizado administrativamente, caso não destine os resíduos para entidade devidamente licenciada.

A disposição inadequada, bem como os acidentes decorrentes do transporte de resíduos sólidos, podem ser um fator de contaminação de solo e águas subterrâneas e, portanto, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal, e a responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível. As penalidades administrativas aplicáveis podem ser: advertência, multa, podendo variar de R$5.000,00 (cinco mil reais) a R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), embargo, suspensão de financiamentos e benefícios fiscais, dentre outras.

De acordo com a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 ("Política Nacional de Recursos Hídricos"), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água

para consumo final, lançamento em corpos de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A utilização de recursos hídricos sem a devida outorga pode culminar em sanções administrativas (especialmente multa no valor máximo de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais)), sem prejuízo da responsabilização na esfera penal e da obrigação de reparar e/ou indenizar eventuais danos ambientais causados.

Responsabilização Ambiental

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, bem como pelo Ministério Público.

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa.

Na esfera administrativa, é necessária a ocorrência de ação ou omissão que importe violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente, dependendo, portanto, da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização da responsabilidade, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. O Decreto Federal nº 6.514/2008 prevê, dentre outras, as seguintes sanções administrativas: multa simples de até R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), multa diária, advertências, interdição temporária ou permanente das atividades, embargo, demolição, suspensão de licenças, perda de benefícios fiscais e fechamento temporário ou permanente.

A responsabilidade ambiental na esfera penal, assim como a administrativa, à luz da jurisprudência do STJ é subjetiva, tendo fundamento na culpabilidade, sendo necessária a demonstração do seu elemento subjetivo (dolo ou culpa). Nos termos da Lei Federal nº 9.605/1998, podem ser impostas às pessoas jurídicas pena de multa, suspensão das atividades, interdição do estabelecimento e proibição de contratar com o Poder Público. A responsabilização criminal pode, ainda, atingir gerentes, diretores e administradores da Companhia, na medida da sua culpabilidade, desde que tenham concorrido para a prática dos crimes.

O Iguatemi não sofreu sanções ambientais administrativas ou criminais nos últimos anos que pudessem impactar de maneira relevante seus negócios.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, com base nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, bem como no parágrafo 3º do art. 225 da Constituição Federal. Ou seja, a obrigação de indenizar ou de reparar os danos ambientais causados, bem como de indenizar a terceiros, poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos na ocorrência do dano ambiental, incluindo fornecedores e parceiros, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, bastando que haja comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de

uma companhia. Dessa forma, a contratação de terceiros para prestação de quaisquer serviços relacionados aos nossos empreendimentos não exime a Companhia de ser responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos contratados. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados ou fornecedores, poderá haver prejuízo financeiro que afete adversamente seus resultados.

É possível o ajuizamento de ação de regresso contra eventuais demais causadores do dano. Na esfera civil, o entendimento atual é de que o dever de reparar o dano ambiental é imprescritível. Os deveres associados à recuperação de uma área degradada são considerados, ainda, obrigações *propter rem* (obrigação que está sempre atrelada a um bem), de modo que novos proprietários de imóveis são responsáveis pela recuperação dos danos ambientais ocorridos em sua propriedade, independentemente de quem efetivamente os tenha causado.

Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a desconsideração da personalidade jurídica da Companhia para assegurar que recursos financeiros suficientes estejam disponíveis para a reparação ou indenização de danos causados ao meio ambiente ou a terceiros. Nesse sentido, diretores, administradores, gerentes, acionistas, entre outros podem, juntamente com a pessoa jurídica, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente.

Caso o Ministério Público comprove a operação sem as devidas licenças ambientais, poderemos estar sujeitos ao crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), punível com pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, tais como:

- a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento;
- a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e
- aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como prepostos ou mandatários da Companhia, e concorram para a prática de crimes ambientais, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente à pessoa jurídica causadora da infração ambiental, sempre que essa for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente, conforme o art. 4 da Lei de Crimes Ambientais.

Os valores devidos a título de regularização ambiental junto à Administração Pública competente para o exercício das atividades da Iguatemi não são considerados relevantes e não afetam os seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa, pois já estão previstos e englobados no custo total a ser despendido na realização de cada empreendimento, de modo que não temos como mensurar individualmente esses valores.

Além disso, a Companhia constantemente desenvolve melhorias visando à redução do consumo de água, por meio da utilização de água de reuso, ao aumento da reciclagem dos seus resíduos sólidos, à economia de energia elétrica, por meio da implantação de escadas rolantes inteligentes etc.

Estamos em consonância com a legislação e normas ambientais vigentes, atuando em observância às questões ambientais em todas as fases de projeto, construção e operação de nossos empreendimentos. Exceto pelas despesas mencionadas no item “a” acima como TCRA, TAC, Laudo de Contaminação, Remediação da Contaminação, a Companhia não possui outros custos para obtenção das autorizações ambientais necessárias para o exercício de seus negócios junto à administração pública competente.

Aspectos Sociais

No que se refere aos aspectos sociais, a Companhia observa rigorosamente a legislação trabalhista e demais normas correlatas, assegurando o cumprimento das obrigações legais aplicáveis às relações de trabalho, à saúde e à segurança ocupacional, aos benefícios e à proteção de dados pessoais. Essa atuação ocorre em um contexto sujeito à fiscalização por autoridades competentes e ao atendimento contínuo dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis às suas operações.

Adicionalmente ao cumprimento regulatório, a Iguatemi adota práticas estruturadas de gestão de pessoas, orientadas por políticas internas, convenções coletivas e diretrizes corporativas. Essas práticas abrangem a oferta de benefícios obrigatórios e complementares, como assistência médica, previdência, seguro de vida e demais componentes de proteção social ao colaborador, bem como programas voltados à promoção da saúde e do bem-estar físico e emocional, com iniciativas preventivas e de suporte contínuo.

A Companhia também mantém processos formais de gestão do ciclo de vida do colaborador, que incluem desenvolvimento profissional, remuneração, avaliação de desempenho e monitoramento do clima organizacional. Adicionalmente, adota diretrizes de diversidade, equidade e inclusão alinhadas às melhores práticas de mercado, além de mecanismos de capacitação e comunicação interna sobre temas regulatórios e de conduta, como o Código de Conduta, a política de integridade e as políticas de pessoas.

Por fim, a Iguatemi mantém processos contínuos de monitoramento e atualização de suas práticas de gestão de pessoas, assegurando a aderência às alterações legislativas e regulatórias, bem como o alinhamento a padrões e referências reconhecidos em sustentabilidade e responsabilidade corporativa.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

De acordo com o banco de dados do INPI, em 12/05/2026, titulares Companhia é titular no Brasil (individualmente ou por meio de suas controladas) de 119 (cento e dezenove)registros de marcas, além de 1 (um) pedido de registro de marca pendente de análise pelo INPI, na classe NCL (12) 41;. Entre as marcas registradas, ressaltamos IGUATEMI e SHOPPING CENTER IGUATEMI. Na remota hipótese de perda destas marcas, as atividades da Companhia poderiam ser afetadas. Promovemos, periodicamente, a renovação desses registros mediante pagamento das taxas correspondentes. Adicionalmente, procuramos obter registros de novas marcas para manter a fidelidade do público consumidor à imagem corporativa da Companhia.

Além das marcas registradas no Brasil, a SHOPPING CENTERS REUNIDOS DO BRASIL LTDA., empresa do mesmo grupo econômico da Companhia, é titular de 2 (dois) registros para a marca Iguatemi, sendo 1 (um) na Argentina e 1 (um) no Chile.

Licenciamos, de forma não exclusiva, o uso de nossas marcas IGUATEMI para shopping centers em Fortaleza, Brasília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Paulo, Barueri, e Sorocaba, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 1987, foi celebrado contrato de licença para uso de marcas com a empresa Jereissati Centros Comerciais S.A., pelo qual foi licenciado, de forma gratuita e com exclusividade somente para o Estado do Ceará, as marcas IGUATEMI (nominativa) e SHOPPING CENTER IGUATEMI (nominativa e mista) para serem usadas em conexão com o SHOPPING CENTER IGUATEMI FORTALEZA. O contrato permanecerá válido enquanto a Companhia ou qualquer outra sociedade coligada, controladora, controlada ou interligada for titular das marcas, ou enquanto a licenciada for proprietária do SHOPPING CENTER IGUATEMI FORTALEZA.

Em 28 de janeiro de 2008, foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marca com Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Brasília por meio do qual foi licenciado, de forma gratuita, as marcas IGUATEMI e SHOPPING CENTER IGUATEMI para serem usadas em conexão com o SHOPPING CENTER IGUATEMI

BRASÍLIA. O contrato permanecerá em vigor enquanto a Companhia detiver ao menos 25% (vinte e cinco por cento) de participação no empreendimento.

Em 22 de março de 2011, foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas com a JK IGUATEMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. (atual denominação de WTORRE IGUATEMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.), por meio do qual a Companhia licenciou, de forma gratuita, a marca IGUATEMI, para ser usada em conexão com o SHOPPING CENTER JK IGUATEMI e CONDOMÍNIO SHOPPING CENTER JK IGUATEMI. O contrato permanecerá em vigor enquanto: (i) a Iguatemi ou sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico detenha ao menos vinte e cinco por cento de participação direta ou indireta no EMPREENDIMENTO; ou (ii) a Iguatemi ou sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico seja responsável pela administração do EMPREENDIMENTO. Em 11/04/2014, a Iguatemi celebrou o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Licença de Marcas com a empresa JK IGUATEMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, a fim de permitir que a JK IGUATEMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA cedesse seus direitos e obrigações decorrentes do Contrato de Licença de Marcas ao CONSÓRCIO SHOPPING CENTER IGUATEMI JK IGUATEMI criado para a exploração comercial do SHOPPING CENTER JK IGUATEMI, desde que a JK IGUATEMI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. mantenha sua participação no Consórcio. O Contrato de Cessão de Direitos e Obrigações foi celebrado em 11/04/2014.

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado contrato de licença de uso de marcas com a empresa Condomínio Voluntário do Subcondomínio Shopping Center Iguatemi Alphaville, através do qual a Companhia licenciou, de forma gratuita, a marca IGUATEMI, para serem usadas em conexão com o SHOPPING CENTER IGUATEMI ALPHAVILLE. O contrato permanecerá válido enquanto ocorrerem cumulada e concomitantemente as condições seguintes: (i) a Iguatemi ou empresa de seu grupo econômico deve deter ao menos 25% (vinte e cinco por cento) de participação direta ou indireta no empreendimento Shopping Center Iguatemi Alphaville; e (ii) o Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda. ou sociedade pertencente ao conglomerado econômico da Iguatemi deve ser responsável pela administração do empreendimento Shopping Center Iguatemi Alphaville.

Em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas com a empresa BROOKFIELD EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SP-11 LTDA, com Interveniência Anuência da SCIRP PARTICIPAÇÕES LTDA., através do qual a Companhia licenciou, de forma gratuita, a marca IGUATEMI, para ser usada nas TORRES, que têm a denominação de “Torre Empresarial Iguatemi I” e “Torre Empresarial Iguatemi II”. O contrato possui prazo de vigência de 20 (vinte) anos contados da data de sua assinatura.

Em 1 de agosto de 2014, foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas com o CONSÓRCIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO, através do qual a Companhia licenciou, de forma gratuita, a marca IGUATEMI, para ser usada em conexão com o SHOPPING CENTER IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO, condomínio e do consórcio do empreendimento – CONDOMINIO COMPLEXO IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO – SETOR CONDOMINIAL SHOPPING e CONSÓRCIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI RIBEIRÃO PRETO. O

contrato vigorará enquanto ocorrerem cumulada e concomitantemente as condições seguintes: (i) a Iguatemi ou sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico detenha ao menos 25% (vinte e cinco por cento) de participação direta ou indireta no Empreendimento, e (ii) a Iguatemi ou sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico seja responsável pela administração.

Em 1 de agosto de 2014, foi celebrado Contrato de Licença de Uso de Marcas com o CONSÓRCIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, através do qual a Companhia licenciou, de forma gratuita, a marca IGUATEMI, para ser usada em conexão com o SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, condomínio e do consórcio do empreendimento – CONDOMINIO COMPLEXO IGUATEMI RIO PRETO – SETOR SHOPPING e CONSÓRCIO DO SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. O contrato vigorará enquanto a Iguatemi detiver participação de pelo menos 25% (vinte e cinto por cento), direta ou indireta, no Empreendimento e a Iguatemi ou sociedade pertencente ao seu conglomerado econômico for responsável pela administração do Empreendimento.

Em 08 de junho de 2022 foi firmado Contrato de Licença de Uso de Marcas com a empresa HG 519 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., para fim exclusivo de nomenclatura de torre residencial localizada no complexo do IGUATEMI RIO PRETO, denominada "Alameda Iguatemi". O contrato vigorará enquanto a Iguatemi ou empresa do mesmo grupo econômico for a responsável pela administração do Complexo IGUATEMI RIO PRETO e do SHOPPING CENTER IGUATEMI SÃO JOSÉ DO RIO PRETO.

Em 09 de maio de 2023 foi firmado Contrato de Licença de Uso de Marcas com a empresa JK 10 OFFICES SPE LTDA., para fim exclusivo de nomenclatura de torre comercial que está sendo construída no complexo IGUATEMI ESPLANADA, denominada "JK Offices Iguatemi". O contrato vigorará enquanto a Iguatemi ou empresa do mesmo grupo econômico for a responsável pela administração do Complexo IGUATEMI ESPLANADA e do SHOPPING CENTER IGUATEMI ESPLANADA.

Nomes de Domínio

titulares Companhia é titular de 436 (quatrocentos e trinta e seis) nomes de domínio, sendo 416 nacionais, incluindo www.iguatemi.com.br e www.iguatemi365.com e 20 domínios internacionais. Na hipótese de perda destes domínios, as atividades da Companhia poderiam ser afetadas de maneira adversa.

Softwares de Gestão

A Companhia não possui dependência de nenhuma das licenças de *softwares* de sua titularidade. A Companhia e suas Controladas detém as licenças para os *softwares* utilizados no desenvolvimento de suas atividades. A Companhia e suas Controladas realizam periodicamente os pagamentos dos valores inerentes da utilização de tais *softwares*, aos desenvolvedores do mesmo, conforme ajustado entre as partes nos instrumentos específicos, os quais se encontram vigentes e são renovados periodicamente.

Por esse motivo, a Companhia não viola direitos de terceiros.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

(ii) em favor de partidos políticos

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não faz, diretamente ou por meio de terceiros, contribuições nos termos dos itens (i), (ii) e (iii), acima.

1.7 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.8 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades, em relação aos países indicados no item 1.7

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui receitas relevantes provenientes de outros países além do Brasil.

1.9 – Informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) Divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para essa finalidade

A Iguatemi divulga suas informações ASG no Relatório Anual de Sustentabilidade. Este relatório reflete nosso compromisso com a sustentabilidade e a governança corporativa, destacando nossas práticas e resultados em áreas ambientais, sociais e de governança.

Nosso relatório de sustentabilidade é elaborado seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB), garantindo a comparabilidade das informações. A Iguatemi adota as diretrizes do GHG Protocol e, desde 2024, divulga suas informações de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG Protocol), reforçando seu compromisso com a transparência e a gestão dos impactos climáticos.

A Iguatemi atua em três eixos principais que priorizam nossos temas materiais: (i) Gestão Ambiental; (ii) Pessoas Diversas, Felizes e Prósperas; e (iii) Integridade Corporativa. Estamos comprometidos com a promoção de uma economia de baixo carbono, utilizando fontes renováveis de energia e implementando uma gestão sustentável de resíduos. Buscamos constantemente soluções inovadoras para a gestão eficiente de recursos, como a instalação de sistemas de automação para monitoramento de consumo de energia e a promoção de práticas de gestão sustentável.

Nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU é refletido em nossas ações, com foco nos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 7 (Energia Limpa e Acessível), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Desde 2 de janeiro de 2024, a Iguatemi passou a compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), referência nacional em sustentabilidade corporativa. Este marco reforça nosso compromisso com a jornada da sustentabilidade, marcada por transparência e comprometimento.

Para mais informações, o relatório completo pode ser encontrado na página Relatório de Sustentabilidade

(b) Metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O relatório é elaborado seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e os padrões do Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Ainda, a Iguatemi adota as diretrizes do GHG Protocol e, desde 2024, divulga suas informações de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Programa Brasileiro GHG Protocol (PBGHG Protocol).

(c) Indicar se o relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de Sustentabilidade da Companhia é preparado com supervisão de consultoria externa especializada, porém não é auditado ou revisado por entidade independente.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações ESG divulgadas pela Iguatemi, bem como o Relatório e a Política de Sustentabilidade, estão disponíveis e podem ser encontrados no site de Relações com Investidores: https://ri.iguatemi.com.br/.

(e) Indicar se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Nosso Relatório de Sustentabilidade contempla a matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho que estão atrelados a remuneração variável dos colaboradores. Em 2024, a Companhia passou a considerar um indicador relacionado a ESG, que inclui métricas como redução de turnover e evolução da nota de índices relacionados ao tema (ISE e CDP). **(f) Indicar se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**

A Iguatemi S.A. está comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, integrando-os em sua estratégia de sustentabilidade. Nossas ações estão alinhadas com os seguintes ODS:

ODS 3 - Saúde e Bem-Estar: Promovemos a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores e comunidades através de programas de saúde física e mental, como o "Gerar Bem-Estar" e a certificação Great People Mental Health (GPMH).

ODS 4 - Educação de Qualidade: Tema material diretamente relacionado ao desenvolvimento das pessoas e ao fortalecimento de competências essenciais para a sustentabilidade do negócio. Investimos na educação, capacitação e desenvolvimento de nossos colaboradores por meio de iniciativas como a **Academia Iguatemi**, nossa universidade corporativa, que reúne trilhas de aprendizado, programas de desenvolvimento e parcerias educacionais alinhadas à nossa estratégia e cultura.

ODS 7 - Energia Limpa e Acessível: Implementamos práticas de gestão de energia, utilizando fontes renováveis certificadas e sistemas de automação para monitoramento e redução do consumo energético.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Garantimos condições de trabalho dignas e promovemos o crescimento econômico sustentável, com foco na remuneração justa e no desenvolvimento profissional de nossos colaboradores.

ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima: Estamos comprometidos com ações que minimizem as externalidades que impactam as mudanças climáticas, realizando inventários de carbono e implementando planos de redução de emissões de gases de efeito estufa.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: Mantemos uma governança corporativa sólida e transparente, com políticas de compliance e integridade, além de um canal de ética para denúncias e monitoramento de práticas ilícitas.

(g) Indicar se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Iguatemi avança de forma contínua no alinhamento de suas divulgações climáticas às recomendações da TCFD e aos padrões internacionais de reporte, incluindo a preparação para o IFRS S2, reforçando seu compromisso com a transparência e a evolução contínua na gestão dos temas climáticos.

(h) Indicar se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Iguatemi realiza anualmente o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) desde 2022 (ano-base 2021), conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol. Em 2025, completamos o quinto ciclo consecutivo, contemplando a área corporativa e os empreendimentos sob controle operacional da Companhia. O inventário é submetido à verificação independente de terceira parte e possui o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol.

As emissões mensuradas abrangem os seguintes escopos:

Escopo 1: Emissões diretas provenientes de fontes sob controle operacional da Companhia.

Escopo 2: Emissões indiretas, associadas à aquisição de energia elétrica.

Escopo 3: Emissões indiretas da cadeia de valor.

Informações adicionais podem ser encontradas no site de Relações com Investidores: ri.iguatemi.com.br.

(i) Indicar explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

(i) a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

(ii) a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável. A Iguatemi adota uma matriz de materialidade baseada na abordagem de dupla materialidade, alinhada a padrões reconhecidos internacionalmente.

(iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável. A Companhia utiliza indicadores-chave de desempenho ASG integrados ao painel de metas corporativas.

(iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

O Relatório de Sustentabilidade da Iguatemi. é preparado com supervisão de uma consultoria externa especializada e segue os padrões GRI (Global Reporting Initiative) e SASB (Sustainability Accounting Standards Board), porém não é auditado por entidade independente. A Companhia entende que as revisões conduzidas pelas áreas internas e a auditoria das demonstrações financeiras são suficientes para garantir a confiabilidade das informações ASG. Os dados do Inventário de Carbono são auditados por terceira parte independente, garantindo a precisão e a credibilidade das informações relacionadas às emissões de gases de efeito estufa.

(v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável. A Iguatemi integra os ODS da ONU à sua estratégia de sustentabilidade e avança de forma contínua no alinhamento de suas divulgações climáticas às recomendações da TCFD e aos padrões internacionais, incluindo a preparação para o IFRS S2.

(vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável. A Iguatemi. realiza anualmente o inventário de emissão de gases de efeito estufa (GEE) conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol, com verificação independente de terceira parte.

1.10 – Indicar, caso a companhia seja de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 - Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrassem na operação normal de seus negócios no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Para maiores informações sobre o histórico de operações, vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

1.12 - Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia.

1.13 - Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

1.14 – Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 - Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não existem contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2025, o índice de endividamento total (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido) foi de 104,16%. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras era de R$1.753.854 mil e a dívida líquida totalizava R$2.210.196 mil, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,48x, as variações são explicadas principalmente pelas aquisições de ativos feitas ao longo de 2025.

Investimento em Shopping Centers

Os empreendimentos ("Shopping Centers") são administrados conjuntamente com os seus sócios e são constituídos sob a forma de condomínio de edificação e consórcios. Suas operações são registradas pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC"), controlada da Companhia, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, sendo na sua grande maioria shopping centers, localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Os resultados operacionais da IESC estão sujeitos a tendências sazonais que afetam a indústria de shopping centers. Vendas de shopping centers geralmente aumentam em períodos sazonais, como nas semanas antes da Páscoa (abril), Dia das Mães (que no Brasil ocorre em maio), dia dos namorados (que no Brasil ocorre em junho), dia dos pais (que no Brasil ocorre em agosto), dia das crianças (que no Brasil ocorre em outubro) e natal (dezembro). Além disso, a grande maioria dos arrendatários dos shoppings da Iguatemi paga o aluguel duas vezes em dezembro sob seus respectivos contratos de locação.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, estão demonstradas a seguir:

	Participação %	
	31/12/2025	
	Direta	Indireta
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A (“IGTA”)	100,00	-
EDS66 Participações S.A. (“SP66”)	100,00	-
Mutuall Soluções Financeira Ltda. (“MUTU”)	-	-
Venture Iguatemi Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("FP84")	-	100,0
Adeoti Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("ADEO")	-	100,00
AEMP – Administradora de Empreendimentos Ltda. (“AEMP”)	-	100,00
AEST – Administradora de Estacionamento Ltda (“AEST”)	-	100,00
Amuco Shopping Ltda. (“Amuco”)	-	100,00
ATOW Administradora de Torres Ltda (“ATOW”)	-	100,00
AZ Brasil Comércio Varejista Ltda. (“AZBR”)	-	100,00
CSC41 Participações Ltda. (“CS41”)	-	100,00
CSC61 Participações Ltda. (“CS61”)	-	100,00
CSC132 Comércio Varejista Ltda (“POLO”)	-	100,00
CSC142 Participações Ltda (“OLSC”)	-	100,00
DV Brasil Comércio Varejista Ltda (“DV Brasil”)	-	100,00
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. (“FLEURY”)	-	80,00
Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“01GL”)	-	100,00
Milan Comércio Varejista Ltda. (“MILA”)	-	100,00
I-Art Produções Teatrais Ltda. (“IART”)	-	100,00
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda. (“IESTAPA”)	-	99,99

Iguatemi Estacionamentos Ltda. (“IESTA”)	-	100,00
Iguatemi Leasing Ltda. (“Iguatemi Leasing”)	-	100,00
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda (“OLNH”)	-	100,00
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda. (“I-Retail”)	-	100,00
Iguatemi 365 Ltda. (“I365”)	100,00	-
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. (“JK ADM”)	-	100,00
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG)	-	100,00
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda (“JKES”)	-	100,00
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. (“Lasul”)	-	100,00
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“MPPart”)	-	100,00
Market Place Torres Ltda (“MPT”)	-	100,00
Nova Galleria Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“01NG”)	-	100,00
Ork Empreendimentos Imobiliarios SPE Ltda (“ORKE”)	-	100,00
Praia de Belas Deck Parking Ltda (“PBES”)	-	100,00
Riviera Comércio Varejista Ltda. (“VILE”)	-	100,00
SCIALPHA Participações Ltda. (“SCIALPHA”)	-	100,00
SCIRP Participações Ltda. (“SCRP”)	-	100,00
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)	-	100,00
SISP Participações Ltda. (“SISP”)	-	100,00
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda (“SJRP”)	-	100,00
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliarios S.A. (“SPHI”)	-	100,00
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. (“AGSC”) (a)	-	36,00

Odivelas SP Participações S.A. (“OSPP”)	-	52,00
Sarol Comercio de Cosmesticos e Perfumaria Ltda.("SARO") (b)	-	100,00
Dominique Comercio de Cosmeticos e Serviços de Beleza Ltda. ("DOMI") (b)	-	100,00
CDG Comercio Varejista LTDA. ("CDGA") (b)	-	100,00
BBH Higienopolis Ltda. ("BBHP")	-	100,00
BPY HIGI Empreendimentos Ltda. ("BPYE")	-	100,00
BPY HIGI Participações Ltda. ("BPYP")	-	100,00
BRASC Shopping Centers S.A. ("BRAS")	-	100,00
ULTRAPAR Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda. ("ULTR")	-	100,00

(i) Controladas diretas e indiretas que são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial e apresentadas na rubrica de Investimentos nas Demonstrações Financeiras ("Controladas"). Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas tais controladas estão devidamente consolidadas.

(ii) Negócios controlados em conjunto direta e indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava uma posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R$ 1.753.854 mil e os empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) consolidados da Companhia apresentavam uma posição de R$ 3.964.050 mil, resultando em uma posição de dívida líquida de R$ 2.210.196 mil.

As receitas operacionais consolidadas da Companhia provêm substancialmente da sua controlada IESC e a principal entrada de recursos financeiros da Companhia são os dividendos distribuídos pela IESC.

A receita líquida de aluguéis e serviços da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.486.832mil. A Companhia apresentou um lucro líquido de R$ 582.460mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O índice de endividamento geral consolidado da Companhia, medido pela soma do Passivo circulante com o Passivo não circulante, dividido pelo Patrimônio líquido da Companhia, era de 104,2% em 31 de dezembro de 2025.

Além do índice de endividamento acima descrito, o índice de liquidez geral consolidado da Companhia, medido pela soma dos ativos circulantes e não circulantes dividido pela soma do passivo circulante e do não circulante era de 2,44x em 31 de dezembro de 2025.

b. Estrutura de capital

Entendemos que a Companhia possui estrutura de capital adequada para o seu modelo de negócios.

A estrutura de capital da Companhia para financiar suas operações é composta por (i) capital próprio, que corresponde ao total do patrimônio líquido; e (ii) capital de terceiros, que corresponde ao total do passivo circulante e não circulante.

O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 4.651.864 mil, um aumento de 7,9% em relação a 31 de dezembro de 2024, que foi de R$ 4.310.020 mil.

Os valores apresentados na tabela abaixo representam os recursos oriundos de capitais próprios e de capitais de terceiros nas datas apresentadas:

(Em R$ mil, exceto %)	Em 31/12/2025	AV%
Capital próprio (1)	4.651.864	49,0%
Capital de terceiros (2)	4.845.237	51,0%

Total	9.497.101	100,00%

(1) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido consolidado.

(2) O capital de terceiros da Companhia é representado pela totalidade do passivo circulante e não circulante.

Reorganização Societária

Dando continuidade ao processo de reestruturação que se iniciou em 07/06/2021, abrimos um novo período de conversão de ações ordinárias em ações preferenciais para formação de Units da Companhia, que teve início em 10 de maio de 2024 e término em 10 de junho de 2024. Neste período de conversão, foram formadas 2.074.283 Units de emissão da Iguatemi, totalizando 218.252.238 Units em circulação e o capital social da Companhia passou a ser composto por 774.849.080 ações ordinárias e 443.082.050 ações preferenciais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil do endividamento consolidado da Companhia, composto por dívidas bancárias, debêntures e financiamentos, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a sua Administração acredita que a Companhia apresenta liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não se possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Administração da Companhia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar os seus investimentos e aquisições, a sua Administração acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o caixa e equivalente de caixa consolidado reduziu em R$ 13.027 mil em relação a 31 de dezembro de 2024. Dentre as principais variações, destacamos:

- Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 328.860 mil;
- Caixa líquido utilizado nas atividades de Investimento de R$ 528.254 mil negativo, gastos principalmente com investimentos em nossos ativos, além de aquisições minoritárias em alguns empreendimentos; e;
- Caixa das atividades de financiamento no valor de R$186.367 mil negativo, valor principalmente por pagamentos de dívida e dividendos ao longo de 2025.

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item (f) estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures relevantes em 31 de dezembro de 2025:

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em R$ mil	Em 31 de dezembro de 2025
RB Capital 96% do CDI	-
RB Capital CDI + 0,15% a.a	-
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	115.147

Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	70.934
RB Capital CDI + 1,30% a.a	93.802
RB Capital CDI + 1,30% a.a	85.697
Banco Itaú TR + 5,0% a 8,6% a.a.	56.535
Banco Itaú TR + 6,0% a 8,6% a.a	40.078
Banco Safra CDI + 1,75% a.a	-
Banco Itaú CDI + 1,40% a.a	-
RB Capital CDI +0,55% a.a.	182.531
RB Capital CDI +0,60% a.a.	25.134
RB Capital 105% CDI	251.111
RB Capital 106% CDI	47.972
Banco Bradesco 99,95% CDI	618.557
Instituições não financeiras IGP-DI	-
Debêntures e juros provisionados sobre debêntures	961.554
Total	3.982.050

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 29 de novembro de 2018, a Companhia Controladora fez a portabilidade da sua dívida com o Banco Bradesco para o Banco Safra, no montante de R$61.246 mil, com taxa de 100%CDI + 1, 50% a.a., pelo prazo de 3 anos, com vencimentos anuais dos juros e do principal, previstos para 29/11/2019, 30/11/2020 e 29/11/2021. O empréstimo não possui garantias. Em 27 de novembro de 2019, a Companhia renegociou o empréstimo contratado junto ao Banco Safra, cuja taxa passou a ser de CDI +1,50% a.a. para CDI + 1,75% a.a. e o prazo se estendeu por 5 anos com parcelas vencíveis a partir de 21/12/2020 e tendo seu encerramento em 21/12/2024.

Em 26 de fevereiro de 2018, a Companhia contratou empréstimo com o Banco Itaú Unibanco S.A., no montante de R$26.000 mil, com taxa de 100% CDI + 2,25% a.a., pelo prazo de 2 anos, com vencimentos semestrais dos juros, previstos para 27/08/2018, 26/02/2019, 26/08/2019 e vencimento do principal previsto para 26/02/2020. O empréstimo não possui garantias. A Companhia renegociou o empréstimo contratado junto ao Banco Itaú, cuja taxa passou de CDI +2,25% a.a. para CDI + 1,40% a.a. e o prazo se estendeu por 10 parcelas vencíveis a partir de 22/06/2020. Em 2024 o saldo foi liquidado (R$5.216 em 2023) na controladora e no consolidado.

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Praia de Belas Shopping Center,

celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada IESC, no valor de R$ 174.600 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 37,545% do Praia de Belas Shopping Center. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R$130.162 mil (R$147.339 mil em 2023) na controladora e no consolidado. Esta operação não possui cláusula de covenants.

Em 23 de março de 2020, com o objetivo de aumentar sua participação no Esplanada Shopping celebrou um financiamento com o Itaú Unibanco S.A., por meio da sua Controlada Amuco Shopping Ltda, no valor de R$ 85.500 mil, com taxa escalonada entre TR + 8,60 e TR + 5,00%, taxa essa verificada mensalmente com base na Taxa Selic apurada na data de cada vencimento. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 27,3271782% do Esplanada Shopping. A amortização ocorrerá no prazo de 120 meses, através do Sistema de Amortização Constante – SAC. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo era de R$ 64.236 mil (R$72.383 mil em 2023). Esta operação não possui cláusula de covenants.

Em 18 de setembro de 2023, a Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração a 4ª Emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 4 séries, a ser vinculada à 189ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (“CRI”) da Opea Securitizadora. A operação foi concluída em 18 de outubro de 2023 no montante total de R$500.000, sendo: 1ª série no valor de R$177.072 mil com remuneração de 100% CDI+ 0,55% a.a., vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 2ª série no valor de R$243.526 mil com remuneração de 105% do CDI, vencimento em 16/10/2028 e amortização na mesma data; 3ª série no total de R$24.380 mil com remuneração de 100% CDI + 0,60% a.a., vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030; 4ª série no total de R$55.022 mil com remuneração de 106% do CDI, vencimento em 15/10/2030 e amortização em 15/10/2029 e 15/10/2030. Em dezembro de 2024, o saldo era de R$501.042 mil (499.635 em 2023). Esta operação possui cláusula de covenants não financeiros como requisitos para alteração de controle societário, limitação à venda significativa de ativos entre outros.

Com o objetivo de aumentar sua participação no shopping Iguatemi JK, a Companhia celebrou um financiamento com Banco Bradesco em 06 de março de 2023, no valor de R$667.000 mil, com taxa em TR + 9,48%. Esse contrato foi swapado na totalidade do seu fluxo a 99,95% do CDI. Como garantia, a Companhia apresentou a fração de 36% do shopping Iguatemi JK. A amortização ocorrerá no prazo de 216 meses sendo seu início em 06/03/2025, por meio do sistema de amortização constante (SAC). Em 31 de Dezembro de 2024, o saldo era de R$647.229 mil (R$645.854 em 2023). Esta operação não possui cláusula de covenants.

(b) Debêntures públicas e privadas

Décima emissão

Em outubro de 2020, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC realizou sua 10ª (décima) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (Quinhentas mil) debêntures em duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 28 de setembro de 2025 e a segunda série com vencimento de 50% em 28 de setembro de 2026 e 50% em 28 de setembro de 2027.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em setembro de 2020.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,15% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 2,45% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$1.261 mil (não circulante R$802 mil) e em 31 de dezembro de 2023 totalizam R$1.719 mil (não circulante R$1.261 mil).

Décima primeira emissão

Em julho de 2021, a Companhia emitiu, por meio de sua controlada IESC a 11ª (décima primeira) emissão de Debêntures, através de oferta pública via Instrução CVM 476. Foram alocadas 500.000 (quinhentas mil) debêntures em até duas séries, com vasos comunicantes, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, sendo a primeira série com vencimento final em 24 de junho de 2026 e a segunda série com vencimento em 24 de junho de 2028.

A emissão de debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em junho de 2021.

O prazo de vencimento será de 5 (cinco) anos para a primeira série e 7 (sete) anos para a segunda série, contados da data de emissão. O valor nominal das debêntures da primeira série será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento das debêntures e, o valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em duas parcelas anuais, senda a primeira em junho de 2027 e a segunda na data de vencimento das debêntures.

Nas debêntures da primeira série, incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,48% ao ano, base 252 dias úteis e para a segunda série incidirão juros remuneratórios correspondente à 100% da variação acumulada das taxas DI Over, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou spread de 1,63% ao ano, base 252 dias úteis todos calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por

dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização, até a data do efetivo pagamento de ambas as séries.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$1.516 mil (não circulante R$1.093 mil).

Décima terceira emissão

Em 13 de setembro de 2024, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. foi autorizada pelo Conselho de Administração a emitir a 13ª Emissão de Debêntures simples, não conversível em ações, em série única com prazo total de 6 anos. A operação foi concluída em 25 de setembro de 2024 no montante de R$300.000 com remuneração de 100% do CDI + 0,45% a.a., com vencimento em 20 de setembro de 2030 e amortização ao final do 5º e 6º ano. Os recursos ora captados, foram utilizados para efetuar o pagamento antecipado da 11ª Emissão de Debêntures 1ª série, cujo vencimento é 24 de junho de 2026 e tem um custo de CDI +1,48% a.a. Esta operação possui cláusula de covenants financeiros.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica “Debêntures”, como redução da dívida. Os custos a serem amortizados em 31 de dezembro de 2025 totalizam R$2.637 (não circulante R$2.082) e em 31 de dezembro de 2024 totalizam R$3.192 (não circulante R$2.637).

O cronograma de amortização do valor principal, classificados no passivo não circulante é como segue:

Em R$ mil	31/12/2025
2025 10° emissão	-
2026 11° emissão	-
2027 10° emissão	200.000
2028 11° emissão	236.129
2030 13ª emissão	300.000
	736.129
Custos de emissão a apropriar	-3.096
	733.033

A Iguatemi não possui dívida em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2025, além das captações em CDI, que representavam 92,8% do total de captação, a Iguatemi tinha 7,2% indexado à TR. O custo médio da sua dívida era de 102% do CDI e o prazo médio de 4,7 anos.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2025, além das relações de longo prazo com instituições financeiras que se encontram relatadas no item (i) acima, não temos outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

O montante total da dívida de qualquer natureza, total do Passivo Circulante somado ao total do Passivo Não Circulante consolidado da Companhia, não é contratualmente subordinado. Existe em relação à dívida subordinação legal decorrente das garantias reais prestadas pelas controladas da Companhia aos seus credores financeiros e, ainda, subordinação legal em razão da natureza do crédito, como os créditos fiscais e trabalhistas.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui restrição aos limites de endividamento ou à contratação de novas dívidas além dos *covenants* previstos nas debêntures descritos abaixo. A Companhia cumpre mensalmente com todas as suas obrigações contratuais.

"Covenants"

As debêntures de 10ª, 11ª e 13ª emissão da Companhia, emitidas por meio de sua controlada IESC, cujos montantes em 31 de dezembro de 2025 totalizam R$961.554 possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem da IESC, Dívida Líquida / EBITDA < 4,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00 para a 10ª e 11ª emissão, e Dívida Líquida / EBITDA < 4,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50 para a 13ª emissão.

A exigibilidade do atendimento aos índices financeiros reportados acima é trimestral, e todas as cláusulas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2025. Não existem cláusulas de opção de repactuação.

Todos os contratos descritos na letra "f" item (ii) letras "a" e "b", possuem clausulas de vencimento antecipado, e suas descrições individuais já indicam com exatidão as unidades de negócio onde as dívidas foram tomadas..

Todos os contratos descritos na letra "f" item (ii) letras "a" e "b", possuem clausulas de vencimento antecipado, e suas descrições individuais já indicam com exatidão as unidades de negócio onde as dívidas foram tomadas.

g. Limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Todos os financiamentos contratos pela Companhia já tiveram seus recursos recebidos e utilizados em seus projetos.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:				
Em R$ mil, exceto %	2025	AV % 2025	2024	AV % 2024	2025 vs. 2024
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.486.832	100%	1.236.345	100%	20,26%
Custos dos aluguéis e serviços prestados	-371.207	(24,97%	(406.667)	(32,89%)	(8,72%)
Lucro Bruto	1.115.626	75,03%	829.678	67,11%	34,46%
(Despesas) receitas operacionais gerais e administrativas	(185.116)	(12,45%)	(163.231)	(13,20%)	(13,41%)
Equivalência Patrimonial	(1.883)	(0,13%)	(11.431)	(0,92%)	(83,53%)
Outras receitas operacionais	194.203	(13,06%)	65.848	(5,33%)	194,93%
Outras despesas operacionais	(289.481)	(-19,47%)	(56.433)	(4,56%)	412,96%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos	1.122.829	75,52%	720.864	58,31%	55,76%
Resultado financeiro	(446.163)	(30,01%)	(251.990)	(20,38%)	77,06
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	676.666	45,51%	468.874	37,92%	44,32%
Correntes	(103.672)	(6,97%)	(79.921)	(6,46%)	29,72%
Diferidos	9.582	0,64%	10.923	0,88%	(12,28%)
Lucro (Prejuízo) Líquido do período/exercício	582.576	39,18%	399.876	32,34%	45,69%

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

Receita Líquida de Aluguéis e Serviços

A Receita líquida de aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$1.486.833 mil comparativamente a R$1.236.345mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 20,3%. Este aumento é atribuído substancialmente a maior cobrança do aluguel percentual, devido ao forte crescimento de vendas, aos reajustes no valor de estacionamento nos

empreendimentos e contínua diminuição de descontos concedidos aos lojistas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:					
R$ mil, exceto %	**2025**	**AV (%)**	**2024**	**AV (%)**	**Var. % 2025 vs 2024**
Aluguéis	1.122.577	80,2%	991.770	80,2%	13,2%
Estacionamento	258.939	18,2%	224.993	18,2%	15,1%
Prestação de serviços	112.986	7,6%	93.425	7,6%	20,9%
Operações de varejo (i)	234.236	13,5%	166.886	13,5%	40,4%
Outros	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receita Bruta bruta de aluguéis e serviços	1.728.738	119,5%	1.477.074	119,5%	17,0%
Impostos e deduções	(241.906)	(19,5%)	(240.729)	(19,5%)	0,5%
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.486.832	100%	1.236.345	100%	20,3%

(i) Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de i-retail e e-commerce.
(ii) A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

Custos dos aluguéis e serviços prestados

Os custos dos aluguéis e serviços no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 371.207 mil comparativamente a R$ 406.667 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma redução de 8,72%. Esta redução é atribuída, principalmente, ao menor nível de depreciação registrado no período, decorrente da revisão da vida útil contábil dos shoppings anunciada no 1T25, o que resultou em menor reconhecimento de despesas e contribuiu para a melhoria dos custos dos aluguéis e serviços prestados em 2025.

Lucro Bruto

Lucro bruto no exercício social encerado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$1.115.626 mil comparativamente a R$829.678 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 34,46%. Este aumento é atribuído substancialmente a melhora nas receitas e ao menor custo relacionado às eficiências geradas na linha de custo, mencionadas acima.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R$185.116 mil comparativamente a R$163.231 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 13,41%. Este aumento é atribuído substancialmente ao maior gasto com pessoal e remuneração baseada em ações, que com o atingimento das metas da companhia tivemos um aumento na remuneração dos colaboradores.

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R$194.203 mil comparativamente a R$65.848 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 194,93%. Este crescimento decorre do ganho de capital das vendas de participações ocorridas no 2T25.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram de R$289.481 negativos comparativamente a uma despesa operacional de R$56.433 mil negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 412,96%. Este aumento é atribuído substancialmente ao reconhecimento do custo dos ativos vendidos relacionados às operações de desinvestimento e vendas de participações realizadas, especialmente aquelas ocorridas no 2T25. Esses efeitos refletem a redução do custo contábil da participação alienada e outros encargos diretamente associados às transações, que impactaram de forma significativa a linha de despesas operacionais no exercício..

Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos

O lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$1.122.829 mil comparativamente a R$720.864 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 55,76%. Este aumento é atribuído à combinação dos efeitos operacionais detalhados anteriormente, incluindo a maior receita decorrente das vendas de participações realizadas no 2T25, somado aos impactos associados ao custo dos ativos vendidos reconhecidos nas despesas operacionais.

.

Resultado financeiro

O resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 446.163 mil negativos comparativamente a um resultado financeiro de R$ 251.990 mil negativos no mesmo período de 2024, o que representou uma piora de 77,06%. O resultado reflete principalmente o aumento do custo de capital em função da elevação do CDI e do maior endividamento médio no período. Além disso, a variação foi impactada pelo reconhecimento de juros dos parceiros vinculados à estrutura de aquisição das participações no Shopping Pátio Higienópolis e Shopping Pátio Paulista, e pelas atualizações de contas a pagar associadas às transações realizadas.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 676.666 mil comparativamente a R$ 468.874 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 44,32%. Este aumento é atribuído ao melhor resultado financeiro do período..

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente

Imposto de renda e contribuição social corrente no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 103.672 mil comparativamente a R$ 79.921 mil no mesmo período de 2024, o que representou um aumento de 29,72%. Este aumento é atribuído substancialmente à melhora dos

resultados das empresas do grupo, refletindo a maior geração de lucro tributável no período, e ao pagamento de imposto decorrente das operações de venda de ativos e participações realizadas ao longo do exercício, que elevaram a base de cálculo dos tributos correntes..

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido

Imposto de renda e contribuição social diferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 9.582 mil comparativamente a R$ 10.923 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma redução de 12,28%. Desta forma, a redução ocorrida em 2025 se justifica nas ativações dos prejuízos fiscais dos últimos anos.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$582.576 mil comparativamente a um lucro líquido de R$399.876 mil no mesmo período de 2024, o que representou uma variação de 45,69%. Este aumento é atribuído a melhora das principais linhas de receita, redução nos custos e despesas e melhor resultado financeiro no período.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em	
em R$ mil, exceto %	31/12/2025	31/12/2024
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	328.860	447.107
Caixa líquido gerado nas (utilizado nas) atividades de investimento	(528.254)	(262.689)
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento	186.367	194.851
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(13.027)	(10.433)

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 328.860 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 447.107 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa redução de R$118.247 mil, ou 26,45%, é justificada pelo aumento dos encargos de juros no período, influenciados pela alta do CDI, pelo maior endividamento médio e pelo reconhecimento de juros dos parceiros relacionados à estrutura de aquisição das participações no Shopping Pátio Higienópolis e

Shopping Pátio Paulista. Esses fatores elevaram os pagamentos de despesas financeiras recorrentes, reduzindo o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2025.

Caixa líquido gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R$ 528.254 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$262.689 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R$265.565 mil, ou 101,09%, é justificada pelos investimentos realizados no período, relacionados à aquisição de participações nos shoppings Pátio Higienópolis (SPH) e Pátio Paulista (SPP).

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R$ 186.367 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, comparado a R$ 194.851 mil negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa variação de R$ 381.218mil, ou 195,6%, é justificada principalmente pela menor amortização de dívidas no período, o que reduziu o uso de caixa nas atividades de financiamento em comparação a 2024. Essa dinâmica contribuiu para a reversão do caixa líquido de financiamentos negativo registrado no exercício anterior, em contrapartida tivemos uma captação de empréstimos inferior ao ano de 2024.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultado das operações do emissor, em especial:

Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As receitas consolidadas da Companhia são provenientes dos negócios Shopping Centers representado pela sua controlada direta IESC e por suas controladas indiretas.

As receitas no Segmento de Shopping Center apresentam os seguintes componentes:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
Receita Bruta (Em R$ mil)	2025	2024
Receita de aluguéis	1.122.577	991.770
Receita estacionamento	258.939	224.993
Receita de prestação de serviço	112.986	93.425
Receita varejo (i)	234.236	166.886
Receita outros	-	-
Total Receita Bruta de aluguéis e serviços	1.728.738	1.477.074
Impostos e deduções	(241.906)	(240.729)
Receita líquida de aluguéis e serviços (ii)	1.486.832	1.236.345

(i) Referem-se as receitas com vendas de mercadorias das operações de I-Retail e e-commerce.
(ii) A receita líquida de aluguéis e serviços foi impactada pela linearização dos descontos.

A receita de aluguéis para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi principalmente composta pelo aluguel mínimo, aluguel percentual e locações temporárias.

O aluguel mínimo é um valor estabelecido contratualmente e tipicamente corrigido anualmente por um índice de inflação acordado. O aluguel percentual é calculado com base nas vendas reportadas por cada lojista, e é o valor que excede o aluguel mínimo de cada contrato. Locações temporárias, por sua vez, referem-se aos aluguéis cobrados dos quiosques, além de mídias tais como banners, adesivagens panfletagens e painéis digitais.

As receitas de taxas de administração são taxas cobradas dos demais empreendedores donos de participações nos shoppings em que administramos pela administração das propriedades, assim como dos lojistas pela administração dos condomínios.

As receitas de estacionamento são provenientes da cobrança de estacionamento dos nossos clientes.

As receitas de outros são compostas em grande parte por receitas de coparticipação, que compreende em recurso recebidos pela cessão de direitos reconhecidas de forma linear no resultado, com base no prazo de aluguel e nas receitas de corretagem, que se referem a comercialização de pontos comerciais.

As receitas variaram principalmente em função de: (i) fechamento de áreas vagas e leasing spreads positivos nos contratos renovados no período; (ii) aumento do aluguel percentual e de locações temporárias; (iii) atingimento do breakeven da operação de varejo e (iv) aumento do fluxo de veículos, somado a revisão das tarifas feitas em nossos shoppings. Além disso, os contratos de aluguéis celebrados pela Iguatemi são tipicamente renegociados a cada 5 anos e são reajustados pela inflação. O portfólio da Iguatemi atualmente está dividido em aproximadamente 3% de contratos ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve fatores que afetassem materialmente os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

Com relação aos investimentos consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a receita de aluguéis respondeu por 64,94% da receita bruta de aluguéis e serviços da Companhia. Dentro da receita de aluguel, aproximadamente 80,2% provêm do aluguel mínimo, que independe da venda dos lojistas. Além disso, 9,3% são provenientes do aluguel percentual e 10,4% de locação temporária.

- As receitas de aluguel mínimo estão atreladas a contratos de aluguéis que têm duração média de 5 anos e são anualmente reajustados pela inflação. Aproximadamente 3% dos contratos são ajustados pelo IPC e 97% pelo IGP. Após o término do contrato são renegociados preços de mercado para cada contrato, o que resulta em ganhos reais na receita;

- As receitas de aluguel percentual são atreladas às vendas dos lojistas; e

- As receitas de locação temporária são atreladas a quiosques, locais de eventos e/ou locais de mídia física ou digital que são negociados (locados) temporariamente no decorrer do ano e em função disso mudam a cada negociação, não estando atreladas à inflação.

As receitas de prestação serviço responderam por 6,5% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas estão atreladas principalmente ao resultado dos shoppings centers e gestão sobre seus condomínios.

As receitas de estacionamento responderam por 15,0% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas estão atreladas ao fluxo de veículos e às tarifas de estacionamento que são reajustadas esporadicamente de acordo com o potencial de cada empreendimento.

As receitas das operações de varejo responderam por 15,9% da receita bruta de aluguéis e serviços da Iguatemi no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Estas receitas são relacionadas às vendas das marcas administradas pela I-Retail e pela receita da operação de marketplace (Iguatemi 365).

As receitas de outros são principalmente relacionadas às taxas de corretagem e a receitas de coparticipação. As taxas de corretagem estão atreladas ao valor dos novos contratos de aluguel negociados com novos lojistas e em função disso dependem da quantidade de novos lojistas que são negociados no ano. As receitas de coparticipação, por sua vez, estão atreladas à venda de pontos comerciais nos novos shoppings centers e, consequentemente, estão diretamente relacionadas à quantidade de ABL adicional que é inaugurada por ano.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os custos e despesas operacionais consolidados da Companhia, com exceção da depreciação e de suas receitas operacionais, são corrigidos conforme a variação da inflação no período, em virtude dos reajustes previstos nos contratos firmados com terceiros, inclusive nos contratos de locação. Tendo em vista que tanto os custos e despesas operacionais, quanto a receita operacional consolidada são reajustados pela inflação, ocorre um hedge natural que impede impactos negativos de valor relevante em virtude da sua variação. De tal forma, durante o último exercício social e no exercício corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante.

Em relação ao resultado financeiro, a receita financeira é impactada diretamente por oscilações do CDI, tendo em vista que a maior parte dos recursos estão aplicados em Fundos de Renda Fixa, e que as despesas financeiras são impactadas pelas oscilações sofridas pelos indexadores atrelados aos contratos de financiamento.

A Companhia possui empréstimo indexado ao CDI. Em decorrência das emissões de debêntures e de CRI's realizadas nos últimos três exercícios sociais, o principal indexador da Iguatemi atualmente é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI impacta no montante dos juros a ser pago da dívida. Além do CDI, a Iguatemi possui contratos de Crédito Imobiliário atrelados à TR, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações de tal índice.

Em 31 de dezembro de 2025, a taxa acumulada SELIC apresentou alta de 2,7 pontos percentuais em relação ao final de 2024, aumentando a despesa financeira da Companhia.

2.3 – Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores informam que, no exercício social de 31 de dezembro de 2025, não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia. A Companhia elabora suas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não introduziram ou alienaram segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Eventos realizados em 2025

Os Diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária na Companhia e suas Controladas.

c. Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras envolvendo a Companhia ou suas Controladas.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156") e consiste no lucro (prejuízo) líquido do período, ajustado pelo resultado financeiro, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas e custos das depreciações e amortizações ("EBITDA").

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida de aluguéis e serviços ("Margem EBITDA").

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas de lucro reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BRGAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e tampouco deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido, um indicador do desempenho operacional, uma alternativa aos fluxos de caixa ou como indicador de liquidez. O EBITDA e a Margem EBITDA não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados isoladamente ou como substitutos para o lucro (prejuízo) líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez da Companhia.

O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

O EBITDA e a Margem EBITDA apresentam limitações que afetam o seu uso como indicadores de rentabilidade da Companhia, pois não consideram certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos sobre o lucro, depreciação e amortização.

Seguem abaixo os valores do EBITDA e Margem EBITDA da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
EBITDA	1.250.129
Margem EBITDA	84,08%

Dívida Líquida

A dívida líquida é uma medição não contábil divulgada pela Companhia, e corresponde à soma dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) deduzida de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (circulante e não circulante). A Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não possui um significado padrão e pode não ser comparável à Dívida Líquida elaborada por outras empresas. A Dívida Líquida apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de liquidez, e não deve ser considerada isoladamente ou como substituto indicador de liquidez ou desempenho. A Companhia utiliza

Dívida Líquida para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital. A Dívida líquida pode não ser comparável a medições com títulos semelhantes de outras companhias.

Seguem abaixo os valores da Dívida líquida em 31 de dezembro de 2025:

(em R$ milhares)	Em 31 de dezembro de 2025
Dívida Líquida	2.210.196

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

As tabelas abaixo apresentam a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do período/exercício para o EBITDA, bem como os cálculos da Margem EBITDA para o exercício sociai encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(Em R$ mil, exceto %s)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do período	582.576	399.876
(+/-) Resultado financeiro líquido	446.163	251.990
(+) Imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro	94.090	68.998
(+) Depreciação e amortização	127.300	193.898
(=) EBITDA (1)	1.250.129	914.762
Receita Líquida de aluguéis e serviços	1.486.832	1.236.345
(=) Margem EBITDA (2)	84,08%	73,99%

(1) O EBITDA não é medida contábil definida pelo BRGAAP nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa os fluxos de caixa para os períodos/exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, como indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos.

(2) Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida de aluguéis e serviços.

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta a composição da dívida líquida em 31 de dezembro de 20245 e 2024:

(em R$ milhares)	Em 31 de dezembro de	
	2025	2024
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Circulante	386.040	262.026
Empréstimos, Financiamentos e debêntures – Não Circulante	3.578.010	3.174.173
Dívida Bruta	3.964.050	3.436.199
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(36.013)	(49.040)
Aplicações Financeiras – Circulante	(1.717.841)	(1.487.942)
Aplicações Financeiras – Não Circulante	-	(284.373)
Dívida Líquida	2.210.196	1.614.844

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

A Administração acredita que o EBITDA fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar companhias.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro, como também da nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e obter recursos para nossas despesas de capital e nosso capital de giro. No entanto, o EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Dívida Líquida

A Companhia divulga a dívida líquida, pois entende ser uma métrica adequada para avalição de endividamento e sua gestão de caixa.

2.6 Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 12 de fevereiro de 2026, a Companhia celebrou junto ao BB Premium Malls uma proposta vinculante (MOU), que estabelece as condições para a aquisição de uma participação minoritária de 4,5% no Shopping Pátio Paulista pelo valor de R$ 113,4 milhões.

Tal informação está indicada com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

<table>
<tr><th>Exercício Social</th><th>31.12.2025</th></tr>
<tr><td>a. Regras sobre retenção de lucros</td><td>Conforme previsto no Estatuto Social, do lucro líquido do exercício, apurado após as deduções legais, 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, até que esta atinja 20% do capital social.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o saldo do valor remanescente, após a distribuição do dividendo obrigatório e destinação do valor devido a reserva legal, destina-se à constituição de “Reserva de Investimentos”. Tal reserva terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do Capital Social somado à reserva de Correção Monetária do Capital Social Realizado e destinar-se-á: (a) à amortização de dívidas da Sociedade; (b) ao reforço de seu capital de giro; e (c) a investimentos em subsidiárias, a fim de que estas os destinem aos fins mencionados nas letras “a” e “b” acima e à modernização do seu parque industrial.</td></tr>
<tr><td>a. i. Valores das Retenções de Lucros</td><td>No exercício social encerrado em 31/12/2025, a Companhia apresentou lucro no montante de R$ 582.458.857,25, cuja proposta de destinação submetida à AGO a ser realizada em 16 de abril de 2026 prevê:
a) a retenção de R$29.122.942,86 para a constituição da reserva legal;
b) a distribuição de R$ 200.000.000,00 como dividendos (já incluindo o montante relativo ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R$138.333.978,60, somado ao dividendo adicional de R$61.666.021,40), cujo pagamento ocorrerá em quatro parcelas iguais no valor de R$25.000.000,00, sendo o pagamento da 1ª parcela em 05 de março de 2026, a 2ª parcela em 29 de abril de 2025, a 3ª parcela em 29 de julho de 2026 e a 4ª parcela em 29 de outubro de 2026.
A data de corte, data da negociação dos valores mobiliários ex-dividendos, data do pagamento dos dividendos, bem como o valor a ser pago por ação ordinária, por ação preferencial e por Unit, nos termos em que foram declarados em reunião do Conselho de Administração realizada em 22/12/2025, seguem indicadas abaixo.
<table>
<tr><th>Data de Corte</th><th>Data ex dividendo (inclusive)</th><th>Data de pagamento</th><th>Valor por ação ON (R$)</th><th>Valor por ação PN (R$)</th><th>Valor por Unit (R$)</th></tr>
<tr><td>19/02/2026</td><td>20/02/2026</td><td>05/03/2026</td><td>0,02407431461</td><td>0,07222294382</td><td>0,16852020225</td></tr>
<tr><td>14/04/2026</td><td>15/04/2026</td><td>29/04/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr>
<tr><td>15/07/2026</td><td>16/07/2026</td><td>29/07/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr>
<tr><td>15/10/2026</td><td>16/10/2026</td><td>29/10/2026</td><td>0,02414266586</td><td>0,07242799757</td><td>0,16899866100</td></tr>
</table>
Os valores por ação ordinária, preferencial e Unit acima indicados foram calculados de acordo com a quantidade de ações ex-tesouraria na data de declaração dos dividendos pelo Conselho de Administração (22 de dezembro de 2025), podendo sofrer variações a depender do número de ações ex-tesouraria nas datas corte indicadas acima.
c) retenção do montante restante, no valor de R$353.335.914,39 para reserva de lucros prevista no art. 43, “c” do Estatuto Social.</td></tr>
<tr><td>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</td><td>As retenções para a reserva legal e para a reserva de lucros correspondem a, aproximadamente, 65,66% do lucro líquido total.</td></tr>
<tr><td>b. Regras sobre distribuição de dividendos</td><td>O Estatuto Social da Companhia prevê que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-á para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados.

Além disso, os acionistas preferencialistas têm direito ao recebimento de dividendos e quaisquer outras distribuições de capital pela Companhia em montante equivalente a 3 (três) vezes o valor pago a cada ação ordinária, nos termos do art. 7º, “a” do Estatuto Social da Companhia.</td></tr>
</table>

Exercício Social	31.12.2025
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social integralizado ou o limite previsto no § 1º do art. 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo primeiro do artigo 182 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. Não há outras disposições atualmente aplicáveis que restrinjam a distribuição dos dividendos.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Não possui

2.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantenha riscos e responsabilidades que não estejam registradas no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de construção não terminada que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos que não estejam registrados no seu balanço patrimonial relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, tendo em vista que, além daqueles descritos no subitem “a” acima, não há outros itens não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social em 31 de dezembro de 2025.

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Companhia
A Companhia tem como principal atividade a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista. Desta forma, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto, atualmente, concentra seus investimentos no setor de imóveis geradores de renda, nomeadamente Shopping Centers e prédios comerciais.

Através da sua subsidiária integral IESC, a Companhia explora oportunidades seguindo uma disciplina de atuação. A busca é por propriedades com potencial de se tornaram dominantes em sua região. As localidades têm de ter relevância no plano geoeconômico nacional, principalmente nos aspectos de número de habitantes e renda total.

A administração das propriedades visa a criar experiências únicas e memoráveis de consumo e lazer, seguindo um padrão de excelência compatível com o nível de exigência dos clientes da Iguatemi que, na sua maioria, pertencem às classes mais altas de poder aquisitivo.

Além da procura contínua de novas oportunidades de investimento, a Iguatemi dispõe de aproximadamente 490 mil m2 metros quadrados de ABL (área bruta locável), com 67,4% de participação, o que, isoladamente, já representa um importante potencial de crescimento.

No plano de recursos humanos, a Companhia está atenta a promover um ambiente que estimula a captação, retenção e desenvolvimento dos melhores talentos do mercado, tanto para a Companhia quanto para suas controladas.

No mercado de capitais, a Companhia busca alternativas para elevar seu grau de governança corporativa, aumentar a liquidez de suas ações no mercado e aproximar seu valor de mercado ao real valor de suas participações, garantindo assim maior valor e transparência na relação com todos os seus acionistas e contribuindo com o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Adicionalmente crescimento orgânico com qualidade do portfólio faz parte integral da estratégia da Companhia, ou seja, crescer por meio da expansão de suas propriedades já existentes e desenvolver novos projetos greenfield, bem como projetos multiuso, buscando sempre agregar elementos de inovação para estes empreendimentos. Desta forma, a Companhia acredita que seja possível desenvolver projetos que se destaquem por seus diferenciais arquitetônicos, inovações no varejo e um mix de lojistas diferenciado, em linha com a sua estratégia de focar nas classes A e B e nas regiões Sul, Sudeste e Brasília.

CAPEX anual total investido: o número abaixo inclui o CAPEX de aquisição de ativos, manutenção/reinvestimento nos ativos existentes do portfólio, projetos anunciados e capitalizações.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025
Investimentos (R$ milhões) (1)	1.104,1

(1) Aquisição de ativo imobilizado, propriedade para investimento e intangível.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia pretende financiar seus investimentos com a obtenção de novos recursos junto a

instituições financeiras, fluxo de dividendos advindos de suas controladas e, caso necessário, outras formas de captação de recursos.

Na eventual necessidade de construção de projetos *greenfields* (desenvolvimento de novos empreendimentos) ou *brownfields* (expansão dos empreendimentos já existentes) a Companhia realizará financiamento do CAPEX por crédito imobiliário, CRI e com outras formas de financiamento junto aos bancos comerciais.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 exercícios sociais, bem como não possuem desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A integração da agenda ESG ao plano de negócios da Iguatemi S.A. está integrada à estratégia de crescimento sustentável da Companhia, orientada pela Política de Sustentabilidade e estruturada em três eixos: Gestão Ambiental, Pessoas Diversas, Felizes e Prósperas, e Integridade Corporativa.

No eixo ambiental, a gestão eficiente de energia, água e resíduos nos empreendimentos contribui para a redução de custos operacionais. A contratação de energia de fontes renováveis, os investimentos em automação e eficiência energética, a implantação de estações de tratamento e reúso de água e a gestão estruturada de resíduos representam ações visando a otimização dos ativos. O inventário anual de emissões verificado por auditoria independente e o plano de descarbonização dos Escopos 1 e 2, alinhado à metodologia SBTi, reforçam a preparação da Companhia frente ao cenário de transição climática e à mitigação de riscos. A busca pela certificação LEED nos empreendimentos e o desenvolvimento de

projetos com critérios de sustentabilidade desde a concepção representam oportunidades de valorização dos ativos e diferenciação competitiva.

No eixo social, os programas estruturados de desenvolvimento, saúde e bem-estar dos colaboradores fortalecem a capacidade de atrair e reter talentos, contribuindo para a produtividade e a cultura organizacional. A Companhia também estrutura sua atuação de investimento social privado em quatro pilares: educação, cidades, cidadania e cultura, promovendo o desenvolvimento das comunidades onde está presente. A Iguatemi é signatária do Pacto Global da ONU e aderente aos movimentos Elas Lideram 2030 e Mente em Foco.

No eixo de governança, a Companhia adota integralmente as normas do Novo Mercado (com exceção das units) , o mais alto padrão de governança da Bolsa. A estrutura conta com comitês estatutários compostos por membros independentes, Conselho Fiscal eleito anualmente e práticas alinhadas ao Código Brasileiro de Governança Corporativa do IBGC. A Iguatemi é reconhecida como uma empresa presente nos três principais índices de sustentabilidade do país: ISE B3, ICO2 e IDIVERSA B3, o que reafirma seu compromisso com as melhores práticas ambientais, sociais e de governança.

Informações adicionais podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia, disponível em ri.iguatemi.com.br.

2.11 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem, que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional consolidado, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

3. Projeções

3.1 – As projeções devem identificar

(a) Objeto da projeção

A projeção é financeira e trata sobre os Investimentos (CAPEX) e dividendos.

Os Investimentos (CAPEX) compreendem os recursos destinados à manutenção e ao reinvestimento nos empreendimentos do portfólio, bem como a projetos de expansão e demais iniciativas correlatas. O montante divulgado refere-se exclusivamente ao CAPEX em base caixa, não contemplando aquisições, desinvestimentos ou capitalizações de projetos em desenvolvimento.

Os Dividendos correspondem ao montante total a ser distribuído aos acionistas no curso do exercício social, nos termos deliberados pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

O período projetado para os Investimentos (CAPEX) e Dividendos é o ano de 2026.

A Companhia avaliará, oportunamente, a eventual divulgação de projeções de CAPEX referentes ao exercício de social de 2027.

(c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nossas expectativas atuais e estimativas sobre eventos futuros e tendências que afetam, ou podem potencialmente vir a afetar, nossos negócios e resultados. Embora essas estimativas e declarações futuras encontrem-se baseadas em premissas que consideramos razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente possuímos. Estas podem ser influenciadas por diversos fatores que escapam ao controle da nossa administração, incluindo:

- Os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil;
- A conjuntura econômica de negócios e política no Brasil e, em especial, nos mercados geográficos onde atuamos;
- Inflação e flutuações na taxa de juros e na taxa de câmbio;

- Flutuação da atividade econômica dos setores de shopping centers, imobiliário e varejista no Brasil;
- Não implementação integral das nossas estratégias de negócios, incluindo nossa habilidade de (i) adquirir participação adicional nos shopping centers que atualmente detemos participação, (ii) adquirir participação em shopping centers de terceiros, (iii) identificarmos novas propriedades para a construção de novos shopping centers; e (iv) realizar expansões de shopping centers de nosso portfólio;
- Capacidade em contratarmos novos financiamentos em condições razoáveis;
- Alterações no desempenho das vendas no mercado de varejo no Brasil;
- Edição de novas leis e regulamentos e/ou alterações nas leis e regulamentos existentes que se aplicam aos setores de shopping centers, imobiliário e varejista no Brasil, inclusive de caráter ambiental e de zoneamento urbano;
- Intervenções governamentais resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- Concorrência no setor de shopping centers no Brasil como um todo e particularmente em nossas áreas de atuação; etc.

Adicionalmente, algumas premissas das projeções podem ser influenciadas pela nossa administração, incluindo nossa capacidade de:

- Competirmos com êxito e dirigirmos nossos negócios no futuro;
- Gerirmos nossos custos e despesas de acordo com o orçado;
- Renegociarmos nossos contratos de aluguel de acordo com o orçado;
- Negociarmos novos contratos de aluguel ou de merchandising de acordo com o esperado; e
- Inaugurarmos nossos novos shoppings nos prazos anunciados.

Contudo, todas as premissas consideradas nas projeções estão sujeitas a fatores de influência que escapam ao controle da nossa administração. Caso qualquer premissa sofra alterações que causem impacto relevante nas projeções, poderemos revisá-las para patamares superiores ou inferiores.

(d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

2026	
Indicador	**Projeção**
Investimento (R$ milhões) (1)	450 – 600 (Alvo: R$ 550 milhões)
Dividendos (R$ milhões) (2)	200

(1) Base caixa, não contemplando aquisições, desinvestimentos ou capitalizações de projetos em desenvolvimento.

(2) Montante correspondente aos dividendos declarados em reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de dezembro de 2025.

3.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Todas as projeções apresentadas no Item 3.1(d) deste Formulário de Referência já foram divulgadas pela Companhia ao mercado e seus acionistas por meio de fato relevante, relatório trimestral de resultados, conferência de resultado trimestral e apresentações corporativas. Nenhuma das projeções constantes no item 3.1(d) estão sendo alteradas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Exercício Social de 2025

Em 2025, a receita líquida da unidade de Shoppings registrou um crescimento de 12,7%, ultrapassando o guidance previsto, apesar de o índice de IGP-M ter sido negativo por seis meses durante o exercício de 2025. A Companhia atribui o desempenho acima do esperado principalmente à aquisição de participação no Shopping Pátio Paulista e ao aumento da participação no Shopping Pátio Higienópolis. Adicionalmente, o desempenho operacional da unidade se refletiu no crescimento das vendas e das receitas de aluguel.

As margens EBITDA – Shoppings e EBITDA – Total apresentaram resultados dentro da faixa indicativa do Guidance fornecido, respectivamente em 84,4% e 76,2%.

Em relação aos Investimentos, esse índice ficou abaixo do projetado para o ano, reflexo do atraso no início de algumas obras de expansão com consequente reprogramação do cronograma de execução de investimentos.

GUIDANCE [(1)]	**Guidance 2025**	**Realizado 2025**
Crescimento da receita líquida – Shoppings [(2)]	7 - 11%	12,7%
Margem EBITDA – Shoppings [(2)]	82 - 85%	84,4%
Margem EBITDA – Total [(3)]	75 - 79%	76,2%
Investimento (R$ milhões) [(4)]	R$330 - 400	301,04

(1) Valores sem linearização; (2) Inclui apenas operações de shoppings, outlets e torres comerciais; (3) Considera resultados das operações de Vaejo; (4) Base caixa. Não inclui aquisições.

Exercício Social de 2024

Em 2024, a Receita Líquida da unidade de Shoppings foi de 6,4%, com o crescimento ficando dentro do guidance previsto.

As margens EBITDA – Shoppings e EBITDA – Total também apresentaram resultados dentro da faixa indicativa do Guidance fornecido, respectivamente em 84,5% e 77,4%. Em Investimentos, encerramos com investimento ligeiramente acima do Guidance previsto por conta das obras e reformas no Iguatemi São Paulo.

GUIDANCE [1]	Guidance 2024	Realizado 2024
Crescimento da receita líquida – Shoppings [2]	4 - 8%	6,4%
Margem EBITDA – Shoppings [2]	82 - 85%	84,5%
Margem EBITDA – Total [3]	75 - 79%	77,4%
Investimento (R$ milhões) [4]	–R$190 - 230	235,3

(1) Valores sem linearização; (2) Inclui apenas operações de shoppings, outlets e torres comerciais; (3) Considera resultados das operações de Vaejo; (4) Base caixa. Não inclui aquisições.

Exercício Social de 2023

Em 2023, para a Receita Líquida entregamos um crescimento shoppings de 16,1%, dentro do guidance e crescimento de 2,3% para varejo, ligeiramente abaixo do guidance explicado pela saída de uma loja do portfólio das nossas lojas.

As margens EBITDA – Shoppings e EBITDA – Total apresentaram resultados acima da faixa indicativa do Guidance fornecido, respectivamente em 83,6% e 75,0%. A Iguatemi entende que o crescimento acima do guidance previsto se deu em razão do desempenho operacional da Companhia, refletido na evolução das receitas, bem como de ganhos de eficiência na operação.

Em relação aos Investimentos, houve um crescimento com relação ao Guidance previsto por conta das obras e reformas no Iguatemi São Paulo.

GUIDANCE [1]	Guidance 2023	Realizado 2023
Crescimento da receita líquida – Shoppings [2]	13 - 18%	6,4%
Margem EBITDA – Shoppings [2]	78 - 81%	83,6%
Margem EBITDA – Total [3]	69 - 72%	75,0%
Investimento (R$ milhões) [4]	–R$140 – 180	199,3

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções da Companhia para o Exercício Social de 2026, apresentadas no Item 3.1 (d) deste Formulário de Referência, permanecem válidas na data da entrega deste Formulário.

4.1 - Descrições dos fatores de risco com efeito potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentre elas, a ordem decrescente de relevância.

Para assegurar a governança no processo de gestão de riscos, descrevemos a seguir os fatores de riscos identificados e monitorados, que acreditamos que possam impactar negativamente a Iguatemi, listados em ordem decrescente de relevância. Além disso, outros fatores de risc adicionais que, na data deste Formulário de Referência, consideramos irrelevantes ou que não são de nosso conhecimento também podem ter um efeito adverso para nós.

(a) Emissor

Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.

Não há como garantirmos que quaisquer de nossas metas e estratégias para o futuro serão integralmente realizadas. Em consequência, podemos não ser capazes de expandir nossas atividades e, ao mesmo tempo, replicar a nossa estrutura de negócios, desenvolvendo nossa estratégia de crescimento de forma a atender às demandas dos diferentes mercados. Adicionalmente, podemos não ser capazes de implementar padrões de excelência em nossa gestão operacional, financeira e de pessoas. Caso não sejamos bem-sucedidos no desenvolvimento de nossos projetos e empreendimentos e em nossa gestão, o direcionamento da nossa política de negócios será impactado, o que pode causar um efeito adverso para nós.

Dependemos dos resultados e bens das nossas Controladas.

Os nossos negócios são conduzidos por meio de nossas controladas. A nossa capacidade e a capacidade de nossas controladas de cumprir nossas obrigações financeiras, bem como qualquer distribuição ou transferência de recursos financeiros para nós, incluindo, mas não se limitando a, dividendos, juros sobre capital próprio, empréstimos, resgate de ações, estão diretamente relacionadas ao fluxo de caixa e às receitas com aluguéis geradas por nossas controladas. Algumas das controladas estão, ou poderão vir a estarem no futuro, sujeitas a (a) restrições regulatórias; ou (b) contratos de empréstimo que restrinjam ou limitem a transferência de dividendos ou outros recursos aos acionistas, incluindo para nós, na qualidade de controladora (direta ou indireta) dessas controladas, ou exigiam que as novas dívidas contraídas por nós ou por nossas controladas estejam subordinadas às dívidas incorridas anteriormente. Adicionalmente, alterações legislativas podem resultar na impossibilidade de pagamento de dividendos, pagamentos em montantes inferiores aos atualmente permitidos ou, ainda, na tributação de dividendos, o que pode afetar negativamente os nossos resultados.

Condições econômicas adversas nos locais onde estão localizados nossos shopping centers podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação dos espaços, e, consequentemente, causar um efeito adverso para nós.

Nossos resultados operacionais dependem substancialmente da nossa capacidade de locar os espaços disponíveis nos shopping centers nos quais temos participação e/ou que administramos. Condições

adversas nas regiões em que operamos podem reduzir os níveis de locação, restringir a possibilidade de aumentarmos o preço de nossas locações, bem como diminuir nossas receitas de locação, que estão atreladas às receitas dos lojistas. Caso nossos shopping centers não gerem receita suficiente para que possamos cumprir com as nossas obrigações, a nossa condição financeira e os nossos resultados operacionais poderão ser afetados. Os fatores a seguir, entre outros, podem causar um efeito adverso para nós:

- períodos de recessão ou aumento das taxas de juros podem resultar no aumento dos níveis de vacância nos nossos empreendimentos;
- desaquecimento das economias brasileira e regionais podem gerar uma queda no consumo de modo geral, o que, por sua vez, pode acarretar a diminuição das vendas e, assim, afetar os preços das locações dos espaços comerciais dos nossos shopping centers;
- percepções negativas dos locatários acerca da segurança, conveniência e atratividade das áreas nas quais nossos shopping centers estão instalados;
- incapacidade de atrairmos e mantermos locatários de primeira linha;
- queda dos preços das locações;
- inadimplência e/ou não cumprimento das obrigações contratuais por parte dos locatários, o que pode gerar maior pressão por renegociação e concessão de descontos;
- aumento dos custos operacionais, incluindo a necessidade para incremento do capital;
- aumento de tributos incidentes sobre as nossas atividades;
- mudanças regulatórias no setor de shopping centers, inclusive nas leis de zoneamento e na regulamentação fiscal;
- alteração no padrão de consumo dos consumidores, como o aumento do *e-commerce*, por exemplo, pode acarretar na diminuição das vendas e, assim, afetar os preços das locações dos espaços comerciais dos nossos Shopping Centers;
- eventual descontinuidade da operação pelos nossos parceiros dos estacionamentos dos nossos Shoppings Centers em decorrência de não conseguirmos absorver estas operações de forma imediata;
- queda no uso do estacionamento devido a mudanças nos hábitos de transporte dos nossos consumidores; e
- competitividade de lojas de varejo e outros meios de venda de varejo, como o comércio eletrônico.

Eventuais dificuldades financeiras por parte das lojas instaladas em nossos shopping centers, podem levar ao não pagamento dos aluguéis e à rescisão das atuais locações ou à expiração do prazo das locações

dessas lojas sem que haja renovação do contrato de locação. Podemos não ser capazes de ocupar novamente esse espaço com facilidade, com a mesma categoria de loja e/ou nas mesmas condições do contrato de locação rescindido ou expirado. Isto poderá aumentar a vacância de lojas nos nossos Shopping Centers ou afetar adversamente o mix de lojas dos nossos Shopping Centers, diminuindo nossa receita com aluguéis ou a capacidade de atrair consumidores para nossos lojistas, o que pode causar efeito adverso nos nossos resultados e na nossa condição financeira.

Podemos não ser capazes de atrair e manter lojas âncoras, flagships e megalojas, o que pode nos afetar de maneira adversa.

As nossas "lojas âncoras", *flagships* e megalojas atraem um grande fluxo de visitantes, gerando demanda para lojas satélites, que também poderiam se beneficiar também desse fluxo. Adicionalmente, as "lojas âncoras" respondem por um percentual relevante das nossas receitas de aluguel. Eventuais dificuldades financeiras por parte das lojas instaladas em nossos shopping centers, sobretudo por parte das lojas âncoras, podem levar ao não pagamento dos aluguéis e à rescisão das atuais locações ou a expiração do prazo das locações dessas lojas sem que haja renovação dos respectivos contratos de locação.

Podemos não ser capazes de ocupar novamente os espaços das lojas âncoras com facilidade, com a mesma categoria de loja e/ou nas mesmas condições do contrato de locação rescindido ou expirado. Isto poderá aumentar a vacância de lojas nos nossos shopping centers ou afetar adversamente a nossa variedade de lojas, diminuindo nossa receita com aluguéis ou a nossa capacidade de atrair consumidores para os nossos lojistas, causando um efeito adverso relevante nos nossos resultados e na nossa condição financeira.

Podemos não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de nossas ações.

Nosso Estatuto Social determina que 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações, deve ser distribuído aos acionistas como dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, usado para compensar prejuízos ou retido, podendo não estar disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Podemos não pagar dividendos aos nossos acionistas em qualquer exercício social, se os nossos administradores indicarem que determinada distribuição é desaconselhável diante de nossa situação financeira. Podemos ainda não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio em virtude de eventual restrição regulatória. Adicionalmente, alterações legislativas podem resultar na impossibilidade de pagamento de dividendos, em pagamentos em montantes inferiores aos atualmente permitidos ou, ainda, tributação de dividendos.

Parte do nosso plano de crescimento depende do desenvolvimento de nossas plataformas de venda "Iguatemi 365" e "I-Retail", que atuam no segmento de varejo, altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente a nossa participação de mercado e, consequentemente, nossos resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada, dentre outros fatores, na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade, conveniência ou local de armazenamento e atendimento ao

consumidor. Alguns dos nossos concorrentes, incluindo empresas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que nós, bem como marcas mais atrativas do que as nossas. Esses concorrentes podem usar descontos, políticas de preços agressivas e publicidade. Os negócios da “Iguatemi 365” e da “I-Retail” são vulneráveis às mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos clientes. Caso não consigamos competir com nossos concorrentes, nossas vendas podem cair, e nós podemos decidir ou ser obrigados a oferecer descontos maiores a nossos clientes, o que poderá reduzir nosso lucro e afetar nossa situação financeira. Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que a nossa carteira de clientes cresce e a fidelidade de clientes aos diferentes segmentos do mercado de internet aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que nós operamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo *online,* e esse aumento na concorrência pode reduzir nossas vendas e nossos lucros operacionais. Além disso, os nossos concorrentes, tanto no varejo físico, quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver estratégias de tecnologia e marketing. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros, o que poderia afetar adversamente a nossa capacidade de atingir nosso plano de crescimento e impactar nossos resultados operacionais.

Devido às nossas atividades de desenvolvimento e construção estamos sujeitos a riscos associados a esse tipo de atividade.

Nossas atividades de desenvolvimento e construção de novos shopping centers incluem os seguintes riscos:

- podemos não prosseguir com as oportunidades de desenvolvimento depois da alocação de recursos para determinar sua viabilidade;
- os custos de construção dos projetos podem ultrapassar nossas estimativas originais;
- as taxas de aluguel por metro quadrado podem ser inferiores às projetadas;
- podemos não conseguir financiamento em termos favoráveis para a construção de uma propriedade;
- podemos não concluir a construção e a ocupação de acordo com o cronograma estabelecido, representando um aumento nas despesas de serviço da dívida e nos custos de construção;
- podemos atrasar o registro de nossos direitos relativos a nossas propriedades junto ao cartório de registro de imóveis pertinente;
- podemos ser responsabilizados por defeitos e problemas na construção; e

- podemos não obter, ou obter com atraso, as licenças e autorizações governamentais necessárias relativas a zoneamento, utilização do solo, construção, ocupação e outras.

Adicionalmente, o tempo exigido para o desenvolvimento, a construção e a ocupação dessas propriedades significa que poderemos ter de esperar anos por um retorno de caixa significativo. Caso qualquer um dos eventos acima venha a ocorrer, a construção das propriedades poderá impedir nosso crescimento e representar um efeito adverso sobre nossos resultados operacionais. Além disso, as novas atividades de construção, independentemente de serem ou não bem-sucedidas, exigem normalmente tempo e atenção significativos por parte de nossa administração. Qualquer um desses fatores relativos às atividades de desenvolvimento e construção em novos terrenos podem nos afetar adversamente.

Os resultados operacionais dos shopping centers nos quais detemos participação e/ou administramos dependem das vendas geradas pelas lojas neles instaladas.

Historicamente, o mercado de varejo tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral, o que tem levado à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das nossas operações depende, entre outros, de vários fatores relacionados ao poder de compra dos consumidores e/ou que afetam a sua renda, inclusive a condição econômica brasileira e, em menor escala, a mundial, a situação geral dos negócios, taxas de juros e de câmbio, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários.

O nosso desempenho depende, em grande parte, do volume de vendas das lojas, assim como da capacidade dos lojistas em gerar movimento de consumidores dos shopping centers nos quais participamos e/ou administramos. Os nossos resultados operacionais e o volume de vendas em nossos shopping centers podem ser negativamente afetados por fatores externos, tais como, entre outros, declínio econômico, abertura de novos shopping centers competitivos em relação aos nossos e o fechamento ou queda de atratividade de lojas em nossos shopping centers.

Uma redução no movimento dos nossos shopping centers como resultado de quaisquer desses fatores ou de qualquer outro fator pode resultar em uma diminuição no número de clientes que visitam as lojas desses empreendimentos e, consequentemente, no volume de nossas vendas, o que pode causar um efeito adverso para nós, tendo em vista que a maior parte das nossas receitas provém do pagamento de aluguel pelos lojistas e de merchandising nos espaços de circulação do público em nossos shopping centers. A queda no número de clientes pode gerar perda de rentabilidade dos lojistas e, consequentemente, inadimplência e redução no preço e no volume de merchandising em nossos shopping centers.

Parcela do aumento das nossas receitas e lucros operacionais dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas lojas dos shopping centers por nós administrados ou nos quais temos participação, em especial aqueles produtos de alto valor agregado. Uma queda na demanda, seja em função de mudanças nas preferências do consumidor, redução do poder aquisitivo ou enfraquecimento das economias brasileira e global pode resultar em uma redução das receitas dos lojistas

e, consequentemente, causar um efeito adverso para nós.

Inadequação na definição, implementação ou investimento em estratégias de Inovação Tecnológica

As empresas têm buscado uma maior capacidade de resposta e adaptação ao mundo digital e à evolução dos novos hábitos e formas de consumo dos brasileiros. Com isso, as empresas, principalmente as do segmento de varejo, têm buscado se adaptar, criar e desenvolver novas formas de ofertar e entregar os seus produtos e serviços. Para nós, torna-se importante a criação de mecanismos que permitam aos nossos lojistas serem incluídos neste cenário de avanço digital e, com isso, investir em novas plataformas tecnológicas, o que requer alto custo de investimento.

Adicionalmente, a velocidade das mudanças no mundo digital e a adesão a novas tecnologias podem impactar a nossa capacidade de nos adaptarmos a um novo ambiente e comportamento de consumo, levando-nos a não investir, investir tardiamente ou equivocadamente em soluções que visam atender a disrupção tecnológica e as novas tendências do segmento de varejo.

Não é possível garantir que os nossos investimentos serão suficientes e que a resposta a esses avanços se dará em tempo hábil, com a qualidade e nível de retorno esperado.

O fato de os nossos shopping centers serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle de nossas respectivas administrações, o que pode acarretar danos materiais e à imagem dos nossos shopping centers, além de poder nos gerar eventual responsabilidade civil.

Os nossos shopping centers, por serem espaços de uso público, estão sujeitos a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração do shopping center e de suas políticas de prevenção, e que, consequentemente, podem causar danos aos seus consumidores e frequentadores. No caso da ocorrência de tais acidentes, o shopping center envolvido e por nós administrado pode enfrentar sérios danos de imagem, além de danos materiais, tendo em vista que o movimento dos consumidores pode cair em decorrência da desconfiança e insegurança gerada. Também não podemos garantir que eventuais decisões ou atitudes da administração sejam suficientes e/ou adequadas, conforme o caso, podendo impactar negativamente nossos negócios e a imagem de nossos shopping centers.

Além disso, a ocorrência de acidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil, criminal e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que pode ter um efeito adverso para nós, tal como descrito a seguir em item de fator de risco específico.

Na eventualidade de algum dos nossos shopping centers estar envolvido em incidentes desta espécie, poderemos ter nossos negócios e resultados operacionais afetados de forma negativa, além de poder sofrer um impacto negativo sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão.

Em alguns de nossos shopping centers, somos condôminos em condomínios edilícios, e como tal, podemos ser responsáveis por eventuais contingências.

Em alguns de nossos shopping centers somos condôminos em condomínios edilícios, os quais serão

responsáveis pelo pagamento dos valores relacionados a eventuais contingências de qualquer natureza relativas aos shopping centers. Não há garantias de que tais condomínios disporão dos recursos necessários ao pagamento dessas eventuais contingências caso elas se materializem. Caso os condomínios não possuam recursos para fazer frente a qualquer pagamento devido pelos shopping centers, nós, na qualidade de condôminos, poderemos ser demandados a realizar tais pagamentos, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados.

Os demais sócios dos shopping centers nos quais detemos participação podem ter interesses divergentes dos nossos.

Em determinados shopping centers nos quais possuímos participação parcial, dependemos da anuência dos demais sócios para a tomada de certas decisões significativas que possam afetar as estratégias dos referidos empreendimentos. É possível que tais sócios tenham interesses operacionais e econômicos diversos dos nossos, podendo agir de forma contrária à nossa política estratégica e aos nossos objetivos. Adicionalmente, caso não sejamos capazes de atingir o quórum necessário para a aprovação de determinadas deliberações de nosso interesse, podemos não conseguir implementar adequadamente nossos projetos e estratégias de negócio. Disputas com os demais sócios podem ocasionar litígios judiciais ou arbitrais, o que pode aumentar as nossas despesas e impedir que os nossos administradores mantenham o foco inteiramente direcionado aos nossos negócios, ocasionando um efeito adverso relevante em nossos negócios e resultados.

Caso percamos e/ou não sejamos capazes de atrair profissionais qualificados, nossa capacidade de crescimento e a execução de nossa estratégia de negócios podem causar efeito adverso para nós.

A concretização da nossa estratégia, no que se refere à execução dos nossos negócios, bem como a seleção, a estruturação,o direcionamento e a execução dos nossos investimentos no setor de shopping centers, depende significativamente do comprometimento e das habilidades de nossa alta administração e de sua equipe. Nesse sentido, o nosso sucesso e crescimento futuro estão diretamente relacionados à continuidade dos serviços desses administradores e à nossa capacidade de identificar, atrair e manter em nossos quadros profissionais qualificados. O mercado em que atuamos é competitivo e não podemos assegurar que teremos sucesso em atrair e manter tais profissionais. A perda dos serviços ou o falecimento de qualquer desses profissionais pode ter um efeito adverso para nós.

Podemos ser responsabilizados por riscos relacionados à terceirização de parte substancial de nossas atividades, o que pode nos afetar adversamente.

Celebramos contratos com empresas terceirizadas, que nos provêm uma quantidade significativa de mão de obra. Na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas não cumprirem com suas obrigações, em especial as trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, poderemos vir a ser considerados subsidiariamente responsáveis e, assim, ser obrigados a pagar tais valores aos empregados das empresas terceirizadas ou às autoridades competentes. Adicionalmente, não podemos garantir que empregados de empresas terceirizadas não tentarão ter reconhecido vínculo empregatício conosco, o que pode ocasionar, além de

um eventual dano à nossa imagem, um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados.

Podemos enfrentar dificuldades para adquirir terrenos, inclusive por meio de permuta, com localização e preço considerados, por nós, adequados e a concorrência na compra desses terrenos poderá levar a um aumento no custo de aquisição reduzindo nossos resultados.

Como parte da nossa estratégia de crescimento, desenvolvemos projetos *greenfield*. Para tanto, dependemos, em grande parte, da nossa capacidade de continuar a adquirir terrenos a custo razoável e em localizações estratégicas. Com o desenvolvimento imobiliário no Brasil e com o crescimento das atividades dos nossos concorrentes, os preços dos terrenos poderão subir significativamente, podendo haver escassez de terrenos com localização e preço adequados para o desenvolvimento de novos projetos. A consequente elevação dos preços dos terrenos poderá aumentar o custo dos novos empreendimentos e diminuir os nossos resultados. Assim, poderemos ter dificuldade em dar continuidade à aquisição de terrenos adequados por preços razoáveis no futuro, o que pode afetar adversamente a consecução das nossas estratégias e, por conseguinte, os nossos negócios.

Podemos não ser bem-sucedidos na integração de nossas aquisições com nosso portfólio atual de shopping centers, além do fato de que essas aquisições podem representar risco de exposição a responsabilidades relativas às contingências envolvendo shopping center ou sociedade adquirida.

Como parte da nossa estratégia de negócios, temos crescido por meio de aquisições estratégicas de participação acionária tanto nos shopping centers do nosso portfólio atual como de novos shopping centers, e pretendemos continuar a implementar tal estratégia. A integração com sucesso de novos negócios depende da nossa capacidade de gerir tais negócios satisfatoriamente e de eliminar custos redundantes e/ou excessivos. Nós podemos não ser capazes de reduzir custos ou de nos beneficiar de outros ganhos esperados com essas aquisições, o que pode nos afetar adversamente.

Aquisições também representam risco de exposição a responsabilidades relativas a contingências envolvendo shopping centers ou a sociedade adquirida, sua administração ou passivos incorridos anteriormente à sua aquisição. Os processos de auditoria (due diligence) que conduzirmos com relação a uma aquisição e quaisquer garantias contratuais ou indenizações que possamos receber dos vendedores de tais shopping centers podem não ser suficientes para nos proteger ou nos compensar por eventuais contingências e/ou potenciais riscos. Uma contingência significativa associada a uma aquisição pode nos afetar adversamente.

A ocorrência de acidentes nos shopping centers pode acarretar danos físicos e materiais aos nossos colaboradores, lojistas, consumidores e terceiros, além de outros danos e impactos à nossa imagem e reputação.

Acidentes podem ocorrer nas dependências dos shopping centers, tendo em vista que estes são espaços de uso público, e podemos ser responsabilizados judicialmente para indenizar eventuais vítimas de sinistros que venham a ocorrer, o que pode ocasionar efeitos adversos sobre nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais. Além disso, não se pode descartar a possibilidade

de materialização de riscos como acidentes e/ou incêndios em nossos shopping centers, o que pode gerar danos à nossa imagem e à nossa reputação, bem como nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação de ressarcimento às vítimas. Nesse sentido, não é possível garantir que não ocorrerão acidentes com potencial de causar danos físicos e materiais a nossos colaboradores, lojistas, consumidores, terceiros e ao público frequentador.

Nossas apólices de seguro podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros e perdas, o que pode causar efeitos adversos para nós.

As apólices de seguro que temos contratadas para nossos shopping centers podem não cobrir determinados riscos (como, por exemplo, atos de terrorismo, guerras e desastres ambientais, caso fortuito e de força maior). Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, o investimento realizado no respectivo shopping center pode ser perdido, total ou parcialmente, obrigando-nos a incorrer em custos adicionais para sua recomposição, reforma e indenizações, resultando em prejuízos em nosso desempenho operacional. Não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices contratadas, o pagamento da indenização pela nossa seguradora será suficiente para cobrir integralmente os danos decorrentes de tal sinistro. Ademais, na qualidade de administradora de shopping centers, poderemos ser responsabilizados subsidiariamente pela não obtenção ou renovação de nossas licenças e autorizações.

Finalmente, podemos não ser capazes de renovar nossas apólices de seguro nas mesmas condições atualmente contratadas. Qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso em nossos negócios e resultados operacionais.

A nossa política de remuneração dos nossos executivos está parcialmente ligada à nossa performance e à nossa geração de resultados, o que pode levar a nossa administração a dirigir os nossos negócios e atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo.

Nossa política de remuneração conta com um programa de remuneração variável e um Programa de Units Restritas. O fato de parte da remuneração de nossos executivos estar ligada à nossa performance e à nossa geração de resultados pode levá-los a dirigir os nossos negócios e as nossas atividades e as das nossas controladas de maneira desalinhada com a nossa estratégia de longo prazo, não coincidindo com os interesses dos nossos acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo em relação às suas ações, o que pode impactar tais acionistas de maneira negativa. Além disso, a nossa política de remuneração não faz referência a potenciais conflitos de interesses com partes relacionadas, podendo estas deliberar acerca de suas remunerações de maneira desalinhada com os nossos interesses e os dos nossos acionistas.

Para mais informações sobre a remuneração dos nossos executivos, vide seção 8 deste Formulário de Referência.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós.

Nós e nossos administradores são e/ou podem vir a ser réus em processos judiciais e administrativos, nas esferas ambiental, cível, tributária, criminal, regulatória e trabalhista, cujos resultados não podemos garantir que serão favoráveis, ou que não serão julgados improcedentes, ou, ainda, que tais ações estejam plenamente provisionadas.

Nós somos parte em ações judiciais que visam decretar a nulidade de decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica que entenderam ser lesivas à ordem econômica a inserção de cláusulas de exclusividade e de raio em contratos de locação do Iguatemi São Paulo, que proibia os nossos locatários de se instalarem em determinados shopping centers da cidade ou em shopping centers localizados a uma determinada distância do Iguatemi São Paulo. Caso tenhamos decisões judiciais desfavoráveis em tais processos, nossos resultados poderão ser afetados.

Adicionalmente, os nossos administradores podem ser responsabilizados em processos judiciais ou administrativos, o que poderia afetar negativamente a imagem destes e a nossa, bem como impactar-nos financeiramente, ou, ainda, resultar no afastamento e/ou na impossibilidade de que tais administradores permaneçam atuando em seus respectivos cargos. Para mais informações sobre os processos que podem resultar em tais impactos, vide item 4.4 deste Formulário de Referência.

Por fim, as autoridades fiscais podem ter entendimentos ou interpretações diversas daqueles adotados por nós na estruturação de nossos negócios, o que poderá acarretar em investigações, autuações ou processos judiciais ou administrativos, cuja decisão final poderá causar efeitos adversos para nós.

Para maiores informações sobre nossos processos judiciais ou administrativos, ver itens 4.4 e 4.7 deste Formulário de Referência.

Os contratos financeiros e outros instrumentos representativos de nossas dívidas estabelecem obrigações específicas, sendo que eventual inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode acarretar o vencimento antecipado dessas obrigações e ter um efeito adverso para nós.

Alguns dos contratos financeiros celebrados por nós impõem o cumprimento de determinados índices financeiros, cláusulas restritivas financeiras e não financeiras ("*covenants*"), além de outras obrigações. Dessa forma, caso quaisquer índices financeiros ou outras obrigações sejam descumpridos e, consequentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser consideradas vencidas antecipadamente pelos nossos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis nos referidos contratos, e, como consequência, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados adversamente de maneira relevante.

Não há garantia de que nós conseguiremos renegociar as nossas dívidas no futuro, caso os índices financeiros ou outras obrigações previstas nos contratos financeiros celebrados por nós sejam descumpridos. Caso não sejamos capazes de cumprir com os *covenants* financeiros e/ou outras obrigações e não consigamos renegociar nossas dívidas, o saldo em aberto de nossos contratos financeiros poderá vir a ser considerado antecipadamente vencido. Além disso, alguns dos nossos

contratos financeiros contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra descumprimento de obrigações ou um evento de inadimplemento em outros contratos em decorrência de determinadas situações, entre elas, caso o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross- acceleration* ou *cross-default*). Caso qualquer desses eventos ocorra, o nosso fluxo de caixa e a nossa situação financeira poderão ser afetados de maneira adversa e relevante. Para mais informações sobre os contratos financeiros de que somos partes, bem como sobre as obrigações a que estamos sujeitos decorrentes da celebração desses contratos, vide item 2.1 (f) deste Formulário de Referência.

Na qualidade de proprietário dos imóveis onde se encontram os shopping centers nos quais temos participação, estaremos eventualmente sujeitos ao pagamento de despesas extraordinárias que poderão representar um efeito adverso para nós.

Na qualidade de proprietário dos imóveis nos quais se encontram os shopping centers e que temos participação, estamos eventualmente sujeitos ao pagamento de despesas extraordinárias, tais como rateios de obras e reformas, pintura, decoração, conservação, instalação de equipamentos de segurança, bem como quaisquer outras despesas que não sejam rotineiras na manutenção dos imóveis e dos condomínios em que se situam. Estamos sujeitos a despesas e custos decorrentes de ações judiciais necessárias para a cobrança de aluguéis inadimplidos, ações judiciais em geral (despejo, renovatória, revisional, entre outras), bem como quaisquer outras despesas inadimplidas pelos locatários dos imóveis, tais como tributos, despesas condominiais, e ainda custos para reforma ou recuperação de imóveis inaptos para locação após despejo ou saída amigável do inquilino. O pagamento de tais despesas pode causar um efeito adverso para nossos negócios.

Incidentes de segurança, incluindo ataques cibernéticos, violações de segurança, acessos não autorizados ou divulgação de dados confidenciais, interrupção de negócios ou a percepção de que dados pessoais e sensíveis armazenados por nós, principalmente na condução dos negócios da I365 e da I-Retail, podem nos afetar de forma adversa.

Estamos sujeitos a diversos ataques cibernéticos como por exemplo extorsão e sequestro de dados (*ransomware*), vírus de computador (*malware*), *phishing* ou ainda acesso indevido em nossos sistemas e plataformas de tecnologia, realizados por pessoas dentro ou fora da sua empresa, a partir da *internet*, das suas redes ou através das redes de terceiros com quem mantemos negócios, podendo causar a exposição de dados confidenciais dos usuários e/ou de nossa propriedade.

Além disso, nossas operações são dependentes de sistemas de tecnologia da informação e de infraestrutura crítica em que perturbações, instabilidades ou mesmo a inoperância destes sistemas em virtude de um ataque cibernético pode afetar negativamente a nossa capacidade em atender os nossos clientes, afetando adversamente a nossa reputação e os nossos negócios.

Caso qualquer dos fatores acima venha a ocorrer, isso pode causar um efeito adverso para os nossos negócios e os nossos resultados.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento das leis de proteção de dados, podendo ser

afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A aplicação das sanções previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("LGPD") não substitui a aplicação de outras sanções administrativas por órgãos de proteção ao consumidor, tampouco civis ou penais, como: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas, pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor ou no Marco Civil da Internet por órgãos do Poder Público, uma vez que estes têm atuado frequentemente nesse sentido, especialmente em casos de incidentes de segurança que envolvam dados pessoais.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados podem prejudicar nossa reputação, nos expor a riscos e responsabilidades legais, nos sujeitar a publicidade negativa, interromper nossas operações e prejudicar seus negócios. Não podemos garantir que as medidas de segurança da informação que adotamos evitarão incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre nós, tampouco que as nossas práticas de tratamento de dados pessoais serão aceitas como adequadas e suficientes pelas autoridades governamentais e pelo Poder Judiciário. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de poderem afetar adversamente a nossa reputação no mercado, podendo culminar na perda de contratos com atuais parceiros, fornecedores ou clientes, ou na dificuldade de contratação de novos parceiros, fornecedores ou clientes.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso seja identificado tratamento de dados pessoais por nós em desconformidade com a LGPD, nós poderemos estar sujeitos a penalidades previstas na referida legislação, tais como advertência, divulgação obrigatória de incidente, bloqueio temporário e/ou exclusão de dados pessoais aos quais se refere a infração e multas de até 2% da nossa receita no último exercício fiscal, excluindo tributos, até um valor agregado de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; multa diária, observado limite global deR$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Em caso de reincidência, penalidades administrativas mais graves previstas na LGPD poderão ser aplicadas, tais como (i) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados ao qual se refere a infração por até 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (ii) suspensão do exercício da atividade de tratamento de dados pessoais a qual se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (iii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados.

Além das sanções administrativas, nós também poderemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados aos titulares de dados pessoais pelo não cumprimento das

obrigações estabelecidas pela LGPD, inclusive quando causados por subsidiárias, prestadores de serviços e parceiros que atuem como operadores de dados pessoais em nosso nome, ou como controladores em conjunto conosco. Eventuais sanções administrativas ou condenações judiciais podem causar impactos financeiros relevantes, além de poder afetar adversamente a nossa reputação no mercado. Nesse sentido, não podemos garantir que as medidas adotadas por nós para adequar nossas práticas de tratamento de dados pessoais serão consideradas como adequadas ou suficientes pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por outras autoridades públicas, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor, ou pelo Poder Judiciário.

Desta forma, qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados podem prejudicar a nossa reputação, expor-nos a riscos e responsabilidades legais e sujeitar-nos a publicidade negativa, podendo, ainda, resultar na interrupção das nossas operações e prejudicando os nossos negócios.

Podemos precisar capitalizar-nos no futuro por meio da emissão de ações, ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou podemos ainda celebrar transações societárias com efeito semelhante a uma incorporação, o que pode diluir a participação dos acionistas no nosso capital social e, consequentemente afetar o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão.

Podemos precisar nos capitalizar para expandir nossos negócios e implementar nossa estratégia de crescimento por meio de emissões públicas ou privadas de ações ordinárias ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ordinárias, o que pode diluir a participação de nossos acionistas em nosso capital social ou resultar em uma redução do preço de mercado de nossas ações ordinárias. Além disso, podemos também realizar incorporações ou outras transações semelhantes no futuro, o que pode diluir a participação de nossos acionistas em nosso capital social ou reduzir o preço de mercado das nossas ações ordinárias. Qualquer captação de recursos por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações ou a participação em transações societárias com efeito semelhante ao de uma incorporação pode diluir a participação dos nossos acionistas em nosso capital social ou resultar em uma redução do preço de mercado das nossas ações ordinárias.

O nosso sucesso depende significativamente da eficiência de nossa estratégia de marketing.

Quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos nossos clientes ou a afinidade deles com a nossa estratégia de marketing podem reduzir de forma significativa o nosso valor. Se os consumidores e os nossos clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade do serviço, produto, do ambiente ou de qualquer forma acreditarem que não proporcionamos uma experiência consistentemente positiva, nossos negócios e nossos resultados operacionais podem ser afetados de forma negativa.

O reconhecimento pelo mercado é essencial para a atratividade da nossa variedade de lojas e para o nosso

sucesso financeiro. Caso nosso plano estratégico não seja eficiente ou se nossos concorrentes fizerem investimentos mais significativos do que os nossos em marketing, e na atração de um mix de lojas, podemos não conseguir atrair novos clientes ou os clientes existentes podem não retornar aos nossos negócios, afetando nossa imagem, negócios e resultados operacionais de forma negativa.

Ainda, nós podemos ser alvo de publicidade negativa. Publicações ou comentários negativos sobre nós, nossos negócios, nossas operações e/ou os embaixadores das nossas marcas em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a nossa reputação. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito adverso sobre o valor de todas as nossas marcas.

Caso nós não sejamos capazes de manter o valor de nossas marcas, as nossas vendas poderão ser impactadas negativamente.

O nosso sucesso depende, em grande parte, do valor das nossas marcas de shopping center. O nome "Iguatemi" e sua imagem são essenciais para os nossos negócios e para nossa estratégia de crescimento. Acreditamos que manter, promover e posicionar as nossas marcas dependerá significativamente do êxito dos esforços de marketing, da nossa capacidade de manter as marcas registradas e conhecidas entre os consumidores e da introdução de novas linhas de produtos. Caso estes objetivos não sejam atingidos, se nós perdermos o registro das nossas marcas ou nossas imagens sejam danificadas por publicidade negativa ou falhas operacionais, as nossas marcas podem ser afetadas adversamente, o que pode resultar na queda do volume de vendas e um impacto negativo na nossa imagem, nos nossos resultados operacionais e financeiros.

Podemos não conseguir desenvolver novas marcas com sucesso.

Nós podemos, eventualmente, buscar a aquisição e/ou desenvolvimento de marcas voltadas a nichos de mercados diferentes dos quais estamos acostumados a lidar. Neste sentido, podemos não ser capazes de desenvolver uma base de clientes para novas marcas de Shopping Centers e obter as mesmas margens obtidas atualmente com as outras marcas de nosso portfólio. Qualquer redução de demanda não prevista ou estimativa equivocada de demanda para as novas marcas poderia nos compelir a não conseguir locar os espaços pelos preços inicialmente previstos, o que afetaria os nossos resultados operacionais, a nossa condição financeira e o valor de mercado das nossas ações.

Poderemos não ser capazes de detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive quanto à Lei Anticorrupção e aos nossos padrões de ética e conduta.

Não podemos garantir que nós, nossas controladas e coligadas, seus respectivos administradores, empregados, colaboradores, franqueados, lojas multimarcas e terceiros que agem em nosso nome ou benefício atuem ou tenham atuado em consonância com a legislação anticorrupção e não se envolvam ou tenham se envolvido em condutas antiéticas, nem que nós seremos capazes de prevenir e detectar todas as práticas inapropriadas, fraudes ou violações ao cumprimento de nossas políticas internas e às leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, como, por exemplo, o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940, a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, a Lei n° 8.429, de 2 de

junho de 1992, a Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, o Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000, o Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002, e o Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.

Nesse sentido, não podemos garantir que não seremos chamados, no âmbito de eventuais intimações para manifestações em inquéritos policiais, investigações, processos administrativos, judiciais ou outros de nossos fornecedores e/ou clientes acerca de supostos esquemas de fraude fiscal, lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores e possível evasão e divisas, entre outras alegações relativas a fatos de terceiro, ou ainda que não seremos incluídos como parte ou responsabilizada em tais processos e procedimentos por atos de terceiros.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de referidas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração pública, por administradores, empregados, colaboradores, franqueados, lojas multimarcas e terceiros que agem em nosso nome ou benefício podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) proibição ou suspensão de atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Adicionalmente, a Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas, as quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública. Dentre as sanções aplicáveis são previstas multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os nossos resultados. Ainda, podemos estar sujeita a violações do seu Código de Ética e das leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção, em decorrência de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de nossos administradores, empregados e terceiros que agem em nosso nome ou benefício, além de que os nossos processos internos de controle e gerenciamento de riscos podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar violações à referidas leis, o que pode resultar na nossa responsabilização legal, bem como em um efeito adverso relevante sobre à nossa reputação, nossas operações, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, podendo acarretar ainda no afastamento dos administradores, empregados e terceiros que tiveram tais comportamentos fraudulentos e desonestos.

Mudanças nos hábitos dos consumidores poderão causar uma diminuição na receita e impactar adversamente os nossos negócios.

Mudanças nos hábitos dos consumidores, como a preferência por compras pela internet em detrimento das compras em lojas físicas ou por compras no exterior em detrimento das compras no Brasil, e a

utilização de aplicativos de mobilidade e transportes alternativos, poderão impactar negativamente as vendas dos lojistas e a receita de estacionamento nos shopping centers. O aumento na participação de compras pela internet ou outros canais de venda localizados fora de shopping centers poderá provocar uma redução no movimento de consumidores dos shopping centers e, consequentemente, no volume de nossas vendas, o que pode afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultado operacional, tendo em vista que grande parte das nossas receitas provêm de pagamento de aluguel pelos lojistas e *merchandising* em seus shopping centers. O aumento na utilização de meios de transporte alternativos (como aplicativos de mobilidade) para os shopping centers, em substituição a utilização de veículos próprios, poderá provocar uma redução no volume de veículos que utilizam os estacionamentos dos shopping centers, e poderá impactar negativamente a nossa receita de estacionamento.

Além disso, cabe ressaltar que a pandemia da COVID-19 trouxe mudanças no hábito dos consumidores, tendo em vista que ensejou um aumento das compras feitas pela internet, evento que pode trazer uma redução no número de consumidores dos shopping centers.

Outros surtos de doenças transmissíveis, tais como a pandemia provocada pelo vírus da COVID-19, ou mutações deste mesmo vírus que produzam novas cepas com potencial de transmissão, gravidade e letalidade podem ocorrer futuramente e afetar significativamente a economia global e as nossas operações. Caso aconteçam, não é podemos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para mitigar os riscos inerentes a este cenário, resultando em efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Caso ocorram novas emergência de saúde globais, medidas severas como restrição ou limitação à circulação, quarentena, isolamento social e *lockdown* podem vir a ser adotadas pelas autoridades competentes, o que, tal como observado na pandemia da COVID-19, afetam de maneira geral o comportamento e o padrão de consumo da população.

Eventuais declarações de novas emergências podem incluir fechamento, temporário ou definitivo, de shopping centers e de qualquer interrupção das atividades tidas como não essenciais, o que afetaria a nossa capacidade de manter e aumentar os volumes de vendas que, em parte significativa, depende da manutenção das operações regulares dos shopping centers.

Além disso, tal como observado e descrito nos anos anteriores enquanto ainda existia o cenário de emergência sanitária, outros fatores poderiam ser afetados com uma eventual nova declaração de emrgência, quais sejam:

(i) Suspensão das atividades de nossos parceiros estratégicos: pode incorrer em risco de insolvência e, consequentemente, quebra na cadeia de fornecimento dos nossos serviços;

(ii) Aumento de desemprego: o que pode resultar em perda de renda e de poder de consumo da população, bem como em contração da atividade econômica do país;

(iii) Aumento de arrecadações governamentais: em função do cenário macroeconômico afetado, os

governos podem vir a aumentarem gastos públicos e a buscarem formas de aumento da arrecadação e da taxa de juros;

(iv) Outras consequências de ordem econômico-financeiras: devido ao cenário volátil em função da situação pode ocorrer uma percepção negativa de investidores e das agências de ratings de crédito, aumentando o risco de fuga de capital da economia, taxa de câmbio e rebaixamento do rating do país;

Um eventual cenário descrito acima afetaria o nosso setor de atuação e, por conseguinte, nós mesmos. Consequentemente, não podemos prever exatamente os efeitos diretos e indiretos de uma nova pandemia e das respostas de autoridades governamentais sobre os nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa condição financeira, incluindo: (i) tendências e perspectivas econômicas gerais, de capital, investimentos e recursos financeiros ou posição de liquidez; (ii) impacto em nossas operações futuras; (iii) o impacto em despesas ou acesso a recursos de capital e financiamento por nós, (iv) o surgimento de contingências relevantes; (v) a incerteza econômica e social geral, incluindo o aumento nas taxas de juros, as variações nas taxas de câmbio, a inflação e o desemprego, o que pode causar impactos correntes nos nossos negócios, afetar direta e negativamente os resultados operacionais e fluxo de caixa, assim como aumentar a exposição aos demais riscos que foram mapeados.

A ocorrência de qualquer desses eventos pode afetar os nossos negócios e os nossos resultados operacionais de forma negativa.

(b) Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Nosso Acionista Controlador poderá tomar determinadas decisões em relação aos nossos negócios que podem conflitar com os interesses dos nossos demais acionistas.

O acionista controlador pode tomar medidas que podem ser contrárias aos interesses dos demais acionistas, inclusive em relação a reorganizações societárias e condições de pagamento de dividendos. O acionista controlador mantém o nosso controle efetivo, estando apto a eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração.

A decisão do acionista controlador quanto aos nossos rumos pode divergir da decisão esperada pelos acionistas minoritários, o que nos deixará suscetíveis a novas alianças entre acionistas e conflitos entre acionistas atuais e futuros. Não podemos garantir que a influência e controle que vêm sendo exercidos pelo acionista controlador sejam mantidos, o que poderá afetar os nossos negócios e os nossos resultados operacionais de forma negativa.

(c) Suas controladas e coligadas

Dependemos em grande parte dos resultados de nossas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.

Nossa capacidade de distribuir dividendos, inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio, e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de

nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos aos nossos acionistas. As controladas podem não ser capazes de distribuir dividendos em virtude de restrição regulatória, ou ainda, alterações legislativas que venham a acarretar a impossibilidade de pagamento de dividendos, limitação de distribuição de dividendos em montantes inferiores aos atualmente permitidos ou ainda, a tributação de dividendos.

Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de nossas controladas pode afetar o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

Podemos estar expostos a riscos financeiros relacionados a nossas controladas e joint ventures.

Devido à nossa participação em controladas e joint ventures, estamos expostos a riscos relativos aos potenciais problemas resultantes da relação financeira e comercial com nossas controladas, bem como com nossos parceiros. Esses riscos incluem a potencial dificuldade financeira ou a falência de nossos parceiros, bem como a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou inconsistentes entre nós e nossos parceiros. Caso nossos parceiros não realizem ou não sejam capazes financeiramente de assumir as contribuições de capital exigidas, poderemos ter de realizar investimentos adicionais inesperados e fornecer recursos adicionais, o que poderá afetar adversamente nosso fluxo de caixa.

Adicionalmente, compartilhamos o controle ou somos acionistas minoritários em determinados shopping centers em funcionamento. É possível que precisemos obter a autorização de sócios para tomar determinadas decisões significativas que afetem os objetivos estratégicos de alguns shopping centers nos quais detemos participação minoritária ou controle compartilhado. Os interesses econômicos de alguns de nossos parceiros nesse Shopping Center podem ser diferentes dos nossos e nossos parceiros podem não apoiar ou aprovar tais medidas, o que afetaria ou evitaria a implementação de nossas estratégias de negócios. Além disso, as disputas entre nossos parceiros e nós podem resultar em litígios e procedimentos arbitrais que demandariam recursos adicionais e tempo. Esses tipos de risco poderiam afetar adversamente nossos negócios.

Outro risco relacionado a essas parcerias decorre, inclusive, do fato da legislação brasileira prever a eventual responsabilidade solidária de sócios/condôminos e consorciados por obrigações da sociedade/condomínio em certas áreas, incluindo, mas não se limitando, às áreas fiscal, trabalhista, ambiental e de proteção ao consumidor. Sendo assim, podemos ter eventuais efeitos adversos à nossa imagem e negócios decorrentes da conduta de nossos parceiros em determinados empreendimentos em comum.

Eventual processo de recuperação judicial ou falência, nosso ou de nossas subsidiárias, pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro ou os nossos próprios credores e/ou os credores de empresas de nosso grupo

econômico podem determinar a condução de eventual processo de recuperação judicial ou falência nosso e/ou de qualquer empresa de nosso grupo econômico como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso aconteça, os nossos acionistas poderão ser negativamente impactados pela nossa perda de valor em caso de destinação de nosso patrimônio para pagamento dos credores de outras empresas do nosso grupo econômico.

(d) Seus administradores

Dependemos de membros de nossa alta administração para a gestão e prestação de serviços, podendo enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados

Dependemos das habilidades e esforços dos membros da nossa alta administração. Caso haja perda ou desligamento de qualquer um dos nossos administradores chave, poderemos enfrentar dificuldades na substituição por profissionais igualmente qualificados. Além disso, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja por meio de contratação interna ou externa, podem ser demoradas, onerosas e não ter êxito. A perda de qualquer membro da nossa alta administração e/ou as eventuais dificuldades enfrentadas na substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes poderão ter um efeito adverso no nosso negócio.

Além disso, podemos não dispor de mão de obra qualificada para conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios, o que pode vir a afetar adversamente a nossa operação e, consequentemente, a nossa capacidade de geração de receita operacional líquida e o valor de mercado das nossas ações.

(e) Seus fornecedores

Podemos sofrer com a descontinuidade de fornecimento de serviços essenciais e ser expostos a risco de desvio de conduta ética e de aspectos de integridade por parte de nossos fornecedores e parceiros comerciais

Serviços públicos, em especial os de saneamento, de água e de energia elétrica, bem como os serviços terceirizados privados de limpeza, segurança e instalações, são fundamentais para a boa condução e operação de nossos shopping centers. A diminuição ou interrupção desses serviços pode gerar o aumento dos custos e/ou determinadas falhas na prestação de serviços, o que poderá gerar efeitos adversos para nós.

Ainda, as empresas terceirizadas nos provêm com uma quantidade significativa de mão de obra como limpeza, segurança e manutenção predial, para os serviços prestados aos condomínios, gerando, assim, uma exposição nossa caso elas não cumpram com nossas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou, ainda, relacionados aos aspectos de integridade.

Aumentos no preço de matérias-primas poderão elevar nossos custos e reduzir os retornos e os lucros.

O aumento no preço de matérias-primas básicas utilizadas na construção em geral, independentemente do fator causador de tal aumento (escassez da matéria-prima, aumento dos impostos, alterações nas taxas de câmbio, etc.) poderão afetar adversamente os nossos negócios e os valores mobiliários de nossa

emissão.

(f) Seus clientes

Poderemos ser adversamente afetados em decorrência do não pagamento de aluguéis por nossos inquilinos, da revisão dos valores dos aluguéis pagos por nossos inquilinos ou do aumento de vacância nas lojas dos nossos shopping centers.

Os aluguéis são a nossa principal fonte de receitas. O não pagamento de aluguéis por nossos inquilinos e/ou a revisão que implique redução dos valores dos aluguéis pagos por nossos inquilinos ou o aumento de vacância em nossos shopping centers, inclusive no caso de decisão unilateral do locatário de deixar o imóvel antes do vencimento do prazo estabelecido no seu respectivo contrato de locação, implicarão no não recebimento ou redução de nossa receita. A ocorrência de qualquer desses eventos pode causar um efeito adverso para nós.

O nosso desempenho financeiro depende dos resultados dos shopping centers, os quais, por sua vez, dependem das vendas dos locatários e da nossa capacidade de manter altos níveis de ocupação.

Os nossos resultados financeiros e operacionais dependem, significativamente, do valor dos aluguéis recebidos dos lojistas, nossos locatários. O aluguel está vinculado às vendas dos locatários, as quais, por sua vez, dependem de diversos fatores relacionados aos gastos do consumidor e a outros fatores que afetam a renda do consumidor, incluindo condições econômicas vigentes no Brasil e em regiões específicas onde nossos shopping centers estão localizados (e, em menor grau, mundialmente), condições gerais de negócios, mudanças no hábito de consumo (por exemplo, o aumento do e-commerce), as taxas de juros, a inflação, a disponibilidade de crédito ao consumidor, a tributação, a confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Uma redução no fluxo de consumidores nos nossos shopping centers como resultado de qualquer um desses ou de outros fatores, ou devido ao aumento da competitividade nas proximidades de nossos shopping centers, ou, ainda, pelo aumento das vendas pelo e-commerce, poderia representar uma queda no volume de vendas, o que poderia nos afetar adversamente.

Adicionalmente, os nossos resultados financeiros e operacionais dependem de nossa capacidade de manter elevados níveis de ocupação. Determinados eventos relativos aos aluguéis dos locatários, incluindo a falta de pagamento dos aluguéis ou ações de renovação de aluguel, poderiam resultar no aumento de vacância nos nossos shopping centers, os quais podem não ser capazes de manter o nível atual de ocupação. A falha na manutenção de altos níveis de ocupação poderia ter um efeito adverso significativo sobre as nossas receitas operacionais e nossos resultados operacionais.

(g) Setores da economia nos quais o emissor atue

O setor de shopping centers no Brasil é altamente competitivo, o que pode ocasionar uma redução do volume de nossas operações e nos afetar adversamente.

O setor de shopping centers no Brasil é altamente competitivo e fragmentado. O setor shopping center

requer constantes pesquisas para definir novos formatos e estratégias de atuação. As mudanças na preferência do consumidor, o aparecimento de sistemas alternativos de varejo e a construção de um número crescente de shopping centers têm levado a modificações nos shopping centers existentes para enfrentar a concorrência. A disputa pelo consumidor e a busca de diferenciação estão estreitamente ligadas às medidas tomadas para revitalização e redefinição do perfil dos shopping centers. Esses projetos abrangem gastos crescentes de marketing, seleção e/ou modificação da rede de lojistas (tenant mix), âncoras, promoção de eventos, vagas de estacionamento, projeto arquitetônico, ampliação do número de centros de lazer e serviços, treinamento e modernização e informatização de operações.

Os varejistas em nossos imóveis enfrentam concorrência contínua dos comerciantes de lojas de rua, de centros comerciais, shopping centers de ponta de estoque, clubes de compra de atacado e de descontos, mala direta, telemarketing, redes de compra pela televisão e compras via Internet. Adicionalmente, em razão de acordos celebrados anteriormente com nossos concorrentes, lojistas que locam espaços em shopping centers que sejam nossos concorrentes e estejam localizados em áreas próximas aos nossos empreendimentos podem sofrer limitações em locar espaços em nossos shopping centers. Se não formos capazes de responder tão adequada e prontamente quanto nossos concorrentes, nossa situação financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

Outras companhias, inclusive estrangeiras, em alianças com parceiros locais, ou companhias capitalizadas após a realização de ofertas públicas de ações passaram e passarão a atuar ainda mais ativamente no segmento de shopping centers no Brasil nos próximos anos, aumentando a concorrência no setor. Na medida em que um ou mais de nossos concorrentes iniciem uma campanha de marketing ou venda bem-sucedida e, em decorrência disso, suas vendas aumentem de maneira significativa, as nossas atividades podem ser afetadas adversamente de maneira relevante. Se não formos capazes de responder a tais pressões de modo tão imediato e adequado quanto os nossos concorrentes, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser prejudicados de maneira relevante. Assim, na hipótese de agravamento desses fatores, uma diminuição do volume de nossas operações pode ocorrer, influenciando negativamente os nossos resultados.

A construção de novos shopping centers próximos aos nossos poderá requerer investimentos não programados e/ou dificultar a nossa capacidade em renovar locações ou locar espaços para novos lojistas, causando um efeito adverso para nós.

A construção de shopping centers competitivos em áreas próximas àquelas em que se situam os nossos empreendimentos pode impactar a nossa capacidade de locar nossos espaços em condições favoráveis. O ingresso de novos concorrentes nas regiões em que operamos pode demandar um aumento não planejado nos investimentos em nossos shopping centers, o que pode causar um efeito adverso para nós.

Adicionalmente, podemos enfrentar dificuldades para renovar a locação das nossas lojas ou locá-las para novos lojistas, o que pode gerar uma redução em nosso fluxo de caixa e lucro operacional, tendo em vista a proximidade de concorrentes, o que pode resultar na mudança dos atuais lojistas dos nossos shopping

centers ou de novos lojistas para os shopping centers concorrentes, resultando em uma maior possibilidade de haver vacância de espaços em nossos empreendimentos.

(h) Regulação dos setores em que o emissor atue

O setor de shopping centers está sujeito a regulamentação, o que poderá implicar maiores despesas ou obstrução do desenvolvimento de determinados empreendimentos, causando um efeito adverso para nós.

As nossas atividades estão sujeitas às leis federais, estaduais e municipais, assim como a regulamentos, autorizações e licenças aplicáveis, dentre outros, à construção, zoneamento, uso do solo, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, locação e condomínio, que afetam as nossas atividades. Somos obrigados a obter e renovar periodicamente licenças e autorizações de diversas autoridades governamentais para desenvolver nossos empreendimentos. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na obtenção ou renovação, podemos sofrer sanções administrativas, tais como imposição de multas, embargo de obras, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além de outras penalidades cíveis e criminais.

Além disso, o poder público pode editar novas normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, incluindo as de natureza tributária, ou relacionadas às cláusulas contratuais acordadas com lojistas locatários ou cobrança de estacionamento, o que pode implicar gastos adicionais para nós, de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do poder público pode ter um efeito adverso para nós.

A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, complementada pela Lei nº 12.112 de 9 de dezembro de 2009 ("Lei de Locação") possui características peculiares e pode gerar riscos à condução dos nossos negócios e causar efeito adverso para nós.

Os contratos de locação com os lojistas em nossos shopping centers são regidos pela Lei de Locação, que, em algumas situações, geram determinados direitos ao locatário, como o direito à renovação compulsória do contrato de locação no caso de serem preenchidos determinados requisitos previstos em lei. Nesse sentido, uma eventual renovação compulsória do contrato de locação pode apresentar dois riscos principais que, caso efetivamente materializados, podem causar efeito adverso para nós. São eles: (i) caso desejemos desocupar o espaço ocupado por determinado locatário visando renovar e/ou adaptar o mix de lojas de nossos shopping centers, esta ação ficará prejudicada, uma vez que o locatário pode ter obtido ordem judicial que o permita permanecer em nossos shopping centers por um novo período contratual; e (ii) caso desejemos, além da desocupação do espaço, a revisão do aluguel para valor maior, esta revisão deve ocorrer no curso da ação judicial de renovação do contrato de locação, hipótese em que a definição do valor final do aluguel fica a cargo de sentença judicial. Dessa forma, ficamos sujeitos à interpretação a ser adotada e à decisão a ser proferida pelo Poder Judiciário, podendo ocorrer, inclusive, a definição de um aluguel inferior ao pago anteriormente pelo lojista.

A renovação compulsória de contratos de locação e/ou a revisão judicial do aluguel pago por lojistas, se

decididos contrariamente aos nossos interesses, podem afetar a condução dos nossos negócios e impactar de forma adversa os nossos resultados operacionais.

(i) Países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que não possuímos atuação no exterior.

(j) Questões sociais

Trabalho justo e comportamento ético em nossa cadeia produtiva

Estamos comprometidos com a manutenção de práticas de trabalho justo e comportamento ético em toda a nossa cadeia de suprimentos. Este fator de risco envolve a possibilidade de que fornecedores, subcontratados e parceiros comerciais não cumpram com os padrões de direitos trabalhistas e ética estabelecidos pela Companhia. A não conformidade com esses padrões pode resultar em sanções legais, danos à reputação e perda de confiança dos consumidores e investidores. Além disso, a não observância dos padrões de ética e direitos humanos pode afetar negativamente a saúde e a segurança de nossos colaboradores e terceiros, além de comprometer a promoção da inclusão, da diversidade e da equidade, relações de dignas de trabalho, da proteção da criança, do jovem e do idoso, e da erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão.

Risco reputacional associado à preconceito e discriminação de assédio moral, assédio sexual, racismo, homofobia, transfobia e outras formas de preconceito contra grupos minoritários

A manutenção de um ambiente de trabalho inclusivo e livre de preconceitos faz parte dos nossos valores, reconhecendo que isso é essencial para a sustentabilidade e reputação da marca. Este fator de risco envolve a possibilidade de ocorrências de assédio moral, assédio sexual, racismo, homofobia, transfobia e outras formas de discriminação contra grupos minoritários. Qualquer violação dos direitos humanos pode resultar em sanções legais e perda de confiança dos consumidores e investidores, além de impactar negativamente a reputação da marca. No entanto, não podemos garantir que não ocorra qualquer violação por parte de um colaborador, terceiro ou fornecedor, dada a amplitude de nossas atividades. Caso ocorra alguma violação, serão aplicadas as medidas cabíveis.

(k) Questões ambientais

O setor de Shopping Centers está sujeito a diversas normas, inclusive ambientais, para o seu regular funcionamento, o que pode afetar nossas atividades e imagem.

Nossas atividades de construção e de gestão de shopping centers podem nos sujeitar a obrigações, incluindo obrigações ambientais. Os nossos shopping centers podem, eventualmente, ainda causar danos ao meio ambiente. Nossas despesas operacionais podem ser maiores do que as estimadas devido aos custos relativos ao cumprimento das leis e regulamentações ambientais existentes e futuras.

Adicionalmente, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações, podemos ser obrigados a providenciar a remoção ou o tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas, bem

como a reparação de áreas eventualmente afetadas pelas atividades dos shopping centers. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelos custos de remoção ou tratamento de determinadas substâncias nocivas em nossas propriedades. Podemos também ser responsáveis por outros custos potenciais relativos a substâncias nocivas ou tóxicas (incluindo as multas governamentais e danos a pessoas e propriedades).

Podemos incorrer em tais custos estando ou não cientes, ou tendo conhecimento de nossa responsabilidade, quanto a tais substâncias nocivas ou tóxicas. Esses potenciais custos podem ser significativamente altos, resultando em gastos monetários significativos, e desviar a atenção da administração dos nossos negócios, representando, dessa forma, um efeito adverso significativo em nossos resultados operacionais, imagem e condição financeira.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de repararmos danos ambientais, na imposição de sanções de natureza penal e administrativa, bem como na obrigação de responder por prejuízos causados a terceiros, incluindo eventuais comunidades localizadas no entorno dessas áreas, o que poderá resultar em aumento de despesas, investimentos inesperados e risco à nossa reputação.

Considerando que a legislação ambiental e sua aplicação pelas autoridades brasileiras estão se tornando mais severas, podemos incorrer em despesas adicionais relevantes de compliance ambiental. Ademais, as demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças poderão afetar os nossos resultados operacionais de forma negativa.

Ademais, as nossas atividades, exercidas diretamente ou por meio de nossas controladas, podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade civil objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. Poderá haver, ainda, responsabilização na esfera criminal, envolvendo penas pecuniárias e restritivas de direitos, e na esfera administrativa, envolvendo a imposição de multas e suspensão de atividades. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou de despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre o nosso fluxo de caixa, a nossa imagem e os nossos investimentos.

As propriedades adquiridas e nossas atividades de construção podem nos expor a riscos ambientais e, por consequência, podem afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

A aquisição de propriedades e nossas atividades de construção podem nos sujeitar a diversas obrigações, inclusive de caráter ambiental. Nossas despesas operacionais podem ser maiores do que as estimadas devido aos custos relativos ao cumprimento das leis e regulamentações ambientais existentes e futuras. Adicionalmente, de acordo com diversas leis federais e locais, bem como resoluções e regulamentações,

podemos ser considerados proprietários ou operadores das propriedades ou termos providenciado a remoção ou o tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas. Dessa forma, podemos ser responsáveis pelos custos de remoção ou tratamento de determinadas substâncias nocivas em nossas propriedades. Podemos incorrer em tais custos, os quais podem representar efeito adverso significativo em nossa reputação, resultados operacionais e em nossa condição financeira.

(l) Questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Nossos ativos poderão ser afetados por eventos climáticos extremos

Como consequência das mudanças do clima, pode ocorrer um aumento de eventos climáticos extremos que podem afetar significativamente os nossos ativos, fazendo com que nós precisemos incorrer em custos para manutenção, restauração e/ou adaptação de nossos ativos.

Mudanças climáticas, ou medidas legais, regulamentares ou de mercado para enfrentar as mudanças climáticas, podem afetar negativamente os nossos negócios ou nossas operações

A emissão de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera pode trazer impactos ao meio ambiente, como o aumento das temperaturas globais e gravidade dos climas extremos e desastres naturais. Diante dessa preocupação é possível que sejam estabelecidas novas medidas legais que imponham novas obrigações à nós como, por exemplo, a redução de emissão de gases do efeito estufa. Tais obrigações podem exigir que nós façamos investimentos adicionais em ativos e equipamentos. Desta forma, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo em nossos negócios e nossos resultados operacionais.

A escassez de recursos naturais gerada por fatores climáticos pode afetar as nossas operações, trazendo a necessidade de utilização de medidas de contingência complementares.

A falta de recursos básicos como água e energia, ocasionada por alterações climáticas associadas ao aquecimento global e à atuação do homem sobre o meio ambiente, pode impactar as nossas operações. A incerteza dos regimes de chuvas e a sazonalidade do clima nas diferentes estações do ano impactam as estimativas de consumo dos recursos. Caso quaisquer dos riscos apontados acima venham a acontecer, poderemos sofrer impactos negativos em nossas operações.

(m) Outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional poderão afetar negativamente os resultados das nossas operações e nossa condição financeira.

A nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais podem ser afetados pelas condições econômicas no país. Futuras reduções nas taxas de crescimento do Brasil podem afetar o consumo dos nossos produtos e, consequentemente, poderão afetar negativamente nossa estratégia de negócio, nossos resultados operacionais bem como nossa própria condição financeira.

O governo brasileiro ocasionalmente faz alterações nas políticas e regulamentações. A política econômica brasileira pode ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, e sobre as condições e preços de mercado dos títulos do governo brasileiro, detidos por nós. Os nossos negócios, os nossos resultados operacionais e a nossa condição financeira poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais ou por regulamentações federais, estaduais ou municipais que envolvam ou afetem fatores como:

- eleições políticas;
- política monetária;
- taxas de juros;
- taxas de inflação;
- liquidez nos mercados internos de capital, empréstimos e crédito;
- controles de exportação e importação;
- taxas de câmbio e controle de câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- escassez de energia;
- instabilidade econômica e social; e
- outras eventualidades não listadas acima.

O cenário político do país pode influenciar no desempenho da economia brasileira e eventuais crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando, conforme o caso, na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses e outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Essa incerteza pode prejudicar nossas atividades e resultados operacionais, podendo, inclusive, afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Adicionalmente, qualquer falta de decisão do governo brasileiro para implementar mudanças em certas políticas ou regulamentos podem contribuir para a incerteza econômica dos investidores em relação ao Brasil e aumentar a volatilidade do mercado, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre nós e sobre nossas ações.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado

e volátil que o mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos, por exemplo. Em vários casos, menos de metade das ações das companhias listadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão ("B3") estão efetivamente disponíveis para negociação ao público, sendo o restante detido por pequenos grupos de controladores, entidades governamentais ou um único acionista principal. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos titulares de ações de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor de mercado das nossas ações.

O preço de mercado das nossas ações poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário ou por motivos não relacionados ao nosso desempenho.

A instabilidade política pode afetar adversamente nossos negócios e resultados e o preço de nossas ações

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Historicamente, os mercados brasileiros enfrentaram um aumento de volatilidade devido às incertezas relacionadas com os frequentes escândalos de corrupção. Não se pode garantir que qualquer pessoa que, direta ou indiretamente, esteja vinculada a nós, seja empregado, diretor, conselheiro, fornecedor, prestador de serviços ou subcontratado não está ou não estará envolvida em qualquer investigação que ainda possa vir a ocorrer, o que poderia afetar negativamente a nossa imagem e reputação.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Governo Federal tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos negócios. Não podemos prever quais políticas serão adotadas, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Desta forma, não podemos estimar o impacto dos desenvolvimentos políticos e macroeconômicos brasileiros e globais em nossos negócios. Além disso, instabilidades econômicas e políticas podem levar a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de valores mobiliários brasileiros, o que também pode nos afetar adversamente, assim como os nossos valores mobiliários. Qualquer instabilidade econômica continuada e incerteza política continuada também podem afetar adversamente os nossos negócios.

A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e para nós.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas adotadas no passado pelo Governo Federal no contexto da política anti-inflacionária tiveram um forte impacto negativo sobre a economia brasileira. Medidas adotadas para combater a inflação e especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a inflação apurada pelo IGP-M foi de 3,18% em 2023, 6,54% em 2024 e em 2025. Os preços, por sua vez, quando apurados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), aumentaram em 4,62% em 2023, 4,83% em 2024, já em 2025 os preços diminuíram 1,05%.

Dos nossos contratos, aproximadamente 3% são reajustados pelo IPCA e 97% pelo IGP. Desta forma, caso haja flutuações nesses índices de inflação, que são usados no reajuste dos nossos contratos, poderemos ter um impacto adverso em razão do aumento de nossos custos fixos, bem como de um possível aumento da inadimplência de nossos lojistas.

O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para nós e nossos clientes. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação, principalmente por meio do Banco Central do Brasil, incluíam, com frequência, a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, restringindo, desta forma, a disponibilidade de crédito e o crescimento econômico do Brasil. Quaisquer aumentos significativos nas taxas de juros poderão elevar o custo dos nossos empréstimos e ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, podemos não ser capazes de reajustar os preços de nossos produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para a economia brasileira e, consequentemente, para nós.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e dos mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais em períodos mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. De acordo com o Banco Central do Brasil, o Real frente ao Dólar valorizou 8,08% em 2023, desvalorizou 21,82% em 2024 e valorizou 12,52% em 2025.

As desvalorizações do Real frente ao Dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil, através do aumento, de modo geral, dos preços dos produtos importados, afetando a economia de modo geral, sendo necessária, assim, a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. A valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do País e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Os potenciais impactos da flutuação da taxa de câmbio e das medidas que o Governo Federal pode vir adotar para estabilizar a taxa de câmbio são incertos. A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode ter um efeito adverso para toda a economia brasileira e, consequentemente, para nós.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, sobretudo em economias desenvolvidas, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das ações.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas e emergentes. Caso a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. Crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os nossos valores mobiliários, o que poderia prejudicar o preço de mercado das ações e, consequentemente, os nossos *Units*.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as nossas ações.

Poderá não existir um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são significativamente menores, menos líquidos e mais concentrados e voláteis que os mercados de valores mobiliários nos Estados Unidos, por exemplo. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor de mercado das nossas ações. O preço de mercado das nossas ações poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário de Referência ou por motivos não relacionados ao nosso desempenho.

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, as condições econômicas e políticas no Brasil, bem como a percepção dessas condições no mercado internacional, poderão nos afetar adversamente.

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo governo brasileiro que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer

frente a situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, controle e desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções em concessões no setor elétrico, ajustes fiscais para sustentabilidade econômica, controle do crescimento do salário mínimo, dentre outras medidas.

Nesse sentido, não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os nossos negócios, a nossa situação financeira, o resultado das nossas operações e nossas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- expansão ou contração da economia global, e/ou brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;
- alterações no regime fiscal e tributário;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- saúde pública, incluindo em razão de epidemias e pandemias, como a atual pandemia de COVID-19;
- racionamento de água e energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afete.

A adoção, por parte do governo brasileiro, de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para nós.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países, particularmente em países de economia emergente e nos Estados Unidos, China e em países da União Europeia podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive as nossas ações

O valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras pode ser influenciado, em diferentes medidas, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive dos Estados Unidos, China e em países da União Europeia, de países da América Latina e de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode, diante da perspectiva envolvendo os contornos do evento, causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros, em especial, aqueles negociados em bolsa de valores. Potenciais crises nos Estados Unidos, China e em países da União Europeia, ou nos países de economia emergente podem, dependendo da dimensão de seus efeitos, reduzir, em certa medida, o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os nossos valores mobiliários. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por determinadas flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Isso poderia, de alguma maneira, e em medida dificilmente mensurável por qualquer agente de mercado, prejudicar o preço das nossas ações, além de dificultar ou impedir totalmente seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis, ou sob quaisquer condições.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de economia emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil e direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a econômica brasileira, como as flutuações no preço dos títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras.

Não só a economia brasileira, mas também a de outros países, pode ser afetada de forma geral pela variação das condições econômicas do mercado internacional, e notadamente pela conjuntura econômica dos Estados Unidos, China e em países da União Europeia. Ainda, eventuais reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia (similar a crise de uma década atrás), podem, em alguma medida, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros de maneira geral, inclusive das nossas ações. Adicionalmente, o risco de *default* de países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança dos investidores internacionais e trazer volatilidade para os mercados.

Adicionalmente, fatores relacionados à geopolítica internacional segue afetando adversamente a economia mundial, por consequência, a economia brasileira e o seu mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia, segue impactando os preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causam ainda mais pressão inflacionária e dificultam a retomada econômica brasileira.

Adicionalmente, destacamos ainda que os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit), segue impactando nos dias atuais, podendo levar a incertezas legais e gerar leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determine quais leis da União Europeia ele substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, poderão ter um efeito adverso sobre os nossos negócios, bem como nos resultados de nossas operações ou situação financeira.

Além do mais, podemos ter impactos materialmente adversos em nossos negócios como resultado do impacto econômico global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego que ocorreu ou pode ocorrer no futuro. Assim, uma eventual recessão e/ou desaceleração econômica global, inclusive em decorrência dos efeitos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e pelas tensões entre os Estados Unidos e o Irã, pode afetar negativamente a economia brasileira e por sua vez levar a uma menor atividade comercial e de consumo.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem nos afetar negativamente e o valor de mercado das nossas ações.

Por fim, essas tensões podem gerar uma instabilidade política e econômica ao redor do mundo, impactando o nosso mercado de atuação e o mercado de ações.

Um mercado ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as nossas ações ordinárias pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Em 31 de março de 2025, o valor total de capitalização das companhias listadas na B3 correspondia a aproximadamente R$4,39 trilhões de acordo com informação disponibilizada pela B3. Além disso, a volatilidade e a eventual falta de liquidez para o mercado das nossas ações poderão limitar a capacidade do investidor de vender as nossas ações ao preço e momento desejados, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a cotação das nossas ações.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar a capacidade dos investidores de vender as nossas ações ordinárias, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito adverso no preço das nossas ações ordinárias. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das nossas ações ordinárias pode ser negativamente impactado. Adicionalmente, a B3 pode ser regulada de forma diferente da qual os investidores

estrangeiros estão acostumados, o que pode limitar a capacidade do respectivo acionista de vender sua participação no preço e no momento desejado.

Condições macroeconômicas adversas nos países latino-americanos podem afetar os nossos resultados.

Os nossos negócios dependem das condições econômicas dos países latino-americanos, principalmente do Brasil. Estes países experimentaram historicamente instabilidade econômica, incluindo períodos desiguais de crescimento econômico, bem como desacelerações significativas. Como consequência das condições econômicas nos mercados globais, as economias desses países podem vir a desacelerar suas taxas de crescimento.

De acordo com o IBGE, o PIB real do Brasil cresceu 2,9% em 2023, voltou a crescer 3,4% em 2024 e desacelerou, com crescimento de 2,3% em 2025. Apesar da classificação de crédito do governo federal brasileiro ter sido rebaixada em 2015 e 2016 por todas as principais agências de classificação de crédito, em outubro de 2024, a agência Moody's elevou a nota de crédito do Brasil para Ba1, a qual foi mantida em 2025, com alteração da perspectiva de positiva para estável. Portanto, a classificação de crédito do Brasil está melhorando, mas ainda não atingiu novamente o grau de investimento.

Como os nossos negócios dependem de gastos discricionários do consumidor, que são influenciados pelas condições econômicas gerais, qualquer desaceleração econômica prolongada em qualquer um dos nossos principais mercados pode ter efeitos adversos em nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Os nossos negócios podem ser afetados por eventos políticos, guerras, terrorismo e outras incertezas geopolíticas, tais como o conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia, bem como as tensões entre os Estados Unidos e o Irã .

A guerra, o terrorismo e outras incertezas geopolíticas causaram e podem causar danos ou perturbações à economia e ao comércio em uma base global ou regional, o que pode ter um efeito material adverso sobre os nossos negócios, nossos clientes e as empresas com as quais fazemos negócios.

Atualmente, os mercados globais estão operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e interrupção após a invasão russa, em grande escala, no território ucraniano, em 24 de fevereiro de 2022. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade comercial em todo o mundo e levar a:

- distorções nos créditos e no mercado de capitais;
- volatilidade significativa nos preços das commodities;
- aumento dos custos de recursos para a nossa operação;
- instabilidade cambial;
- aumento das taxas de juros e da inflação nos mercados; e

- crescimento global mais baixo ou negativo.

As ações militares russas, as sanções resultantes e os ataques de combate e retaliação russa (incluindo ataques cibernéticos e espionagem) poderiam afetar negativamente a economia global e os mercados financeiros e levar a maior instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capital. O impacto dessas medidas, é atualmente desconhecido, e estas medidas, atuais e futuras, poderiam afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados de nossas operações.

Além disso, as tensões entre os Estados Unidos e o Irã, bem como eventuais agravamentos envolvendo países do Oriente Médio, podem aumentar a instabilidade geopolítica global e gerar impactos relevantes sobre os mercados internacionais. A intensificação desses conflitos ou a imposição de novas sanções econômicas e comerciais podem afetar cadeias globais de suprimentos, pressionar os preços de commodities, especialmente petróleo e derivados, aumentar a volatilidade cambial e inflacionária e reduzir a confiança de investidores e consumidores. Ainda que não tenhamos exposição direta relevante a tais países, os efeitos indiretos decorrentes dessas tensões podem afetar o ambiente macroeconômico, os custos operacionais, a disponibilidade de crédito e, consequentemente, os nossos negócios, nossa condição financeira e os resultados de nossas operações.

Os riscos geopolíticos e econômicos permaneceram elevados em 2025, como resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, do Brexit, do aumento do populismo e da continuidade das incertezas políticas e comerciais em âmbito global. Tensões crescentes podem levar, entre outros, à desglobalização da economia mundial, ao aumento do protecionismo ou de barreiras à imigração, à redução geral do comércio internacional de bens e serviços e à redução na integração dos mercados financeiros, o que poderia afetar adversamente os nossos negócios.

4.2 – Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- *Poderemos ser adversamente afetados em decorrência do não pagamento de aluguéis por nossos inquilinos, da revisão dos valores dos aluguéis pagos por nossos inquilinos ou do aumento de vacância nas lojas dos nossos shopping centers.*

- *O nosso desempenho financeiro depende dos resultados dos shopping centers, os quais, por sua vez, dependem das vendas dos locatários e da nossa capacidade de manter altos níveis de ocupação.*

- *Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional poderão afetar negativamente os resultados das operações da Companhia e a nossa condição financeira.*

- *Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios.*

- *O setor de shopping centers está sujeito a regulamentação, o que poderá implicar maiores despesas ou obstrução do desenvolvimento de determinados empreendimentos, causando um efeito adverso para nós.*

4.3 – Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia e de suas investidas, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia e de suas investidas estão apresentados a seguir:

Risco de crédito

As premissas consideradas pela Companhia para avaliar a aceitação de potenciais clientes são: (i) as garantias aceitas (imóvel, carta-fiança, seguro, etc.); (ii) a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios, fiadores e caucionantes); e (iii) a utilização da empresa Serasa como referência para consultas. A provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data-base de balanço, mediante análise dos dados históricos de inadimplência e projeção de perda esperada. Caso tais premissas não venham a se concretizar ou sejam falhas, a Companhia poderá ser afetada adversamente, impactando seus resultados operacionais.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base de balanço é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação (*write-off*). Os recebíveis baixados pela Companhia continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do período.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças, que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Caso essa previsão seja calculada de forma inadequada, a Companhia pode não ser capaz de fazer frente às suas obrigações em razão da não suficiência de caixa, o que poderá gerar um impacto negativo nos resultados financeiros da Companhia.

Risco de variação de preço

Os contratos de aluguel, em geral, são atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme estabelecido em referidos instrumentos. Os níveis de locação podem variar em virtude de condições econômicas adversas e, com isso, afetar de forma adversa as receitas da Companhia, com um consequente impacto adverso nos seus negócios e resultados operacionais.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de debêntures e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, descritos nas notas explicativas anteriores. Esses instrumentos financeiros são subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, como Taxa Referencial ("TR") e Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), bem como saldo de impostos e tributos a pagar, com juros à Taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas e de a Companhia não ter capacidade de arcar com os custos de taxas de juros, o que poderá causar um impacto adverso nos seus negócios e resultados operacionais.

Análise de sensibilidade de variações nos índices de correção monetária

A administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TR e principalmente ao CDI. O risco está associado à oscilação dessas taxas.

No período encerrado de 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou cenários de variação nas Taxas dos Depósitos Interfinanceiros (DI) e TR. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TR com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo, ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das oscilações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, em que não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas.

Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente à dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Valores totais de juros a serem pagos nos cenários de sensibilidade estimados:

		2025 (Em R$ mil)				
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Manutenção CDI	540.648	16146.430	1.194.538	1.577.310	4.458.926
Dívidas em TR	Manutenção TR	25.389	41.423	28.695	6.908	102.415
Total vinculado a taxa de juros		566.037	1.187.853	1.223.233	1.584.219	4.561.341
Cenário Possível > 25%						
Dívidas em CDI	Elevação em CDI	602.203	1.232.795	1.236.234	1.699.633	4.740.865
Dívidas em TR	Elevação em TR	25.468	41.970	29.723	7.036	104.196
Total vinculado a taxa de juros		627.670	1.274.765	1.265.957	1.676.668	4.845.061
Cenário Remoto > 50%						
Dívidas em CDI	Alta Elevação em CDI	662.419	1.317.252	1.276.801	1.759.330	5.015.802
Dívidas em TR	Alta Elevação em TR	25.547	42.523	30.772	7.166	106.007
Total vinculado a taxa de juros		687.966	1.359.775	1.307.572	1.766.496	5.121.810
Cenário Possível < 25%						
Dívidas em CDI	Redução em CDI	477.686	1.058.058	1.151.648	1.482.209	4.169.601
Dívidas em TR	Redução em TR	25.310	40.881	27.687	6.785	100.663
Total vinculado a taxa de juros		502.996	1.098.939	1.179.336	1.488.993	4.270.264
Cenário Remoto < 50%						
Dívidas em CDI	Redução em CDI	413.225	967.545	1.107.482	1.384.134	3.872.387
Dívidas em TR	Redução em TR	24.264	38.932	26.009	6.568	95.774
Total vinculado a taxa de juros		437.489	1.006.477	1.133.492	1.390.703	3.968.161

Impactos estimados nas dívidas da Companhia:

	2025 (Em R$ mil)				
Operação	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Possível - Cenário Provável					
Dívidas em CDI	61.555	86.365	41.696	92.323	281.938
Dívida em TR	79	547	1.028	127	1.781
Total de impacto	61.634	86.912	42.724	92.450	283.720

Cenário Remoto - Cenário Provável					
Dívidas em CDI	121.771	170.822	82.263	182.020	556.876
Dívida em TR	159	1.100	2.076	258	3.593
Total de impacto	121.929	171.923	84.339	182.278	560.469

Operação	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Possível - Cenário Provável					
Dívidas em CDI	(62.962)	(88.732)	(42.890)	(95.101)	(289.325)
Dívidas em TR	(79)	(542)	-(1.008)	(124)	(1.752)
Total vinculado a taxa de juros	(61.270)	(89.590)	(53.459)	(95.735)	(300.054)
Cenário Remoto - Cenário Provável					
Dívidas em CDI	(127.423)	(178.885)	(87.056)	(193.176)	(586.539)
Dívidas em TR	(1.125)	(2.490)	(2.686)	(340)	(6.641)
Total vinculado a taxa de juros	(128.547)	(181.375)	(89.741)	(193.516)	(593.180)

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes para o negócio da Companhia ou de suas controladas

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.4, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia; ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 31 de março de 2026, segregados conforme sua natureza, com probabilidade de perda possível.

Contingências Cíveis

Processo nº 0018688-88.2004.4.01.3400	
a. Juízo:	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília/DF
b. Instância:	2ª instância
c. Data de Instauração:	07/06/2004
d. Partes no Processo:	Autores: Condomínio Shopping Center Iguatemi São Paulo e Shopping Center Reunidos do Brasil Réu: CADE
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 11.025.749,20 em 31/03/2026
f. Principais Fatos:	Ação interposta com o objetivo de anular decisão do CADE, proibindo a Iguatemi da prática da cláusula da exclusividade e impondo multa com base no faturamento. Liminar deferida para suspender os efeitos da decisão do CADE. O CADE ofertou Contestação e interpôs o Agravo de Instrumento nº 2004.01.00.030826-1, buscando a reforma da referida decisão. Em 23/10/2009 foi proferidoacórdão não reconhecendo recurso, ficando mantida a liminar concedida a Iguatemi. Em 19.02.2010 foi indeferida a produção das provas especificadas por nós. No dia 04.03.2010, apresentamos Agravo Retido. Processo julgado improcedente em primeira instância. Apresentamos recurso de apelação e o processo será encaminhado para o Tribunal. Em março de 2016 foi dado provimento ao Agravo Retido para anular a sentença e restaram prejudicados a Apelação dos Autores e o Recurso Adesivo do CADE. Os autos retornaram à origem e atualmente aguarda-se manifestação das partes sobre o laudo pericial apresentado. Iguatemi opôs embargos de declaração e o CADE apresentou resposta aos embargos, pugnando pela desnecessidade de nova perícia. Iguatemi apresentou pedido para substituir a fiança por seguro garantia. CADE se manifestou favorável à substituição. Juiz deferiu a substituição e aceitou o

	laudo pericial como prova emprestada, determinando nova perícia naquilo em que o laudo for omisso. Perito nomeado pelo Juízo e impugnado pelo CADE. Juiz deferiu o pedido de substituição do perito. A Iguatemi apresentou seguro garantia, os quesitos e indicou assistente técnico. O CADE apresentou quesitos e indicou assistente técnico. Novo perito nomeado pelo Juízo. Laudo pericial apresentado. Aguardando intimação das partes para se manifestarem sobre o laudo pericial.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	Processo em fase de perícia
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Manutenção da cláusula de exclusividade nos contratos de locação utilizado pelo Grupo Iguatemi.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impedimento de constar a cláusula de exclusividade nos contratos de locação do Grupo Iguatemi.

Processo nº 0064111-51.2016.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª Vara de Justiça Federal da Primeira Região
b. Instância:	1ª instância
c. Data de Instauração:	03/11/2016
d. Partes no Processo:	Administradora Gaúcha de Shopping Center S/C Ltda., Condomínio Civil Shopping Praia de Belas, Iguatemi Empresa de Shopping Center S/A e Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda. e CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 3.588.526,63 em 31/03/2026, referente ao valor da multa cominada pelo CADE em decisão proferida no processo administrativo nº 08012.012740/2007-46.
f. Principais Fatos:	MPF encaminhou denúncia ao CADE sobre conduta supostamente anticoncorrencial (cláusula de raio) praticada pelo Praia de Belas Shopping Center (“PBSC”) e Shopping Center Iguatemi Porto Alegre (“SCIPA”) e outros Shopping Centers. Em 22/06/2016 o Tribunal julgou o processo administrativo e entendeu pela configuração de infração à ordem econômica. Em 30/01/2017 os autos foram remetidos para a Procuradoria do CADE para execução da decisão. As empresas ingressaram com Ação Anulatória objetivando anular o acórdão proferido pelo CADE no PA 08012.012740/2007-46, com pedido de antecipação de tutela que foi deferido mediante a apresentação de garantia, apresentada em 11.11.2016. O CADE contestou a ação e as autoras apresentaram réplica. Autos conclusos para sentença. Em março de 2018 prolatada sentença que julgou improcedente a ação. O Iguatemi interpôs Apelação. Aguarda-se julgamento do recurso de Apelação do Iguatemi.

g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença que julgou improcedente a ação anulatória, mantendo a multa aplicada.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação da empresa.
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Manutenção da cláusula de raio nos contratos de locação utilizado em todo o Grupo Iguatemi.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Impedimento de constar a cláusula de raio nos contratos de locação do Grupo Iguatemi.

Processo nº 0010504-07.2008.4.01.3400	
a. Juízo:	15ª Vara Federal da Secção Judiciária de Brasília
b. Instância:	1ª instância
c. Data de Instauração:	04/04/2008
d. Partes no Processo:	Shopping Center Iguatemi São Paulo e Shopping Center Reunidos do Brasil x CADE (raio)
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 6.990.594,53 em 31/03/2026
f. Principais Fatos:	Ação interposta com o objetivo de anular decisão do CADE, proibindo o Iguatemi da prática da cláusula de raio e impondo multa com base no faturamento. Liminar deferida para suspender os efeitos da decisão do CADE. O CADE agravou, tendo obtido provimento no Tribunal. Iguatemi apresentou cautelar e obteve efeito suspensivo. Recurso pendente de julgamento no STJ. No processo principal foi deferida perícia judicial e o Shopping Iguatemi apresentou quesitos e indicou assistente técnico. Perícia deferida em fase inicial. Expedida carta precatória para realização da perícia. Perícia concluída. Ação julgada improcedente, desconsiderando a realização da perícia. Apelamos. Tribunal julgou o recurso procedente anulando a sentença. Processo remetido à vara de origem. Em 06/12/2017 a ação foi julgada procedente, acolhendo os argumentos apresentados e determinando o afastamento da condenação do Iguatemi nos autos do Processo Administrativo. CADE interpôs apelação. Iguatemi apresentou contrarrazões à Apelação. Autos conclusos desde 19/12/2019. Tribunal negou provimento à Apelação do CADE. CADE apresentou Embargos de Declaração, sendo que o último aguarda julgamento, designado para 23/04/2025.Embargos de Declaração do CADE nao foram acolhidos. CADE apresentou RESP, o qual foi negado seguimento. Dessa decisão o CADE apresentou agravo de instrumento, o qual foi provido e convertido em RESP. Aguardando julgamento do RESP do CADE.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Em 06/12/2017 a ação foi julgada procedente, acolhendo os argumentos apresentados e determinando o afastamento da condenação do Iguatemi

	nos autos do Processo Administrativo. CADE apelou. Apelação não provida, mantendo a sentença de primeira instância.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento do RESP do CADE.
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Manutenção da cláusula de raio nos contratos de locação utilizado em todo o Grupo Iguatemi.
k. Análise do Impacto em caso de Perda do Processo:	Os autores terão que cumprir imediatamente a condenação imposta pelo acórdão do CADE. Sem impacto financeiro direto, exceção feita à cobrança da multa imposta no valor de R$1.928 mil (2008). A Companhia acredita que uma eventual perda em tal processo não seria passível de causar qualquer impacto relevante ao desenvolvimento de suas atividades e/ou em seus resultados operacionais.

Processo nº 0030840-60.2007.4.03.6100	
a. Juízo:	12ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Paulo
b. Instância:	Justiça Federal de São Paulo
c. Data de Instauração:	12/11/2007
d. Partes no Processo:	Ministério Público Federal x Grupo OK Construções e Incorporações SA, Grupo OK Empreendimentos Imobiliários Ltda., Saenco Saneamento e Construções Ltda., OK Óleos Vegetais Indústria e Comércio Ltda., OK Benfica Companhia Nacional de Pneus, Construtora e Incorporadora Moradia Ltda., Itália Brasília Veículos Ltda., Banco OK de Investimentos SA, Agropecuária Santo Estevão SA, Luiz Estevão de Oliveira Neto, Cleucy Meireles de Oliveira, Lino Martins Pinto, Jail Machado Silveira, Maria Nazareth Martins Pinto e Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e Iguatemi Empresa de Shopping Centers.
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 67.501.201,24 de responsabilidade da Iguatemi em 31/03/2026, correspondente a 33% do Terreno. Este valor está garantido por Seguro Garantia.
f. Principais Fatos:	Em abril de 2007, adquirimos da Paulo Octávio Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“Paulo Octávio”), cerca de 64% da fração ideal do imóvel em que foi construído o Shopping Iguatemi Brasília. Anteriormente a nossa aquisição, a Paulo Octávio havia adquirido 33,33% da parte ideal do imóvel da sociedade Alvoran Participações e Empreendimentos Ltda. e 33,33% da sociedade Park Way Automóveis Ltda. (“Park Way”), sendo que o restante (33,33%) já era de sua titularidade. A Park Way, por sua vez, adquiriu sua participação no imóvel como decorrência da aquisição das quotas detidas pela sociedade OK Óleos Vegetais Indústria e Comércio Ltda. (“OK Óleos”) na empresa LPS Participações e Empreendimentos Ltda. (“LPS”), proprietária originária do imóvel, e que tinha como sócios, além da própria OK Óleos, a Paulo Octávio (já com 33,33%) e outra sociedade, de quem a Alvoran adquiriu sua participação no imóvel, correspondente a 33,33%. Em 2000, o Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública contra a OK Óleos e outros para apurar danos ao erário público em razão da construção do

fórum trabalhista da Cidade de São Paulo. Nos autos, foi decretada a indisponibilidade dos bens de todos os réus.

Ao tomar conhecimento da alienação à Park Way das quotas detidas pela OK Óleos na LPS, e da consequente alienação de 33,33% da parte ideal do imóvel em que foi construído o Shopping Iguatemi Brasília, o Ministério Publicou requereu e obteve a desconsideração inversa da personalidade jurídica da LPS na Ação Civil Pública, bem como a declaração de nulidade da venda e compra de tais 33,33% do referido imóvel.

Contra essa decisão, interpusemos Agravo de Instrumento. No julgamento de referido recurso, a turma julgadora permitiu a convalidação do negócio jurídico mediante depósito judicial provisoriamente arbitrado no valor atualizado de R$16.700 mil. Para verificar o valor que efetivamente deverá ser depositado, determinou-se a avaliação do imóvel, por perito judicial e, se necessário, o posterior complemento do depósito com a diferença entre 33,33% da avaliação do valor de mercado e o valor depositado. Contra esse acórdão, opusemos Embargos de Declaração requerendo, dentre outros pedidos, a apresentação de fiança bancária em vez de depósito judicial, com base no voto divergente proferido quanto a esse ponto no julgamento do Agravo de Instrumento mencionado acima, os quais pendem de julgamento. Julgados embargos de declaração cuja Turma, por unanimidade, não conheceu dos embargos de declaração opostos por OK Óleos Vegetais Ind. e Com. Ltda. e Luiz Estevão de Oliveira Neto e rejeitou os embargos de declaração opostos por Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, nos termos do voto da Relatora.

Em 29/04/2010 protocolamos Recursos Especial e Extraordinário e ajuizamos no STJ Medida Cautelar com pedido liminar para apresentar fiança bancária em substituição ao depósito judicial. A liminar foi deferida, a fiança bancária foi apresentada e, com isso, a venda foi convalidada. Realizada perícia judicial no imóvel. Valor apurado pela perícia e homologado pelo juiz é inferior ao da fiança bancária apresentada. Substituímos a fiança bancária por seguro garantia no valor de R$ 28.026,518 (vinte e oito milhões, vinte e seis mil, quinhentos e dezoito reais e quarenta e sete centavos) em janeiro de 2016. Garantia renovada em março de 2018 no valor de R$ 35.206,800. Contra a decisão do juiz que homologou o valor da perícia, foram interpostos Agravos de Instrumentos pelo Ministério Público, União e OK. Em 07/12/2017, disponibilizado acórdão dando parcial provimento ao agravo interposto pela União, para fixar em 16.000 mil o valor da garantia a ser prestada, atualizada desde março de 2007 pelo índice aplicável aos dos débitos inscritos em dívida ativa da União. A Iguatemi, União, MPF e OK Óleos Vegetais agravaram desta decisão. TRF negou provimento aos agravos, fixando como o valor correto do terreno, a quantia de R$ 16 mil indicada na escritura de compra e venda, referente a 1/3 do terreno. MPF, OK Óleos e União apresentaram RESP que foi indeferido. União apresentou embargos de declaração. Aguardamos julgamento.

Em abril de 2019 publicada decisão monocrática dando provimento ao Agravo da Iguatemi (interposto contra decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Iguatemi como terceiro adquirente de boa-fé) e determinando sua conversão em Recurso Especial. RESP conhecido em parte e não provido. Contra essa decisão a Iguatemi apresentou Agravo Interno, o qual foi improvido.

	Em dez/2019 prorrogamos o seguro garantia por mais 5 (cinco) anos. Aguardando julgamento de recursos nos Tribunais Superiores na Ação Civil Pública, envolvendo tão somente a União Federal e a OK Óleos Vegetais. A questão do 1/3 do terreno que pertence à Iguatemi, já foi integralmente julgada com a convalidação da venda para a Iguatemi, mediante garantia existente no processo. Iguatemi acompanhará a futura execução de sentença na Ação Civil Pública para garantir que, primeiramente, sejam excutidos os bens da OK Óleos Vegetais antes da garantia apresentada pela Iguatemi.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Convalidação da venda do terreno onde foi construído o Shopping Center Iguatemi Brasília, mediante apresentação de garantia (atualmente, seguro garantia).
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de recursos nos Tribunais Superiores, na Ação Civil Pública, envolvendo tão somente a União Federal e a OK Óleos Vegetais. A questão do 1/3 do terreno que pertence à Iguatemi, já foi integralmente julgada com a convalidação da venda para a Iguatemi, mediante garantia existente no processo. Iguatemi acompanhará a futura execução de sentença na Ação Civil Pública para garantir que, primeiramente, sejam excutidos os bens da OK Óleos Vegetais antes da garantia apresentada pela Iguatemi.
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Quando do início do processo a decisão contrária impactaria na manutenção da propriedade e construção do Shopping. Atualmente o impacto poderá ser o desembolso do valor atualizado da garantia, na medida em que a construção já foi finalizada e a propriedade mantida e consolidada para a Iguatemi.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Atualmente o impacto será o desembolso do valor atualizado da garantia, na medida em que a construção já foi finalizada com a propriedade mantida e consolidada para a Iguatemi.

Processo nº 0106934-81.2017.8.19.0001	
a. Juízo:	4ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
b. Instância:	1ª instância
c. Data de Instauração:	08/05/2017
d. Partes no Processo:	Associação das Vítimas do Edifício Palace, Espólio de Sérgio Augusto Naya, Sersan Sociedade de Terraplanagem, Constr. Civil e Agropecuária, Matersan Mats. De Construção Ltda., Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A e Paulo Otávio Investimentos Imobiliários Ltda.
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 53.772.122,59 (em 31/03/2026) correspondente a 33,33% do terreno.
f. Principais Fatos:	A Associação das Vítimas do Palace ajuizou Ação Civil Pública contra a SERSAN Sociedade de Terraplanagem e Espólio de Sérgio Augusto Naya, para obter indenização pelos danos causados às vítimas que foram atingidas com o desmoronamento do prédio denominado Palace II. Com a decretação de

indisponibilidade dos bens da SERSAN nos autos, a SERSAN e o espólio de Sergio Naya ajuizaram Medida Cautelar, oferecendo à penhora 33,33% do terreno onde foi construído o Shopping Center Iguatemi Brasília, sob argumento de que, com a anulação das alienações sucessivas que ocorreram no imóvel, a SERSAN permanece detentora de 1/3 do capital social da LPS (ou seja, 33,33% do terreno).

Isso porque, anteriormente à alienação pela PAULO OTAVIO de 64% do imóvel à Iguatemi, o terreno integralizava o capital social da empresa LPS, em que eram sócios a SERSAN, a PAULO OTAVIO e a OK OLEOS VEGETAIS, cada um sendo titular de 33,33% do capital social. A OK Oleos Vegetais cedeu as suas quotas à PARK WAY. Houve cisão parcial da LPS, que transferiu a titularidade de 33,33% da área total do imóvel à PAULO OTAVIO e outros 33,33% à PARK WAY, permanecendo a LPS com 33,33% restantes do mesmo imóvel. Posteriormente, a LPS (da qual a SERSAN era sócia), alienou 33,33% da sua parte ideal para ALVORAN. Por fim, a PAULO OTAVIO adquiriu 33,33% do imóvel da ALVORAN e da PARK WAY, momento em que se tornou titular da integralidade do imóvel.

A Iguatemi apresentou Embargos de Terceiros contra essa decisão com pedido de suspensão da praça, na medida em que a SERSAN jamais foi proprietária de 1/3 do terreno. O Juiz manteve o leilão, sob condição de solução dos embargos. Leilão realizado, com arrematação do terreno no valor de R$ 25.000 mil pela empresa SCIA. A Iguatemi agravou dessa decisão, buscando cancelamento da hasta realizada. Em 04/10/17, foi negado provimento ao Agravo de Instrumento. Em 08/02/2018, foi julgado procedente os embargos de terceiro da Iguatemi, tornando sem efeito o leilão realizado. O Espólio de Sérgio Naya, a empresa arrematante e a Associação das Vítimas do Palace apresentaram Recurso de apelação, o qual foi julgado procedente, validando a arrematação. Foi apresentado Recurso Especial. A Iguatemi apresentou pedido para exercer o direito de preferência na arrematação, o qual foi deferido mediante depósito do valor equivalente ao da arrematação. Espólio do Sergio Naya requereu que o valor a título de preferência seja acrescido de juros de mora e honorários. Aguarda-se julgamento. Juiz indeferiu pedido de reconsideração apresentado pelo Arrematante com relação ao direito de preferência, como também indeferiu pedido da Associação das Vítimas para levantar o valor depositado da arrematação. Associação das Vítimas apresentou recurso do despacho que indeferiu o levantamento do depósito com pedido de antecipação. Tribunal indeferiu. Arrematante recorreu da decisão que indeferiu pedido de reconsideração sobre o exercício do direito de preferência. Recurso improvido. Arrematante apresentou Recurso Especial, o qual foi inadmitido. Arrematante apresentou agravo de instrumento o qual não foi conhecido. Arrematante apresentou agravo interno, o qual aguarda-se julgamento. Em setembro de 2023 foi provido o agravo interno interposto pela Arrematante (SCIA) contra a decisão que, em razão da deserção, não conheceu do seu agravo em recurso especial. Agravo da SCIA convertido em Recurso Especial. Iguatemi apresentou Agravo Interno o qual foi negado provimento. Em 05/12/2024, Iguatemi realizou depósito judicial no valor de R$36.854.681,37, correspondente ao valor atualizado da arrematação que, pela decisão judicial, a Iguatemi deverá reembolsar o arrematante. Atualmente, aguarda-se julgamento do RESP da

	SCIA, agendado para 22/04/2025. RESP inadmitido. Dessa decisão foi apresentado agravo interno, o qual aguarda-se julgamento.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Reconhecimento do direito de preferência da Iguatemi na arrematação de 1/3 do terreno onde foi construído o Shopping Center Iguatemi Brasília.
h. Estágio do processo	Aguardando julgamento de recurso nos Tribunais Superiores.
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Quando do início do processo a decisão contrária impactaria na manutenção da propriedade e construção do Shopping. Atualmente o impacto poderá ser o desembolso do valor atualizado da garantia, na medida em que a construção já foi finalizada e a propriedade mantida e consolidada para a Iguatemi.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Atualmente o impacto poderá ser o reembolso, pela Iguatemi, do valor pago pelo arrematante (SCIA). Valor este já depositado em juízo.

Contingências Fiscais

Processo nº 1045072-62.2022.8.26.0053 e 1008179-04.2024.8.26.0053	
a. Juízo:	VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO
b. Instância:	1ª instância
c. Data de Instauração:	02/08/2022
d. Partes no Processo:	Autores: JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários Ltda., e outros Réu: Município de São Paulo
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 105.404.694,92 em 31/03/2025 ref. ao IPTU do Shopping e estacionamento (2015 a 2025)
f. Principais Fatos:	As Autoras são proprietárias/usufrutuárias dos imóveis identificados pelos SQLs ns. 299-148-0043-0 (“Estacionamento C”), 299-148-0044-9 (“Shopping Bloco C”), 299.148.0045-7 (“Bloco D - Pavimentos 5-22”), 299.148.0046-5 (“Bloco D - Pavimento 23”), 299.148.0047-3 (“Bloco D - Pavimento 24”) e 299.148.0048-1 (“Bloco E”), unidades autônomas do “Setor C” do “Condomínio WTORRE JK” (Complexo JK), nos termos da convenção. Tais unidade autônomas foram instituídas em Condomínio apenas em 06/09/2018, data em que foi requerido o desdobro fiscal do imóvel, com lançamentos individuais para as unidades dos atuais blocos A e B. Para o restante do empreendimento, foram realizados: a) em relação aos fatos geradores ocorridos em 1º/jan/2015, 1º/jan/2016, 1º/jan/2017 e 1º/jan/2018, lançamentos unificados para todo o “Setor C” do complexo; e b) em relação aos fatos geradores ocorridos em 1º/out/2018, 1º/jan/2019 e 1º/jan/2020, lançamentos individuais para as unidades autônomas que atualmente compõem o referido “Setor C”.

	Referidos lançamentos são inconsistentes e possuem erros, gerando cobrança a maior de IPTU, obrigando as autoras a buscarem no judiciário a nulidade desses lançamentos. Teses de defesa: 1. Nulidade do lançamento por ausência de motivação fática; 2. Exclusão da área de 28.261 m² (garagens do quarto e quinto subsolos que são de propriedade do Santander); 3. Fator Condomínio. Só pode ser aplicado a partir de setembro de 2018; 4. Exclusão de 2.117,03 m²; 5. Exclusão das áreas comuns descobertas de 8.573,19 m²; 6. Área de 2.894,77m² considerada em duplicidade; 7. Padrão construtivo de estacionamento equivocado; 8. Trava da lei 15.889/13 (trava Haddad). Ação ajuizada, com realização de depósito judicial do valor do IPTU de 2022. Requerido aditamento da Inicial para incluir o IPTU de 2023. Pedido deferido. Depositado em juízo as parcelas vencidas. Apresentada Contestação. Processo em fase pericial. Perícia agendada para 26/05/2026.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Não há
h. Estágio do processo	Aguardando sentença
i. Chance de Perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante:	Nulidade do lançamento de IPTU individualizado por blocos em razão de diversas irregularidades cometidas pela Prefeitura conforme resumo abaixo, motivo pelo qual se pretende: -Exclusão da área de 28.261 m² (garagens do quarto e quinto subsolos que são de propriedade do Santander); -Fator Condomínio. Só pode ser aplicado a partir de setembro de 2018; -Exclusão de 2.117,03 m²; -Exclusão das áreas comuns descobertas de 8.573,19 m²; -Área de 2.894,77m² considerada em duplicidade; -Padrão construtivo de estacionamento equivocado; -Trava da lei 15.889/13 (trava Haddad).
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Conversão em renda dos depósitos judiciais realizados, para o Município de São Paulo e a manutenção do lançamento existente para cobranças futuras.

Processo nº 1000885-11.2024.8.26.0663	
a. A. Juízo:	15ª Vara Federal da Secção Judiciária de Brasília
b. Instância:	1ª Vara Cível
c. Data de Instauração:	29/02/2024
d. Partes no Processo:	Autor: Comissão de Representantes dos Adquirentes do Empreendimento Brickel Iguatemi Réus: CSC41 Participações Ltda., Empreendimento CRB49 SPE Ltda.

e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R$ 120.000.000,00 em 31/03/2026
f. Principais Fatos:	A CRB49, integrante do grupo CRB CONTRUTORA, de Sorocaba, adquiriu a fração ideal de 2% do terreno do Complexo Iguatemi Esplanada para a incorporação de um prédio comercial/residencial para venda ao público. O pagamento do preço do terreno, parcelado, não chegou a ser integralmente pago. A incorporação foi submetida ao regime de patrimônio de afetação, que foi instituído no âmbito do patrimônio da CRB49. A CRB49 lançou o empreendimento no mercado e alienou a quase totalidade de suas unidades autônomas, inclusive para a Iguatemi que adquiriu 2 lojas comerciais, que deveriam existir no térreo do prédio. Todos os compromissos de compra e venda com todos os adquirentes foram firmados exclusivamente pela CRB49, na qualidade de proprietária do imóvel e incorporadora do prédio. A CRB49 abandonou as obras ainda em fase inicial de terraplenagem, já no primeiro semestre de 2022, dando ensejo a constituição da Comissão dos Adquirentes do empreendimento Brickel, com a distribuição da Ação Ordinária com obrigação de entregar obra ilicitamente paralisada. A autora alega na ação que a CSC41 deve responder como se fosse incorporadora do projeto. Pedido liminar foi deferido para obrigar os réus a contratarem construtora no prazo de 30 dias, para retomada das obras em até 60 dias, sob pena de multa diária de 50 mil. Agravamos dessa decisão. Tribunal de Justiça suspendeu a liminar e deu provimento ao Agravo da CSC41 (afastando a obrigação de contratar a construtora e iniciar as obras). CRB e CSC41 apresentaram Contestações. Processo na conclusão para sentença. Peticionamos insistindo na realização de provas, antes da sentença. Sentença julgou totalmente procedente a ação. Apresentamos recurso de apelação. Audiência de conciliação agendada para 28/05/2026.
g. Chance de Perda:	Possível
h. Análise do Impacto em caso de Perda do Processo:	A CSC41 ser equiparada a incorporadora do Projeto.
i. Valor Provisionado, se Houver Provisão:	Não há.

4.5 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Na data deste Formulário não existiam valores provisionados para os processos descritos no item 4.4.

4.6 - Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.7 - Outras contingências relevantes

Na data deste Formulário, desconhecemos a existência de outros processos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nesta seção.

Para mais informações sobre os riscos relacionados aos Processos Administrativos Sancionadores, ver o fator de risco "*Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para nós*" no item 4.1. deste Formulário de Referência.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 – Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a) Se a Companhia possui política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos devidamente formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração em 05 de agosto de 2025.

As políticas e os regimentos internos da Companhia podem ser consultados em seu website de relações com investidores: https://ri.iguatemi.com.br/

b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos define diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos da Iguatemi, integrando o processo decisório ao planejamento estratégico e à definição de apetite a risco, com foco em proteger e gerar valor para a Companhia.

O documento normativo em questão visa promover na organização uma linguagem comum de gerenciamento de riscos, facilitando a disseminação do conhecimento e incorporando a gestão de riscos na cultura da Companhia.

As organizações enfrentam diversos riscos relacionados à sustentabilidade, corrupção, fraude, ética nos negócios e reputação. No setor da Iguatemi, esses riscos são ampliados por fatores econômicos, sociais e operacionais, como flutuações econômicas, mudanças no comportamento do consumidor, inovações tecnológicas e eventos sociais e políticos. Como consequência da condução de seus negócios, a Iguatemi assume riscos que, se não identificados e tratados de forma adequada, podem comprometer a sustentabilidade e perenidade dos seus negócios. Logo, é essencial estabelecer uma metodologia integrada com ferramentas, métricas, atividades e controles que suportem o processo de gestão de riscos, abrangendo todas as possíveis áreas de impacto.

Alinhado às melhores práticas de mercado, o Sistema de gestão de riscos da Iguatemi adota como parte integrante da sua metodologia os frameworks COSO ERM, ISO 31.000:2018 e as diretrizes do IBGC. Essa abordagem combina critérios objetivos de avaliação com a visão estratégica da empresa.

Sendo assim, o processo de gestão de riscos da Iguatemi, está estruturado de acordo com as seguintes etapas: (i) Escopo, Contexto e Critérios; (ii) Identificação de Riscos; (iii) Análise e Avaliação de Riscos; (iv) Tratamento dos Riscos; (v) Monitoramento e Análise Crítica; e (vi) Comunicação e Consulta.

i. Riscos para os quais se busca proteção

Como o risco é inerente a qualquer atividade empresária e impossível de eliminar, sua administração é

primordial para alinhamento às perspectivas da entidade. As atividades de gerenciamento de riscos corporativos devem ser vistas como fundamentais para a longevidade da organização e para a realização de seus objetivos, sejam eles de curto, médio e longo prazo (definidos de acordo com o Planejamento Estratégico da Iguatemi), além de ser analisadas à luz da realidade e do momento de cada entidade.

Dito isso, entende-se que a Companhia está exposta a diferentes riscos, que podem variar e incluem, mas não se limitam, às naturezas listadas a seguir:

Estratégico: riscos que possam impactar o alcance dos objetivos estratégicos e a execução da estratégia planejada.

Conformidade: riscos oriundos do descumprimento de normas, procedimentos, leis, regulamentos (internos ou externos), além de princípios contábeis. Ainda, tal risco pode ser decorrente de mudanças promovidas por autoridades políticas que possam afetar a maneira como a Companhia conduz seus negócios, ou de perda ocasionada por interpretação indevida da legislação tributária.

Financeiro: riscos relacionados a eventos que possam impactar diretamente a saúde financeira e a liquidez da Companhia, decorrentes, por exemplo, de comportamento de mercado, inadimplência ou má gestão financeira, variabilidade dos preços de fornecedores e produtos, e incerteza relacionada aos retornos esperados de um investimento, em decorrência de eventuais variações.

Operacional: riscos que possam gerar impacto no desempenho das operações da Companhia, relacionados a procedimentos internos, tecnologia, infraestrutura, pessoas, eventos externos ou perda decorrente da transferência da gestão e operação de processos internos para outras empresas, terceiros ou fornecedores.

Tecnologia da Informação: riscos que possam impactar o negócio, como perdas financeiras decorrentes de ataques cibernéticos, ou mesmo de incidentes decorrentes de erros ou negligências causadas internamente na Companhia, que resultem em vazamento de dados e outros danos ligados ao sigilo da informação.

ESG: riscos ambientais, incluindo mudanças climáticas, riscos físicos e de transição, sociais e de governança.

ii. Os instrumentos utilizados para proteção

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos atua nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo o Conselho de Administração, o Comitê de Riscos e Compliance, o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, o Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, a Diretoria, a Gestão e todos os profissionais da Iguatemi.

É papel da estrutura de gestão de riscos, composta pelos órgãos previstos na Política de Gestão da Riscos

da Companhia, avaliar se o planejamento estratégico encontra-se alinhado ao nível de risco que a Companhia está disposta a aceitar (apetite ao risco) na execução de sua estratégia e em suas operações.

O processo de gestão de riscos se desenvolve por meio da identificação dos riscos que são associados ao planejamento estratégico, avaliando impacto e probabilidade, devendo o risco descrito ser registrado em uma matriz/ mapa de riscos, que necessita ser revisada periodicamente.

A etapa de identificação de riscos e oportunidades envolve entender, reconhecer e registrar os riscos e fatores de risco estratégicos, sendo geralmente realizada por meio de reuniões periódicas (AGR – Análise Geral de Riscos) ou outras abordagens que se façam necessárias, com os principais executivos da empresa e membros independentes dos Comitês e Conselho. Além disso, são considerados os cenários internos e externos (incluindo riscos emergentes), bem como os resultados dos trabalhos de auditorias e controles internos.

Para a régua de Impacto, são utilizados os critérios quantitativos (Financeiro) de acordo com o apetite a risco da Companhia e qualitativos (Imagem e Reputação, Saúde e Segurança, Operacional, Ambiental, Social e de Governança), de acordo com o Planejamento Estratégico e os principais apontamentos de Negócio. O impacto do risco pode ser classificado em 4 escalas, sendo elas: Muito Alto, Alto, Médio e Baixo.

Para compor a análise de probabilidade, são utilizados dados históricos e na existência de mitigadores (controles), para apuração do risco residual. A probabilidade de materialização dos riscos pode ser classificado em quatro escalas: Muito Alta, Alta, Média e Baixa.

As métricas para avaliar o impacto, a probabilidade e a exposição aos riscos são detalhadas em documento interno específico.

No resultado dessa avaliação, são identificados os riscos que impactam o planejamento estratégico da Companhia, permitindo a priorizarização daqueles que demandam tratamento e servindo de base para tomada de decisão.

Após a avaliação dos riscos, é definido o tratamento a ser adotado, considerando as seguintes ações: (i) Reduzir: implementar planos de ações/ controles que possam diminuir as causas ou as consequências dos riscos; (ii) Compartilhar: definir ações que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ ou impacto do risco, por meio da transferência ou compartilhamento total ou parcial do risco a terceiros; (iii) Eliminar: consiste em descontinuar ou não se envolver com uma situação de risco; e (iv) Aceitar: quando a perda potencial não justifica as ações mitigatórias, o custo da ação ultrapasse a exposição ao risco, ou por estratégia do negócio, sendo necessária a aprovação formal da instância de reporte conforme a classificação final do risco.

O monitoramento inclui a apresentação da evolução dos planos de ação/ controles e na definição de

novas ações para condução e/ ou mitigação. A prorrogação dos prazos para a implementação dos planos de ação será permitida apenas com a devida autorização da instância responsável, acompanhada de sua correspondente justificativa.

iii. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Desde 2019, temos avançado significativamente na gestão de riscos, fortalecendo nossa estrutura de Governança, Riscos e Compliance (GRC) para garantir maior consistência na gestão de riscos corporativos, mantendo-nos alinhados às normas e aos melhores *frameworks* do mercado.

Durante 2024, conduzimos um estudo aprofundado sobre os riscos relativos a ESG, complementando as análises de risco conduzidas anteriormente na Iguatemi.

Em 2025, com a constituição da Gerência de Riscos e Controles Internos (subordinada à Gerência Executiva de ESG que se reporta a VP Jurídica), fortalecemos de forma significativa nossa jornada de gestão de riscos com uma revisão abrangente da Matriz de Riscos Corporativos, adotando como base metodológica os referenciais ISO 31000 e COSO ERM. O trabalho envolveu *benchmarking* do setor, entrevistas com os principais executivos da empresa, conselheiros e membros de comitês estatutários, além da atualização da Política de Gestão de Riscos, da revisão das réguas de impacto e probabilidade e da definição dos parâmetros de apetite a risco.

Avaliamos os riscos de forma transversal, considerando de maneira integrada os impactos financeiros, operacionais, reputacionais, de saúde e segurança, e trazendo para a análise também os impactos ESG. A matriz foi construída com a participação ativa das áreas de negócio, do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, do Comitê de Riscos e Compliance e Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, resultando na captura e avaliação de diversos fatores de risco quanto a impacto e probabilidade.

A matriz consolidou, de forma integrada, os riscos estratégicos, operacionais, climáticos e socioambientais, tornando-se um insumo central para o reporte corporativo. Esse processo reforçou a conexão entre governança, estratégia e sustentabilidade, assegurando que indicadores, metas e iniciativas reflitam de maneira consistente os riscos materiais da Companhia, bem como sua capacidade de resposta.

Como resultado desse trabalho, foi desenvolvido um dicionário corporativo de riscos elaborado especificamente para a Iguatemi, refletindo as suas características, a estratégia e a essência do seu modelo de negócios.

Os resultados dessa avaliação estão sendo usados para adequação do nosso relatório de sustentabilidade às exigências IFRS S1 e S2 e à resolução CVM nº 193.

O ano de 2025 também marcou a conclusão do protótipo interno do relatório climático alinhado ao IFRS

S2. Riscos climáticos materiais, como escassez hídrica, interrupções de energia e eventos extremos que possam impactar a operação, foram identificados e passarão a integrar a agenda de monitoramento contínuo.

Diante dos avanços alcançados, a Gerência de Riscos e Controles Internos consolidou-se como peça central na governança corporativa da Companhia, com atuação transversal e visão independente das áreas de negócio. Além da atualização da Matriz de Riscos, compete à área:

- Disseminar o conhecimento de gestão de riscos aos colaboradores e integrantes dos órgãos independentes, com o objetivo de promover a cultura de gerenciamento de riscos, via trilha de capacitação por nível hierárquico, além de workshops ou outras capacitações que se julgue necessárias;

- Propor diretrizes para a estrutura de governança corporativa de gestão de riscos da Companhia, incluindo metodologia, processos, sistemas, entre outros;

- Estabelecer e manter atualizada a Política e Procedimento de Gestão de Riscos, bem como os padrões e mecanismos próprios de reporte de informações;

- Assegurar que os gestores de riscos identifiquem, mitiguem e monitorem os riscos da Companhia, garantindo a integridade dos controles internos;

- Avaliar periodicamente os planos de ação, realizando testes e ajustes necessários, conforme reuniões com os gestores de riscos, e estabelecendo prazos e responsáveis pela execução e reporte das ações mitigatórias;

- Aprimorar a metodologia de cálculo do apetite a risco, avaliando a probabilidade e o impacto dos riscos mapeados da Companhia;

- Colaborar com os executivos e integrantes dos órgãos independentes na discussão sobre a definição do apetite a risco aceitável da Companhia;

- Coordenar e monitorar o processo de identificação e avaliação dos riscos junto aos executivos da Companhia;

- Atualizar e revisar periodicamente os fatores de risco, especialmente quando houver atualizações no planejamento estratégico e/ou quando ocorrerem fatos relevantes;

- Acompanhar e reportar mudanças na criticidade dos riscos ao Comitê de Riscos e Compliance, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas (quando requerido) e Conselho de Administração;

- Apresentar ao Comitê de Riscos e Compliance e ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas (quando requerido) os riscos a serem priorizados e os planos de ação propostos; e

- Avaliar periodicamente a Matriz de Riscos da Companhia com uma visão independente da área de negócio, consolidada, abrangente (considerando eventuais riscos emergentes) e integrada, bem como o apetite a riscos, recomendando ao Comitê de Riscos e Compliance os ajustes e atualizações necessárias.

Temos uma estrutura integrada de Gestão de Riscos, sendo as principais instâncias de reporte, o Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento, além de possuir uma área de Auditoria Interna, independente, com reporte para o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, responsável por avaliar a eficácia do processo de gestão de riscos.

A estrutura de gestão de riscos da Iguatemi está organizada com base no modelo das Três Linhas: a Primeira Linha é composta pelas Áreas de Negócios, responsáveis por gerenciar seus riscos, implementar medidas de mitigação e assumir a responsabilidade por eles; a Segunda Linha é formada pela área de Riscos e Controles Internos, que supervisiona a identificação, a avaliação e o monitoramento dos riscos corporativos e avalia o desenho dos controles internos, e pela área de Compliance, que assegura a conformidade com leis, regulamentos, políticas internas e padrões éticos; e a Terceira Linha é a Auditoria Interna, que fomenta a avaliação imparcial e independente da gestão de riscos, identificando os controles que precisam ser implementados.

A partir de 2026, o tratamento e monitoramento dos riscos passam a ser realizados periodicamente, com base no vencimento dos planos de ação e indicadores mensais, sendo reportados mensalmente ao COMEX (Comitê Executivo) periodicamente ao Conselho de Administração e aos comitês que o assessoram para este tema – Comitê de Riscos e Compliance, Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e Comitê de Pessoas, Cultura e ESG.

A seguir, são apresentadas as atribuições dos órgãos e áreas responsáveis pela condução do processo de gestão de riscos de acordo com a Política:

Conselho de Administração:

- Aprovar as diretrizes da estrutura de governança corporativa de gestão de riscos da Companhia, incluindo metodologia, políticas, processos, sistemas, integração com o Planejamento Estratégico, entre outros, quando devidamente recomendados pelo Comitê de Riscos e Compliance;

- Monitorar o cumprimento das metodologias estabelecidas, as ações mitigatórias e os planos de ação dos riscos inerentes, especialmente aqueles que extrapolam o apetite ao risco da Companhia;

- Apoiar as ações de conscientização dos gestores e colaboradores sobre a importância da gestão de riscos e a responsabilidade atribuída aos envolvidos no gerenciamento dos riscos da Companhia; e

- Assegurar a adequada gestão desta política, bem como a efetividade e a continuidade de sua aplicação.

Comitê de Riscos e Compliance

- Avaliar o processo de gerenciamento de riscos, incluindo metodologia, processos, sistemas, política e mecanismos de reporte, solicitando ajustes quando necessário e recomendando ao Conselho de Administração;

- Acompanhar o mapeamento realizado pela gestão da Companhia, de todos os tipos de riscos relevantes, classificando-os segundo seus graus de impacto, sua probabilidade de ocorrência, sua origem e sua sensibilidade a ações preventivas ou mitigantes;

- Reportar ao Conselho de Administração as exceções às diretrizes do processo de Gestão de Riscos e outros assuntos considerados relevantes;

- Acompanhar o planejamento da Gerência de Riscos e Controles Internos, solicitando ajustes quando necessário, monitorando a execução do trabalho e avaliando a qualidade e efetividade do processo;

- Avaliar e monitorar as exposições e o gerenciamento dos riscos da Companhia;

- Verificar se a administração está adotando os controles necessários para o gerenciamento de riscos que se julgue necessário um plano de ação para redução da sua exposição; e

- Recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos.

Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, solicitando reporte periódicos para conhecimento e eventual contribuição;

- Opinar e recomendar, quando requerido, no processo de gerenciamento de riscos desde que devidamente acordado com o Comitê de Riscos e Compliance;

- Opinar e recomendar, quando requerido, ações para disseminação da cultura de gestão de riscos.
- Acompanhar as atividades de controles internos, uma vez que os planos de ação sejam implementados e façam parte da Matriz de Riscos e Controles (MRC); e

- Garantir que o Plano de Auditoria Interna está baseado na Matriz de Riscos da Iguatemi.

Comitê de Pessoas, Cultura e ESG

- Conhecer e contribuir na definição da régua de impacto ESG (Ambiental, Social e Governança) para classificação dos riscos estratégicos;

- Acompanhar o monitoramento realizado pelos donos de riscos conjuntamente com a Gerência de Riscos e Controles Internos as exposições das categorias de riscos/ fatores de riscos de ESG;

- Propor planos de ação para mitigação de riscos ESG, quando requerido pelos donos dos riscos e/ ou Gerência de ESG.

Diretoria/ VPS e CEO

- Participar do processo de gerenciamento de riscos da Iguatemi, em concordância com a Política (papéis, responsabilidades, processos, entre outros) e garantir que esteja alinhado às boas práticas de Gestão de Riscos;

- Auxiliar na disseminação da cultura do gerenciamento de risco;

- Conhecer e contribuir na definição do apetite a risco (impacto financeiro), assim como nos demais critérios qualitativos;

- Conhecer e contribuir na revisão do dicionário de riscos estratégicos;

- Indicar os riscos que serão priorizados para avaliação do Comitê de Riscos e Compliance e aprovação do Conselho de Administração; e

- Promover periodicamente ciclos de avaliação e revisões ao processo de gerenciamento de riscos (agentes internos ou externos), de modo a assegurar a eficácia do gerenciamento e do monitoramento dos riscos.

Donos dos Riscos

- Gerenciar os riscos sob sua responsabilidade, identificando alterações nos ambientes externos e internos que possam impactá-los e avaliando a necessidade de planos de ação para garantir o correto tratamento;

- Implementar as ações necessárias para a mitigação dos riscos, com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de ação validado pela Gerência de Riscos e Controles Internos;

- Realizar revisões técnicas periódicas dos riscos, dos fatores a eles relacionados, das respostas e das avaliações dos riscos;

- Reportar periodicamente à Gerência de Riscos e Controles Internos sobre a evolução dos riscos sob sua responsabilidade, mudanças significativas nos fatores de risco ou em qualquer outra característica, além da identificação de novos riscos anteriormente não mapeados; e

- Manter um ambiente de controle efetivo sobre os riscos sob sua responsabilidade, evidenciando as ações implementadas.

Auditoria Interna

De acordo com a definição do Instituto dos Auditores Internos (IIA), a Auditoria Interna na Companhia deve examinar e auditar a conformidade dos atos e fatos administrativos, avaliando processos, controles internos e gerenciamento de riscos. Assim, ela atuará como a Terceira Linha, apoiando a estruturação e o funcionamento adequado da Primeira Linha (Áreas de Negócios) e da Segunda Linha (Controles Internos e Gestão de Riscos), ou seja, ela analisa as duas linhas anteriores de forma independente, identificando as oportunidades de melhoria aplicáveis.

c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado no item anterior, constituímos a Gerência de Riscos e Controles Internos (subordinada a Gerência Executiva de ESG que se reporta a VP Jurídica), que assessora a Administração, o Conselho de Administração e seus órgãos de assessoramento na avaliação dos controles internos, visando verificar a adequação destes controles e atividades atuais com as práticas e diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pela Companhia.

Além disso, possuímos uma área de Auditoria Interna, independente, com reporte para o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, responsável por avaliar a eficácia do processo de gestão de riscos.

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração é responsável pela manutenção e estabelecimento dos controles internos da Companhia, com objetivo de fornecer a suas partes interessadas maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

O Sistema de Controles Internos da Iguatemi tem como objetivo assegurar a mitigação de riscos de natureza estratégica, financeira e operacional, garantindo um elevado padrão de desempenho e mantendo altos níveis de governança corporativa, transparência, credibilidade e criação de valor para os *stakeholders*. Também visa fortalecer a cultura de controles internos, promovendo a disseminação dos conceitos e metodologias adotadas, garantindo maior engajamento e eficácia na aplicação dos controles. Para assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota práticas e controles internos adequados, que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras.

Além disso, a área de Riscos e Controles Internos atua de forma conjunta e consultiva junto às áreas de negócio para mapeamento de processos, consequentemente avaliação de risco e possível avaliação da conformidade destes controles com documentos normativos internos e regulamentação aplicável.

O Sistema de Controles Internos foi construído seguindo as recomendações do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission),* sendo o processo estruturado nas seguintes etapas: (i) planejamento e definição do escopo; (ii) mapeamento dos processos e identificação dos controles internos; (iii) avaliação do desenho dos controles internos (*walkthroughs*); (iv) repositório dos controles internos, documentados por meio de Fluxograma ou Narrativa Processual e Matriz de Riscos e Controles (MRC); e (v) desenho dos planos de ação; e (vi) monitoramento dos planos de ação (*follow-up*).

A área de Riscos e Controles Internos elabora anualmente o Plano Anual de Controles Internos, que considera os riscos relevantes apresentados na matriz de riscos, o relatório de recomendações da auditoria independente, as fragilidades identificadas no âmbito de Compliance e o Relatório do Sistema de Controles Internos do ano anterior. O referido plano é aprovado pela Vice-Presidência Jurídica e submetido ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas e Comitê de Riscos e Compliance.

Contamos ainda, com a área de Auditoria interna, independente, que é responsável por conduzir o plano anual de auditoria baseado no mapa de riscos e controles internos, sendo tal plano também submetido

aos comitês competentes.

Devido às limitações inerentes, os controles internos sobre os relatórios financeiros podem não prevenir ou não detectar algumas deficiências. Os controles internos fornecem segurança razoável, mas não absoluta, de que os objetivos da Companhia serão alcançados, podendo ser comprometidos por atos fraudulentos, julgamentos equivocados, negligência ou falhas nos processos. Além disso, as projeções sobre qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles internos possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições existentes.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, da mesma forma, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e submetidas a avaliação de Auditoria Independente.

Com base na sua avaliação, a Administração não identificou mudanças relevantes em seus controles internos sobre relatórios financeiros que ocorreram durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira, principal responsável pelas demonstrações financeiras, conta com o suporte da Área de Contabilidade e Fiscal, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observação das normas contábeis aplicáveis.

A área de Riscos e Controles Internos é responsável pelo mapeamento dos processos para identificação de riscos operacionais e os respectivos controles internos, bem como acompanhar os planos de ação dos controles não implementados, reportando à Gerência Executiva de ESG/ VP Jurídica, prestando contas mensalmente ao COMEX (Comitê Executivo) e, periodicamente ao Comitê de Riscos e Compliance e Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas. A Auditoria Interna é responsável pela revisão deste processo, riscos e controles, inclusive com responsabilidade de auditar as atividades da área de Riscos e Controles Internos.

A estrutura de controles internos da Companhia está organizada com base no modelo das Três Linhas do IIA (Instituto dos Auditores Internos): a Primeira Linha é composta pelas Áreas de Negócios, responsáveis por garantir a execução dos controles internos existentes, a implantação de novos controles e os aprimoramentos necessários; a Segunda Linha é formada pela área de Controles Internos, que monitora, avalia e fortalece os processos, prestando assistência e apoio à Primeira Linha no gerenciamento de riscos; e a Terceira Linha é a Auditoria Interna, que analisa as duas linhas anteriores de forma independente,

identificando oportunidades de melhoria aplicáveis.

(c) Forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

. Com a criação da Gerência de Riscos e Controles Internos, a partir de 2025, essa supervisão passou a ser responsabilidade da referida área.

A Companhia não possui deficiências significativas. Em relação às deficiências não-significativas apontadas todas possuem plano de ação, responsável e data de implantação. A área de Riscos e Controles Internos acompanha a implementação dos planos de ação por meio de *follow-up* regulares e avaliação final no vencimento do prazo estabelecido. A prorrogação dos prazos para a implementação dos planos de ação é permitida apenas com a devida autorização da instância responsável, acompanhada de sua correspondente justificativa. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar nas demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 nossa auditora externa, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., obteve o entendimento dos controles internos sobre relatórios financeiros com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Nossa auditora comunicou à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos que, na avaliação da administração da Companhia e da auditora, não se configuram como deficiências significativas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas deficiências significativas no relatório circunstanciado elaborado pelo auditor independente. As recomendações nele contidas referem-se a oportunidades de aprimoramento em controles e processos internos que, na avaliação da administração, não representam riscos relevantes à operação da Companhia nem comprometem a integridade do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Ainda assim, a

administração adota as medidas cabíveis para o contínuo aperfeiçoamento de seus controles internos, endereçando os pontos de recomendação apresentados pelo auditor independente.

5.3 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia conta com um Programa de Integridade que estabelece as premissas e regras que regem o tema Integridade do Grupo, baseado nas ações PREVENIR, DETECTAR e RESPONDER, sendo dividido em nove pilares: Aderência e Suporte da Alta Administração, Avaliação de Riscos, Código de Conduta Ética e Políticas, Comunicação e Treinamento, *Due Diligence*, Canal de Ética, Controles Internos, Apurações e Reporte e Monitoramento. O Programa foi submetido à aprovação do Conselho de Administração da Companhia em 31 de agosto de 2022, tendo a sua revisão sido aprovada pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2025.

Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia também aprovou a Política Anticorrupção e de Relacionamento com Órgãos Públicos revisada.

As regras vigentes se aplicam a todos os *stakeholders* dos negócios da Companhia e demais empresas do grupo, notadamente diretores, conselheiros, colaboradores, lojistas, clientes, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços e consumidores. As políticas se aplicam à prevenção de fraudes nos âmbitos público e privado.

Possuímos um processo de avaliação de riscos formal relativo à conformidade, no qual mapeamos os riscos e estabelecemos controles e ações mitigatórias. Entendemos que o procedimento é adequado ao perfil de riscos relativos aos nossos negócios. O Código de Conduta Ética e as políticas são reavaliadas periodicamente (em média a cada 2 anos), para adaptação às situações e às mudanças identificadas em nosso negócio. Possuímos um canal de denúncias, conforme mencionado abaixo no item b.

Nesse sentido, a Companhia implementou em 2025 plataforma para avaliação de 100% dos fornecedores, avaliados como risco baixo, médio e alto, sendo que os de risco médio e alto obrigatoriamente passavam pela análise da área de Compliance.

A Companhia e a sua subsidiária Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. possuem um Comitê de Ética que é responsável por monitorar o funcionamento e a eficiência dos mecanismos de integridade. As atribuições do Comitê são: zelar e definir os princípios éticos, avaliar as denúncias de casos de violação

do Código de Conduta Ética, políticas e normas da Companhia e suas controladas e legislação vigente e recomendar as ações a serem tomadas, deliberar e esclarecer dúvidas, verificar como serão tratadas situações não previstas no Código de Conduta Ética, garantir o sigilo do denunciante, quando solicitado por este, recomendar as providências em casos de caracterização de conflitos de interesses e tratar os assuntos levados ao seu conhecimento dentro do mais absoluto sigilo.

A Companhia e a sua subsidiária Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. realizam treinamento anual dos colaboradores em relação aos temas do Código de Conduta Ética e das políticas relacionadas por meio de workshops, palestras, treinamentos presenciais e on-line e games. Realizam também campanhas de divulgação anuais sobre ética e sobre o canal de denúncias, destinadas ao público interno e ao público externo (lojistas/clientes, fornecedores e prestadores de serviços). Em 2025 a Companhia lançou campanha específica sobre assédio e importunação sexual, com comunicados e ativações para reforçar a importância do tema. Os colaboradores reafirmam anualmente o seu compromisso com o Código de Conduta Ética e demais políticas e normas da Companhia e da subsidiária Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. por meio da assinatura do Termo de Compromisso.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao Código de Conduta e políticas relacionadas estão previstas no próprio Código de Conduta Ética (Aplicação de Medidas Disciplinares).

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Conselho de Administração conta com a atuação dos Comitês de Ética, de Auditoria e Partes Relacionadas e de Riscos e Compliance para auxiliá-lo no acompanhamento do gerenciamento dos riscos. Ainda, a Companhia conta com uma área de Auditoria Interna que se reporta diretamente ao Comitê de Auditoria

A Companhia possui um Comitê de Ética, o qual tem dentre suas atribuições: (i) avaliar as situações de descumprimento do Código de Conduta Ética para recomendar eventuais ações a serem tomadas; (ii) esclarecer, revisar periodicamente e decidir sobre situações não contempladas no Código de Conduta Ética; (iii) gerir o Canal de Ética e acompanhar o andamento das apurações e investigações que tenham sido demandadas pelo Comitê de Ética; e (iv) direcionar para criação e/ou atualização.

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é composto por 3 (três) membros, sendo todos independentes, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, a critério do Conselho de Administração. Compete ao referido Comitê de Auditoria, entre outras matérias eventualmente sugeridas pelo Conselho de Administração, possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento

de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos interno, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

A Companhia também possui equipe de Auditoria Interna com reporte ao Comitê acima mencionado, composto por 1 (um) gerente e 1 (um) especialista.

A Companhia possui um Comitê de Riscos e *Compliance* instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Riscos e *Compliance* é composto por 3 (três) membros, sendo 1 (um) independente, com mandato de 2 (dois) ano(s), renovável, a critério do Conselho de Administração.

Em relação às diversas funções do Comitê de Riscos e *Compliance*, destacam-se: (a) propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de comprometimento, assim como medida de proteção de riscos financeiros, mercadológicos e operacionais; (b) acompanhar o mapeamento realizado pela gestão da Companhia, de todos os tipos de riscos relevantes, classificando-os segundo seus graus de impacto, sua probabilidade de ocorrência, sua origem e sua sensibilidade a ações preventivas ou mitigantes; (c) recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos; (d) acompanhar ações preventivas e mitigantes, em sintonia com pareceres de auditoria e áreas de controles internos; (e) avaliar os resultados das atividades de compliance e assegurar sua efetividade; (f) recomendar procedimentos diante de constatação de erros e quaisquer outras inadequações; (g) promover a cultura de integridade na Companhia, com base em valores éticos e no código de conduta, disponibilizando regras claras e práticas; (h) capacitar gestores e equipes da Companhia para que conduzam os negócios sempre de maneira ética, garantindo que a cultura de compliance seja a base da estratégia, metas e objetivos da Companhia; e (i) fiscalizar, exigir e garantir o cumprimento das legislações, do código de ética e conduta e demais políticas da Companhia, assim como acompanhar e monitorar o canal de denúncias.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Conduta Ética, cuja última atualização foi realizada em junho de 2023, bem como uma Política Anticorrupção, que foi publicada pela primeira vez em agosto de 2015, e revisada em 2021 e em 2025, tendo sido submetida à aprovação do Conselho de Administração da Companhia em 12 de dezembro de 2025. As versões vigentes destes documentos encontram-se disponível no site de Relações com Investidores da Companhia: https://ri.iguatemi.com.br/codigo-de-conduta-e-etica.

O Código se aplica a todos os *stakeholders* dos negócios da Companhia e demais empresas do grupo, ou seja: diretores, conselheiros, colaboradores, lojistas, clientes, parceiros, fornecedores e prestadores de serviços e consumidores

O Comitê de Ética é o órgão responsável por determinar as sanções aplicáveis e a companhia implementou, ainda em 2025, uma política de gestão de consequências. Violações ao Código de Ética, normas e leis aplicáveis, após devidamente denunciadas via Canal de Ética, apuradas e comprovadas, estarão sujeitas às seguintes sanções, sem prejuízo da comunicação às autoridades competentes nas hipóteses de improbidade administrativa e ilícitos penais:

1. Advertência verbal ou escrita;
2. Cumprimento do plano de ação aplicável (feedback, rescisão de relação comercial, bloqueio de fornecedor, etc.); e
3. Suspensão ou demissão.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia e suas controladas possuem um canal de denúncias operado por empresa independente e especializada. O canal de denúncias está aberto para recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

O Canal de Ética do Grupo Iguatemi é administrado por uma empresa independente, a Áliant no Brasil, que possui a experiência necessária para que informações sobre situações como, por exemplo, má conduta, fraude e desvios de recursos, possam ser relatadas de maneira segura e, se desejada, anônima. Todas as denúncias são apuradas de acordo com processo formalmente estabelecido nas "Diretrizes de Apuração de Denúncias" do Grupo, aprovadas pelo Comitê de Ética, que é responsável pelo monitoramento do processo e garante a não-retaliação a denúncias feitas de boa-fé.

O canal de denúncias encontra-se disponível no site http:// https://www.canaldeetica.com.br/iguatemi/ , telefone 0800-450 2220, e-mail: iguatemi@canaldeetica.com.br ou, ainda, caixa postal 521 - CEP 06320-971, Barueri – SP. O Departamento Jurídico, por meio da Gerência de Governança e Compliance é o responsável pela apuração das denúncias.

Em linha com o Código de Conduta Ética da Iguatemi e demais normas internas que regem o Canal de Ética:

1. Mecanismos de proteção ao anonimato do denunciante

O Canal de Ética da Iguatemi é operado por **empresa terceira, independente e especializada** (Aliant/ICTS), que recebe, registra e tria todas as denúncias, garantindo **confidencialidade, anonimato (caso o denunciante opte por não se identificar), acesso multicanais e acompanhamento do relato**. O sistema utilizado pela empresa terceira opera sob política de **não rastreabilidade**, não armazenando IP, número de telefone ou quaisquer dados que permitam a identificação do denunciante que opte pelo anonimato.

O Canal está disponível pelos seguintes meios:

- Portal: www.canaldeetica.com.br/iguatemi/
- E-mail: iguatemi@canaldeetica.com.br
- Telefone: 0800-450-2220 (atendimento humano de segunda a sexta, das 9h às 17h, e secretária eletrônica nos demais dias e horários)
- Caixa Postal: Barueri – SP – CP 521 – CEP 06320-971

Caso o denunciante opte por se identificar, seus dados são mantidos em sigilo para resguardar a lisura do processo investigativo. **Somente a empresa independente, a área de Compliance e os membros do Comitê de Ética têm acesso às informações**, sendo que todos firmam **Termo de Confidencialidade** que reforça o compromisso de sigilo e prevê consequências em caso de descumprimento.

2. Proteção contra retaliações

O Código de Conduta Ética é expresso ao estabelecer que **não será tolerado qualquer ato que prejudique direta ou indiretamente o denunciante, vítima ou informante** que, por fundamentada suspeita, denuncie ou coopere no curso da apuração. Adicionalmente, as Diretrizes para Apuração de Denúncias e Matriz de Consequências preveem que **qualquer pessoa que pratique ou pretenda praticar atos de retaliação contra denunciante, independentemente de seu nível hierárquico, estará sujeita a medidas disciplinares**, que podem incluir advertência, suspensão e até desligamento, sem prejuízo das esferas cível e criminal.

3. Feedback ao denunciante

O denunciante recebe, ao final do registro, um **protocolo individual** que permite o acompanhamento do status da denúncia diretamente no portal do Canal de Ética, mediante senha de acesso. Por meio desse protocolo, o denunciante pode interagir com a equipe responsável, complementar informações e obter retorno sobre o tratamento dispensado ao relato.

4. Órgão/área responsável pelo recebimento e apuração das denúncias

A estrutura de tratamento das denúncias envolve os seguintes agentes, com papéis distintos e complementares:

- **Empresa terceira independente (Aliant/ICTS):** recepção, registro e triagem das denúncias, com garantia de sigilo, anonimato e imparcialidade.
- **Departamento Jurídico, por meio da Gerência de Governança e Compliance:** órgão **responsável pela condução da apuração** das denúncias, conduzindo as investigações internas, propondo medidas mitigatórias e acompanhando os planos de ação.
- **Comitê de Ética:** órgão de natureza consultiva e deliberativa, ao qual cabe avaliar os casos relevantes, deliberar sobre dúvidas de interpretação do Código, **recomendar as medidas disciplinares cabíveis** (considerando atualidade, unicidade e proporcionalidade da consequência) e garantir o sigilo e a confidencialidade dos assuntos.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não teve nenhum caso dessa natureza nos últimos 3 exercícios sociais.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Todos os controles que possuímos foram explicitados na seção 5.3, item a.

5.4 - Alterações significativas

No último exercício social, a companhia tem acompanhado as alterações no mercado e na marcação dos ativos financeiros durante o ano. Monitoramos as consequências desde o início de tributação imposta pelos EUA, além disso, no mercado de capitais, notamos leve aumento do *spread over* tanto nas emissões do mercado primário quanto do secundário, movimento também verificado no mercado de dívidas bancárias. A Companhia continua acompanhando os fatores externos que possam causar volatilidades e realizando o monitoramento dos riscos de mercado, por meio das medidas dispostas no item 5.1.

Além disso, não houve alteração significativa nos fatores internos relacionados aos principais fatores de risco descritos no item 4.2, uma vez que os lojistas continuaram com crescimento forte de vendas, com custo de ocupação, inadimplência e descontos baixos e os estabelecimentos da Companhia também se mantiveram com alta taxa de ocupação ao longo do ano de 2025. Adicionalmente, também não houve nenhuma alteração significativa na regulamentação dos shopping centers.

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 - Outras informações relevantes

Tecnologias e Processos de Segurança da Informação

Com intuito de se proteger contra-ataques cibernéticos e garantir a segurança de seus sistemas e de suas informações, a Companhia utiliza das ferramentas e conduz, periodicamente, os testes abaixo:

CloudFlare – Ferramenta para mitigar riscos de invasões cibernéticas nas nossas aplicações expostas à internet. A CloudFlare filtra os acessos para bloquear requisições não legítimas que objetivam indisponibilizar o serviço. As funcionalidades dessa ferramenta contemplam o WAF – Web Application Firewall e AntiDDoS (Distributed Denied of Services).

Mastercard Risk Recon – Ferramenta de monitoramento contínuo que avalia, de fora para dentro, o nível de exposição de segurança dos sites da Iguatemi e de seus fornecedores visíveis na internet. O score gerado indica o quão segura está essa exposição externa — e atualmente os ativos monitorados da Iguatemi apresentam score A.

Netskope – Atua como proxy web corporativo, inspecionando e controlando todo o tráfego de internet dos usuários da Iguatemi. Com ele, aplicamos as políticas de segurança de navegação, bloqueando acessos não autorizados, e temos visibilidade sobre o uso e comportamento dentro do ambiente Microsoft 365.

Checkpoint Harmony Mail – É uma camada de proteção instalada diretamente dentro do e-mail corporativo da Iguatemi — no Microsoft 365 — que inspeciona automaticamente todas as mensagens que chegam aos colaboradores antes que elas sejam abertas. Diferente de filtros tradicionais de spam, ele utiliza Inteligência Artificial e Machine Learning para identificar ameaças sofisticadas como phishing, links maliciosos e anexos perigosos, aprendendo continuamente com novos padrões de ataque. O time de segurança acompanha ativamente os alertas gerados, atuando em conjunto com a automação da ferramenta.

Falcon Crowdstrike – Solução de proteção instalada em todos os computadores e servidores da Iguatemi. Ele monitora continuamente o comportamento dos dispositivos, detectando ameaças em tempo real — inclusive ameaças desconhecidas. Os alertas são acompanhados ativamente pelo time de segurança e integrados ao SIEM, permitindo uma resposta coordenada a incidentes.

Pentest – Realizamos testes de penetração continuamente. Através de parceiros especialistas a área de segurança da informação da Iguatemi mapeia todas as vulnerabilidades e reporta em comitê para que sejam corrigidas.

Comitê de Avaliação de Riscos de TI – As áreas de Segurança da Informação, Infraestrutura e Desenvolvimento, se encontram periodicamente em comitê para acompanhamento dos riscos do ambiente de tecnologia e alinhamento estratégico para manter os serviços seguros.

Conscientização Corporativa– Promovemos continuamente uma cultura de segurança da informação para todos os colaboradores da Iguatemi, por meio de três frentes estruturadas: (i) treinamentos e reciclagens periódicas sobre boas práticas; (ii) testes de phishing simulados, que medem o nível de atenção dos colaboradores e transformam o erro em aprendizado; e (iii) e pílulas de alertas e boas práticas, com conteúdos curtos e objetivos distribuídos regularmente para toda a empresa.

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

AZVALOR BLUE CHIPS FI | 0.162 % 212

AZVALOR CAPITAL FI | 0.018 % 212

AZVALOR INTERNACIONAL FI | 3.629 % 213

AZVALOR LUX SICAV - ALTUM FAITH - CONSISTENT EQUIT | 0.093 % 213

AZVALOR LUX SICAV - AZVALOR INTERNATIONAL | 0.467 % 214

AZVALOR MANAGERS F.I. | 0.085 % 214

AZVALOR VALUE SELECTION SICAV SA | 0.026 % 215

BlackRock | 2.557 % 215

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A. | 0.033 % 216

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

DIANA JEREISSATI LEGEY | 1.123 % 216

FOURTH SAIL CAPITAL US LP | 2.684 % 217

GJ Investimentos e Participações S.A. | 41.264 % 217

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

Grande Moinho Cearense S.A. | 0.072 % 218

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

ITAÚ USA ASSET MANAGEMENT, INC. | 3.022 % 218

Kalila Representações Comerciais Ltda | 0.229 % 219

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

LFJ Participações Ltda | 0.019 % 219

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

LIA RIBEIRO JEREISSATI | 1.122 % 220

MLRJ Imobiliária S.A. | 0.005 % 220

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

NORGES BANK | 1.531 % 221

Oceana Investimentos Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda | 3.821 % 221

RADAR GESTORA DE RECURSOS LTDA. | 5.228 % 222

SHARP CAPITAL GESTORA DE RECURSOS | 3.34 % 222

Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”) | 0 % 223

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

SQUADRA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS | 2.738 % 223

VERA RIBEIRO JEREISSATI | 1.125 % 224

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Ações Tesouraria	224
Outros	225
Total	225

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.

ALEXANDRE JEREISSATI LEGEY | 0.084 % 234

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 25.823 % 234

PEDRO JEREISSATI | 74.093 % 235

Ações Tesouraria 235

Outros 236

Total 236

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

ANWOLD INVESTIMENTOS INC | 19.396 % 238

Beekman Holding Ltd | 25.109 % 238

↳ Ir para Estrutura Acionária Completa

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 45.963 % 239

CARLOS JEREISSATI | 0.766 % 239

ERIKA JEREISSATI ZULLO | 0.766 % 240

MARIA CLARA COELHO JEREISSATI | 7.232 % 240

PEDRO JEREISSATI | 0.766 % 241

Ações Tesouraria 241

Outros 242

Total 242

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Beekman Holding Ltd

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 100 %	244
Ações Tesouraria	244
Outros	245
Total	245

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 0.177 % 246

DIANA JEREISSATI LEGEY | 0.043 % 246

GJ Investimentos e Participações S.A. | 3.896 % 247

JPSul Participações e Representações Comerciais S.A. | 0.885 % 247

Kalila Representações Comerciais Ltda | 85.304 % 248

LIA RIBEIRO JEREISSATI | 0.043 % 248

VERA RIBEIRO JEREISSATI | 0.043 % 249

Ações Tesouraria 249

Outros 250

Total 250

Legendas — Acionista Controlador — Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 16.499 % 255

CFJ BRASÍLIA LTDA | 10.531 % 255

DIANA JEREISSATI LEGEY | 24.323 % 256

LIA RIBEIRO JEREISSATI | 24.323 % 256

VERA RIBEIRO JEREISSATI | 24.323 % 257

Ações Tesouraria 257

Outros 258

Total 258

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

LFJ Participações Ltda

	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 99.986 %	260
	PEDRO JEREISSATI | 0.014 %	260
Ações Tesouraria		261
Outros		261
Total		261

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

MLRJ Imobiliária S.A.

DIANA JEREISSATI LEGEY | 33.333 % 262

LIA RIBEIRO JEREISSATI | 33.333 % 262

VERA RIBEIRO JEREISSATI | 33.333 % 263

Ações Tesouraria 263

Outros 264

Total 264

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para índice

Resumo Estrutura Acionária

Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI | 0 % 269

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. | 100 % 269

Ações Tesouraria 270

Outros 270

Total 270

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

AZVALOR BLUE CHIPS FI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**27.289.865/0001-76**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
652.130	**0,085 %**	**1.304.260**	**0,300 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.956.390	**0,162 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

AZVALOR CAPITAL FI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**23.854.520/0001-67**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
72.286	**0,009 %**	**144.572**	**0,033 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
216.858	**0,018 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

AZVALOR INTERNACIONAL FI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**23.854.521/0001-01**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
14.594.897	**1,893 %**	**29.189.794**	**6,705 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
43.784.691	**3,629 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

AZVALOR LUX SICAV - ALTUM FAITH - CONSISTENT EQUIT

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**65.791.530/0001-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
372.160	**0,048 %**	**744.320**	**0,171 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.116.480	**0,093 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

AZVALOR LUX SICAV - AZVALOR INTERNATIONAL

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**25.028.584/0001-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.878.069	**0,244 %**	**3.756.138**	**0,863 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.634.207	**0,467 %**	**15/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

AZVALOR MANAGERS F.I.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**32.314.936/0001-83**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
341.059	**0,044 %**	**682.118**	**0,157 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.023.177	**0,085 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

AZVALOR VALUE SELECTION SICAV SA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**27.074.175/0001-08**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
102.904	**0,013 %**	**205.808**	**0,047 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
308.712	**0,026 %**	**03/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

BlackRock

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**10.979.208/0001-58**	**Estados Unidos**	**Sim**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Citibank DTVM S.A.	**Pessoa Jurídica**	**33.868.597/0001-40**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
8.988.822	**1,166 %**	**21.852.906**	**5,019 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
30.841.728	**2,557 %**	**24/09/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**12.353.252/0001-83**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
396.900	**0,051 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
396.900	**0,033 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

DIANA JEREISSATI LEGEY

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**010.328.603-91**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.551.830	**1,758 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.551.830	**1,123 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

FOURTH SAIL CAPITAL US LP

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**		**Estados Unidos**	**Sim**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
TORDESILHAS CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.	**Pessoa Jurídica**	**30.791.155/0001-54**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
10.792.400	**1,400 %**	**21.584.800**	**4,958 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
32.377.200	**2,684 %**	**06/10/2026**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

GJ Investimentos e Participações S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**00.257.427/0001-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
490.697.470	**63,645 %**	**7.092.200**	**1,629 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
497.789.670	**41,264 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

Grande Moinho Cearense S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**07.199.805/0001-55**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
870.120	**0,113 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
870.120	**0,072 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

ITAÚ USA ASSET MANAGEMENT, INC.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**		**Estados Unidos**	**Sim**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Itaú Unibanco S.A.	**Pessoa Jurídica**	**60.701.190/0001-04**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
12.153.500	**1,576 %**	**24.307.000**	**5,583 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
36.460.500	**3,022 %**	**13/05/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

Kalila Representações Comerciais Ltda

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**42.583.484/0001-99**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.429.770	**0,185 %**	**1.327.740**	**0,305 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.757.510	**0,229 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LFJ Participações Ltda

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**08.547.822/0001-07**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
224.060	**0,029 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
224.060	**0,019 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

LIA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**113.005.073-49**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.534.540	**1,755 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.534.540	**1,122 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

MLRJ Imobiliária S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**07.199.797/0001-47**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
65.160	**0,008 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
65.160	**0,005 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

NORGES BANK

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**05.839.607/0001-83**	**Noruega**	**Sim**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
Trench, Rossi e Watanabe Advogados	**Pessoa Jurídica**	**61.576.369/0001-31**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.430.929	**0,704 %**	**13.034.710**	**2,994 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
18.465.639	**1,531 %**	**13/05/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Oceana Investimentos Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**09.326.542/0001-23**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
15.366.290	**1,993 %**	**30.732.580**	**7,059 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
46.098.870	**3,821 %**	**13/05/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

RADAR GESTORA DE RECURSOS LTDA.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**17.776.271/0001-36**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
RADAR GESTORA DE RECURSOS LTDA.	**Pessoa Jurídica**	**17.776.271/0001-36**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
21.024.700	**2,727 %**	**42.049.400**	**9,658 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
63.074.100	**5,228 %**	**13/05/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
11.138.100	**33,353 %**	**1,445 %**	**0,923 %**
22.276.200	**33,353 %**	**5,117 %**	**1,847 %**

Acionista

SHARP CAPITAL GESTORA DE RECURSOS

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**27.957.477/0001-16**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
SHARP CAPITAL GESTORA DE RECURSOS	**Pessoa Jurídica**	**27.957.477/0001-16**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.431.931	**1,742 %**	**26.863.862**	**6,170 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
40.295.793	**3,340 %**	**13/05/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
22.496.230	**33,682 %**	**5,167 %**	**1,865 %**
11.248.115	**33,682 %**	**1,459 %**	**0,932 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**51.693.299/0001-48**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.000	**0,001 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
6.000	**0,000 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

SQUADRA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**09.267.871/0001-40**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
SQUADRA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS	**Pessoa Jurídica**	**09.267.871/0001-40**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
11.008.700	**1,428 %**	**22.017.400**	**5,057 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
33.026.100	**2,738 %**	**06/06/2025**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
22.017.400	**32,965 %**	**5,057 %**	**1,825 %**
11.008.700	**32,965 %**	**1,428 %**	**0,913 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Acionista

VERA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**043.131.943-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
13.566.750	**1,760 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
13.566.750	**1,125 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.442.454	**0,317 %**	**736.308**	**0,169 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.178.762	**0,264 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

IGUATEMI S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
117.996.598	**15,305 %**	**187.742.840**	**43,123 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
305.739.438	**25,344 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
770.992.429	**100,000 %**	**435.368.756**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.206.361.185	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social
33.394.915	**100,000 %**	**1,445 %**	**0,924 %**
66.789.830	**100,000 %**	**5,123 %**	**1,848 %**

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR BLUE CHIPS FI

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR CAPITAL FI

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR INTERNACIONAL FI

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR LUX SICAV - ALTUM FAITH - CONSISTENT EQUIT

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR LUX SICAV - AZVALOR INTERNATIONAL

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR MANAGERS F.I.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

AZVALOR VALUE SELECTION SICAV SA

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

BlackRock

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.

Acionista

ALEXANDRE JEREISSATI LEGEY

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**954.529.077-34**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,084 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,084 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
306	**25,823 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
306	**25,823 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

PEDRO JEREISSATI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**273.475.308-14**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
878	**74,093 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
878	**74,093 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.185	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.185	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

FOURTH SAIL CAPITAL US LP

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Acionista

ANWOLD INVESTIMENTOS INC

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**05.560.090/0001-99**	**Ilhas Virgens (Britânicas)**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
165.332.712	**19,396 %**	**41.333.178**	**19,396 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
206.665.890	**19,396 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Beekman Holding Ltd

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**41.273.456/0001-02**	**Ilhas Virgens (Britânicas)**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
214.032.648	**25,109 %**	**53.508.162**	**25,109 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
267.540.810	**25,109 %**	**23/03/2021**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
391.790.744	**45,963 %**	**97.947.686**	**45,963 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
489.738.430	**45,963 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CARLOS JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**146.626.458-67**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.533.336	**0,766 %**	**1.633.334**	**0,766 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
8.166.670	**0,766 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Acionista

ERIKA JEREISSATI ZULLO

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**135.520.678-25**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.533.336	**0,766 %**	**1.633.334**	**0,766 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
8.166.670	**0,766 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

MARIA CLARA COELHO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**503.308.168-37**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
61.644.240	**7,232 %**	**15.411.060**	**7,232 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
77.055.300	**7,232 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Acionista

PEDRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**273.475.308-14**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
6.533.336	**0,766 %**	**1.633.334**	**0,766 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
8.166.670	**0,766 %**	**30/11/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
852.400.352	**100,000 %**	**213.100.088**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.065.500.440	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ANWOLD INVESTIMENTOS INC

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Beekman Holding Ltd

Acionista

Ir para Estrutura Acionária Completa

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.000	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.000	**100,000 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Beekman Holding Ltd

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.000	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.000	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
81.244	**0,183 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
81.244	**0,177 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

DIANA JEREISSATI LEGEY

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**010.328.603-91**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
19.710	**0,044 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
19.710	**0,043 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

Acionista

GJ Investimentos e Participações S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**00.257.427/0001-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.789.209	**4,025 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.789.209	**3,896 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

JPSul Participações e Representações Comerciais S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**53.344.297/0001-79**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
406.588	**0,915 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
406.588	**0,885 %**	**29/12/2015**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

Acionista

Kalila Representações Comerciais Ltda

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**42.583.484/0001-99**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
39.174.657	**88,119 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
39.174.657	**85,304 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LIA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**113.005.073-49**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
19.710	**0,044 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
19.710	**0,043 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

Acionista

VERA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**043.131.943-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
19.710	**0,044 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
19.710	**0,043 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.945.621	**6,626 %**	**1.466.960**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
4.412.581	**9,609 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Grande Moinho Cearense S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
44.456.449	**100,000 %**	**1.466.960**	**100,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
45.923.409	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

GJ Investimentos e Participações S.A.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

JPSul Participações e Representações Comerciais S.A.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

ITAÚ USA ASSET MANAGEMENT, INC.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.807.610	**16,499 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.807.610	**16,499 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

CFJ BRASÍLIA LTDA

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**33.499.275/0001-70**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.153.798	**10,531 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.153.798	**10,531 %**	**02/05/2019**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

Acionista

DIANA JEREISSATI LEGEY

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**010.328.603-91**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.664.790	**24,323 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.664.790	**24,323 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LIA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**113.005.073-49**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.664.790	**24,323 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.664.790	**24,323 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

Acionista

VERA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**043.131.943-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
2.664.790	**24,323 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
2.664.790	**24,323 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Kalila Representações Comerciais Ltda

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
10.955.778	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
10.955.778	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

CFJ BRASÍLIA LTDA

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LFJ Participações Ltda

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
816.899	**99,986 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
816.899	**99,986 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

PEDRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**273.475.308-14**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
115	**0,014 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
115	**0,014 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

LFJ Participações Ltda

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
817.014	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
817.014	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MLRJ Imobiliária S.A.

Acionista

DIANA JEREISSATI LEGEY

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**010.328.603-91**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.170.520	**33,333 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.170.520	**33,333 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

LIA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**113.005.073-49**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.170.519	**33,333 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.170.519	**33,333 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MLRJ Imobiliária S.A.

Acionista

VERA RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**043.131.943-04**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1.170.519	**33,333 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1.170.519	**33,333 %**	**01/03/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

MLRJ Imobiliária S.A.

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
3.511.558	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
3.511.558	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

NORGES BANK

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Oceana Investimentos Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

RADAR GESTORA DE RECURSOS LTDA.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

SHARP CAPITAL GESTORA DE RECURSOS

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)

Acionista

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Sim	**Não**	**000.365.013-87**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
1	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
1	**0,000 %**	**21/06/2017**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Acionista

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.

Ir para Estrutura Acionária Completa

Dados Acionista:

Acionista controlador	Participa de acordo de acionistas	CPF/CNPJ/Passaporte	Nacionalidade	Acionista Residente no Exterior
Não	**Não**	**51.218.147/0001-93**	**Brasil**	**Não**

Nome Acionista	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ
N/A	**N/A**	**N/A**

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.563.038	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.563.038	**100,000 %**	**03/01/2018**

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)

Ações Tesouraria

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Ir para Estrutura Acionária Completa

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
5.563.039	**100,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
5.563.039	**100,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

Voltar para Resumo Estrutura Acionária

SQUADRA INVESTIMENTOS GESTÃO DE RECURSOS

Ações Tesouraria

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Outros

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Total

Detalhamento de Ações Unidade:

Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %
0	**0,000 %**	**0**	**0,000 %**

Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	Última data de alteração
0	**0,000 %**	

Classe de Ação

Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social

Legendas Acionista Controlador Participa de Acordo de Acionistas

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	16/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	32.123
Quantidade acionistas pessoa jurídica	192
Quantidade investidores institucionais	807

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	235.057.375	30,488%
Quantidade preferenciais	426.747.708	98,020%
Total	661.805.083	54,860%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ADEOTI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. ("ADEO")	17.879.626/0001-12	100
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. (“AGSC”)	91.340.117/0001-70	36
AEMP - ADMINISTRADORA DE EMPREENDIMENTOS LTDA. (“AEMP”)	03.186.025/0001-10	100
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda. ("AEST")	10.140.678/0001-23	100
Amuco Shopping Ltda. (“Amuco”)	31.527.575/0001-90	100
ATOW Administradora de Torres Ltda. ("ATOW")	10.917.368/0001-72	100
AZ BRASIL COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ("AZBR")	27.842.667/0001-98	100
BBH HIGIENOPOLIS LTDA. ("BBHP") (B)	09.567.010/0001-88	100
BPY HIGI EMPREENDIMENTOS LTDA. ("BPYE") (B)	22.819.663/0001-75	100
BPY HIGI PARTICIPAÇÕES LTDA. ("BPYP") (B)	22.819.680/0001-02	100
BRASC SHOPPING CENTERS S.A. ("BRAS") (B)	31.422.025/0001-07	100
CDG COMERCIO VAREJISTA LTDA. ("CDGA") (B)	56.707.190/0001-36	100
CS41 Participações Ltda. ("CS41")	09.631.610/0001-68	100
CSC132 COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ("POLO")	17.643.338/0002-45	100
CSC142 PARTICIPAÇÕES LTDA ("OLSC")	17.681.778/0001-06	100

6.4 Participação em sociedades

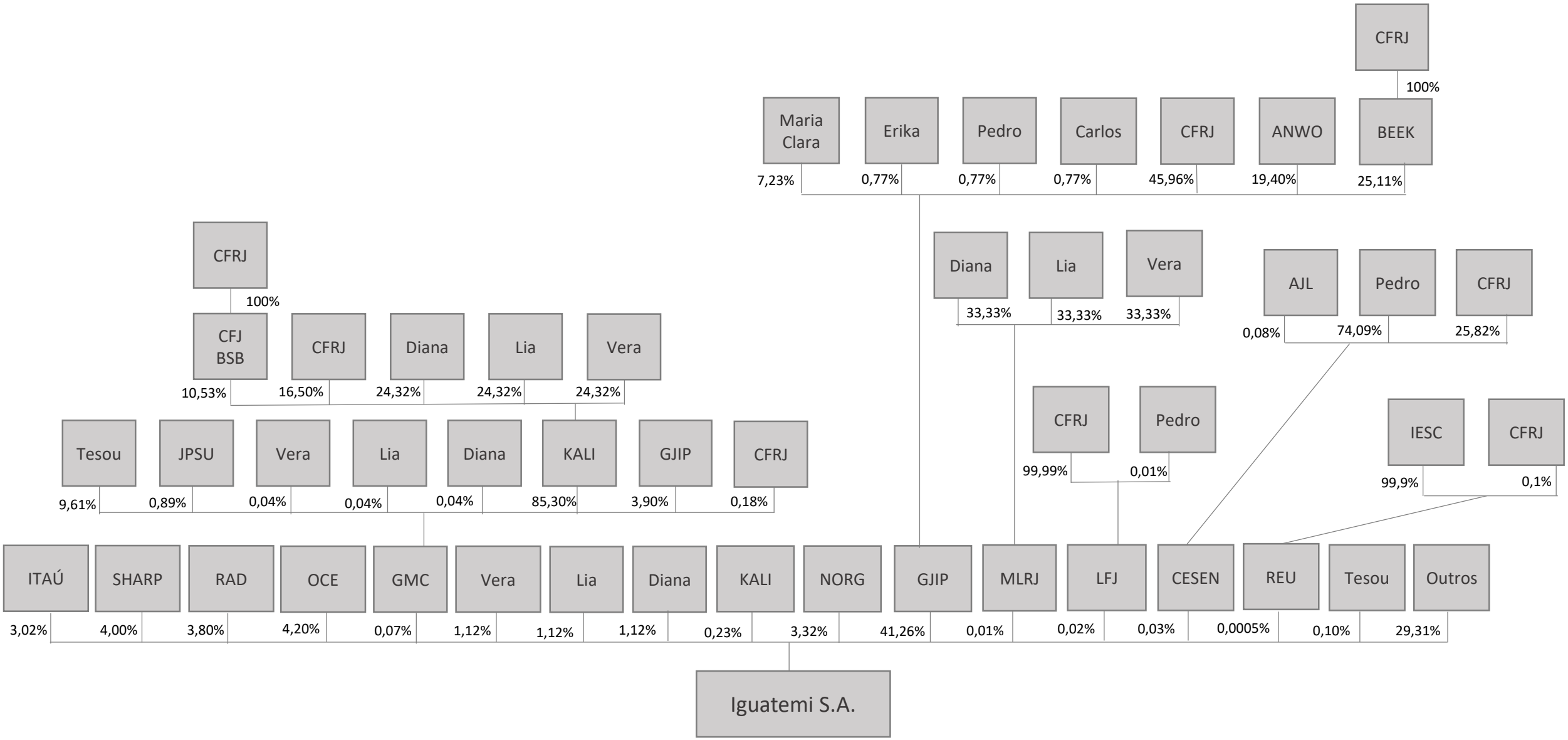
Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CSC61 Participações Ltda. ("CSC61")	10.140.685/0001-25	100
DOMINIQUE COMERCIO DE COSMETICOS E SERVIÇOS DE BELEZA LTDA. ("DOMI") (B)	20.055.871/0001-10	100
DV BRASIL COMÉRCIO VAREJISTA LTDA (“DV BRASIL”)	09.168.086/0001-30	100
EDSP66 Participações S/A	08.663.971/0001-23	100
FLEURY ALLIEGRO IMÓVEIS LTDA. (“FLEURY”)	53.725.073/0001-07	80
GALLERIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (“01GL”)	08.329.739/0001-53	100
I-Retail Serv. Consult. de Moda e Particip. Ltda. ("I-Retail")	09.168.232/0001-28	100
Iguatemi 365 Ltda. ("I365")	11.428.403/0001-52	100
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	51.218.147/0001-93	100
Iguatemi Estacionamentos Ltda. (“IESTA”)	00.971.735/0001-62	100
IGUATEMI LEASING LTDA. (“IGUATEMI LEASING”)	08.696.096/0001-86	100
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda. (“OLNH”)	14.796.511/0001-76	100
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda. (“JK ADM”)	14.716.363/0001-32	100
JK Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (JKIG)	09.087.221/0001-13	100
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("JKES")	14.716.354/0001-41	64

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. (“Lasul”)	30.509.707/0001-99	100
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“MPPart”)	09.421.035/0001-79	100
Market Place Torres Ltda. ("MPT")	10.140.613/0001-88	100
MILAN COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ("MILA")	33.877.982/0001-53	100
ODIVELAS SP PARTICIPAÇÕES S.A. (“OSPP”) (A)	10.904.339/0001-76	52
Ork Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("ORKE")	17.163.430/0001-27	100
PRAIA DE BELAS DECK PARKING LTDA (“PBES”)	08.150.737/0001-00	100
RIVIERA COMÉRCIO VAREJISTA LTDA. ("VILE")	27.885.312/0002-67	100
SAROL COMERCIO DE COSMESTICOS E PERFUMARIA LTDA. ("SARO") (B)	22.087.904/0001-39	100
SCIALPHA Participações Ltda. (“SCIALPHA”)	09.015.646/0001-17	100
SCIRP Participações Ltda. ("SCRP")	10.140.603/0001-42	100
Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda. (“SCRB”)	51.693.299/0001-48	100
SISP Participações S.A. (“SISP”)	48.435.754/0001-09	100
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda. (“SJRP”)	09.719.913/0001-37	100
SPH 1 Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“SPHI”)	20.289.232/0001-19	100

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ULTRAPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. ("ULTR") (B)	43.837.426/0001-07	100
VENTURE IGUATEMI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR	47.699.783/0001-07	100



% calculado sobre as ações totais das Companhias

Para a leitura deste organograma, considerar a legenda a seguir:

- Carlos Francisco Ribeiro Jereissati (“CFRJ”)
- GJ Investimentos e Participações S.A. (“GJIP”)
- Pedro Jereissati (“Pedro”)
- Carlos Jereissati (“Carlos”)
- Erika Jereissaiti Zullo (“Erika”)
- Maria Clara Coelho Jereissati (“Maria Clara”)
- Diana Jereissati Legey (“Diana”)
- Alexandre Jereissati Legey (“AJL”)
- Vera Ribeira Jereissati (“Vera”)
- Anwold Invest Inc (“ANWO”)
- Beekman Resources Ltd (“BEEK”)
- Kalila Representações Comerciais Ltda (“KALI”)
- MLRJ Imobiliária S.A. (“MLRJ”)
- JP Sul Participações e Representações Comerciais S.A. (“JPSU”)
- Cesena SP Empreendimentos Imobiliários S.A.
- Shopping Center Reunidos do Brasil Ltda (“REU”)
- Norges Bank (“NORG”)
- Oceana Investimentos Administadora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda (“OCE”)
- Radar Gestora de Recursos Ltda. (“RAD”)
- Sharp Capital Gestora de Recursos (“SHARP”)
- Itaú USA Asset Management, Inc. (“ITAÚ”)

6.6 - Outras informações relevantes

A Companhia informa que, em razão da ausência, até a presente data, de determinadas informações necessárias para a identificação da condição de investidor não residente, incluindo os dados e o CNPJ de seu representante legal no Brasil, os fundos geridos pela AZ Valor foram cadastrados de forma provisória no sistema para viabilizar o cumprimento do prazo regulamentar de atualização do Formulário de Referência.

A adoção desse procedimento ocorreu em alinhamento com as orientações recebidas da equipe de suporte da B3 e teve como único objetivo permitir a tempestiva apresentação das informações regulatórias exigidas.

A Companhia esclarece, ainda, que, tão logo receba do acionista as informações complementares necessárias, realizará a reapresentação do documento, promovendo as atualizações cabíveis para refletir adequadamente a condição do investidor.

7.1 - Descrição das principais características dos órgãos da administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O Estatuto Social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) eleger e destituir os Diretores, bem como fixar as suas atribuições e distribuir a remuneração fixada pela Assembleia Geral entre os administradores da Companhia;

(iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

(iv) convocar as Assembleias Gerais e as Assembleias Especiais;

(v) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

(vi) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;

(vii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

(viii) autorizar a contratação de qualquer operação que envolva valores superiores a R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), montante este que será atualizado ao final de cada exercício social pela variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE, ou por índice que venha a substituí-lo em caso de sua extinção, relacionadas com a: (i) aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis ou investimentos detidos pela Companhia; e (ii) contratação de empréstimos ou financiamentos pela Companhia, na condição de mutuante ou mutuária;

(ix) aprovar a participação da Companhia no capital de outras sociedades assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;

(x) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xi) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, observando-se os limites do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia;

(xii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

(xiii) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;

(xiv) dispor, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento;

(xv) decidir o teor do voto a ser proferido pela Companhia em assembleias gerais ordinárias e/ou extraordinárias, reuniões prévias de acionistas ou quotistas, reuniões de sócios, e/ou em qualquer outra reunião de sociedades das quais a Companhia venha a ser titular de participação societária;

(xvi) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM. O parecer do

Conselho de Administração deve abranger a opinião fundamentada favorável ou contrária à aceitação da oferta pública, alertando que é de responsabilidade de cada acionista a decisão final sobre tal oferta;

(xvii) aprovar e reformar o código de ética e conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) remuneração; (iii) indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária; (iv) gerenciamento de riscos; e (v) transações com partes relacionadas;

(xviii) aprovar o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(xix) designar os membros do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, do Comitê de Finanças e Alocação de Capital, do Comitê de Comitê de Pessoas, Cultura e ESG e do Comitê de Riscos e Compliance e dos demais Comitês que vierem a ser instituídos pelo Conselho de Administração; e

(xx) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria, conforme previsto em Lei ou no Estatuto Social da Companhia.

Além disso, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração, suas atribuições incluem: (i) promover e observar o objeto social da Companhia e de suas controladas; (ii) zelar pelos interesses dos acionistas, sem perder de vista as demais partes interessadas (stakeholders); (iii) adotar uma estrutura de gestão competente, composta por profissionais qualificados e de reputação ilibada; (iv) zelar pela perenidade da Companhia, dentro de uma perspectiva de longo prazo e de sustentabilidade, que incorpore considerações de ordem econômica, social, ambiental e de boa governança corporativa, na definição dos negócios e operações; (v) formular diretrizes para a gestão da Companhia e de suas controladas, que serão refletidas no orçamento anual; (vi) cuidar para que as estratégias e diretrizes sejam efetivamente implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferir em assuntos operacionais; e (vii) prevenir e administrar situações de conflito de interesses ou divergência de opiniões, de maneira que o interesse da Companhia sempre prevaleça.

Diretoria

Compete à Diretoria, além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia ou na legislação:

(a) ao **Diretor Presidente**, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições: (i) determinar e promover a execução e implementação das políticas, estratégias, orçamentos, projetos de investimentos e demais condições do plano de negócios da Companhia, bem como estabelecer o modelo de gestão da Companhia e supervisionar sua execução pelos demais Diretores, coordenando suas atividades; (ii) organizar, dirigir e controlar a gestão global das unidades da Companhia, exercendo acompanhamento e análise da performance individual de cada shopping center, de forma a garantir os objetivos da Companhia; (iii) representar e promover a Companhia perante a comunidade da localidade de cada shopping center; (iv) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (v) exercer as demais atribuições que lhe foram conferidas por este Estatuto Social, pelo Conselho de Administração; e (vi) manter permanente coordenação da atuação dos demais Diretores, traçando as diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Companhia;

(b) ao **Diretor Sem Designação Específica que desempenhará as atribuições de Relações com Investidores**, incluindo-se, mas não limitadas às seguintes atribuições: (i) divulgar e comunicar à CVM, e, se for o caso, à B3, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação, além de outras atribuições definidas pelo Conselho de Administração; (ii) prestar informações aos investidores, e (iii) manter atualizado o registro da Companhia, tudo em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM;

(c) aos **Diretores Sem Designação Específica**: desempenhar as funções e atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, na consecução do objeto social da Companhia, incluindo a condução de projetos relacionados à sustentabilidade.

Compete à Diretoria exercer as atribuições que a Lei, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia:

(i) zelar pela observância da Lei, do Estatuto Social da Companhia, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores

independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iii) submeter proposta ao Conselho de Administração para abertura de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;

(iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia;

(v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas no Estatuto Social, nos limites de suas atribuições;

(vii) assinar contratos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da sociedade, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, respeitadas as restrições previstas no item (viii) do Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia;

(viii) aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, notadamente as restrições previstas no item (viii) do Artigo 28 do Estatuto Social da Companhia; e

(ix) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias.

De acordo com o Regimento Interno da Diretoria, suas atribuições incluem, ainda: (a) coordenar e organizar os trabalhos dos Diretores, bem como propor as atribuições dos Diretores; (b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria; e (c) representar a Companhia, ativa e passivamente, em conjunto com outro Diretor, na forma do Estatuto Social da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente, mas foi instalado neste exercício social e tem, além das atribuições previstas em Lei, as previstas no Estatuto Social.

Além disso, o Regimento Interno do Conselho Fiscal prevê como atribuições do Conselheiro Fiscal: (i) comparecer às reuniões do Conselho Fiscal; (ii) estudar e relatar processos, emitindo pareceres formais, quando necessário; (iii) tomar parte nas discussões e votações; (iv) solicitar aos administradores da Companhia qualquer informação considerada indispensável para a boa execução do respectivo mandato; (v) denunciar aos órgãos da administração os erros ou fraudes que descobrirem e recomendar providências úteis à Companhia; (vi) comparecer às Assembleia Geral de Acionistas, espontaneamente ou quando solicitado pelos órgãos da administração; (vii) comparecer às reuniões do Conselho de Administração, quando solicitado pelos órgãos da administração, relativas a (a) relatório anual da Administração, (b) às modificações do Capital Social, (c) à emissão de debêntures ou bônus de subscrição, (d) à definição de planos de investimentos ou orçamentos de capital, (e) à distribuição de dividendos, (f) à transformação, incorporação, fusão ou cisão, e (g) às demonstrações financeiras do exercício social; e (viii) exercer outras atribuições legais relativas às funções do Conselho Fiscal.

Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas

A Companhia possui um Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é composto por 3 membros, sendo todos independentes, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, a critério do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê, entre outras matérias eventualmente sugeridas pelo Conselho de Administração: (a) opinar sobre a contratação e destituição de serviços de auditoria independente; (b) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (e) avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transação com partes relacionadas; (f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) acompanhar alterações nas práticas e procedimentos contábeis.

A Companhia também possui equipe de Auditoria Interna com reporte ao Comitê acima mencionado, composto por um gerente, um especialista e um analista pleno.

Comitê de Finanças e Alocação de Capital

A Companhia possui um Comitê de Finanças e Alocação de Capital instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Finanças e Alocação de Capital é composto por 3 membros, sendo 1 (um) independente, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, a critério do Conselho de Administração.

O Comitê de Finanças e Alocação de Capital possui as seguintes funções e responsabilidades: (a) supervisionar a área financeira da Companhia; (b) acompanhar a implantação de sistema de controle que estabeleça condições de segurança para o modelo de gestão adotado pela Companhia; (c) acompanhar a estrutura de capital e efetuar sugestões de modificação; (d) analisar propostas de investimento, desinvestimento e financiamento; (e) acompanhar os trabalhos das áreas correlatas na Companhia e recomendar procedimentos que promovam melhoria na geração de indicadores; (f) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro; (g) Referendar, acompanhar a implantação e o cumprimento das políticas de endividamento, definição de *covenants* contratuais, concessão de garantias, definição de caixa mínimo, política de aplicação financeiras e investimentos, política de contratação de seguros; (h) analisar a matriz de riscos financeiros, medidas de proteção e limites de comprometimento; (i) analisar o conteúdo de matérias de divulgação de resultados; (j) analisar os orçamentos anuais e plurianuais da Companhia possui, dentre suas funções e responsabilidades, supervisionar a área financeira da Companhia; (k) acompanhar a implantação de sistema de controle que estabeleça condições de segurança para o modelo de gestão adotado pela Companhia; (l) acompanhar a estrutura de capital e efetuar sugestões de modificação; e (m) analisar propostas de investimento, desinvestimento e financiamento e auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos e na definição de estratégias a serem adotadas pela Companhia no âmbito de sua política e planejamento financeiro.

Comitê de Pessoas, Cultura e ESG

A Companhia possui um Comitê de Pessoas, Cultura e ESG instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Pessoas, Cultura e ESG é composto por 3 membros, sendo 1 (um) independente, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, a critério do Conselho de Administração.

As atribuições do Comitê de Pessoas, Cultura e ESG são: (a) orientar o planejamento estratégico de gestão de pessoas, considerando os objetivos de negócios e os requisitos de transformação cultural e digital, necessários para manter a competitividade da Companhia; (b) elaborar e aprimorar as políticas e processos de recursos humanos e de gestão de pessoas; (c) recomendar políticas de cargos e critérios gerais de remuneração, bem como as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e das sociedades controladas; (d) propor e revisar as políticas de remuneração de curto e de longo prazo, fixa e variável, para todos os níveis da estrutura organizacional da Companhia e das sociedades controladas, incluindo planos de incentivo e sua aplicabilidade nos processos de recrutamento, desenvolvimento, promoção e retenção; (e) propor critérios para a avaliação do desempenho dos Diretores da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração, bem como contribuir com o processo de avaliação, com base nas metas e objetivos estabelecidos; (f) propor sistemas de avaliação de desempenho e programas de treinamento e desenvolvimento do quadro funcional das áreas de negócios e apoio; (g) propor e acompanhar plano de sucessão para os cargos de Diretores e outras posições estratégicas da estrutura da Companhia; (h) analisar e recomendar ao Conselho de Administração alterações na estrutura e modelo organizacional adotado pela Companhia; (i) avaliar a eficácia do processo de retenção de talentos e sua aderência com a cultura, valores e objetivos de negócios da Companhia; (j) examinar as novas políticas e acompanhar e revisar as políticas em vigor relacionadas aos temas de pessoas, cultura e organização; (k) monitorar os temas relacionados ao engajamento de pessoas, incluindo mobilidade e flexibilidade; e (l) recomendar ações que promovam e disseminam os valores e a cultura organizacional, alinhando-os aos propósitos orientadores da Companhia.

Comitê de Riscos e *Compliance*

A Companhia possui um Comitê de Riscos e *Compliance* instalado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022, sendo seus membros reeleitos na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2025.

O Comitê de Comitê de Riscos e *Compliance* é composto por 3 membros, sendo 1 (um) independente, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, a critério do Conselho de Administração.

Em relação às diversas funções do Comitê de Riscos e *Compliance*, destacam-se: (a) propor ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de comprometimento, assim como medida de proteção de riscos financeiros, mercadológicos e operacionais; (b) acompanhar o mapeamento realizado pela gestão da Companhia, de todos os tipos de riscos relevantes, classificando-os segundo seus graus de impacto, sua probabilidade de ocorrência, sua origem e sua sensibilidade a ações preventivas ou

mitigantes; (c) recomendar ações para disseminar internamente a cultura de sensibilidade a riscos; (d) acompanhar ações preventivas e mitigantes, em sintonia com pareceres de auditoria e áreas de controles internos; (e) avaliar os resultados das atividades de compliance e assegurar sua efetividade; (f) recomendar procedimentos diante de constatação de erros e quaisquer outras inadequações; (g) promover a cultura de integridade na Companhia, com base em valores éticos e no código de conduta, disponibilizando regras claras e práticas; (h) capacitar gestores e equipes da Companhia para que conduzam os negócios sempre de maneira ética, garantindo que a cultura de compliance seja a base da estratégia, metas e objetivos da Companhia; e (i) fiscalizar, exigir e garantir o cumprimento das legislações, do código de ética e conduta e demais políticas da Companhia, assim como acompanhar e monitorar o canal de denúncias.

(a) Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Política de Indicação da Companhia traz as diretrizes para indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria. A indicação deverá observar o disposto no Estatuto Social, nos Regimentos Internos vigentes do Conselho de Administração e dos Comitês, e, conforme o caso, no Código de Conduta Ética da Companhia e na legislação vigente, de forma a refletir e consolidar as estruturas existentes para a proteção dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com notável experiência técnica e profissional, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

O processo de indicação também deverá considerar, entre outros critérios, complementaridade de competências, diversidade, disponibilidade de tempo para o exercício da função e diversidade.

Os critérios que devem ser atendidos pelos membros indicados ao Conselho de Administração, incluindo os Conselheiros Independentes, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social, estão previstos na Política de Indicação.

Ressaltamos que será considerado, ainda, o conhecimento sobre as melhores práticas de governança corporativa, legislação societária, regulação, varejo, imobiliário, inovação, ESG e gerenciamento de riscos, visando à formação de um Conselho de Administração com múltiplas competências que possa atender a todas as demandas estratégicas do negócio da Companhia.

Em relação à Diretoria, o processo de indicação deve visar à formação de um grupo alinhado aos princípios e valores éticos da Companhia e tendo em vista a diversidade, almejando sua ocupação por pessoas com competências complementares e habilitadas para enfrentar os desafios da Companhia.

A eleição da Diretoria ocorrerá, preferencialmente, na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária ou daquela que se realizar após a vacância de um cargo de Diretor.

A proposta de reeleição dos membros da Diretoria deverá considerar sua avaliação periódica pelo Conselho de Administração.

Para os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração poderão ser indicados os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria da Companhia, bem como membros externos que não sejam administradores da Companhia, observado o disposto no Estatuto Social da Companhia.

Com relação aos Comitês, deverão ser observados os critérios de indicação estabelecidos nesta Política de Indicação, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração, quando da instalação do Comitê.

A indicação de nomes dos candidatos para membros dos Comitês será feita pelo Conselho de Administração.

A proposta de reeleição dos membros dos Comitês deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica dos membros dos Comitês.

A Política não trata da indicação dos conselheiros fiscal e pode ser consultada pelo link: https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1428018

Por fim, a Companhia esclarece que, em linha com o previsto no artigo 5º Anexo B ao Regulamento de Emissores da B3, a Política de Indicação da Companhia prevê expressamente que o processo de indicação de membros do Conselho de Administração e Diretores deverá considerar os critérios de diversidade e complementaridade de competências. Nada obstante, a Política de Indicação não contempla critérios objetivos do procedimento de indicação especificamente para assegurar a observância de tais critérios. A administração da Companhia está avaliando a pertinência e conveniência de incluir parâmetros objetivos para assegurar a observância de tais critérios, que constituem diretrizes gerais do processo de indicação, os quais poderão ser oportunamente incluídos na Política de Indicação por ocasião de sua revisão

(b) Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. A periodicidade das avaliações e sua abrangência

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é avaliado uma vez ao ano, ao final de cada exercício social , sendo que os seus membros avaliam o colegiado e a diretoria estatutária é avaliada uma vez por ano pelo CEO e pelo Comitê de pessoas. Em 2024 foi implementada a avaliação do Conselho de Administração, como colegiado, por meio de um questionário contendo itens como estrutura, tomada de decisão, composição e dinâmica, e interações entre os membros do conselho. Os demais órgãos de administração e o Conselho Fiscal ainda não possuem processo de avalição implementado.

ii. Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação é feita por meio de formulários individuais, que são encaminhados aos membros do Comitê da Auditoria. Tal avaliação é feita com o objetivo de constatar a efetividade do Comitê e o cumprimento ao seu regimento. No caso do Conselho de Administração, também são enviados formulários individuais para avaliação do colegiado. Os demais órgãos de administração e o Conselho Fiscal ainda não possuem avalição implementada.

iii. Se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não são contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações de Conflito de Interesses formalmente aprovada, conforme link abaixo: (https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1013515).

De acordo com a Política, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia, devendo o Administrador envolvido no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse declarar-se impedido, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas.

O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Nesse sentido, o Regimento Interno do Conselho de Administração prevê que é dever de todo Conselheiro declarar, previamente à deliberação, que, por quaisquer motivos, tem interesse particular ou conflitante com o da companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto, devendo (i) cientificar os demais membros do Conselho de Administração acerca de seu impedimento; e (ii) fazer consignar, na ata da respectiva reunião, a natureza e extensão do seu interesse.

(d) Por órgão:

i. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Informações prestadas em tabela no item 7.1(d).

ii. Número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Informações prestadas em tabela no item 7.1(d).

iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

Informações prestadas em tabela no item 7.1(d).

iv. Número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Houve declaração de 2 (duas) mulheres e 1 (uma) pessoa LGBTQIA+ no Conselho de Administração, composto por 8 membros. Não houve autodeclaração nesse sentido por parte dos Conselheiros Fiscais e membros dos Comitês. No momento, a Companhia opta por não reportar outros atributos de diversidade além dos já informados, por entender que estes fornecem uma visão geral adequada sobre a composição de seus membros.

(e) Se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia possui como diretriz, conforme previsto em sua Política de Indicação, que o processo de escolha de candidatos para a Diretoria e o Conselho de Administração promova a composição desses órgãos com membros de perfis diversos. Essa diversidade abrange, entre outros aspectos, gênero, cor, raça e trajetória profissional.

Adicionalmente, o processo de indicação deve considerar critérios como a complementaridade de competências, a disponibilidade de tempo para o exercício das funções e o compromisso com a diversidade.

(f) Papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia possui um Comitê de Riscos e Compliance com participação, inclusive de membros independentes, no qual o gerenciamento de riscos e controles é demonstrado (inclusive riscos e oportunidades relacionadas ao clima), apreciado e validado, assim como são definidos e deliberados as diretrizes e plano de trabalho direcionado ao gerenciamento dos riscos. Em última instância, este comitê se reporta ao Conselho de Administração.

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal; (iv) Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas; (v) Comitê de Finanças e Alocação de Capital; (vi) Comitê de Pessoas, Cultura e ESG; e (vii) Comitê de Riscos e Compliance, os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

O Comitê de Pessoas, Cultura e ESG tem como objetivo, entre outros, orientar o planejamento estratégico de gestão de pessoas, considerando os objetivos de negócios e os requisitos de transformação cultural, digital e de ESG. Este Comitê, acompanha os planos sucessórios da empresa, competitividade salarial, elabora e aprimora políticas e processos de recursos humanos, responsabilidade social e ambiental, recomenda políticas de cargos e critérios gerais de remuneração, propõe sistemas de avaliação de desempenho e programas de treinamento e desenvolvimento, acompanha a elaboração e a atualização periódica do relatório de sustentabilidade da Companhia, além de assessorar o Conselho de Administração no desenvolvimento e implementação da estratégia de ESG.

Adicionalmente, a Companhia elaborou seu relatório protótipo alinhado às normas IFRS S1 e S2, contemplando as dimensões de governança, estratégia, gestão de riscos, métricas e metas. Esse trabalho, validado nos Comitês Estatutários, reforça a preparação da Companhia frente às exigências regulatórias de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Por fim, contamos com uma Política de Sustentabilidade, aprovada pelo Conselho de Administração, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes estratégicas que orientam a atuação da Companhia em sustentabilidade, promovendo a integração dos fatores ESG à gestão de riscos, à geração de valor de longo prazo e à transparência corporativa. Além disso, a Política busca atender ao propósito e visão de sustentabilidade como direcionador da cultura organizacional, seguindo os princípios orientadores do Pacto Global do Brasil.

Os principais pontos a serem destacados da Política de Sustentabilidade são:

- Valorização da Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos - A Companhia rejeita todas as formas de discriminação e está comprometida em garantir e promover a diversidade, inclusão e a promoção dos direitos humanos;

- Ambientes Saudáveis e Humanizados - A Companhia assume o compromisso de realizar programas e atividades com suas lideranças e pessoas que contribuam para um ambiente de trabalho mais humanizado e saudável;

- Investimento Social Privado - A Companhia estrutura sua atuação de investimento social privado nos pilares de educação, cidades, cidadania e cultura, promovendo o desenvolvimento das comunidades onde está presente;

- Gestão Ambiental - O sistema de gestão ambiental integra em todas as áreas e processos o planejamento e a gestão, com foco na utilização sustentável dos recursos naturais e na redução das emissões de gases de efeito estufa; e

  Compromissos e transparência - A Companhia se compromete com a transparência e prestação de contas, alinhadas a compromissos internacionalmente reconhecidos, como o Pacto Global, Princípios das WEPs, GRI, SASB e GHG Protocol Brasil.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	2	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	4	0	0	0
TOTAL = 23	**5**	**18**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	5	0	0	0	0	0
TOTAL = 23	**0**	**23**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	5	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	5	0
Conselho Fiscal - Suplentes	0	5	0
TOTAL = 23	**0**	**23**	**0**

7.2 - Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

(a) Órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A Companhia possui 4 (quatro) Comitês Estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas; (ii) Comitê de Pessoas, Cultura e ESG; (iii) Comitê de Finanças e Alocação de Capital; e (iv) Comitê de Riscos e Compliance. As competências dos órgãos estão descritas no item 7.1 acima.

Ainda, a Companhia possui área de auditoria interna própria, que se reporta ao Comitê de Auditoria, que, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração, responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia.

(b) De que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Ao menos anualmente, a auditoria independente apresenta os resultados do seu trabalho ao Conselho de Administração, e ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, que assessora o Conselho de Administração. A auditoria também comparece de forma extraordinária em reuniões do Conselho de Administração, sempre que convocada.

O Conselho de Administração avalia o trabalho da auditoria independente por meio do Comitê de Auditoria, que é o órgão responsável por opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente. A Companhia possui política interna de contratação de serviços extra-auditoria, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia no seguinte link: https://ri.iguatemi.com.br/Download.aspx?Arquivo=SIDt+Ph0p2BWhZ8MCWvLBA==&linguagem=pt .

(c) Se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui um Comitê de Pessoas, Cultura e ESG, ao qual são submetidos temas e as estratégias nas frentes ambiental, social e de governança, que leva os temas ao conhecimento do Conselho de Administração. A Companhia possui também uma Comissão de Sustentabilidade, que se reporta ao Comitê em questão.

A Companhia mantém à disposição dos colaboradores o Canal de Ética, no qual poderá ser feita denúncia ao Comitê de Ética quanto a questões de conformidade incluindo temas relativos às matérias ESG, por meio de ligação telefônica/site/e-mail e caixa postal. As áreas que participam do processo de

apuração, quando não são os denunciados, são as áreas de compliance e Recursos Humanos e tudo é reportado ao Comitê de Ética.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ANA CRISTINA REMIGIO DE OLIVEIRA BASTOS **CPF:** 484.346.121-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 20/10/1973

Experiência Profissional: Nos últimos 5 anos, atuou como CEO da Amata e da Urbem. A Amata é uma empresa florestal com forte interface com comunidades, certificadores e autoridades. Na Urbem, liderou a captação de recursos para uma fábrica de madeira engenheirada no Estado do Paraná, que está em operação desde 2022. É Presidente do Conselho da Protendit, uma empresa de Concreto Protendido, na qual atua há pouco mais de 2 anos. É sócia de duas Consultorias, uma de estratégia empresarial e outra de engajamento, advocacy e capacitação.
A Sra. Ana Cristina Remigio de Oliveira Bastos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		16/04/2026	Não	17/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANA KARINA BORTONI DIAS **CPF:** 605.649.701-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Ciências Químicas **Data de Nascimento:** 28/09/1971

Experiência Profissional: Conselheira Independente de Administração. Bacharel em Ciências Químicas, com mestrado na mesma área pela Universidade de Brasília. Atuou por 19 anos em consultoria com foco no setor de finanças, programas de governança corporativa e transformações incluindo cultura digital e gestão de performance. Se tornou sócia da McKinsey amp; Company em 2010, onde trabalhou com alguns dos maiores conglomerados do Brasil até março de 2019. Logo após foi eleita Presidente do Conselho de Administração do Banco BMG, deixando o cargo em 2020 quando assumiu a cadeira de CEO na mesma instituição.A Sra. Ana Karina Bortoni Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Sim	31/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ANTONIO ADRIANO FARINHA CAMPOS **CPF:** 643.055.388-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 13/06/1952

Experiência Profissional: Membro Suplente do Conselho Fiscal. Formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1977, com mestrado em Economia do Desenvolvimento em 1980 pela Universidade de Paris I – Panthéon Sorbonne. Foi Superintendente da Cobal, Companhia Brasileira de Alimentos, do Ministério da Agricultura entre 1983 e 1987. Foi Perito da FAO/ONU entre 1987 e 1990. A partir de 1990, começou a prestar serviços para o Grupo Jereissati, principalmente para o Grande Moinho Cearense S.A., como diretor de Planejamento Estratégico. Em 1998, fundou a empresa Cirne amp; Campos Ltda., que atua no apoio da compra e abastecimento de indústrias de moagem de trigo. Atualmente é sócio gerente da Cirne amp; Campos e presta serviços para o Grande Moinho Cearense e Moinho Paulista.O Sr. Antonio Adriano Farinha de Campos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	26/04/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI **CPF:** 000.365.013-87 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/06/1946

Experiência Profissional: Presidente do Conselho de Administração. Graduado em Economia, tendo cursado seus dois primeiros anos na Universidade Federal do Rio de Janeiro e se formado pela Universidade Mackenzie de São Paulo em 1968. Ocupa o cargo de Presidente dos Conselhos de Administração das Empresas do Grupo Jereissati desde 1980, o qual compreende as empresas Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, Jereissati Participações S.A. (atual Iguatemi S.A.) e Grande Moinho Cearense S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo), Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia Vidraria Santa Marina (Grupo Saint Gobain) e Presidente do Conselho Executivo da ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), e membro do Conselho Consultivo do SECOVI (Sindicado das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais em São Paulo). Foi membro do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. de 1998 a 2012, do qual foi Presidente por 4 anos. Em 25/06/1986 recebeu o Título de Cidadão Paulistano pela Câmara Municipal de São Paulo. Em 21/04/1996 foi condecorado com a Medalha Tiradentes pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Em 21/04/2008 foi condecorado com a Grande Medalha da Inconfidência pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Em 22/03/2017 foi condecorado com a Medalha da Abolição pelo Governo do Estado do Ceará.O Sr. Carlos Francisco Jereissati declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Vice Presidente Cons. de Administração		17/04/2025	Sim	08/11/2006

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CARLOS JEREISSATI **CPF:** 146.626.458-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/09/1971

Experiência Profissional: Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital da Companhia. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV- EAESP 94), Carlos Jereissati Filho atua na Iguatemi Empresa de Shopping Centers desde 1997. De 2005 a 2021, assumiu a presidência da subsidiária da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., sendo principalmente responsável por decidir e implementar a estratégia da companhia. Dentre outras atividades, ao longo dos últimos dez anos, liderou o processo de abertura de capital e inaugurou oito novos empreendimentos. Adicionalmente, Carlos Jereissati foi presidente da ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers - entre 2002 e 2004. É membro do ICSC – International Council of Shopping Centers, do ULI - Urban Land Institute, membro conselheiro do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI, conselheiro da OSCIP Parceiros da Educação, Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável e de instituições como a Fundação Bienal de São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo e MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.O Sr. Carlos Jereissati declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 5 anos, não sofreu nenhuma condenação criminal. Também não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissionais ou comercial qualquer, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		17/04/2025	Sim	31/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CHARLES WILLIAM KRELL **CPF:** 293.581.675-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 09/02/1960

Experiência Profissional: Diretor sem designação específica. Responsável principalmente pela definição e implementação da estratégia operacional da Companhia, dentre outras atividades. Graduado em Administração de Empresas pela Cornell University em 1982. Atua desde 2000 na Companhia, tendo iniciado como Gerente Geral do Iguatemi São Paulo, passando em 2003 ao cargo de Diretor de Operações, sendo responsável pelos empreendimentos da Companhia na região Sul do país. O Sr. Charles Krell declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/11/2024	3 anos	Outros Diretores	Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.	05/11/2024		18/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CIRO ZICA NETO **CPF:** 825.916.951-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 11/10/1977

Experiência Profissional: Diretor Presidente, sendo responsável pela análise e tomada de decisões da estratégia comercial, operacional, financeira, de recursos humanos e de informática da Companhia, dentre outras atividades. Formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica – PUC em 2001, com MBA pela Fundação Getúlio Vargas – FGV e MBA In Company pela Dom Cabral. Ciro iniciou sua trajetória no Iguatemi em 2010, atuando como Gerente Geral por quase 3 anos e depois como Diretor de Operações por um período de 5 anos e posteriormente assumindo a Diretoria Comercial. Em março de 2020, retornou à C&A, onde ocupou a Diretoria de Desenvolvimento, Expansão, Vendas pelo Whatsapp e Programa de Afiliados por um período de 3 anos. Foi convidado a retornar à Iguatemi no início de 2023, para assumir a posição de Vice-presidente Comercial, com o intuito de reestruturar a área comercial da Iguatemi, conduzir as iniciativas de aumento de ocupação e eficiência comercial, bem como liderar o time responsável pela agenda de negócios com as principais marcas do varejo nacional e global. O Sr. Ciro Neto declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/03/2025	2 anos e 8 meses (até 05/11/2027)	Diretor Presidente / Superintendente		14/03/2025		14/03/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CLÁUDIO ANTÔNIO GONÇALVES **CPF:** 803.360.001-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Bancário **Data de Nascimento:** 19/12/1975

Experiência Profissional: Atual Diretor de Investimentos da Previ e Conselheiro de Administração das empresas. Formado em Direito com Pós-Graduação em Direito Público e MBA em Negócios Financeiros. Executivo com experiência em gestão patrimonial e de investimentos com sólida expertise nos mercados de private banking no Brasil e Estados Unidos, atuando na gestão negocial e estratégica de diversos segmentos de negócios.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		16/04/2026	Não	16/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DILENE RODRIGUES TEIXEIRA **CPF:** 093.555.328-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 19/03/1965

Experiência Profissional: Diretor sem designação específica. Responsável principalmente pela definição e implementação da estratégia jurídica da companhia, dentre outras atividades. Formada em Direito em 1987 pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com especialização na Legal School do International Council of Shopping Centers - ICSC - na Philadelphia e Pós-Graduação em Direito Civil pela FADISP - Faculdade Autônoma de Direito. Graduada em Letras - Português e Inglês - pela Universidade de São Paulo (1988). Atua no Jurídico Corporativo do Grupo Jereissati desde outubro de 1997, tendo assumido a Diretoria Jurídica em junho de 1998. Atuou no Banco Bandeirantes S/A, cuja atividade principal é o setor bancário, como Advogada Sênior do Setor Contencioso Civil e Comercial de 1989 a 1992; no escritório Tozzini, Freire, Teixeira e Silva Advogados como Advogada Sênior do Setor de Fusões e Aquisições e Negócios Imobiliários de 1992 a 1995 e no escritório Saraiva Almeida Advogados durante o ano de 1996. É conselheira da ABRASCE desde 2004. Nenhuma das empresas acima faz parte do grupo econômico da Companhia ou de sua controladora.A Sra. Dilene Rodrigues Teixeira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/11/2024	3 anos	Outros Diretores	Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.	05/11/2024		18/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ERIKA JEREISSATI ZULLO **CPF:** 135.520.678-25 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 17/10/1970

Experiência Profissional: Diretor sem designação específica. Erika Jereissati Zullo, graduada em Administração de Empresas em 1993 pela Universidade Makenzie – SP com pós graduação em Comunicação e Marketing pela ESPM. Participou de vários cursos de especialização no exterior, destacando-se: Leasing II (International Council of Shopping Centers, Curso de Varejo (NY- USA), Curso Management (Michigan -USA), entre outros. Atuou desde 1994 na Iguatemi Empresa de Shopping Centers – IESC, subsidiária da Companhia, uma das maiores redes de shopping centers do país, empresa de concepção, planejamento e administração de shopping centers onde atua como Vice Presidente de Mix e Varejo.O Sra. Erika Jereissati Zullo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/11/2024	3 anos	Outros Diretores	Não exerce nenhum outro cargo ou função no emissor.	05/11/2024		18/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FLÁVIA BUARQUE DE ALMEIDA **CPF:** 149.008.838-59 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 04/08/1967

Experiência Profissional: Flavia Buarque de Almeida possui graduação pela Fundação Getulio Vargas (1989), MBA pela Harvard Business School e especialização em liderança pelo INSEAD na França. Flavia foi sócia da McKinsey & Company, Diretora da Morro Vermelho Participações (familly office do Grupo Camargo Corrêa), foi sócia Sênior do Monitor Group. É conselheira da Ultrapar, do Grupo Carrefour na França e no Brasil e da Península Participações, onde foi CEO entre 2019 e 2024. Flavia é a única brasileira do Board of Overseers da Universidade de Harvard.A Sra. Flavia Almeida declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Sim	17/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome FRANCISCO SERGIO PEIXOTO PONTES **CPF:** 066.938.307-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 01/09/1945

Experiência Profissional: Conselheiro Independente de Administração e membro dos Comitês de Auditoria e Partes Relacionadas e de Finanças e Alocação de Capital. Atualmente é diretor da SPONTES Assessoria Econômica, através da qual presta consultoria a diversas empresas. Trabalhou em empresas e instituições financeiras relevantes ao longo de sua carreira. Iniciou sua vida profissional na Petrobrás Química S.A. na qual era responsável por analisar oportunidades de aquisições. Posteriormente, na Shell do Brasil, chefiou o departamento responsável por estudos de investimentos no segmento de petróleo. No Banco Bozano Simonsen de Investimentos, foi responsável pela equipe de análise de renda variável e produtos na área de Asset Management. No Banco Boavista, ocupou a posição de Diretor-Executivo, responsável pela gestão dos fundos de renda fixa, renda variável, carteiras administradas e operações de Mamp;A. Foi membro do Conselho de Administração da CELMA, companhia que atua na área de produção de peças e prestação de serviços para a indústria aeronáutica e que veio a ser adquirida pela General Electric.O Sr. Francisco Sergio Peixoto Pontes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Sim	31/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUIDO BARBOSA DE OLIVEIRA **CPF:** 804.158.736-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 11/06/1972

Experiência Profissional: Diretor sem designação específica e Diretor de Relações com Investidores. Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista, com pós-graduação em Administração Financeira da FGV/SP, MBA Executivo Internacional do INSPER/SP e especialização em Global Business na Darden School of Business (EUA). O executivo ingressou na Iguatemi em 1995 como trainee e, desde então, passou por diversas funções, dentre elas, a Gerência de Novos Negócios e Mamp;A e a Gerência Financeira. Em sua trajetória, também foi Conselheiro da Contax Participações S.A. e atuou em empresas como Banco Real S/A e Citrosuco Company S.A.O Sr. Guido Oliveira declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	05/11/2024	3 anos	Diretor de Relações com Investidores		05/11/2024		18/11/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JORGE MOYSES DIB FILHO **CPF:** 497.214.108-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 20/08/1949

Experiência Profissional: Conselheiro Fiscal da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1976. Iniciou sua carreira na Du Pont do Brasil S.A. Indústrias e Comércio (05/1969-04/1973). Exerceu a função de Controller para a América Latina e Espanha no Grupo Astra Pharmaceuticals (Suécia) (04/1973-04/1984), trabalhou na Eluma S.A. Indústria e Comércio (04/1984-08/1986) e foi Diretor Administrativo e Financeiro da D F Vasconcellos S.A. Óptica e Mecânica de Alta Precisão (08/1986-06/1992). Trabalhou no Grupo Jereissati por 24 anos (1992-2016), tendo exercido, nos últimos anos, as funções de Diretor de Auditoria Corporativa (até 30/06/2016) e Membro e Coordenador do Comitê de Ética do Grupo (até 30/06/2016). Ocupa atualmente posição de Membro do Conselho Fiscal da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (desde 04/2008) e Membro do Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., atual Iguatemi S.A. (desde 04/2012), além de exercer função de Consultor para o Grupo (a partir de 01/07/2016).O Sr. Jorge Dib declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	24/04/2012

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome JOSÉ LUIZ DE ARAÚJO ROLIM **CPF:** 102.318.277-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 20/10/1973

Experiência Profissional: Formado pelo IBMEC em Economia e Finanças, com certificação CGA da ANBIMA, e possui mais de 15 anos de experiência no mercado financeiro. Atualmente é sócio e diretor da BR Habit Ltda, e atuou entre 2018 e 2025 como sócio, diretor e membro do Comitê de Investimentos da Radar Gestora de Recursos Ltda., sendo responsável pelos investimentos nos setores de consumo e varejo.
Também exerceu o cargo de Chief Strategy Officer da Grendene Global Brands Ltd., empresa constituída em parceria entre a Radar e a Grendene S.A. para o desenvolvimento e distribuição internacional das marcas da companhia.
Anteriormente, trabalhou na Vinci Partners, entre 2009 e 2017, onde foi diretor de gestão de fundos de renda variável e membro do Comitê de Investimentos, responsável por estratégias Long Only e Small Caps, além de atuar como analista de equities nos setores de consumo, varejo e tecnologia. Iniciou sua carreira na B2W Digital, onde ocupou posições nas áreas de planejamento financeiro, relações com investidores, novos negócios, marketing e atendimento ao cliente.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		16/04/2026	Não	16/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LEONARDO LEIRINHA SOUZA CAMPOS **CPF:** 021.057.757-64 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/02/1972

Experiência Profissional: Conselheiro Fiscal da Companhia. Leonardo Leirinha Souza Campos é graduado em Administração e em Ciências Contábeis, com MBA pela COPPEAD/UFRJ. Possui mais de 25 anos de experiência em finanças corporativas, private equity, auditoria e relacionamento com investidores e reguladores. É Diretor do Grupo Listo, tendo iniciado sua carreira na PwC, e atuado, posteriormente, no segmento financeiro (BTG Pactual e Credit Suisse Brasil) e na economia real (varejo farmacêutico e energia).O Sr. Leonardo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PEDRO JEREISSATI **CPF:** 273.475.308-14 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 24/05/1978

Experiência Profissional: Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), se especializou em Administração de Empresas (MBA) pela Kellogg School of Management da Northwestern University, em Chicago, Estados Unidos. O executivo iniciou a sua trajetória profissional em 1995, na área de operações da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Desde então, ocupou diversas posições no Grupo Jereissati: Vice-Presidente responsável por Fusões e Aquisições, CFO e Diretor de Relações com Investidores da Iguatemi Empresa de Shopping Centers, Presidente da JPSP Investimentos, Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A. (atual Iguatemi S.A.) e, atualmente, ocupa a função de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, Pedro foi sócio do Banco BTG Pactual entre os anos 2014 a 2016.O Sr. Pedro Jereissati declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		17/04/2025	Sim	25/04/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PEDRO SANTOS RIPPER **CPF:** 012.277.917-71 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 18/07/1973

Experiência Profissional: Conselheiro Independente de Administração. Formado em Engenharia de Computação pela PUC do Rio em 1996 e Mestre em Engenharia de Software conjunto pela PUC do Rio e pelo MIT (Media Lab) nos EUA em 1998. Concluiu também o Advanced Management Program pela Harvard Business School nos EUA em 2007. Foi Diretor da consultoria de gestão e estratégia em tecnologia e telecom pela DiamondCluster em Barcelona, Diretor Executivo do grupo Promon Tecnologia e Presidente da Operação da Cisco Systems no Brasil. Foi também Vice-Presidente da Oi S.A., onde liderou diversas áreas como estratégia, novos negócios, tecnologia, inovação e Mamp;A. Nos últimos 5 anos mudou o foco de sua carreira para empreender e investir em empresas de Tecnologia. Hoje é presidente e sócio da Bemobi, empresa de origem brasileira que se globalizou atuando em 40 países na distribuição de aplicativos móveis. É também sócio e presidente do conselho da Mobicare. Adicionalmente é Conselheiro Independente da Positivo Informática S.A. (B3: POSI3) desde 2004 e 2004 e da BR Distribuidora desde 2019 (BVMF: BRDT3).O Sr. Pedro Ripper declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Sim	31/01/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RICARDO BERTUCCI **CPF:** 003.673.579-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/08/1977

Experiência Profissional: Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e com pos-graduação em Controladoria pela FAE Business School. Possui mais de 25 anos de experiência nas áreas de auditoria independente, consultoria empresarial e assessoria contábil e fiscal. Atualmente é sócio da Audicontrol Auditoria e Controle, empresa especializada em auditoria independente e consultoria empresarial, e da Audicontrol Contadores Associados, escritório voltado à assessoria contábil, fiscal e societária para empresas de diversos setores.
Ao longo de sua carreira, tem atuado na definição e condução de estratégias empresariais, na responsabilidade técnica por trabalhos de auditoria e consultoria e na coordenação de equipes e projetos.
Possui também experiência em governança corporativa, tendo atuado como conselheiro fiscal titular em companhias como Alliança Saúde e Participações S.A. e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, FAVO além de ter exercido a função de conselheiro fiscal suplente em empresas como Equatorial Energia S.A.,Celpa- Centrais Elétricas do Pará S.A., Cemar - Companhia Energética do Maranhão, Tijoá Participações e Investimentos S.A., CSE Energia - Centro de Soluções Estratégicas S.A., Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná e TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		16/04/2026	Sim	16/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ROBERTO SCRIPILLITTI **CPF:** 046.367.088-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 21/04/1945

Experiência Profissional: Roberto Scripilliti possui mais de 35 anos de experiência no setor de shopping centers. Atua desde maio de 1997 como Sócio e Diretor da Delta Desenvolvimento Empresarial, empresa especializada em assessoria e consultoria nas áreas de shopping center, auditoria operacional e automatização/cobrança de estacionamentos, além de administração e gestão de negócios correlatos. Anteriormente, atuou por 24 anos na Iguatemi Empresa de Shopping Centers – Grupo Jereissati, onde exerceu as funções de Gerente Geral do Iguatemi SP e Diretor Superintendente. Durante esse período, foi responsável pela automatização dos estacionamentos do grupo (projetos e implantação), implantação da cobrança e gestão operacional e financeira do negócio, implementação de novas tecnologias nos estacionamentos (Sem Parar, gestão individual de vagas, APSs, entre outras), realização de auditorias operacionais e financeiras, gestão de projetos de construção e implantação de novos empreendimentos, além de negociação de contratos de serviços, obras e locação.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	16/04/2026

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RONY MEISLER **CPF:** 055.354.457-89 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro de Produção **Data de Nascimento:** 04/03/1981

Experiência Profissional: Conselheiro Independente de Administração. Graduado pela PUC Rio de Janeiro em engenharia de produção O Sr. Rony é fundador do Grupo Reserva, tendo atuado como Diretor Presidente das empresas do grupo Reserva, Vamoquevamo Empreendimentos e Participações S.A. e da Tiferet Comércio de Roupas Ltda. desde 2006 até a presente data. Atualmente, a Tiferet é subsidiária integral da Companhia. O Sr. Rony informa que não ocupa outros cargos de administração em sociedades ou organizações do terceiro setor. O Sr. Rony declara, ainda, que, nos últimos 5 (cinco) anos: (a) não sofreu qualquer condenação criminal; (b) não sofreu qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM; e (c) não sofreu qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha ocasionado a sua suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Rony declara, portanto, estar devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
O Sr. Rony Meisler declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados, e nenhuma condenação transitada em julgado ou objeto de decisão final na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		17/04/2025	Não	17/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RUI ORTIZ DE SIQUEIRA **CPF:** 036.761.298-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 11/03/1943

Experiência Profissional: Há 27 anos na indústria do varejo. Graduado em direito e sociologia. Em 1969 começou a carreira como gerente administrativo das Lojas Mappin. Em 1982 se tornou gerente geral do Iguatemi Campinas. Posteriormente, em 1986, o Sr. Rui Ortiz foi nomeado diretor de operações da La Fonte Empresa de Shopping Centers. Em 1987 ele foi promovido para diretor de novos negócios e, em 1991, foi promovido a superintendente. Em 1996, o Sr. Rui Ortiz fundou a Leasing Mall, empresa especializada em consultoria, planejamento e comercialização de lojas em shoppings. O Sr. Rui Ortiz de Siqueira, membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia eleito em 27 de abril de 2021, declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 05 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	27/04/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SERGIO BERNSTEIN **CPF:** 007.296.208-91 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/04/1937

Experiência Profissional: Membro Suplente do Conselho Fiscal. Engenheiro formado pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro (atual UFRJ) com vários cursos de Finanças e Administração no Brasil e no exterior. De 1990 a 2007 foi Vice-Presidente do Grupo Jereissati, tendo sido responsável por analisar e desenvolver a estratégia da Companhia, dentre outras atividades. Anteriormente, trabalhou por 27 anos na General Electric do Brasil, empresa de infraestrutura, serviços financeiros e mídia, tendo sido Diretor Controller por 6 anos e Vice-Presidente de Finanças por 4 anos. O Sr. Sergio Bernstein declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	16/04/2026	AGO 2027	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		16/04/2026	Sim	29/04/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: ADRIANA CAETANO **CPF:** 012.187.466-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 13/05/1978

Experiência Profissional:

A Sra. Adriana Caetano foi eleita como membra do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas Estatutário da Companhia. Mestre em Ciências Contábeis pela FECAP, especialista em IFRS pela FIPECAFI, graduada em Administração de Empresas pela Universidade São Marcos e em Ciências Contábeis pela universidade Paulista. Assessora a Diretoria Técnica do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, atua no Comitê de Auditoria Estatutário da Suzano S.A e da Track amp; Field Co S.A, é sócia da consultoria ACAECONT, tendo exercido a função de sócia-diretora do Departamento de Práticas Profissionais e Administração de Riscos da KPMG entre 2011 e 2013 além de diversos cargos como gerente de auditoria, inclusive em experiências internacionais.A Sra. Adriana Caetano declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	31/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome:	ANA KARINA BORTONI DIAS	**CPF:**	605.649.701-15	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Ciências Químicas	**Data de Nascimento:**	28/09/1971

Experiência Profissional:

Conselheira Independente de Administração. Bacharel em Ciências Químicas, com mestrado na mesma área pela Universidade de Brasília. Atuou por 19 anos em consultoria com foco no setor de finanças, programas de governança corporativa e transformações incluindo cultura digital e gestão de performance. Se tornou sócia da McKinsey amp; Company em 2010, onde trabalhou com alguns dos maiores conglomerados do Brasil até março de 2019. Logo após foi eleita Presidente do Conselho de Administração do Banco BMG, deixando o cargo em 2020 quando assumiu a cadeira de CEO na mesma instituição.A Sra. Ana Karina Bortoni Dias declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027	Comitê de Pessoas, Cultura e ESG		29/04/2025	27/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: CARLOS JEREISSATI **CPF:** 146.626.458-67 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 04/09/1971

Experiência Profissional:

Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital da Companhia. Formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV- EAESP 94), Carlos Jereissati Filho atua na Iguatemi Empresa de Shopping Centers desde 1997. De 2005 a 2021, assumiu a presidência da subsidiária da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., sendo principalmente responsável por decidir e implementar a estratégia da companhia. Dentre outras atividades, ao longo dos últimos dez anos, liderou o processo de abertura de capital e inaugurou oito novos empreendimentos. Adicionalmente, Carlos Jereissati foi presidente da ABRASCE - Associação Brasileira de Shopping Centers - entre 2002 e 2004. É membro do ICSC – International Council of Shopping Centers, do ULI - Urban Land Institute, membro conselheiro do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo – SECOVI, conselheiro da OSCIP Parceiros da Educação, Juntos pelo Desenvolvimento Sustentável e de instituições como a Fundação Bienal de São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo e MASP - Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.O Sr. Carlos Jereissati declarou, para todos os fins de direito, que, nos últimos 5 anos, não sofreu nenhuma condenação criminal. Também não sofreu qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissionais ou comercial qualquer, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	27/07/2022
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	31/03/2022
Outros Comitês		Outros	29/04/2025	AGO 2027	Comitê de Pessoas, Cultura e ESG	Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital	29/04/2025	27/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: ESTELA MARIS VIEIRA DE SOUZA **CPF:** 430.340.800-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 20/02/1964

Experiência Profissional:

A Sra. Estela Maris Vieira de Souza foi eleita como Coordenadora do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas Estatutário. Graduada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pós-graduada em Marketing em Serviços pela Fundação Instituto de Administração (FIA/USP), Mestrado em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (FEA/USP), MBA em Negócios Digitais pela Universidade Positivo (UP). Atuou por mais de 30 anos em auditoria independente, na PricewaterhouseCoopers (PwC), tendo exercido a função de sócia de auditoria de 2000 a 2018. É conselheira certificada pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Foi membra titular do Board da PwC e do Conselho de Administração da Transportadora Sulbrasileira de Gás. Atual Membra do Conselho de Administração e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Infracommerce Cxaas e Vasta Educação, Coordenadora do Comitê de Auditoria da Trackamp;Field e Comerc Energia, membra do Comitê de Auditoria da ABGF, Localiza e WEG, do Conselho Fiscal da Lojas Renner e OSESP (pro bono). A Sra. Estela não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.A Sra. Estela Maris declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitada para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	29/04/2025	AGO 2027		Coordenadora	29/04/2025	31/03/2022
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	29/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: FRANCISCO SERGIO PEIXOTO PONTES **CPF:** 066.938.307-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 01/09/1945

Experiência Profissional:

Conselheiro Independente de Administração e membro dos Comitês de Auditoria e Partes Relacionadas e de Finanças e Alocação de Capital. Atualmente é diretor da SPONTES Assessoria Econômica, através da qual presta consultoria a diversas empresas. Trabalhou em empresas e instituições financeiras relevantes ao longo de sua carreira. Iniciou sua vida profissional na Petrobrás Química S.A. na qual era responsável por analisar oportunidades de aquisições. Posteriormente, na Shell do Brasil, chefiou o departamento responsável por estudos de investimentos no segmento de petróleo. No Banco Bozano Simonsen de Investimentos, foi responsável pela equipe de análise de renda variável e produtos na área de Asset Management. No Banco Boavista, ocupou a posição de Diretor-Executivo, responsável pela gestão dos fundos de renda fixa, renda variável, carteiras administradas e operações de Mamp;A. Foi membro do Conselho de Administração da CELMA, companhia que atua na área de produção de peças e prestação de serviços para a indústria aeronáutica e que veio a ser adquirida pela General Electric.O Sr. Francisco Sergio Peixoto Pontes declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário não aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	31/03/2022
Comitê Financeiro		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027			29/04/2025	31/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome: PEDRO JEREISSATI **CPF:** 273.475.308-14 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 24/05/1978

Experiência Profissional:

Conselheiro de Administração e membro do Comitê de Finanças e Alocação de Capital da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), se especializou em Administração de Empresas (MBA) pela Kellogg School of Management da Northwestern University, em Chicago, Estados Unidos. O executivo iniciou a sua trajetória profissional em 1995, na área de operações da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Desde então, ocupou diversas posições no Grupo Jereissati: Vice-Presidente responsável por Fusões e Aquisições, CFO e Diretor de Relações com Investidores da Iguatemi Empresa de Shopping Centers, Presidente da JPSP Investimentos, Diretor Presidente da Jereissati Participações S.A. (atual Iguatemi S.A.) e, atualmente, ocupa a função de membro do Conselho de Administração da Companhia. Além disso, Pedro foi sócio do Banco BTG Pactual entre os anos 2014 a 2016.O Sr. Pedro Jereissati declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito à suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Outros	29/04/2025	AGO 2027		Vice-presidente do Conselho de Administração e do Comitê de Finanças e Alocação de Capital	29/04/2025	27/07/2022
Comitê Financeiro		Outros	29/04/2025	AGO 2027		Vice-presidente do Conselho de Administração	29/04/2025	31/03/2022
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	29/04/2025	AGO 2027	Comitê de Pessoas, Cultura e ESG		29/04/2025	27/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Iguatemi S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Carlos Jereissati	146.626.458-67	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração da Companhia e da controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Diretor Vice-Presidente e membro do Conselho de Administração do Grande Moinho Cearense S.A. É acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. (“GJI”) titular de 0,77% das suas ações.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Iguatemi S.A.	N/A		Brasileiro(a)	
Pessoa relacionada				
Erika Jereissati Zullo	135.520.678-25	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Diretora da Companhia e Diretora na controlada direta Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. É acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. (“GJI”) titular de 0,77% das suas ações.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	000.365.013-87	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	
Presidente do Conselho de Administração da Companhia e da Controladora da Companhia Iguatemi S.A.	N/A		Brasileiro(a)	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	**Passaporte**		**Nacionalidade**	
Pessoa relacionada				
PEDRO JEREISSATI	273.475.308-14	CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	60.543.816/0001-93	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é acionista da controladora da Companhia, GJ Investimentos e Participações S.A. (“GJI”) titular de 0,77% das suas ações.	N/A		Brasileiro(a)	
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

GJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	00.257.427/0001-70		
Acionista controlador detendo 45,96% do capital da GJ Investimentos e Participações S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

Administrador do Emissor

CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Presidente do Conselho de Administração da Iguatemi e controlador indireto, por meio de sua participação na GJ Investimentos e Participações S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

N/A

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BEEKMAN RESOURCES LTD	16.523.889/0001-21		
Acionista controlador detendo 100% do capital da Beekman	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
ERIKA JEREISSATI ZULLO	135.520.678-25	Controle	Controlada Direta
Diretora Estatutária da Iguatemi.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
CARLOS JEREISSATI	146.626.458-67	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Iguatemi.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
PEDRO JEREISSATI	273.475.308-14	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração da Iguatemi	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor			
CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
GJ INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	00.257.427/0001-70		
Acionista controlador detendo 45,96% do capital da GJ Investimentos e Participações S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Presidente do Conselho de Administração da Iguatemi e controlador indireto, por meio de sua participação na GJ Investimentos e Participações S.A.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
CARLOS FRANCISCO RIBEIRO JEREISSATI	000.365.013-87	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
BEEKMAN RESOURCES LTD	16.523.889/0001-21		
Acionista controlador detendo 100% do capital da Beekman	N/A	Estrangeiro(a) - Ilhas Virgens (Britânicas)	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
PEDRO JEREISSATI	273.475.308-14	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
CARLOS JEREISSATI	146.626.458-67	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Membro do Conselho de Administração da Iguatemi. Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
ERIKA JEREISSATI ZULLO	135.520.678-25	Controle	Controlada Direta
Diretora	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
IGUATEMI EMPRESA DE SHOPPING CENTERS S.A.	51.218.147/0001-93		
Diretora Comercial da Iguatemi. Acionista indireto por meio de suas participações na GJ Investimentos e Participações S.A. e Anwold Investimentos Inc.	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
N/A			

7.7 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Os membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia, assim como de nossas empresas controladas, são cobertos por apólices de seguros para Conselheiros e Diretores (D&O), emitida pela ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, com cobertura válida até 28 de agosto de 2026 e prêmio total pago no valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais), com abrangência em todo o território nacional. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seu patrimônio pessoal seja atingido em decorrência de relações da atividade da Companhia.

A administração entende que a referida apólice está alinhada ao interesse da Companhia por proporcionar segurança aos administradores no exercício de suas funções, contribuindo para a atração e retenção de profissionais qualificados. Essa proteção patrimonial reforça a confiança no desempenho de suas atribuições, favorecendo uma gestão alinhada aos interesses da Companhia.

Não há pagamentos pela seguradora de multas decorrentes de condenação em ação penal ou em processo administrativo ou obrigações pecuniárias previstas em acordos.

7.8 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais

Com relação às assembleias gerais, a Companhia consolidou as principais informações na tabela abaixo:

Tipo de assembleia	Data da realização	Instalação em 1ª ou 2ª Convocação	Quórum de Instalação
AGO	16/04/2026	1ª	81,61%
AGOE	17/04/2025	1ª	80,26%
AGOE	18/04/2024	1ª	78,21%
AGOE	20/04/2023	1ª	75,74%

Membros do Conselho de Administração que ocupam cargos em outras sociedades e/ou entidades

Abaixo segue a lista atualizada de membros do Conselho de Administração da Companhia que ocupam cargos em outras sociedades e/ou entidades.

Conselheiro	Empresa / Entidade	Cargo
Carlos Francisco Ribeiro Jereissati	Grande Moinho Cearense S.A. Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	Conselheiro Conselheiro
Carlos Jereissati	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Grande Moinho Cearense S.A. MASP	Conselheiro Conselheiro Conselheiro
Pedro Jereissati	Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Grande Moinho Cearense S.A. Livance	Diretor Conselheiro Conselheiro
Pedro Santos Ripper	Bemobi Mobile Tech S/A Akross Vibra Energia	Diretor Presidente Sócio e Conselheiro Conselheiro
Ana Karina Bortoni Dias	Grupo Silvio Santos Biolab Farmacêutica MASP	Diretora Presidente Conselheira Conselheira
Rony Meisler	Rebels Ventures	Sócio-fundador
Flávia Buarque de Almeida	Península Participações Grupo Carrefour Ultrapar Participações W2W E-Commerce de Vinhos S.A.	Conselheira Conselheira Conselheira Conselheira

Práticas de Governança Corporativa,

Em complemento às informações já apresentadas, a Companhia esclarece, para fins de aderência às orientações do Ofício-Circular Anual CVM/SEP 2026, os seguintes aspectos relativos à sua estrutura de governança corporativa:

(i) Relação hierárquica entre os órgãos sociais e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração

A estrutura de governança da Companhia é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pela Diretoria Estatutária e pelo Conselho Fiscal (de instalação não permanente, nos termos da Lei das S.A. e do Estatuto Social). O Conselho de Administração é assessorado por Comitês estatutários – Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, Comitê de Finanças e Alocação de Capital, Comitê de Pessoas, Cultura e ESG e Comitê de Riscos e Compliance.

Os Comitês de Assessoramento são órgãos vinculados ao Conselho de Administração, exercendo função consultiva e de recomendação, sem poder decisório sobre matérias de competência do colegiado. Seus membros são designados pelo próprio Conselho de Administração, ao qual se reportam por meio de pareceres, recomendações e atas, conforme regimentos internos próprios aprovados pelo Conselho. A Diretoria Estatutária, por sua vez, é eleita e supervisionada pelo Conselho de Administração, ao qual presta contas periodicamente sobre a execução das estratégias e diretrizes aprovadas. O Conselho Fiscal, quando instalado, atua de forma independente em relação à Administração, mantendo interlocução direta com o Conselho de Administração e com o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, nos termos de seu Regimento Interno.

(ii) Processo de avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos respectivos membros

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas é avaliado uma vez ao ano, ao final de cada exercício social, sendo que os seus membros avaliam o colegiado e a diretoria estatutária é avaliada uma vez por ano pelo CEO e pelo Comitê de pessoas. Em 2024 foi implementada a avaliação do Conselho de Administração, como colegiado, por meio de um questionário contendo itens como estrutura, tomada de decisão, composição e dinâmica, e interações entre os membros do conselho. Os demais órgãos de administração e o Conselho Fiscal ainda não possuem processo de avalição implementado.

Metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação é feita por meio de formulários individuais, que são encaminhados aos membros do Comitê da Auditoria. Tal avaliação é feita com o objetivo de constatar a efetividade do Comitê e o cumprimento ao seu regimento. No caso do Conselho de Administração, também são enviados formulários individuais para avaliação do colegiado. Os demais órgãos de administração e o Conselho Fiscal ainda não possuem avalição implementada.

(iv) Antecedência de envio da pauta e dos materiais das reuniões do Conselho de Administração

Nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, compete ao Presidente do Conselho definir as pautas, convocar e presidir as reuniões, bem como assegurar que os Conselheiros recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da pauta.

A convocação das reuniões do Conselho de Administração é realizada por meio do Portal de Governança Corporativa da Companhia, conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social. A pauta e os materiais de apoio são disponibilizados aos Conselheiros com antecedência para assegurar a análise prévia e a qualidade das deliberações.

O envio dos materiais é realizado exclusivamente pelo Portal de Governança, que assegura controles de acesso, rastreabilidade, marca d'água e log de auditoria, em conformidade com as melhores práticas de cibersegurança aplicáveis a documentos confidenciais da Administração.

(v) Relacionamento entre o Conselho de Administração e a Diretoria de Relações com Investidores para aferição de informações de mercado relevantes ao planejamento estratégico e ao controle de riscos

O Diretor de Relações com Investidores (DRI) é o responsável estatutário por prestar informações aos investidores, divulgar e comunicar à CVM e à B3 atos ou fatos relevantes, bem como manter atualizado o registro da Companhia.

O relacionamento entre o Conselho de Administração e o DRI ocorre por meio dos seguintes mecanismos institucionais:

- Reporte periódico ao Conselho de Administração, com frequência mínima trimestral, sobre (a) percepção do mercado de capitais, dos analistas sell-side e dos investidores institucionais quanto ao desempenho da Companhia; (b) movimentações relevantes na base acionária e de cobertura; (c) tendências setoriais e macroeconômicas captadas em reuniões com o mercado; e (d) eventuais alertas reputacionais e regulatórios.
- Interlocução com os Comitês de Assessoramento, em especial com o Comitê de Finanças e Alocação de Capital – que analisa o conteúdo dos materiais de divulgação de resultados e os impactos da conjuntura econômica sobre a posição financeira da Companhia – e com o Comitê de Riscos e Compliance, no que tange à identificação de riscos de mercado, reputacionais e regulatórios relevantes ao mapa de riscos da Companhia.
- Subsídio ao planejamento estratégico, mediante consolidação, pelo DRI, das informações de mercado e da percepção dos investidores, que são levadas ao Conselho de Administração nas discussões sobre orçamento anual e plurianual, planos estratégicos, projetos de expansão e programas de investimento, todos de competência do colegiado.
- Suporte ao controle de riscos, com integração entre a área de RI, a Gerência de Riscos e Controles Internos e a área de Compliance, assegurando que sinais captados do mercado sejam refletidos na matriz de riscos estratégicos aprovada pelo Conselho de Administração e monitorada pelo Comitê de Riscos e Compliance.

A Companhia tem como compromisso a manutenção dos mais elevados padrões de governança corporativa, baseada em princípios que privilegiam a transparência, tratamento igualitário dos acionistas, prestação de contas, responsabilidade corporativa e respeito aos acionistas, principalmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC.

A Companhia busca constantemente implementar novas práticas de governança corporativa por meio do desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade social e corporativa, tendo em vista provocar um impacto positivo nas comunidades onde atua, bem como propiciar a geração de valor aos seus acionistas. Neste sentido, merecem destaque as seguintes iniciativas, já adotadas pela Companhia, de acordo com as premissas do IBGC: (i) inclusão, no Estatuto Social, de regras que preveem a submissão voluntária às melhores práticas de governança corporativa e adoção de um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação; e (ii) a adoção de um Código de Conduta Ética, conforme acima destacado.

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendada pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota, entre outras, as seguintes: transparência na divulgação pública do relatório anual da administração; segregação das funções de presidente do Conselho de Administração e diretor-presidente; e ampla disseminação da ética.

Ainda, vale ressaltar que a operação da reorganização societária da Companhia, ocorrida em 2021, teve como objetivo simplificar a estrutura societária previamente existente, sem alteração da sua estrutura de controle, propiciando, assim, uma maior capacidade de investimento e crescimento. A operação permitiu a criação da Iguatemi S.A., que reuniu a totalidade das bases acionárias da IESC e da Jereissati Participações S.A. (antiga denominação da Iguatemi S.A.), em uma única companhia aberta, que tem suas ações negociadas na forma de *Units*, no segmento de listagem Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, porém com direitos de acionista e práticas de governança substancialmente similares àqueles exigidos pelo Regulamento do Novo Mercado da B3, na forma ali prevista, incluindo:

- vedação à previsão que limite o número de votos de acionista ou grupo de acionistas em percentuais inferiores a 5% ou impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas que votarem favoravelmente à supressão ou à alteração de cláusulas estatutárias;

- manutenção de ações em circulação em percentual de, no mínimo, 25% do capital social, salvo nos casos admitidos pelo Regulamento do Novo Mercado;

- adoção de melhores esforços para dispersão acionária nas ofertas públicas de distribuição de ações;

- mandato unificado de, no máximo, 2 anos para o Conselho de Administração;

- Conselho de Administração composto por, no mínimo, 2 membros independentes ou 20% dos seus membros, o que for maior, com arredondamento para cima;

- implementação de processo de avaliação do Conselho de Administração, dos seus comitês de assessoramento e da Diretoria;

- divulgação da remuneração dos órgãos da administração, por órgão, com o valor da maior, da menor e o valor médio da remuneração anual, fixa e variável;

- vedação da acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente;

- obrigação de manifestação do Conselho de Administração em caso de OPA tendo por objeto ações da companhia;

- instalação do comitê de auditoria e auditoria interna, bem como de áreas com funções de compliance e controles internos;

    - divulgação de informações periódicas, elaboração e divulgação de documentos e políticas incluindo:

        - política de remuneração e indicação de membros do Conselho de Administração, seus comitês de assessoramento e diretoria estatutária;

        - política de gerenciamento de riscos;

        - política de transações com partes relacionadas e situações de conflito de interesses, e

        - política de divulgação e de negociação de valores mobiliários.

- realização de OPA para aquisição de todas as ações de emissão da companhia na hipótese de alienação direta ou indireta do controle da companhia, em condições igualitárias àquelas contratadas com o acionista controlador, sendo certo que cada ação preferencial fará jus a 3 (três) vezes o valor recebido por cada ação ordinária de emissão da companhia na OPA;

- resolução de conflitos por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado;

- realização de OPA para saída do Nível 1 da B3 observados os requisitos e demais regras previstas no Regulamento do Novo Mercado; e

- disposições previstas no Regulamento do Novo Mercado a respeito de sanções e responsabilidades, naquilo em que for aplicável.

Dessa forma, a exceção, principalmente, da coexistência de ações ordinárias e preferenciais, o estatuto social da Iguatemi S.A. reflete as exigências do Regulamento do Novo Mercado. Além disso, o Estatuto Social prevê que a aprovação das seguintes matérias estará sujeita à aprovação da maioria dos acionistas titulares de ações preferenciais presentes em assembleia especial convocada para deliberar sobre elas:

- operações propostas pela Administração e que envolvam a transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

- aprovação de propostas de celebração de contratos entre a Iguatemi S.A. e partes a ela relacionadas que envolvam, direta ou indiretamente, a Iguatemi S.A. e o seu controlador;

- avaliação de bens a serem aportados em aumentos de capital;

- escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico das ações da Iguatemi S.A. nos casos previstos no estatuto; e

- alteração ou revogação de disposições estatutárias que possam alterar ou reduzir qualquer direito das ações preferenciais.

Adicionalmente, foram instituídos na Iguatemi S.A. comitês estatutários de assessoramento do seu Conselho de Administração, na forma descrita a seguir:

- Comitê de Finanças e Alocação de Capital: comitê estatutário com a participação de membros independentes, conselheiros ou não;

- Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas: comitê estatutário, composto apenas por membros independentes, conselheiros ou não;

- Comitê de Pessoas, Cultura e ESG: comitê estatutário com a participação de membros independentes, conselheiros ou não; e

- Comitê de Riscos e Compliance: comitê estatutário com a participação de membros independentes, conselheiros ou não.

As atribuições de cada um dos comitês estão descritas no item 7.1.

Por fim, em 2025, a área de ESG passou a se reportar à VP Jurídica, por meio de uma Gerência Executiva de ESG e Risco, consolidando a Governança da Iguatemi S.A. em uma única área.

8.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, e para os membros do Conselho Fiscal, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 6 de setembro de 2022, e está arquivada na sede social da Companhia e disponível nos websites da CVM, da B3 e de relações com investidores da Companhia. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, visa a atrair e reter os melhores profissionais do mercado. A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão e dos acionistas da Companhia, considerando, proporcionalmente, a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às funções, a competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo.

Conselho de Administração:
Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa e remuneração variável, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Diretoria Estatutária e não estatutária:
Os membros da Diretoria fazem jus à remuneração fixa e variável e à remuneração baseada em ações.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração:
Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa, que é estabelecida de acordo com as práticas de mercado.

Conselho Fiscal:
Os membros do Conselho Fiscal fazem jus apenas à remuneração fixa.

b) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria. A área de RH e o Comitê de Pessoas da Companhia também participam do processo de definição da remuneração da administração.

ii. Critérios e metodologia utilizada para fixação da remuneração individual, indicando se há utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Anualmente, efetuamos o reajuste das faixas salariais da remuneração fixa em conformidade com a legislação trabalhista e na data base dos dissídios coletivos inerentes à categoria dos empregados. Adicionalmente, concedemos reajustes salariais nas remunerações fixas por mérito, promoção, enquadramento ou equiparação, sempre baseados no desempenho do colaborador, nível e posição na faixa salarial. A política é válida para todos os colaboradores da Companhia, incluindo Diretoria Estatutária e não Estatutária. Para a definição da faixa salarial de cada colaborador, a Companhia baseia-se na média das remunerações praticadas no mercado, para funções comparáveis, de acordo com estudos anuais realizados por consultoria independente.

Os benefícios são tipicamente ajustados pela inflação, mas também são revistos esporadicamente em função de estudos realizados por consultoria independente, na forma descrita acima.

A remuneração variável é paga em número de salários e, portanto, acompanha o reajuste da remuneração fixa, mas depende fundamentalmente da performance individual dos administradores da Companhia, medida a partir de um painel de indicadores específicos para cada executivo, e também da performance corporativa medida com base no atingimento das metas estabelecidas no plano de negócios da Companhia. O peso do painel na performance global varia em função da senioridade e cargo de cada executivo da Companhia.

Para membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, a remuneração fixa é aprovada todo ano em Assembleia Geral Ordinária e os montantes são reajustados de acordo com os valores praticados no mercado, conforme os princípios e diretrizes estabelecidos pela Companhia.

A definição da remuneração dos membros do Conselho de Administração observa os critérios de equidade, competitividade e proporcionalidade às respectivas atribuições, responsabilidades e demanda de tempo, sendo baseada em pesquisas externas de mercado realizadas por consultorias especializadas — a exemplo da HayGroup | KornFerry — e em benchmarks setoriais, que fornecem o suporte independente necessário para embasar as práticas remuneratórias adotadas.

Para fins de individualização da remuneração dos conselheiros, são considerados critérios como a competência e reputação profissional de cada membro, o tempo dedicado às funções, o escopo de responsabilidades do cargo e a participação em Comitês assessores do Conselho, hipótese em que poderá ser atribuída remuneração adicional pela função exercida, conforme deliberação do próprio Conselho de Administração. A metodologia aplicada tem por base o valor dos serviços no mercado, com foco na perenidade da Companhia e na criação de valor no longo prazo, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa, a regulamentação da CVM e a Lei das Sociedades por Ações.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia de forma anual a adequação da Política de Remuneração aos objetivos da Companhia.

a) Composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- ***seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor***

Remuneração fixa

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar o escopo de atuação, a responsabilidade e o desempenho de cada membro da administração da Companhia, alinhada com as práticas de mercado. É composta por salário fixo e/ou pró-labore, benefícios diretos e indiretos, previdência privada e INSS.

- Salário fixo e ou pró-labore: é a remuneração mensal paga de acordo com atribuições e responsabilidades de cada cargo da administração da Companhia.

- Benefícios diretos e indiretos: pacote de benefícios oferecidos pela Companhia, que visa a oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio farmácia, previdência privada, dentre outros. O pacote de benefícios oferecido pela Companhia visa a complementar sua política de remuneração tornando-a competitiva no mercado.

- Benefícios pós-emprego: a Companhia oferece a todos os seus empregados a opção de participar do plano de previdência privada, com o objetivo de complementar sua política de remuneração, tornando-a competitiva no mercado.

- INSS: mensalmente a Companhia contribui com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto a futura aposentadoria, auxílio-doença, auxílio acidente, entre outros.

Remuneração variável:

A remuneração variável da Companhia consiste em incentivos ("Bônus") que tem o objetivo de incentivar e premiar os membros da Diretoria caso alcancem as metas previstas no plano de negócio (metas de resultado e performance) do ano da Companhia e suas controladas. A política de remuneração da Companhia possui como diretriz o Plano Iguatemi de Bonificação e um plano de incentivo de longo prazo:

Plano Iguatemi de Bonificação: Este programa utiliza um sistema de KPIs (Key Performance Indicators) para determinar o pagamento do bônus de final de ano. O funcionamento do referido Plano se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores, que recebem uma nota ponderada entre a performance da Companhia e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos.

Remuneração baseada em ações:

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas (aprovado em AGE – 11/08/2022): Este Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Remuneração e aprovados pelo Conselho de Administração, com vistas a, principalmente: (a) estimular a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimular a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suportar o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) ampliar a atratividade da Companhia e de suas Controladas.

O formato da remuneração acima descrita busca incentivar os colaboradores a procurar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos desenvolvidos pela Companhia, de tal maneira a alinhar os interesses destes. Buscamos obter tal alinhamento por meio das seguintes perspectivas:

(i) No curto prazo: salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado;

(ii) No médio prazo: pagamento de participação nos nossos resultados e bônus, de acordo com o cumprimento de metas pré-estabelecidas; e

(iii) No longo prazo: outorga de ações restritas (aprovados na AGE de 11/08/2022) aos membros de nossa administração.

- ***sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2025					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês Estatutários**	**Conselho Fiscal**
Remuneração Fixa	58,5%	33,8%	43,8%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	41,5%	21,3%	14,6%		
Benefícios Pós Emprego		0,5%	0,7%		

Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo		16,2%			
Remuneração Baseada em Ações		28,2%	41,0%		
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2024					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês Estatutários**	**Conselho Fiscal**
Remuneração Fixa	64%	39,1%	66,3%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	36%	27,8%	17,4%		
Benefícios Pós Emprego		0,9%	1,1%		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
Remuneração Baseada em Ações		32,2%	15,2%		
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Proporção de cada elemento na remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2023					
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitês Estatutários**	**Conselho Fiscal**
Remuneração Fixa	**64,2%**	45,8%	66,3%	100,0%	100,0%
Remuneração Variável	**35,8%**	26,5%	17,4%		
Benefícios Pós Emprego		1,0%	1,1%		
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo					
Remuneração Baseada em Ações		26,7%	15,2%		
TOTAL	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Nota às tabelas: As informações acima refletem toda a remuneração paga aos administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia por cargos exercidos na própria Companhia, ainda que o referido pagamento tenha sido suportado por sociedade controlada, nos termos referenciados no item (d) abaixo.

- ***sua metodologia de cálculo e de reajuste***

A remuneração fixa é determinada de acordo com as funções e responsabilidades de cada um em relação aos demais funcionários, a fim de manter o equilíbrio interno da nossa Companhia.

Para o Plano Iguatemi de Bonificação, o pagamento está atrelado ao EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência. Para que haja distribuição em decorrência do Plano, deverá ser alcançado percentual mínimo previamente estabelecido do EBITDA orçado para o ano em questão. A partir do atingimento do referido percentual, o múltiplo de salários a ser pago aos colaboradores elegíveis depende da nota da

Companhia, nota individual e parcela discricionária. A nota da Companhia depende de vários fatores como metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados, novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG.

O Plano de Ações Restritas, aprovado em AGE (11/08/2022), é administrado pelo Conselho de Administração, que referenda aqueles que farão jus aos incentivos que venham a ser outorgados indicados pelo Comitê de Remuneração.

- ***principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG***

Conforme indicado nos itens anteriores, a Companhia leva em consideração o EBITDA atingido pela Companhia no ano em referência, metas de rentabilidade, agenda de novos negócios, investimentos realizados novos negócios divulgados ao longo do ano, evolução na jornada do colaborador e mais recentemente foi incluída o indicador relacionado a ESG, que inclui métricas como redução do turnover, e evolução da nota de índices relacionados ao tema (ISE e CDP).

A Companhia considera os referidos indicadores ESG na definição da remuneração variável dos seus administradores.

Qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como participação nos resultados e a quantidade de ações outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado. O Plano de Units Restritas também conta com a aplicação de matching e para concessão do matching o Comitê de Pessoas analisará a performance, a qualidade dos desafios estabelecidos (KPIs) e o potencial futuro de cada elegível, bem como a performance da empresa e as expectativas para o futuro.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia pratica remuneração fixa de acordo com o mercado e concentra uma parcela da remuneração total nas componentes variáveis com o objetivo de motivar os funcionários e administradores a atingir as metas da Companhia e alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

a. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou administradores em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nessas empresas. Enquanto os membros do Conselho de Administração de cada sociedade recebem suas remunerações por essas funções de modo segregado das respectivas sociedades nas quais exercem as funções de conselheiros, os membros da Diretoria Estatutária recebem a remuneração baseada em ações pela Companhia e as demais verbas remuneratórias (i.e. Remuneração Fixa e participação de resultados) pela Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A ("IESC"). Para maiores informações, vide item 8.15 deste Formulário de Referência.

b. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia:

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	5,00	18,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.505.836,00	0,00	713.318,00	5.219.154,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	4.699.119,00	0,00	0,00	4.699.119,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	6.760.510,00	0,00	0,00	6.760.510,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	11.957.725,00	0,00	11.957.725,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	-	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2026-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	15.965.465,00	11.957.725,00	713.318,00	28.636.508,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.964.080,00	0,00	384.000,00	4.348.080,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	4.382.152,00	0,00	0,00	4.382.152,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	6.500.490,00	0,00	0,00	6.500.490,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	10.026.749,00	0,00	10.026.749,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2025-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	14.846.722,00	10.026.749,00	384.000,00	25.257.471,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.659.966,00	0,00	384.000,00	4.043.966,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	4.019.908,00	0,00	0,00	4.019.908,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	3.563.292,00	0,00	0,00	3.563.292,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.592.434,00	0,00	9.592.434,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	11.243.166,00	9.592.434,00	384.000,00	21.219.600,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	3,00	16,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	16,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.634.440,00	0,00	384.000,00	4.018.440,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	3.488.870,00	0,00	0,00	3.488.870,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	4.400.000,00	0,00	0,00	4.400.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	7.168.310,00	0,00	7.168.310,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	11.523.310,00	7.168.310,00	384.000,00	19.075.620,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,00	5,00	**18,00**
N° de membros remunerados	8,00	5,00	5,00	**18,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	3380255,00	0,00	0,00	**3.380.255,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	10140764,00	0,00	0,00	**10.140.764,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6760510,00	0,00	0,00	**6.760.510,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,00	3,00	**16,00**
N° de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	**16,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2700000,00	0,00	0,00	**2.700.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	8100000,00	0,00	0,00	**8.100.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5400000,00	0,00	0,00	**5.400.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	6500490,00	0,00	0,00	**6.500.490,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,00	3,00	**16,00**
N° de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	**16,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2200000,00	0,00	0,00	**2.200.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6600000,00	0,00	0,00	**6.600.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4400000,00	0,00	0,00	**4.400.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	3563292,00	0,00	0,00	**3.563.292,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,00	5,00	3,00	**16,00**
N° de membros remunerados	8,00	5,00	3,00	**16,00**
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2200000,00	0,00	0,00	**2.200.000,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	6600000,00	0,00	0,00	**6.600.000,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4400000,00	0,00	0,00	**4.400.000,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

a. Termos e condições gerais

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Incentivo de Longo Prazo – Units Restritas ("Plano"), cujo objeto é possibilitar a outorga de units de emissão da Companhia que serão transferidas nos termos do Plano ("Units Restritas") aos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas Controladas (conforme definido no Plano) ("Colaboradores Elegíveis").

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Units Restritas aos Colaboradores Elegíveis selecionados pelo Comitê de Pessoas, Cultura e Organização (ou qualquer comitê que venha a substituí-lo) e aprovados pelo Conselho de Administração.

O Plano (a) estimula a melhoria da gestão da Companhia e de suas Controladas, conferindo aos Participantes a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo, dando-lhes, ainda, uma visão empreendedora e corporativa; (b) estimula a atração e retenção dos administradores, empregados e prestadores de serviços; (c) suporta o alinhamento de interesses entre executivos e acionistas da Companhia, maximizando o nível de comprometimento dos administradores e empregados com a geração de resultados sustentáveis para a Companhia; e (d) amplia a atratividade da Companhia e de suas Controladoras.

b. Data de aprovação e órgão responsável

O Plano foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11 de agosto de 2022.

c. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de Units Restritas que poderão ser outorgadas anualmente estará limitado a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,12% (zero vírgula doze por cento) das ações ordinárias e 0,5% (zero vírgula cinco por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia. Da mesma forma o número total de Units Restritas não plenamente adquiridas, na somatória de todos os Programas ativos do Plano, não excederá 2% (dois por cento) das Units emitidas pela Companhia na data da aprovação do Plano, o que equivale a 0,48% (zero vírgula quarenta e oito por cento) das ações ordinárias e 2% (dois por cento) das ações preferenciais representativas do capital social total da Companhia.

Para fins de clareza, não serão consideradas no limite estabelecido no Plano as Units da Companhia outorgadas aos Participantes em razão de (i) outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia; e (ii) ações adquiridas pelos Participantes em decorrência de opções de compra e/ou subscrição outorgadas pela Companhia no âmbito de planos de opções de compra de ações da Companhia, já existentes nesta data ou que venham a ser aprovados pela Assembleia Geral da Companhia.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Para cada Programa, o Comitê, de acordo com o Plano e respeitadas eventuais diretrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia Geral, definirá um determinado número de Units Restritas a serem distribuídas entre os Participantes.

e. condições de aquisição de ações

A outorga de Units Restritas é realizada mediante a celebração de instrumento particular de outorga de Units Restritas ("Contratos de Outorga") entre a Companhia e os Participantes, os quais deverão

especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração: (a) a quantidade de Units Restritas objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição de direitos relacionados às Units Restritas.

O Plano estabelece que, sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a data da reunião do Conselho de Administração que tiver aprovado o respectivo programa de outorga de Units nos termos do Plano ("Programa"), salvo se de outra forma previsto no Plano ou no Contrato de Outorga ("Data de Outorga"), e as datas a seguir, nas seguintes proporções: (a) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (b) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (c) 1/3 (um terço) do total de Units Restritas outorgadas após 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço será estipulado em cada Programa.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Programas, os direitos dos Participantes em relação às Units Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas:

(i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga;

(ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e

(iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições estabelecidas acima, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Units Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

h. forma de liquidação

De acordo com o Plano, o pagamento será realizado mediante a utilização pelo Participante de verbas autorizadas, conforme Termo de Adesão ao Plano e Contratos de Outorga individualmente celebrados.

i. restrições à transferência das ações

As Units Restritas outorgadas nos termos do Plano e seus Programas são pessoais e intransferíveis, não podendo o Participante, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros as Units Restritas os direitos ou as obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão decorrente de falecimento do Participante. Neste caso as Units Restritas poderão ser adquiridas pelos herdeiros ou sucessores, observado o disposto no Plano.

Observado o disposto no Plano, as Units Restritas utilizadas pelo Participante para fazer jus ao Programa, ficarão bloqueadas e não poderão ser alienadas, cedidas, dadas em garantia, permutadas, alugadas ou de qualquer outra forma transferidas a terceiros até que o respectivo período compreendido entre a data de aquisição pelo Participante até a data em que sejam atingidas as condições para plena aquisição do

número correspondente de Units Restritas ("Período de Bloqueio") seja concluído. Na hipótese de alienação, cessão, dação em garantia, aluguel, permuta ou qualquer outra forma de transferência das referidas Units Restritas a terceiros enquanto as Units Restritas correspondentes permanecerem Units Restritas Não Plenamente Adquiridas (Units Restritas que não atendam as condições delimitadas para aquisição plena dos seus direitos nos termos do Plano), o Participante perderá o direito às Units Restritas Não Plenamente Adquiridas.

Conforme as Units Restritas Não Plenamente Adquiridas atinjam as condições para aquisição plena de seus direitos, o Participante terá a parcela correspondente de Units Restritas desbloqueada para livre negociação.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Compete à Assembleia Geral aprovar e, portanto, alterar, suspender ou extinguir o Plano. O Conselho de Administração tem competência para proceder às adaptações e inclusões necessárias em cada Programa, devendo ser submetidas à Assembleia Geral apenas alterações conceituais do Plano, desde que propostas pelo Comitê e aprovadas previamente pelo Conselho de Administração, sendo que qualquer alteração de Programa ou Plano, uma vez aprovadas, somente poderá atingir as Units Restritas ainda não outorgadas.

Dentre as causas que podem gerar a alteração ou extinção do Plano, está a ocorrência de fatores que causem grave mudança no panorama econômico e que comprometam a situação financeira da Companhia.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, às relações trabalhistas e/ou aos efeitos fiscais de um Programa, poderá levar à revisão integral do Plano.

Nos casos de fusão, cisão, com ou sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou incorporação de ações, transformação da Companhia, ou outra forma de reorganização societária, desde que tais operações não impliquem Alienação de Controle da Companhia, deverão ser respeitados os Planos e Programas já instituídos, fazendo-se os ajustes necessários no número de Units Restritas, inclusive respeitando-se as relações de troca utilizadas para efeito das operações acima.

Nos casos de alteração do número de Units da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou em Units, ou ainda, no caso de conversão de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários nos Planos e Programas já instituídos, notadamente em relação ao número de Units Restritas e a sua espécie ou classe, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Participantes.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Se, a qualquer tempo durante a vigência deste do Contrato de Outorga, o Participante desligar-se da Companhia e/ou Contratada por:

(a) invalidez permanente ou falecimento, os prazos de carência dispostos no item 8.1 serão antecipados e a Companhia transferirá para o nome do Participante a totalidade das Units Restritas que haviam sido outorgadas;

(b) aposentadoria nos termos do Programa de Pré Aposentadoria (PPA), os prazos de carência dispostos no Plano serão mantidos;

(c) demissão pela Companhia sem justa causa ou sem violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente

adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(d) demissão pela Companhia com justa causa ou com violação dos deveres e atribuições de administrador segundo o exclusivo juízo da Companhia, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização;

(e) pedido de demissão, os direitos que ainda não forem plenamente adquiridos nos termos disposto no item 9.1 do Plano na data de desligamento restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.6. Outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária ao final do último exercício social.

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

8.8. Opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia possui plano de remuneração baseada em ações que prevê a entrega de ações, mas não há percentual de diluição dos acionistas, considerando que a integralidade das ações entregues é oriunda de recompra no mercado.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Outorga de ações – Previsto para o exercício social corrente (31/12/2026)		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2026
Quantidade de ações outorgadas	-	349.528
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R$26,96
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R$9.423.264,10

Outorga de ações –exercício social encerrado em 31/12/2025		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	-	388.364
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R$18,01
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R$ 6.994.436

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2024		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	-	359.832
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos

Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R$19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R$6.865.594,56

Outorga de ações - exercício social encerrado em 31/12/2023		
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	8,00	5,00
Nº de membros remunerados	8,00	5,00
Data de outorga	-	01/05/2023
Quantidade de ações outorgadas	-	556.374
Prazo máximo para entrega das ações	-	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	-	Não há
Valor justo das ações na data da outorga	-	R$19,08
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	-	R$10.615.615,92

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	5,00	
N° de membros remunerados	8,00	5,00	
N° de ações	0	388.364	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	18,01	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	18,01	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	5,00	
N° de membros remunerados	8,00	5,00	
N° de ações	0	359.832	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	19,08	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	19,08	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	8,00	5,00	
N° de membros remunerados	8,00	5,00	
N° de ações	0	556.374	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	19,08	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	19,08	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

8.12. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) Modelo de precificação

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas"), o preço a ser estipulado para aquisição das ações será determinado em cada Programa anual, devendo este ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição (outorga).

(b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para o Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas"), não é aplicável o conceito de preço de exercício, por se tratar de um Plano de incentivo atrelado a Ações Restritas. No que se refere ao preço que será estipulado para aquisição das ações, esse será determinado em cada Programa, devendo ser baseado na média do valor da ação dos últimos 20 pregões que antecederem a aquisição.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Participantes em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos, na medida em que o Participante permanecer continuamente vinculado à Companhia ou a sua respectiva Controlada durante o período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas proporções abaixo mencionadas: (i) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 1º (primeiro) aniversário da Data de Outorga; (ii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 2º (segundo) aniversário da Data de Outorga; e (iii) 1/3 (um terço) do total de Ações Restritas outorgadas após o 3º (terceiro) aniversário da Data de Outorga.

Uma vez satisfeitas as condições acima estabelecidas, e desde que observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, a Companhia transferirá para o nome do Participante as respectivas Ações Restritas, por termo de transferência de ações nominativas da Companhia no sistema do agente responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, sem custo para o Participante.

(c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável, visto que não há possibilidade de exercício antecipado no Plano de Remuneração de Longo Prazo – Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas").

(d) Forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável.

(e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não há outras características das opções incorporadas na mensuração de seu valor.

8.13. Quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, emitidos, no Brasil ou no exterior, pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Exercício encerrado em 31/12/2025								
Sociedade	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	ONs				PNs			
Iguatemi S.A.	493.199.877	491.839.184	0	985.039.061	9.102.824	7.623.388	0	16.726.212

8.14. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não existem planos de previdência para os membros do Conselho de Administração nem para os membros Conselheiros Fiscais. A tabela contém as informações relativas apenas à Diretoria Estatutária:

Planos de previdência conferidos no exercício social encerrado em 31/12/2025	
	Diretoria Estatutária
Nº de membros	5,00
Nº de membros remunerados	5,00
Nome do Plano	Itaú Vida e Previdência S.A.
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	4
Condições para se aposentar antecipadamente	Não há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não há
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R$ 190.485,97
Possibilidade de resgate antecipado e quais condições	Não há

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Nº de membros	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	8.00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	5,00	8,00	8,00	8,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneraçãoReal	2.192.000,00	1.953.333,00	1.734.621,00	5.398.975,00	2.585.780,00	4.141.655,00	144.000,00	144.000,00	144.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	544.000,00	444.069,00	468.204,00	3.200,00	300.000,00	240.000,00	132.000,00	81.000,00	108.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	2.005.350,00	2.005.400,00	1.433.662,00	1.855.840,00	1.744.603,00	1.486.767,00	128.000,00	96.000,00	128.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	-	
31/12/2024		O valor médio da remuneração é maior do que o valor da maior remuneração por conta do atingimento de metas nesse exercício social.

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	-	

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2025	-	

8.16. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria (inclusive consequências financeiras para a Companhia). Adicionalmente a Companhia informa que o plano de previdência privada complementar mantido pela Companhia ("Plano de Previdência") é de contribuição definida, sendo opcional aos seus funcionários. A Companhia contribui com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a quaisquer superávits ou déficits que venha a ocorrer no Plano de Previdência.

8.17. Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Percentual da remuneração detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
2026 (previsto)	76,36%	74,17%	**-**
2025	75,66%	57,14%	-
2024	74,92%	44,71%	-
2023	71,88%	57,59%	-

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Exercício Social	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	28.133.979,00	28.133.979,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	982.303,00	0,00	0,00	982.303,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Alguns membros do CA e/ou da Dir. Est são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	25.577.951,00	25.577.951,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	831.552,00	0,00	0,00	831.552,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Alguns membros do CA são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	1.200.000,00	0,00	20.180.722,00	21.380.722,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	789.818,00	0,00	0,00	789.818,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Alguns membros do CA e/ou da Dir. Est são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercicio social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	20.407.486,00	20.407.486,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuidas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	776.252,00	0,00	0,00	776.252,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	Alguns membros do CA e/ou da Dir. Est são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo

8.20. Outras informações relevantes

Parte da remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela subsidiária integral e principal ativo operacional da Companhia, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC"). Além disso, alguns membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal da Diretoria da Companhia são funcionários e/ou Conselheiros em outras empresas do grupo, recebendo exclusivamente salários pelo exercício de suas funções nestas empresas.

A seção 8 do Formulário de Referência da Companhia se refere somente à remuneração reconhecida no resultado da Companhia, de modo que tais informações não refletem, de forma consolidada, os valores totais pagos aos administradores pela Companhia e pela sua subsidiária integral e principal ativo operacional Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. Para possibilitar a compreensão adequada das parcelas da remuneração dos administradores da Companhia, a Companhia decidiu apresentar em complemento às informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, (i) o item 8.2 do Formulário de Referência de forma individualizada também para a IESC; e (ii) os itens 8.2, 8.3, 8.15 e 8.17 preenchidos de forma consolidada, considerando a remuneração global anual e a quantidade de administradores da Companhia e da IESC em conjunto.

A Companhia esclarece que os membros da Diretoria da Companhia e da IESC são os mesmos e, em virtude disso, recebem remuneração de apenas uma das empresas em razão do cargo exercido em ambas. Atualmente, a remuneração dos membros da Diretoria da Companhia e da IESC é suportada pela IESC.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	003859	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	49.928.567/0001-11
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
02/05/2025	01/04/2025	

Descrição dos serviços prestados
Serviços profissionais relativos a prestação, pelos auditores independentes, dos serviços de auditoria contábil para: (i) auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, e (ii) revisão das informações financeiras trimestrais referentes aos períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março de 2025 e 30 de junho de 2025 e 30 de setembro de 2025.
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social
A remuneração dos auditores independentes relativa ao exercício de 2025 pela prestação de serviços descritos acima, totalizou o valor de R$ 322.653 mil (trezentos e vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais).
Justificativa da substituição
Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável, pois não houve discordância.

9.3 - Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia e pessoas de seu grupo econômico não contrataram os auditores independentes ou pessoas a eles ligadas para prestar outros serviços além da auditoria das informações financeiras da Companhia no exercício de 2025.

A Companhia possui uma Política de Contratação de Auditores Independentes, aprovada pelo Conselho de Administração em 23 de outubro de 2018, disponível em seu site de Relação com Investidores, que tem como objetivo consolidar os procedimentos a serem observados no processo de contratação do serviço de auditoria independente não relacionados à auditoria independente das suas informações financeiras.

A referida Política prevê que a atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente; e (d) os honorários dos serviços prestados pela mesma não relacionados à auditoria externa não ultrapassem 5% do total desembolsado para tal serviço (Resolução CVM nº 162/22).

9.4 – Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	67	53	0	0	0
Não-liderança	209	122	0	0	0
TOTAL = 451	276	175	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	4	104	4	8	0	0	0
Não-liderança	7	220	25	78	1	0	0
TOTAL = 451	11	324	29	86	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	6	94	20
Não-liderança	110	203	18
TOTAL = 451	116	297	38

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	120	0
Não-liderança	5	326	0
TOTAL = 451	5	446	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	120	0	0
Não-liderança	0	0	0	331	0	0
TOTAL = 451	0	0	0	451	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	276	175	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 451	276	175	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	11	324	29	86	1	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 451	**11**	**324**	**29**	**86**	**1**	**0**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	116	297	38
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 451	**116**	**297**	**38**

10.1 - Descrições dos recursos humanos da Companhia

(a) Número de empregados total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:

i. Identidade autodeclarada de gênero

ii. Identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. Faixa etária

iv. Pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

v. Outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	81	62	0	0	0
Não-liderança	212	145	0	0	0
Total	293	207	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	6	123	4	10	0	0	0
Não-liderança	8	242	22	84	1	0	0
Total	14	365	26	94	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	11	113	19
Não-liderança	129	209	19
Total	140	322	38

Quantidade de empregados que se enquadram como pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	143	0
Não-liderança	5	352	0

Total	5	495	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	143	0	0
Não-liderança	0	0	0	357	0	0
Total	0	0	0	500	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	294	206	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
Total	294	206	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	14	365	26	94	1	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
Total	14	365	26	94	1	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo dos 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	140	322	38
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
Total	140	322	38

Quantidade e proporção de mulheres contratadas, por nível hierárquico

	2024			2025			Evolução comparativa 2024/2025
	Feminino	Masculino	Proporção	Feminino	Masculino	Proporção	
Liderança[1]	67	53	55,83%	81	62	56,64%	1,45%
Não-liderança	209	122	63,14%	212	145	59,38%	-5,95%
Total	276	175	N/A	293	207	N/A	N/A

Quantidade e proporção de mulheres em cargos da administração

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSOLIDADO
	IGTI	IGTI	IGTI
HOMEM	6	0	6
MULHER	2	0	2
TOTAL	8	0	8
PROPORÇÃO	25%	0	25%

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Consolidado		
Atividade Desempenhada	2025	2024	2023
Administração Geral e Presidência	0	0	0
Comercial Mídia e Mix	0	0	0
Engenharia e DGI	0	0	0
Finanças	0	0	0
Iguatemi 365	0	0	0
I-Retail	0	0	0
Jurídico	0	0	0
Marketing	0	0	0
Operações	0	0	0
Recursos Humanos | ESG	0	0	0
TOTAL	**0**	**0**	**0**
Localização	São Paulo	São Paulo	São Paulo

(c) índice de rotatividade

	2025	2024	2023
Índice de rotatividade	21,55	23,22	23,84

Importante ressaltar que as informações prestadas abrangem outras subsidiárias do emissor e representam o universo corporativo, ou seja, apenas as holdings do grupo econômico.

10.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não houve variações significativas no quadro de pessoal, mantendo-se estável o número de colaboradores e prestadores de serviço desde a última reapresentação anual do Formulário de Referência.

10.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A nossa política salarial é baseada na média das remunerações praticadas no mercado, sendo que efetuamos o reajuste das faixas salariais, sempre que necessário, em conformidade com a metodologia HayGroup e pesquisa aplicadas (Mercado Geral | KornFerry e TopExec).

Adicionalmente, concedemos reajustes salariais por mérito, promoção, enquadramento ou equiparação, sempre baseados no desempenho do colaborador ou colaboradora, nível e posição na faixa salarial.

Além da remuneração fixa, possuímos o Programa Iguatemi de Bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e metas operacionais. Todos as nossas pessoas colaboradoras são elegíveis ao referido Programa. O funcionamento do referido Programa se dá a partir de nossas metas globais, que uma vez cumpridas, possibilitam a elegibilidade dos colaboradores e colaboradoras, que recebem uma nota ponderada entre a performance da empresa e a performance individual, nota esta utilizada para determinar os valores distribuídos. O Programa também conta com uma parcela discricionária. O Programa Iguatemi de Bonificação foi remodelado no início de 2009 para alinhar o modelo de remuneração da Companhia às expectativas do mercado, inserindo objetivos de curto, médio e longo prazo.

(b) política de benefícios

Oferecemos os seguintes benefícios a todos os colaboradores, independente de cargo, função ou tempo de serviço: assistência médica, assistência odontológica, vale alimentação e/ou refeição, vale transporte ou estacionamento e seguro de vida, bem como outros benefícios determinados por lei.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores:

i) Grupos de beneficiários:

Plano de Remuneração de Longo Prazo – Units Restritas ("Plano de Units Restritas") – válido a partir de 2022:

São Colaboradores Elegíveis, única e exclusivamente, os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e/ou de suas controladas.

ii) condições para exercício

As características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados são idênticas àquelas

dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores, particularmente àquelas descritas nas alíneas (b), (c) e (d) do subitem 8.4 do Formulário de Referência.

iii) preços de exercício

As características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados são idênticas àquelas dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores, particularmente àquelas descritas nas alíneas (b), (c) e (d) do subitem 8.4 do Formulário de Referência.

iv) prazos de exercício

As características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados são idênticas àquelas dos planos de remuneração baseados em ações dos administradores, particularmente àquelas descritas nas alíneas (b), (c) e (d) do subitem 8.4 do Formulário de Referência.

v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A ser definido em cada programa anual.

- Programa 2023: o total de units comprometidas, com exceção das units destinadas a diretores estatutários, é de 495.543 units.
- Programa 2024: o total de units comprometidas, com exceção das units destinadas a diretores estatutários, é de 527.619 units.
- Programa 2025: o total de units comprometidas, com exceção das units destinadas a diretores estatutários, é de 825.831 units.

(d) Razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre a maior remuneração individual e a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor em 31 de dezembro de 2025 é de 62,03x.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
7.879.964,02	123.896,47	63,60
Esclarecimento		

10.4 - Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os nossos colaboradores e colaboradoras são representados pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais – SEECOVI. A nossa relação com tal sindicato é marcada pela análise e discussão de propostas de ambas as partes, objetivando sempre o consenso para a melhoria das condições de trabalho das nossas pessoas.

Importante ressaltar que não houve greve nos últimos três exercícios sociais envolvendo os nossos colaboradores e colaboradoras.

Anualmente em maio, em convenção coletiva é negociado os reajustes salariais entre o Sindicato dos Empregados e o Sindicato do Empregador.

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a este item 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11. Transações com partes relacionadas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Política de Transações com Partes Relacionadas e Situações de Conflito de Interesse da Iguatemi S.A. ("Companhia") foi aprovada em 6 de setembro de 2022 pelo Conselho de Administração da Companhia e está disponível na página de relações com investidores da Companhia (https://ri.iguatemi.com.br/) e da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/) ("Política de Partes Relacionadas" ou "Política").

O objetivo da Política é estabelecer os procedimentos e critérios a serem observados pela Companhia na identificação, análise, realização e aprovação de transações envolvendo partes relacionadas, com a finalidade de assegurar que as decisões sejam tomadas no melhor interesse da Companhia e de seus acionistas, garantindo transparência aos administradores, aos acionistas, ao mercado e aos investidores em geral, bem como equidade de tratamento com terceiros, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis e o Estatuto Social da Companhia. A Política estabelece, ainda, os procedimentos e critérios a serem observados pela Companhia na identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses.

A Política aplica-se à Companhia e às suas controladas, devendo ser observada: (i) pelos acionistas da Companhia; (ii) por todos os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento da Companhia ("Administradores"); e (iii) por colaboradores que eventualmente estejam em situação de conflito de interesses na forma da Política, bem como os seus respectivos Membros Próximos da Família, conforme definido na Política, em todas as transações entre a Companhia e quaisquer de suas Partes Relacionadas, além dos membros indicados. Não se sujeitam às regras e aos procedimentos da Política as transações referentes à remuneração dos Administradores.

As Transações com Partes Relacionadas devem ser formalizadas por escrito, conduzidas e aprovadas nos termos da Política, observando-se os seguintes critérios, que devem ser verificados pelas áreas responsáveis para análise da Transação com Parte Relacionada previamente à sua submissão à aprovação do órgão competente:

(i) observar condições equitativas, ao menos, igualmente favoráveis à Companhia em comparação com as condições disponíveis (se houver) no mercado ou oferecidas por um terceiro não-relacionado com a Companhia, em circunstâncias equivalentes, ou prever pagamento compensatório adequado, sempre respeitando os interesses da Companhia;
(ii) especificar as principais características e condições da transação, incluindo, conforme aplicável, preço, prazos, garantias e responsabilidades referentes à transação;
(iii) descrever quaisquer outras informações que possam ser relevantes diante das circunstâncias da Transação com Parte Relacionada; e

(iv) em caso de reestruturações societárias envolvendo Partes Relacionadas, as transações devem assegurar tratamento equitativo para todos os acionistas.

É vedada a celebração, pela Companhia, de Transações com Partes Relacionadas que:

(i) não sejam realizadas em condições equitativas, e/ou não tenham observado os critérios constantes acima;
(ii) consistam na concessão de empréstimos em favor (i) dos controladores, diretos ou indiretos, da Companhia; (ii) dos Administradores; ou (iii) de Membros Próximos da Família dos Administradores, controladores ou acionistas dos controladores, diretos ou indiretos; e
(iii) representem formas de remuneração de assessores, consultores ou intermediários da Companhia que possam lhe colocar em potencial situação de Conflito de Interesses com a Companhia, seus acionistas ou seus Administradores.

Caberá ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas avaliar e monitorar a adequação das Transações com Partes Relacionadas realizadas pela Companhia, bem como sua aderência e conformidade com os critérios previstos na Política, inclusive quanto à:

(i) identificação das Partes Relacionadas e classificação das transações como Transações com Partes Relacionadas, com auxílio da Diretoria Jurídica da Companhia;
(ii) aplicabilidade dos procedimentos e condições previstos na Política; e
(iii) eventual existência de situação de Conflito de Interesses em Transações com Partes Relacionadas.

As Transações com Partes Relacionadas, individuais ou relacionadas entre si (neste último caso, dentro do prazo de 12 meses), conforme definido na Política, que envolvam Montante Relevante, dependem de prévia aprovação do Conselho de Administração.

As Transações com Partes Relacionadas, individuais ou relacionadas entre si (neste último caso, dentro do prazo de 12 meses), conforme definido na Política, que envolvam valor inferior ao Montante Relevante serão aprovadas pela Diretoria.

Caberá à Assembleia Geral de acionistas deliberar sobre as Transações com Partes Relacionadas que forem de sua competência, na forma da Lei 6.404/76.

Cada Administrador ou Pessoa Chave da Administração da Companhia deverá preencher, no momento de sua nomeação, um questionário criado para coletar informações sobre as Partes Relacionadas a ele, de acordo com as definições contidas na Política e deverá, ainda, informar ao Departamento Jurídico da Companhia qualquer alteração nas informações prestadas ou qualquer operação prevista de que tome conhecimento que possa ser qualificada como uma Transação com Partes Relacionadas, sendo também

responsável por obter as informações relevantes dos familiares próximos e atualizar as informações relevantes periodicamente.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento Jurídico para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando o montante envolvido para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política.

Se a análise levar à conclusão de que a Transação com Partes Relacionadas deve ser levada à Diretoria e/ou ao Conselho de Administração, o Departamento Jurídico deverá transmitir ao Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas todas as informações relevantes que permitam à Diretoria ou ao Conselho de Administração analisar a aprovação da Transação com Partes Relacionadas.

O Departamento Jurídico deverá consultar previamente o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos da Política. O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, após a devida análise da Transação com Partes Relacionadas, encaminhará seu parecer ao órgão competente pela aprovação de tal operação.

O Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, deverão (i) ter acesso a toda documentação relevante e necessária com relação a transações específicas ou a diretrizes para contratação de transações; e (ii) solicitar à Diretoria a análise de alternativas de mercado à Transação com Partes Relacionadas em questão, ajustadas aos fatores de risco envolvidos, bem como eventuais pareceres de especialistas ou relatórios técnicos porventura julgados necessários para fornecer seu parecer ou tomar sua decisão.

O Conselho de Administração ou a Diretoria, conforme o caso, poderão aprovar uma Transação com Partes Relacionadas se constatar, de boa-fé, que a transação é feita em condições equitativas ou com pagamento compensatório adequado e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

O Conselho de Administração ou a Diretoria, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma Transação com Partes Relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no interesse da Companhia e/ou de suas controladas.

Na análise de Transações com Partes Relacionadas, a Diretoria Jurídica, o Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e/ou a Diretoria, conforme aplicável, deverão considerar e verificar:

(i) se há motivos para a realização da Transação com Parte Relacionada;
(ii) se os termos da Transação com Parte Relacionada atendem aos critérios previstos na Política,

devendo arquivar a documentação pertinente à comprovação da comutatividade (ou do pagamento compensatório adequado) da Transação com Parte Relacionada;

(iii) se a Transação com Parte Relacionada não se enquadra como uma das hipóteses de transações vedadas na Política; e

(iv) a análise e recomendação do Comitê de Auditoria e Partes Relacionadas, nos termos da Política, bem como os resultados de avaliações realizadas ou de opiniões e laudos emitidos por profissional ou empresa especializada e independente, se houver.

Nas hipóteses em que se entender adequado à análise e embasamento da Transação com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração e/ou a Diretoria poderão solicitar informações ou avaliações adicionais às áreas responsáveis, incluindo avaliações e laudos independentes, bem como a apresentação de alternativas de mercado (se houver) à Transação com Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração e a Diretoria poderão condicionar a aprovação da Transação com Partes Relacionadas às adequações que julgarem necessárias.

Tendo em vista um potencial conflito de interesses, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

O descumprimento de quaisquer das determinações previstas na Política estará sujeito às penalidades previstas no Código de Conduta Ética da Companhia, como medidas disciplinares, incluindo a rescisão contratual. Além disso, a infração às determinações da Política pode configurar responsabilidade nas esferas criminal, cível e administrativa.

11.2 Transações com partes relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há transações entre o emissor e partes relacionadas a serem reportadas.

11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Não há transações entre o emissor e partes relacionadas a serem reportadas.

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
31/12/2025		1.819.551.808,97
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
770.992.429	435.368.756	1.206.361.185

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
31/12/2025		1.819.551.808,97
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
770.992.429	435.368.756	1.206.361.185

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
31/12/2025		1.819.551.808,97
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
770.992.429	435.368.756	1.206.361.185

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
20/12/2021		0,00
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
1.500.000.000	1.500.000.000	1.500.000.000

12.2 - Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas: no tocante a: (a) direito a dividendos; (b) direito de voto; (c) conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando: (i) condições; (ii) efeitos sobre o capital social; (d) direitos no reembolso de capital; (e) direito a participação em oferta pública por alienação de controle; (f) restrições à circulação; (g) condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários; (h) possibilidade de resgate de ações, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate; (i) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação; (j) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável; e (k) outras características relevantes.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Iguatemi S.A., uma vez que a emissão de outros valores mobiliários é realizada e reportada pela sua controlada, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica a Iguatemi S.A., uma vez que a emissão de outros valores mobiliários é realizada e reportada pela sua controlada, a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A.

12.5 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são admitidas a negociação na B3 sob o código IGTI3. As ações preferencias, apesar de não terem liquidez, são negociadas sob o código IGTI4, e as Units são negociadas sob o código IGTI11. As ações ordinárias, as ações preferenciais e as Units são listadas no segmento especial de governança corporativa Nível 1 da B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores mobiliários negociados no exterior.

12.8 – Ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários efetuadas pelo emissor nos últimos 3 exercícios sociais

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não foram realizadas ofertas públicas de distribuição pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

12.9 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que as informações referentes a outros valores mobiliários se referem às debêntures de emissão de controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. e constam deste Formulário de Referência para fins informativos. Mais informações sobre tais debêntures poderão ser encontradas no item 12 do Formulário de Referência da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Ciro Zica Neto	Diretor Presidente	Alterado	
Guido Barbosa de Oliveira	Diretor de Relações com Investidores	Alterado	

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 – Declaração do diretor presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Ciro Zica Neto**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

O diretor acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e

c. o conjunto de informações contido no formulário de referência retrata de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Declaração do Diretor Presidente

Eu, **Ciro Zica Neto**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade nº 3.552.387-DGPC/GO e inscrito no CPF/MF sob nº 825.916.951-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Angelina Maffei Vita, n° 200, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01455-070, na qualidade de Diretor Presidente da **Iguatemi S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei Vita, n° 200, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01455-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.543.816/0001-93 ("Companhia"), declaro, nos termos da Resolução CVM nº 80, na data de apresentação deste formulário de referência, que: (i) revisei este formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



Ciro Zica Neto
Diretor Presidente

13.1 – Declaração do diretor de relações com investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Guido Barbosa de Oliveira**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

O diretor acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e

c. o conjunto de informações contido no formulário de referência retrata de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Guido Barbosa de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade RG 17.017.307-SSP/SP e inscrito no CPF\ME sob o nº. 804.158.736-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Angelina Maffei Vita, n° 200, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01455-070, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Iguatemi S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei Vita, n° 200, 9º andar, Jardim Paulistano, CEP 01455-070, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 60.543.816/0001-93 ("Companhia"), para fins do item 13 do formulário de referência da Companhia, declaro, na data de apresentação deste formulário de referência, que: (i) revisei este formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80/22, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.



Guido Barbosa de Oliveira
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual - Documento não preenchido.